



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

ALLAN RAFAEL VEIGA FEITOSA

MEMÓRIAS DA CIDADE:
As Ruínas da Histórica Laranjeiras/SE

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2012

ALLAN RAFAEL VEIGA FEITOSA

**MEMÓRIAS DA CIDADE:
As Ruínas da Histórica Laranjeiras/SE**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador:

Prof. Dr. Rogerio Proença Leite

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2012**

ALLAN RAFAEL VEIGA FEITOSA

**MEMÓRIAS DA CIDADE:
As Ruínas da Histórica Laranjeiras/SE**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

São Cristóvão, 05 de março de 2012.

Prof. Dr. Rogerio Proença Leite (UFS) – Orientador

Prof.^a Dr.^a Adriana Dantas Nogueira (UFS – Laranjeiras)

Prof. Dr. Ernesto Seidl (UFS)

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

F311m Feitosa, Allan Rafael Veiga
 Memórias da cidade : as ruínas da histórica Laranjeiras/SE /
 Allan Rafael Veiga Feitosa ; orientador Rogério Proença Leite. –
 São Cristóvão, SE, 2012.
 229 f.

 Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal
 de Sergipe, 2012.

 1. Sociologia urbana. 2. Memória coletiva. 3. Centros
 históricos. 4. Arquitetura e história – Laranjeiras(SE). 5. Cultura. I.
 Leite, Rogério Proença, orient. II. Título.

CDU 316.334.56:72(813.7)

*Ao amigo, professor e orientador Rogerio Proença Leite,
cujas virtudes da paciência e serenidade foram-me supremas, diante das agruras que a
feitura de um trabalho acadêmico traz, e das contingências perturbadoras da vida.*

AGRADECIMENTOS

Um trabalho intelectual como este, que nele foram empregados anos de dedicação e estudos, sem dúvida, não é resultado apenas de um esforço individual. Ainda que o reconhecimento pela empreitada recaia, somente, para um indivíduo, a conquista é, e precisa ser atribuída a muitos, pois, a esses tantos, devo, alguma ação que em muito me ajudou. Portanto, antes mesmo de agradecer especialmente a alguns, quero muito me gratificar com todos, que de algum modo participaram dessa caminhada. Feito isso, agradeço especialmente a algumas pessoas e instituições.

Porém, primeiramente quero agradecer aos seres espirituais que me protegem e me auxiliam, oferecendo-me saúde, força e coragem para tornar minhas conquistas possíveis. Continuando agradeço também:

A minha família, pela condição material que me dispuseram.

Aos meus sobrinhos Isis Maynara e Iago Iury, que, de algum modo, que não consigo entender, deram-me ânimo para prosseguir quando hesitei

A minha dileta amiga de todos os momentos Simone Araújo Pereira, cujas angústias e tranquilidades, tristezas e alegrias, dores e prazeres, enfim, derrotas e vitórias; compartilhamos.

Ao professor e orientador Dr. Rogerio Proença Leite, a quem devo a persistência e a paciência para o desenvolvimento deste trabalho e de minha carreira acadêmica.

Aos amigos Alysson Cristian (Ali), José Wellington (Letinho), Rogério Esteves (*in memoriam*) e Simone Araújo (Moninha), que sempre me incentivaram a não esmorecer.

Aos membros da banca, Prof. Dr. Ernesto Seidl e Prof^a Dr^a Adriana Dantas Nogueira, que se dispuseram à leitura deste projeto mesmo com um exíguo tempo e colaboraram com importantes e estimulantes considerações.

A Prof^a Dr^a Raquel Meister Ko. Freitag que gentilmente atendendo ao meu pedido se dispôs a executar os trabalhos de revisão textual da dissertação, nos capítulos 1, 2 e introdução.

Ao Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – NPPCS/UFS.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Por fim, porém não menos importante, aos meus colegas de mestrado das turmas de 2009 e 2010, pelas pertinentes observações feitas à minha pesquisa.

Agradeço e parablenizo todos.

RESUMO

A histórica e patrimonial cidade de Laranjeiras tem como sua principal característica, a referência a um momento de opulência que viveu no século XIX, onde imprimiu na Província de Sergipe Del Rey, hoje Estado de Sergipe, a marca de um modo de vida tipicamente urbano, que experienciava cotidianamente. Como resultado de uma forte economia, baseada num comércio intenso de mercadorias e numa expressão de cultura em efervescência. Tais fatores atraíram à cidade um grande contingente de pessoas de regiões próximas e, em certa medida, do Brasil; desde simples trabalhadores, a homens da elite colonial brasileira e a intelectualidade do país. Porém, no início do século XX, a cidade já não sustentava tal cenário e as condições e elementos que a puseram como uma das cidades mais ricas e importantes da região, aos poucos desapareceram, juntamente com a população que se retirava em busca de melhores oportunidades, especialmente na nova capital Aracaju. Após alguns anos nessa situação a cidade colapsou e não mais se ergueu economicamente, e hodiernamente Laranjeiras ainda vive os reflexos dessa quebra abrupta na continuidade daquele momento. No entanto, a cidade mantém viva uma parte daquele passado, através de seu conjunto arquitetônico e urbanístico, traduzidos, sobretudo, em suas, edificações e ruínas. Esta dissertação é o produto de toda uma investigação realizada no âmbito do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, e propõe-se a discutir o modo como as ruínas desse patrimônio arquitetônico, relacionam-se com o grupo social daquele espaço, pelo viés da memória coletiva. Em virtude da acentuação de processos de intervenção urbana, que frequentemente geram perdas sociais. Nosso recorte empírico compreende o espaço do centro histórico da cidade, e nosso objeto são as ruínas que o circunscrevem. A pesquisa argumenta que as ruínas do centro histórico de Laranjeiras guardam em sua peculiar materialidade um importante auxílio na reconstituição da história imaginada da cidade através de lembranças que por elas sejam evocadas e então compartilhadas no grupo. Assim, tais características, sendo negadas ou inobservadas, principalmente, pelas políticas de patrimônio em intervenções de restauro, tendem a romper com a história imaginada (memória coletiva) em favor de uma história espetacularizada, assimétrica a memória partilhada no grupo. As pesquisas de campo revelaram-nos que as narrativas de memória dos moradores da cidade estão carregadas de lembranças que se relacionam ao patrimônio da cidade em ruína. A pesquisa se utiliza de elementos textuais em jornais antigos, narrativas de memória oral, observação direta, além de pares de categorias de análises sociais referentes a memória e a ruína. Assim, o que concluímos, por nossa sugestão de análise, foi que através das ruínas do centro histórico de Laranjeiras, que trazem em si, tal como são, a materialidade de um passado, os indivíduos que habitam e experienciam aquele espaço, recebem os estímulos para apreensão desse passado, ainda que não os tenham vivido. Tal apreensão ocorre através da memória coletiva construída em meio ao grupo, que frequentemente se utiliza das ruínas inscritas neste espaço, para pôr maior “força de atenção” a um tempo honroso da cidade, fortemente representado na história imaginada da sociedade Laranjeirense e que se não observada pelas intervenções urbanísticas podem mesmo os lastros de memória dessa imagem, em favor de uma história espetacularizada. Assim como contribuição à discussão das políticas de patrimônio no Brasil, sobretudo as intervenções de restauro, pensando numa cidade construída e vivida por seus habitantes, arrazoamos ser pertinente, apreender as possíveis relações de edificações em ruínas, para com a memória do grupo que as circunscrevem, e só então, revisitá-las à luz dessas relações.

Palavras-Chave: Cidades; Laranjeiras; Memórias; Memória Coletiva; Ruínas.

ABSTRACT

The historical and patrimonial city of Laranjeiras has as its main characteristic, the reference to an opulence moment that lived in century XIX, where printed in the Province of Sergipe Del Rey, today State of Sergipe, the mark in a typically urban way of life, that experience daily. As result of one strong economy, based on an intense commerce of merchandises and an expression of culture in bubbling. Such factors had attracted to the city a great contingent of people of next regions e, in certain measure, of Brazil; since simple workers, the men of the Brazilian colonial elite and the intellectuality of the country. However, at the beginning of century XX, the city already did not support such scene and the important conditions and elements had put that it as one of the cities richest and of the region, to the few had disappeared, together with the population that if removed in search of better chances, especially in the new Aracaju district. After some years in this situation the city collapses and more it was not risen economically, and today's Laranjeiras still lives the consequences of this breaking abrupt in the continuity of that moment. However, the city keeps alive a part of that past, through its joint architectural and urban, translated, over all, in its, constructions and ruins. This dissertation is the end item of all an inquiry carried through in the scope of the Core of After-Graduation and search in Social Sciences of the Federal University of Sergipe and considers it to argue the way as the ruins of this patrimony architectural, becomes related with the social group of that space, for the bias of the collective memory. In virtue of the accentuation of processes of urban intervention, that frequent generate social losses. Our empirical clipping understands the space of the historical center of the city, and our object is the ruins circumscribe that it. The research argues that the ruins of the historical center of Laranjeiras keep in its peculiar materiality an important one assist in the reconstitution of the imagined history of the city through shared souvenirs that by them are evoked and then in the group. Thus, such characteristics, being denied or unobserved, mainly, for the politics of patrimony in interventions of I restore, tend to breach with the history imagined (collective memory) for a quite spectacular history, anti-symmetrical the memory shared in the group. The field research had disclosed them that the narratives of memory of the inhabitants of the city are loaded of souvenirs that if relate to the patrimony of the city in ruin. The research if uses of literal elements in old periodicals, narratives of verbal memory, direct comment, beyond pairs of categories of referring social analyses the memory and the ruin. Thus, what we conclude, for our suggestion of analysis, it was that through the ruins of the historical center of Laranjeiras, which bring in itself, as are, the materiality of a past, the individuals that inhabit and experiential that space, receive the stimulations for apprehension from this past, despite they have not lived them. Such apprehension occurs through the collective memory constructed in way to the group, that frequent is used of the enrolled ruins in this space, stops for greater “ attention force ” to the one honorable time of the city, strong represented in the imagined history of the Laranjeirense society and that if not observed for the urban interventions the ballasts of memory of this image can exactly, for a quite spectacular history. As well as contribution to the quarrel of the politics of patrimony in Brazil, over all the interventions of I restore, thinking about a city constructed and lived for its inhabitants, we plead to be pertinent, to apprehend the possible relations of constructions in ruins, stops with the memory of the group circumscribes that them, and alone then, to revisit them it the light of these relations.

Words-Key: Cities; Laranjeiras; Memories; Collective memory; Ruins.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa político do Estado de Sergipe destacando a região Vale do rio Cotinguiba.	96
Figura 2: Capela de Santo Antonio e o Casarão do Engenho do Retiro.	100
Figura 3: Igreja de Nossa Senhora de Conceição da Comandaroba.	101
Figura 4: Mapa ilustrativo do núcleo de povoamento de Laranjeiras destacando a “Rua Direita”.	110
Figura 5: Reprodução de foto da Praça do Mercado século XIX.	112
Figura 6: Ilustração dos casarões e casas comerciais da “Rua Direita” em meados do século XIX.	113
Figura 7: Mapas da evolução urbana de Laranjeiras.	115
Figura 8: Recorte de cabeçalho do jornal “O Horizonte”. Nº 13 de 4.10.85.	119
Figura 9: Recorte de cabeçalho do jornal “Vida Laranjeirense”. Nº XVI, de 17.08.30.	120
Figura 10: Recorte do jornal “Vida Laranjeirense”. Nº IV de 25.05.30.	122
Figura 11: Recorte do jornal “Vida Laranjeirense”. Nº 141 de 16.04.33.	122
Figura 12: Recorte do jornal “Vida Laranjeirense”. Nº 175 de 06.02.35.	124
Figura 13: Recorte do jornal “O Horizonte”. Nº 40 de 19.03.86.	125
Figura 14: Recorte do jornal “O Horizonte”. Nº 39 de 12.03.86.	125
Figura 15: Recorte do jornal “Vida Laranjeirense”. Nº 02 de 11.05.30.	125
Figura 16: Recorte do jornal “Vida Laranjeirense”. Nº 04 de 25.05.30.	125
Figura 17: Recorte do jornal “O Horizonte”. Nº 36 de 29.01.86.	126
Figura 18: Recorte do jornal “Vida Laranjeirense”. Nº 165 de 25.11.34.	126
Figura 19: Vista aérea do núcleo urbano e centro histórico de Laranjeiras/SE.	134
Figura 20: Mapa do núcleo urbano de Laranjeiras/SE, com os perímetros do conjunto histórico e o seu entorno.	135
Figura 21: Reprodução de Formulário de Cadastro suplementar de Edifícios de Interesse Cultural.	137
Figura 22: Recorte de mapa do núcleo urbano de Laranjeiras/SE com a disposição espacial das ruínas da cidade.	140
Figura 23: Ruína do sobrado nº 25 no calçadão da Rua Getúlio Vargas.	142
Figura 24: Ruína do sobrado nº 27 no calçadão da Rua Getúlio Vargas.	142
Figura 25: Crianças brincando em frente a Ruína do antigo Teatro São Pedro.	143

Figura 26: Homens executando trabalho de carpintaria, na fachada da Ruína do antigo Teatro São Pedro.	143
Figura 27: Parte de Residência comum adentro Ruína de um antigo Trapiche.	144
Figura 28: Mulher lava roupas em meio a uma ruína.	144
Figura 29: Casarão de Oitão da Praça da República, (antigo Teatro Santo Antônio),	149
Figura 30: Ruínas do “Casarão dos Rollemberg” e do sobrado ao seu lado.	149
Figura 31: Conjunto arquitetônico do “Quarteirão dos Trapiches” em ruínas antes das intervenções do “Programa Monumenta”.	150
Figura 32: Visão panorâmica do conjunto arquitetônico do “Quarteirão dos Trapiches” após restauro.	150
Figura 33: Pilares de pedra das Ruínas do Trapiche Santo Antonio, antes da restauração.	151
Figura 34: Pilares do Trapiche Santo Antonio, após a restauração do local.	151
Figura 35: Obra de requalificação do espaço público da Praça Samuel de Oliveira.	153
Figura 36: Obra de requalificação do espaço público do Calçadão Getúlio Vargas.	153
Figura 37: Obra de requalificação do espaço público Praça Coronel José de Faro.	153
Figura 38: Ruínas de um provável trapiche do início do século XX, cujo último uso conhecido fora uma panificação.	154
Figura 39: Trapiche da “figura 38” após intervenção de restauro.	154
Figura 40: Igreja do “Bom Jesus dos Navegantes”, vista da rodovia estadual.	164
Figura 41: Vista do “Centro Histórico de Laranjeiras” do alto do morro onde fica localizada a Igreja do “Bom Jesus dos Navegantes”.	164
Figura 42: Vista da Igreja do “Senhor do Bonfim” do alto da colina da Igreja do “Bom Jesus dos Navegantes”.	165
Figura 43: Tropeiros comercializando cavalos em área descampada, na entrada da sede de Laranjeiras e ao lado do Rio Cotinguiba. Visto da Igreja do “Bom Jesus dos Navegantes”.	166
Figura 44: Avenida Rotary (trecho asfaltado), principal entrada do centro histórico de Laranjeiras.	167
Figura 45: Trapiche que abriga o “Centro de Artesanato de Laranjeiras”.	169
Figura 46: Trânsito de veículos, bicicletas, pedestres e pesados na Avenida Rotary Visto no sentido, Centro – Igreja do Bom Jesus dos Navegantes.	169
Figura 47: Trânsito de veículos, bicicletas, pedestres e veículos pesados na Avenida Rotary Visto no sentido, Igreja do Bom Jesus dos Navegantes – Centro.	170
Figura 48: Praça ao lado da Prefeitura de Laranjeiras e monumento à Horácio Hora.	170
Figura 49: Edificação que abriga a Prefeitura de Laranjeiras, antigo “Paço	171

Municipal”.

Figura 50: À frente Praça Samuel Oliveira, após um dia de feira.	171
Figura 51: Praça Samuel Oliveira em dia de feira (sábados).	172
Figura 52: Vista de “dentro” da feira na Praça Samuel Oliveira.	172
Figura 53: “Quarteirão dos Trapiches” – Campus Laranjeiras/UFS	173
Figura 54: Calçadão Getúlio Vargas, Centro comercial.	174
Figura 55: Ruínas do Antigo Cineteatro Iris - Calçadão Getúlio Vargas	175
Figura 56: Movimentação do “Calçadão Getúlio Vargas”, antiga “Rua Getúlio Vargas” no século XX e do final do século XVIII até início do XX “Rua Direita”	176
Figura 57: Rua José do Prado Franco, sentido a Igreja da Comandaroba.	177
Figura 58: Rua José do Prado Franco, pessoas usando sobra de uma ruína.	177
Figura 59: Rua José do Prado Franco, pessoas transitando pela rua calmamente.	178
Figura 60: Rua José do Prado Franco, senhoras conversando sentadas à sombra de ruínas de um sobrado antigo.	178
Figura 61: “Praça Possidônia Bragança”, ao fundo Ruínas do “Hospital de Caridade São João de Deus” conhecido como Hospital Velho.	179
Figura 62: Provável símbolo da medicina gravado em pedra, no alto da entrada da ruína do “Hospital de Caridade São João de Deus” (Hospital Velho).	179
Figura 63: Ruínas do “Hospital de Caridade São João de Deus” (Hospital Velho).	179
Figura 64: Crianças Brincando nas ruínas do Teatro São Pedro “Castelo”, Laranjeiras/SE.	180
Figura 65: Crianças Brincando à sombra das ruínas do Teatro São Pedro “Castelo”, Laranjeiras/SE.	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Quantitativo de Edificações em Estado de Ruína Encontradas no Centro Histórico de Laranjeiras (fevereiro a julho de 2009).	142
Tabela 02: Usos Encontrados Atualmente em Ruínas do Centro Histórico de Laranjeiras (fevereiro a julho de 2009).	142

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BICEN/UFS – Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe.

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna.

C.At. – Primeira Carta de Atenas.

C.At. II – Segunda Carta de Atenas.

C.B. – Carta de Burra.

C.Bra. – Carta de Brasília.

C. C. B. – Carta Compromisso de Brasília.

C. CF. – Carta de Cabo Frio.

C.L. – Carta de Lausanne.

C.N. – Carta de Nara.

C.Pet. – Carta de Petrópolis.

C.R. – Carta do Restauro.

C.V. – Carta de Veneza.

DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

D.A. – Carta Declaração de Amsterdã.

FA/UFBA – Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.

GRAU – Grupo de Restauração e Renovação Arquitetônica e Urbanística.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

ITBEC – Instituto Tobias Barreto de Educação.

MinC – Ministério da Cultura.

N.Q. – Carta Normas de Quito.

OEA – Organização dos Estados Americanos.

R.P.O.P.P. – Carta Recomendação Paris de Obras Públicas ou Privadas.

R.P.P.M.C.N. – Carta Recomendação de Paris – Proteção do Patrimônio, Cultural e Natural.

R.P.P.S – Carta Recomendação de Paris – Paisagens e Sítios.

R.N. – Carta Recomendação de Nairóbi.

SHU – Sítio Histórico Urbano.

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

UFS – Universidade Federal de Sergipe.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 Construção do Objeto e Caracterização do Problema de Pesquisa	20
2 Procedimentos Metodológicos.	27
 I CAPÍTULO – PATRIMÔNIO, RUÍNA E MEMÓRIA: CONTEXTOS, CONSIDERAÇÕES E CONCEITOS.....	32
1.1 Caminhos do Patrimônio: Do viés histórico e cultural ao econômico.	33
1.1.1 Cartas Patrimoniais: O Patrimônio tem direito a Ruína?.	42
1.2 A Ruína e seu “valor”: Algumas considerações.....	69
1.3 A Memória e a Teoria Social: Conceitos e contextos.	77
 II CAPÍTULO – LARANJEIRAS: DE PORTO COMERCIAL À “CIDADE HISTÓRICA”.....	95
2.1 Surgimento e Formação de Laranjeiras: A grandiosidade (n)do passado.	96
2.2 Laranjeiras: De Centro Urbano a Centro Histórico.	108
2.3 O Patrimônio de Laranjeiras e as Intervenções das Políticas de Preservação.	133
 III CAPÍTULO – LARANJEIRAS “VELHA”: MEMÓRIAS DA CIDADE E(M) RUÍNAS.....	158
3.1 “Flanando” no Espaço do Passado.	162
3.2 Ruínas e Memórias: O passado, presente em Laranjeiras.	182
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	196
 REFERÊNCIAS	201
 ANEXOS	207

INTRODUÇÃO

A pesquisa que ora apresentamos tem como foco de análise as estruturas arquitetônicas do período colonial que se encontram em estado de ruína no centro histórico da cidade de Laranjeiras, no estado de Sergipe. Nosso intuito é analisar como tais estruturas se relacionam com a memória compartilhada de seus habitantes, sobre a cidade de “tempos” áureos e de faustoso passado do século XIX, que se constituía como maior centro econômico, urbano e berço cultural da Província de Sergipe Del Rey, sendo considerada uma das cidades mais importantes da região à época, situação distante da realidade encontrada na cidade atualmente, de economia bastante fragilizada e com a precarização de suas condições sociais. Assim, seus momentos de glória no passado podem ser vistos, sobretudo, nas edificações de seu centro histórico e/ou quando evocados pela lembrança de seus moradores.

Sobre lembrança, é possível inferir que esta ocorre geralmente pela associação daquilo que estamos experienciando com o que carregamos em nossa memória no instante em que esta é acionada pelo nosso conjunto de sentidos. A rigor, ao ouvirmos algum relato ou mesmo uma canção, ao apreciarmos uma pintura, ao sentirmos o cheiro de um perfume ou ao comermos, estamos suscetíveis a lembranças que nossos sentidos possam evocar numa busca associativa em nossa memória, ainda que não tenhamos necessariamente experimentado daquilo, pois, como numa espécie de processo cumulativo de experiências e trocas, o que aqueles que nos são próximos vivenciaram também serve à nossa memória, dentro de um processo aparentemente intimista e supostamente puramente biológico.

Ao nos inclinarmos para o entendimento através dos meios acadêmicos da expressão “memória”, é bem verdade que perceberemos o emprego do termo como categoria científica primeiramente e de modo copioso nas ciências biológicas, significando, grosso modo, a capacidade que o cérebro tem de acumular dados, como: sentimentos, informações, valores, hábitos, enfim, tudo aquilo que no percurso de nossas vidas de alguma maneira experienciamos, e que serão armazenados pelo cérebro. Na filosofia, a memória tem como uma de suas principais abordagens modernas as observações das abstrações e das origens das ideias humanas (HUME, 2006). Por sua vez, a psicologia também contribuiu com o debate,

dando ao termo definição e conceituação próprias, como categoria analítica aos seus estudos, principalmente pelo enfoque da psicologia social, ao observar o comportamento do indivíduo frente aos estímulos sociais, embora isto também ocorra com outras áreas do campo das ciências humanas, como a história, a linguística e a sociologia.

No que concerne à sociologia, a inflexão para os desdobramentos que põem a memória como objeto de conceituação teórica e categoria analítica é relativamente nova, porém, gerando resultados que contribuem de modo significativo à elucidação da realidade social. A Escola de Frankfurt e a Escola Francesa ao tratarem a memória como fenômeno de caráter social, dispuseram-na como recurso de análise da sociedade. Dos trabalhos das ciências sociais voltados para a temática com maior repercussão nos meios acadêmicos atualmente, atentamos para as formulações teóricas sobre memória do sociólogo Frankfurtiano Walter Benjamim (2000), que tratou o passado como forma de criticar o presente, numa espécie de redenção social, além de destacarmos a importante obra do sociólogo francês Maurice Halbwachs (2006), que concebe a memória como elemento de fundamental importância à coesão social e na determinação da memória individual; esta, a priori, parece-nos ter maior proximidade teórica com a nossa proposta de pesquisa.

Em linhas gerais, as reflexões de Halbwachs (2006) têm como influência direta os postulados de seu mestre Émile Durkheim e, trazem na sua espinha dorsal o pensamento Durkheimiano que relaciona diretamente os “meios sociais efervescentes” aos sistemas de classificações sociais e mentais. (DUVIGNAUD, 2006, p. 08). Diferentemente de outros discípulos de Durkheim, que vêm tais relações de maneira mecânica, Halbwachs admite que a dinâmica social interfere diretamente nos sistemas de classificação, o que o permitiu apontar para a dimensão coletiva da memória, quando, entre outras abordagens, entende que aquilo que usualmente atribuíríamos ao campo das construções individuais do ser, como: os sentimentos, ideias, pontos de vista, reflexões e até mesmo as paixões, de todo modo estão pautadas por uma relação intrínseca com o grupo social ao qual pertencemos, as quais permitem, ainda segundo o autor, que as relações sociais se estabeleçam e se mantenham numa razoável ordem.

A apropriação do termo memória para elaboração de conceitos, com suas devidas adequações, pela teoria social, não só possibilitou a formulação de novas categorias analíticas que auxiliam na compreensão da sociedade, como também abre novos caminhos à investigação sociológica em suas várias ramificações na busca de melhor compreensão de

seus objetos específicos, e, portanto, entendemos que a abordagem sociológica que toma as cidades como objeto central de sua análise tem na perspectiva das teorias sociais da memória, e em especial na formulação conceitual proposta por Halbwachs (2006) de “memória coletiva”, um importante caminho a ser percorrido como auxílio à análise dos modos de vida e do cotidiano das cidades, uma vez que, como sabemos, estas são constituídas em sua essência por grupos sociais, condição que segundo o pensamento de Halbwachs, as põem como um importante meio na construção e manutenção da memória coletiva de si mesma.

As cidades, nas últimas décadas do século XX, vêm sendo foco de investimento com urgente recorrência de processos bastante impactantes para a sociedade, decorrentes, sobretudo, de uma forte tentativa de seu gerenciamento, principalmente no ordenamento de seus espaços, que na maior parte dos casos visa aperfeiçoar seu aproveitamento econômico, pautado, sobretudo, por uma série de políticas que engendram novos usos em áreas até então consideradas degradadas, processos conhecidos por *gentrification*^[1] ou enobrecimento urbano.

No entanto, aquilo que em tese e a princípio se apresenta como gerador de benefícios para o desenvolvimento econômico das cidades, e que aparentemente protege e preserva suas edificações antigas como patrimônio histórico e cultural, não reflete seus efeitos apenas no tocante a essas duas esferas e tampouco somente de forma positiva, como apontam as investigações formuladas a tal respeito, ao longo de pelo menos uma década, frutos de trabalhos de pesquisa realizados por pesquisadores como Carlos Fortuna (1997), Rogerio P. Leite (2007), Paulo Peixoto (2009) e Silvana Rubino (2003), para só citar alguns, que apontam amplamente e com considerável reincidência, que os custos sociais aos que integram o contexto das ações dessas políticas são de sobremaneira elevados, mencionando ainda, que os resultados a médio e longo prazo são bastante insatisfatórios do ponto de vista de um presumível desenvolvimento econômico das cidades.

[1] Trata-se de Intervenções urbanas voltadas à transformação do espaço urbano pautado no forte apelo visual, característica peculiar a todo tipo dessas ações que guardam entre elas suas nuances. O trabalho aqui exposto traz por preocupação as ações que recaem, sobretudo, em construções em estado de ruína de centros e de cidades históricas, por um tipo específico dessas intervenções que Leite (2007) chama de *city marketing*, “cuja práticas compreendem um conjunto de intervenções voltadas à transformação de degradados sítios históricos em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural” (p. 79).

Portanto, em meio a tais questões e como pretensa contribuição às investigações propostas pela “sociologia das cidades^[2]”, pensamos ser razoável a análise sociológica de como se relaciona o patrimônio material em estado de ruína de sítios históricas com a memória coletiva da cidade, haja vista o que pertinentemente nos chama a atenção Fortuna (1995) sobre o pensamento de Michel Foucault (1979), quando este reconhece que os elementos físicos de uma sociedade causam interferência em suas ações e nas suas classificações simbólicas, ou seja, a cultura material de um grupo social contém um valor simbólico e um sentimento de pertença que refletem em suas relações sociais.

Por sua vez, Halbwachs (2006) apresenta a “memória coletiva” como uma espécie de corrente de pensamento contínuo, que absorva o passado vivenciado em seu meio, mantendo-o latente na consciência dos grupos; as formas materiais e os objetos inscritos na paisagem fazem parte do que a memória coletiva absorve, desse modo, parece-nos bastante pertinente observarmos analiticamente a relação da memória compartilhada dos grupos sociais frente aos elementos físicos presentes nos espaços em que habitam.

Esta análise torna-se, entre outros motivos, bastante relevante do ponto de vista social se pensarmos nos processos que, como mencionamos anteriormente, põem as cidades numa lógica de “enobrecer” seus espaços para o consumo cultural, na crescente busca por torná-las economicamente viáveis, sobretudo as com potencial de exploração turística de seu patrimônio, através das políticas de intervenção urbana, caso típico da cidade em questão.

É, portanto, neste sentido, que construímos o problema de pesquisa, tomando como recorte empírico o “Centro Histórico” da cidade de Laranjeiras em Sergipe, por conter em seu núcleo urbano, que se encontra bastante preservado em sua forma original, considerável patrimônio arquitetônico em estado de ruína, sem as intervenções urbanas do tipo *gentrification* ou mesmo de restauro, porém, com notória acentuação e celeridade de tais políticas, que se voltam, sobretudo, para este tipo particular de estrutura arquitetônica, que vem recebendo forte investidas de processos de restauro.

Como objeto de estudo, tomamos as ruínas constantes do perímetro do seu centro histórico, por serem estas edificações as que compunham a paisagem urbana embrionária da

[2] Ao trazer o termo “sociologia das cidades” e não “sociologia urbana” pretendo me fazer entender que me insiro no campo de discussões à luz de um entendimento de análise sociológica das cidades pelo que “reclamou” Carlos Fortuna (2002) como mudança de paradigma e perspectiva de análise deste objeto, de modo a “[...] inverter os sentidos da leitura sociológica da cidade e passar a lê-la também de “baixo para cima” e “das margens para o centro”. (id, p. 129)

cidade e ainda constituem o núcleo urbano de Laranjeiras, uma vez que o seu centro histórico está inserido em seu centro urbano, que continua o mesmo desde seu surgimento, além do que, em pesquisa exploratória de campo, as ruínas deste espaço tiveram considerável recorrência de citações em narrativas de relatos orais, referindo-se ao passado da cidade como cenário de importantes acontecimentos e lembranças da antiga e gloriosa Laranjeiras.

Posto isto, dada a característica de nosso objeto e a patente inclinação que as políticas de patrimônio têm para as ruínas de cidades históricas, cabe aqui um importante esclarecimento a respeito da proposta de investigação do trabalho. Não constitui nosso empenho discutirmos e analisarmos os resultados de processos de enobrecimento urbano que tem no seu bojo o restauro de edificações “degradadas”, nem de travar um embate ideológico contra tais processos, ainda que corroboremos com o que apontam as pesquisas já mencionadas acerca de suas ressonâncias sociais, tampouco é intenção da pesquisa praticar uma espécie de apologia às ruínas, como num movimento de caminho “natural” das estruturas arquitetônicas.

A nossa intenção é de, num arrojo reflexivo, à luz dos postulados da sociologia e da antropologia urbana, estreitar em um ponto específico a ampla discussão do patrimônio das cidades, quanto à relação que constituem seus moradores com o patrimônio em ruína pelo viés da memória, como auxílio a novas proposições das políticas de patrimônio, decorrente da observação de tal contexto, ao passo que também procuramos contribuir empiricamente nos debates acerca do conceito de memória pela teoria social.

Porquanto, ainda nesta introdução e, antes de fomentar as discussões propriamente ditas, serão feitas as exposições do que irão tratar cada um dos três capítulos da dissertação e, em seguida, em tópico específico, trataremos de como se deu a construção de nosso objeto de estudo, em paralelo à apresentação e caracterização do problema de pesquisa, com o intuito também de pôr justificativa à sua escolha.

Posteriormente, serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados no decorrer da pesquisa, atentando para a importância da análise Histórico-Documental, bem como as observações diretas em campo, fundamentais na descrição da cidade, e na tomada de narrativas de memória por relatos orais para o cumprimento dos objetivos por nós almejados.

No primeiro capítulo, na tentativa de perceber em linhas gerais em que condições a ruína é percebida para as políticas de patrimônio, tornou-se necessário percorrer os caminhos que conduziram tais políticas e as propostas de suas ações, pois, notadamente,

passou-se de um modelo que se intencionava a apenas preservar edificações que de algum modo marcaram a trajetória histórica de uma sociedade ou, ainda, que representassem a sua cultura, para aceitar a exploração econômica deste bem, sobretudo, por agentes turísticos, numa proposta de venda e consumo, de valores culturais, recaindo suas ações, com maior efeito, para as cidades ditas históricas, especialmente, nas edificações em ruínas, com os processos de restauro.

Para tanto, faremos uso de autores como Antonio A. Arantes (1997), Eunice Durham (1984) e Françoise Choay (2001) com trabalhos de reconhecida estima na temática, apoiando-nos também nas chamadas “cartas patrimoniais^[3]”, nas quais analisaremos concretamente as propostas de ações que tais políticas apresentam na abordagem dos elementos arquitetônicos em ruínas e o modo como a relacionam aos moradores destes espaços.

Ainda no primeiro capítulo serão apresentadas algumas conceituações e considerações a respeito da abordagem sociológica da ruína e do seu valor como elemento social, como também uma breve e concisa marcação teórica das formulações conceituais da memória na teoria social, apontando para aquela que fornece a melhor abordagem para o nosso objeto.

Para tais discussões, as análises sociais empreendidas por Fortuna (1995), Cristina Meneguello (2000), Georg Simmel (1998) e Walter Benjamin (1989) são de suma importância na compreensão do que entendemos sobre ruína nessa investigação e ainda observando para qual tipo recai nosso interesse. Já para as questões que envolvem as formulações teóricas da memória no campo da teoria social buscamos apoio nos estudos de Myriam Sepúlveda dos Santos (2003) e nas teorias desenvolvidas por Benjamin (1985; 1989; 2000) e Halbwachs (2006).

No segundo capítulo, já debruçado especificamente para o campo de pesquisa, tornou-se indispensável compreender, a partir de uma contextualização histórica o processo de sua formação e constituição, o que possibilitou Laranjeiras caracterizar-se como “cidade histórica”, além de sua datação, que a põe como uma das cidades mais antigas do Brasil. Tal

[3] Cartas patrimoniais são: “as cartas, recomendações e declarações construídas com o fim de trazer considerações sobre aspectos relativos à conservação do patrimônio. Em sua maior parte, essas cartas são produzidas em encontros de entidades internacionais, como o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) e nas sessões da UNESCO, órgão integrante da ONU, que tem como uma de suas atribuições a identificação e proteção de bens considerados patrimônio da humanidade” (CURY, 2006, p. 12).

contextualização enfoca, sobretudo, o seu centro urbano, entendido como um dos primeiros do país e que outrora se posicionava como mais importante centro comercial da então Província de Sergipe Del Rey, recebendo forte influência da arquitetura europeia, principalmente portuguesa, condições que a puseram como um dos principais cenários na consolidação de Sergipe como estado, e que décadas mais tarde a transformou em patrimônio histórico brasileiro. Para tal percurso nos foi de grande importância as investigações sobre a História de Sergipe desenvolvidas por Luiz Antonio Barreto^[4], Jurandyr Pires Ferreira^[5] (1959), Felisbello Freire^[6] (1977), Maria Thetis Nunes^[7] (1978, 1996, 2006, 2006b), entre outros pesquisadores dedicados aos estudos da Arquitetura colonial brasileira e História do Brasil. Ainda nesta empreitada, com o apoio de jornais de época, procuramos perceber o modo relacional dos “equipamentos urbanos” do seu centro histórico no “cotidiano da cidade” (PAIS, 2003).

Pelo ensejo, ainda neste capítulo, nos inclinamos para a apresentação de alguns dos elementos físicos que constituem o patrimônio histórico de laranjeiras, principalmente do perímetro de seu centro histórico, no intuito de demonstrar como estes vêm sendo interpelados pelas políticas de patrimônio, percebendo as investidas já concretizadas do enobrecimento urbano.

Por fim, no terceiro e último capítulo, o pesquisador vai ao campo, descrevendo através da observação direta, a cidade e os elementos físicos que compõem seu centro histórico, buscando compreender o sentido que atualmente tem o conjunto arquitetônico e urbanístico de Laranjeiras, na “vida cotidiana” (PAIS, 2003) dos habitantes desse espaço. Com tal observação, naturalmente, iremos “sentindo”, em certa medida, o passado de

[4] Escritor e Investigador da História de Sergipe; é Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Publicou diversos livros e artigos tratando da história deste Estado.

[5] Ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), planejou e orientou a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. [...] que consolida todo o esforço e consagra o espírito investigador de uma equipe distribuída pelas Agências do IBGE. O volume XIX da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros engloba Alagoas e Sergipe (BARRETO, 2006).

[6] Felisbello Freire (1858-1916) é o mais destacado nome da historiografia sergipana. Natural de Itaporanga, [...] formou-se em Medicina, pela Faculdade da Bahia. Talento multifacetado impôs-se como médico [...] e jornalista [...]. Projetou-se, sobretudo, como historiador, legando-nos uma das mais importantes obras históricas do seu tempo. [...] Em 1891 publicou a História de Sergipe, que o tornaria, no dizer de José Calasans, o pai da historiografia sergipana. [...] Abrangendo a formação sergipana, desde seus primórdios até a mudança da capital [...]. Há outros livros históricos de Felisbello Freire, de grande importância, [...], além de muitos artigos inseridos em revistas e jornais. (NUNES, 1987)

[7] Geógrafa, Historiadora e Museóloga, Professora titular de História da Universidade Federal de Sergipe. Publicou vários artigos sobre Sergipe e tem publicado livros como: História de Sergipe a partir de 1820, Sergipe Colonial I e II e Sergipe Provincial I.

características coloniais que teve a cidade, ao menos imagetivamente, através de seu patrimônio material. Para tal apreensão, de uma observação subjetiva de Laranjeiras, nos deu o aporte metodológico necessário o personagem do *Flâneur*, traduzido por Walter Benjamim (2000) das poesias de Charles Baudelaire, através de uma conduta de postura de “vagar” por entre as ruas da cidade, descrevendo a Paris do século XIX, após um processo de radical ruptura social.

No encerramento deste capítulo, ainda no decurso das incursões a campo, colhemos alguns depoimentos, por via de relatos orais, de moradores antigos do centro histórico da cidade, na intenção de observar “narrativas de memória” que pudessem nos fazer apreender a memória que é compartilhada sobre a cidade, por aquele grupo social (HALBWACHS, 2006), para só então percebermos se há relação da memória coletiva do grupo social do centro histórico, especificamente, com as edificações que estão em ruínas nesse espaço.

Para pôr fim à investigação couberam-nos algumas considerações em uma reflexão crítica acerca do enlace entre o patrimônio material em ruína e a memória da cidade, pondo-nos a discutir em que medida há a presença do patrimônio material em ruína para a memória coletiva da cidade histórica de Laranjeiras, ao passo que também sustentamos empírica e teoricamente uma maior discussão no que tange à observação dos fatores socioculturais nos processos de intervenção urbana, para um alargamento das análises prévias acerca da questão levantada por parte das políticas de intervenção do patrimônio urbano nos contextos e nas relações sociais que envolvem o patrimônio histórico em ruína, sobretudo em centros urbanos históricos.

1. Construção do Objeto e Caracterização do Problema de Pesquisa

A seção da sociologia que promove as cidades como objeto central de suas investigações, ao debruçar-se para a observação e análise da complexa e dinâmica vida em sociedade nestes espaços, investe constantemente na construção de novas formulações teóricas que, quase sempre, nos fornece uma melhor compreensão de determinados aspectos dos modos de vida nas cidades, bem como das sociabilidades que alguns espaços possam ou

não produzir, apontando também implicadores de alterações no cotidiano de seus atores sociais.

A busca constante em preencher as lacunas teóricas, causadas, sobretudo, por tal natureza dinâmica de seu objeto, põe os pensadores da sociologia das cidades a observarem analiticamente aquilo que causa nesses espaços grandes reverberações. Neste contexto, as intervenções urbanas do patrimônio, sobretudo em sítios históricos, que têm por objetivo a alteração da imagem da cidade, voltadas ao consumo cultural mediante, principalmente, a uma requalificação do espaço público e dos usos dos lugares (PEIXOTO, 2009; LEITE, 2007), inserem-se como um dos temas mais centrais e atuais em sua agenda de discussões como problemática de investigação.

A análise de tais políticas tem sua importância ampliada no que tange aos seus reflexos sociais, quando atentamos para o modo como estas são pensadas e desenvolvidas, pois guardam em seu bojo a intenção de (re)construir usos dos conteúdos e materiais de determinado passado, reclassificando os seus personagens e lhes apresentando, por vezes, funções sociais diferentes das construídas ao longo de décadas, o que acaba com recorrência por produzir impactos de ressonância negativa na sociedade, permitindo situações que vão desde: 1) a segregação econômica e social de seus antigos usuários, passando por uma 2) (re)apropriação descontextualizada de certos valores culturais antigos, chegando até a 3) interpretações difusas, exacerbadas e mesmo errôneas do grau de simbolismo de determinado momento da vida social daquela cidade.

Estes são resultados possíveis de serem observados nas intervenções das políticas do patrimônio, quais autores da sociologia urbana nos sugerem enunciações conceituais com bastante pertinência analítica como possibilidade de compreendê-las, das quais destacamos aqui algumas para elucidar as situações mencionadas e para continuar anunciando o referencial teórico da pesquisa em curso, e ainda de modo relacional ao processo que se iniciou e se acentua, em nosso campo de pesquisa.

No que tange à observação dos resultados de tais políticas para uma (re)valorização do passado que, de algum modo, não mais está ligado intrinsecamente ao cotidiano da cidade, sujeitada que naturalmente foi a um novo modo de vida, produzem dissonâncias entre o passado que se pretende resgatar e a imagem do passado que se constitui no presente. Fortuna (1997) apresenta como conceituação analítica para tal observação o que

ele chamou de “destraditionalização da imagem das cidades”, que o autor resume como sendo:

O processo social pelo qual as cidades e as sociedades se modernizam, ao sujeitar anteriores valores, significados e ações a uma nova lógica interpretativa e de intervenção. Esta destraditionalização é movida pela necessidade de cada cidade revalorizar os seus recursos, reais ou potenciais, como forma de se reposicionar no mercado da concorrência inter-cidades, cada vez mais competitivo. (p. 234)

Mike Featherstone (1995) traz outro modelo no desenvolvimento de teorias que ajudam a explicar os citados fenômenos decorrentes das ações intervencionistas do patrimônio, quando aponta que há como produto desses processos exageros ou mesmo pseudo caracterizações de uma presumível história da cidade com vistas ao seu consumo cultural, o que chamou de “espetacularização da cultura” e assim esclarece:

[...] a acentuação ou a criação de traços culturais que objetivam caracterizar a singularidade de um espaço urbano por um forte apelo visual e práticas sociais momentâneas, com vistas à apreensão consumível da história e da cultura na forma de uma mercadoria. (p. 78)

Ainda aportando teorias que conseguem bem cumprir na elucidação dos resultados e dos desdobramentos das intervenções das políticas de patrimônio nas cidades, Leite (2007), propõe uma formulação conceitual, por um “desdobramento do esquema de Certeau, a partir da contribuição de Sharon Zukin” (Ibid., p. 215), para a compreensão analítica de um tipo de fenômeno. Referimo-nos aos processos que excluem socioeconomicamente usuários de “lugares” nas cidades, através de uma “construção” sócio espacial que introduza “novos” usuários e que atende a interesses econômicos, causando com frequência situações de enfrentamento a essa exclusão, por parte dos excluídos, como resposta racional e “tática” a construção de tais “estratégias”. Tal formulação o autor denominou de “contra-usos”, assim por ele pensada:

[...] diria que as “táticas”, quando associadas à dimensão espacial do lugar, que as torna vernaculares, se constitui em um *contra-uso* capaz não apenas de subverter os usos esperados de um espaço regulado como de possibilitar

que o espaço que resulta das “estratégias” se cinda, para dar origem a diferentes lugares, a partir da demarcação socioespacial da diferença e das ressignificações que esses contra-usos realizam. (Ibid.)

As reverberações na sociedade derivadas dos produtos das intervenções urbanas descritas, e outras, podem ser observadas em diversas cidades do Brasil e do mundo, na mesma medida em que também podem ter sua interpelação analítica pelas mesmas formulações teóricas propostas, guardadas suas especificidades. Os estudos já realizados ^[8] em intervenções do tipo abordado permitiram-nos observar as imperfeições de tais ações em atender ou permanecer atendendo seus objetivos.

Do que foi visto é possível inferir que as intervenções urbanas do patrimônio têm suas aplicações concentradas em cidades com características “históricas” e trazem em seus projetos forte apelo para a manutenção e/ou melhoria das condições de vida nestes espaços, seja através da alocação patrimonial de conservação e/ou resgate de uma suposta identidade social compartilhada, ou pelo discurso do desenvolvimento sustentável, por meio de uma exploração econômica da cultura, ou ainda, como em muitos casos, em que ambos se complementam.

Nisto, a “histórica” cidade de Laranjeiras localizada no Estado de Sergipe se insere plenamente na lógica dos discursos citados, pois nela encontramos amplo acervo arquitetônico e paisagístico urbano histórico, sobretudo do século XIX, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o que a põe no rol das mais antigas cidades do país, documento do Brasil colônia. Porém, hoje a cidade não tem mais a forte economia que a fez centro comercial da província de Sergipe nos séculos XVIII e XIX e há aproximadamente um século se vê em uma profunda estagnação socioeconômica, fatores que a colocam como foco das intervenções urbanas do tipo *gentrification*.

O que vimos até aqui são fenômenos decorrentes das intervenções urbanas das políticas de patrimônio, que já se encontra em curso na cidade de Laranjeiras, como veremos no segundo capítulo e que contam com amplo leque de formulações teóricas a explicá-los.

[8] Como exemplo, temos os trabalhos de pesquisa realizados pelos investigadores que compõem a Rede Brasil Portugal de Estudos Urbanos (CPLP/CNPq) citando, entre outros, Fortuna (1997) e Carina Gomes (2010) ao analisarem, pela mesma matriz teórica, a (re)construção pelas políticas de patrimônio da imagem das cidades em Évora e Coimbra em Portugal; a investigação comparada de Leite e Peixoto (2009) nas cidades do Recife (Brasil) e do Porto (Portugal) ao observarem a “resposta” “contrarrevanchista” da tentativa de Patrimonialização; há ainda pesquisas de mesmo propósito em outras cidades, sobretudo de caráter histórico, como Salvador, Lisboa, Ouro Preto e Braga.

Contudo, tais processos, seguindo a linha de pensamento de Sharon Zukin (2000), contam no seu bojo com uma tentativa de inversão no modo como a sociedade se organiza em seus espaços, onde não mais a sociedade é a única responsável por suas construções identitárias, mas sim vindas de operações frutos de uma lógica pós-moderna que as impõe, falseiam e as inventam, atribuindo-lhes novos sentidos, concernentes e por um caráter de conjunção entre o espaço e o tempo, passando-as do “vernacular” para o que a autora chamou de “paisagens” e salientou que “o mapeamento da paisagem é um processo estrutural, que tem ressonância tanto no ambiente construído como em sua representação coletiva” (id, p. 83). Portanto, as “criações” de “paisagens nas cidades” têm seus resultados flexionados também aos indivíduos.

Posto isto e para além do que as proposições teóricas buscam responder ao flexionarem-se para o modo como tais políticas reverberam na esfera social dos habitantes das cidades, dá-se pertinente também observarmos a maneira como a (re)construção das “paisagens” nestes espaços nos põe a indagação do modo como os atores sociais se tornam parte desses processos, bem como o modo como estes participam de suas formulações, uma vez que devemos atentar para as dinâmicas sociais inerentes ao contexto das cidades modernas; talvez resida nesta percepção e preocupação um dos principais motivos do fracasso ou do sucesso das aplicações das políticas de patrimônio.

Certo mesmo é que os resultados observados dos investimentos deste tipo de política, da maneira como vêm sendo colocados em prática, não demonstram persistir por muito tempo no que de início aparenta lograr êxito; pelo contrário, o que vemos são esvaziamentos por parte de seus “novos” usuários e retorno ao estado anterior de considerada “degradação” de tais espaços.

Neste sentido, Rogerio P. Leite (2010) nos faz refletir tal situação, em seu instigante artigo intitulado “A Exaustão das Cidades”, onde apresenta uma análise comparada das características e de como foram pensados os processos de intervenção urbana nas cidades de Recife e Salvador, do lado brasileiro, e em Évora e Porto, do lado português, e embora cada caso tenha suas particularidades, tanto no tipo do enobrecimento empreendido quanto nas especificidades de suas realidades urbanas, o autor sugere que as cidades têm uma espécie de linha de saturação no alcance temporal dos objetivos das intervenções urbanas. Sobre isto, Leite (2010) aponta duas razões que bem atendem a explicar o esvaziamento e a estagnação de tais processos: “[...] ou as práticas urbanísticas estão deletérias demais ao supor ser

possível criar uma cidade sem levar em conta as diferenças entre as pessoas em suas rotinas cotidianas, ou a vida urbana é por definição fugidia a controles excessivos [...]” (p. 86)

No entanto, o autor ainda chama a atenção, apoiado no pensamento de Fortuna (2002), para uma terceira hipótese, que vem tomando força tanto como forma de explicação dos insucessos das políticas de patrimônio quanto para o modo de pensar, analisar e propor novos modelos de intervenções urbanas:

[...] por que não incluir nas políticas urbanas mecanismos que assegurem que certas edificações envelheçam com a dignidade de uma ruína preservada como ruína? Por que perseguir com tanta obsessão a ideia de uma cidade esteticamente ordenada, higienizada e pacífica, preferencialmente sem as marcas da história incrustadas no patrimônio histórico envelhecido, quando as dinâmicas sociais insistem em revelar que a cidade não é passível de uma colonização tão incisa dos espaços públicos como pretendem esses modelos de intervenção urbana? (LEITE, 2010, p. 86 e 87)

Pautado em tal premissa, Leite (2010) lança uma sugestão analítica bastante desafiadora. Antes, porém, faz questão de explicitar que não tem propósito em fazer alusão à manutenção de uma edificação em ruína ou mesmo permitir que neste estado ela chegue como solução para o sucesso dos espaços enobrecidos; o autor então propõe que atentemos ao que os moradores destes espaços desejam e pensam sobre o seu patrimônio, observar a partir destes e antes mesmo da elaboração das políticas de intervenção o modo como se relacionam com estes elementos em sua vida cotidiana e o valor que lhes atribuem na forma que estão, sem processos de restauro ou de preocupação estética, e só assim perceber a necessidade ou não de um restauro de uma ruína, por exemplo. Pensemos então que o valor que possa ser atribuído a este tipo de elemento arquitetônico seja de simbolismo ou de memória e não por uma suposta beleza arquitetônica que nela um dia houve.

A proposta lançada por Leite (2010) encontra forte elo com o modo como Fortuna (2002) “conclama” por uma mudança de perspectiva analítica, “uma atitude sociológica nova sobre a cidade e a cultura urbana” que garanta aos atores dos espaços públicos o direito de interferirem democraticamente em seus espaços, sua história e suas culturas, tomando em contrário o efeito do que Zukin (2000) esclarece sobre a tentativa de se criar “paisagens” para as cidades que, invariavelmente, causam alterações simbólicas nos seus espaços, com seus efeitos recaindo com força não só nestes como também nos indivíduos em seu meio, fechando com o pensamento de Michel Foucault (1979), quando reconhece que os elementos físicos de

um grupo social contribuem para organizar os movimentos humanos, refletindo, assim, em suas relações sociais, podendo estes atribuir-lhes um sentimento de pertença e mesmo de segurança.

Portanto, envolto por tais premissas e disposto à recente abordagem sociológica das cidades, entendemos ser salutar a observação analítica do modo como os moradores de uma cidade histórica se relacionam pelo viés da memória com seu patrimônio material em meio ao seu cotidiano, considerando como objeto desta análise as edificações em estado de ruína, que não sofreram processos de restauro, uma vez que, além de terem considerável visibilidade como componente histórico e cultural do patrimônio das cidades, são estas as estruturas arquitetônicas do patrimônio que primeiro retêm atenção no encaminhamento de tais intervenções, recebendo com frequência estímulos que não são de identificação nem de pertencimento para com o grupo.

Assim, mais uma vez, deixamos claro que no bojo da inflexão analítica apresentada é pertinente compreender no cotidiano das cidades a relação que se constitui entre estas partes, pensando também nas relações que o ser humano constrói por diversos estímulos, entre eles e, sobretudo, em meio ao espaço que habita, num cenário que não se podem excluir os relatos, os elementos materiais, as histórias e as memórias daquilo que nos cerca, e que nos permite estreitar ou afastar nossas relações.

De todo o exposto e, tomando como campo de investigação a cidade de Laranjeiras, desenvolvemos como problema de pesquisa: em que medida as ruínas do centro histórico de Laranjeiras, sem as intervenções de restauro inerentes as atuais políticas de patrimônio, relacionam-se com os lastros da memória compartilhada pelos habitantes deste espaço? Estabelecendo a “ruína” como elemento do patrimônio da cidade que detém em si características singulares e próprias do passado que acabam por evocar, de uma forma ou de outra, lembranças pertinentes a manutenção da memória coletiva, pensando esta como um importante instrumento de coesão social de um grupo. (HALBWACHS, 2006)

O problema de pesquisa proposto tem como hipótese: que as ruínas do centro histórico de Laranjeiras guardam em sua peculiar materialidade um importante auxílio na reconstituição da história imaginada da cidade, através de lembranças que por elas sejam evocadas e então compartilhadas pelo e no grupo. Assim, tais características, sendo negadas ou inobservadas pelas políticas de patrimônio, principalmente, em intervenções de restauro, tendem a romper com a história imaginada (memória coletiva) em favor de uma história

espetacularizada, assimétrica a memória compartilhada, trazendo impactos negativos ao grupo.

A escolha da cidade de Laranjeiras/SE encontra parte de sua justificativa no caráter histórico que esta tem e na conservação da morfologia de outrora do que sempre fora seu núcleo urbano, sendo “um dos poucos municípios onde ainda se pode ver a força da arquitetura colonial. Ruas, casarios, igrejas, tudo respira a mais pura história” (EMB/IBGE, 1997, p. 01), permitindo que o cotidiano da cidade esteja envolto nesta atmosfera. Quanto a isto, vejamos o que diz Azevedo (1975):

Laranjeiras é uma das mais importantes cidades de arte do Nordeste. Se não possui grandes conventos, como Igarassú, Goiana ou São Cristóvão, conservou, mais que estas, sua forma urbana e unidade arquitetônica. Seu interesse reside não em monumentos religiosos excepcionais, senão na arquitetura doméstica, na arquitetura do cotidiano e na forma como as pessoas se relacionam com o seu passado. (p. 01)

Ainda como justificativa, temos os investimentos contundentes dos últimos 10 anos de intervenções urbanas e de requalificação urbana, provenientes das políticas de patrimônio, com grande aporte financeiro do Governo Federal, especificamente do “Programa Monumenta”^[9], em decorrência da característica que apontamos na justificativa anterior, investimentos estes que têm seus maiores efeitos nas estruturas em estado de ruína de seu centro histórico, como veremos em detalhe no segundo capítulo.

2. Procedimentos Metodológicos

Inserida no campo da Sociologia urbana e dos estudos sobre patrimônio cultural, a pesquisa-base dessa dissertação teve seu foco metodológico fundamentado nos métodos de análises de cunho qualitativo. O Plano de pesquisa foi concomitantemente descritivo e

[9] O Monumenta é um programa de recuperação do patrimônio cultural urbano brasileiro (IPHAN, 2005). No segundo capítulo deste trabalho, teremos a oportunidade de apresentar as ações deste programa em Laranjeiras.

explicativo, abrangendo tanto um recorte longitudinal para a descrição histórica, quanto outro transversal para a apreensão do cotidiano hodierno mediante a técnica de observação direta.

Através do plano descritivo mais amplo, a pesquisa histórico-documental possibilitou apreender a trajetória de formação e desenvolvimento da cidade de Laranjeiras, que envolveu desde seu surgimento no século XVI até seu declínio econômico e social no século XX. Esse levantamento foi fundamental não apenas para uma contextualização histórica da formação da cidade, necessária à compreensão do lugar que esta ocupou e ocupa no estado de Sergipe, como também para o entendimento da constituição do forte comércio e economia da cidade no século XIX, fatores que a possibilitaram uma notável evolução cultural, arquitetônica e urbanística.

Para a execução desse plano descritivo da pesquisa, foram consultadas fontes primárias e secundárias de cunho bibliográfico e documental, abrangendo: livros, dissertações, teses e artigos, bem como uma cuidadosa investigação realizada em fontes jornalísticas históricas. Para as indicações e referências da pesquisa bibliográfica propriamente dita, realizamos inicialmente um levantamento do estado da arte, através de sítios eletrônicos de informações referentes à história de Laranjeiras e de Sergipe, além de consultas realizadas a pesquisadores e estudiosos da história sergipana, das quais resultou a descoberta de valiosas obras e trabalhos que serviram para a explanação da história da cidade.

Houve, ainda, consultas aos acervos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), do Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura (ITBEC), da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe (BICEN/UFS) e da Biblioteca do Campus de Laranjeiras (BICAL/UFS), instituições nas quais tivemos acesso a algumas das obras de referência.

No contexto das fontes de jornais de época, tivemos uma importante contribuição da hemeroteca da BICEN/UFS, por reunir em seu acervo um considerável e valioso número de periódicos e jornais de todo o século XIX e XX, de diferentes cidades de Sergipe. Nela pudemos encontrar alguns exemplares de jornais de época da cidade de Laranjeiras, todos digitalizados e catalogados eletronicamente. Foi possível, então, dispor de cinco periódicos, datados do início do século XIX até a década de 40 do século passado.

Destes jornais, dois, de tempos distintos, tiveram grande contribuição à pesquisa histórica, “como fonte capaz de reconstituição do cotidiano do passado.”, suas notícias, editoriais e/ou anúncios, possibilitaram-nos “uma espécie de retorno ao passado”, pois, “o

jornal condensa relatos sobre acontecimentos dos mais variados, que se referem, de modo especial, a um ordenamento material e simbólico daquela cidade” (CAVALCANTE, 2000, p. 03), que, por sua vez, tendem a nos permitir a percepção das dinâmicas da sociedade e da vida cotidiana. Deste extrato, nos interessou a apreensão do modo como as edificações do centro urbano (histórico) de Laranjeiras estiveram relacionadas, na época, à rotina cotidiana daquela cidade. Para tanto tivemos o cuidado e observamos o rigor metodológico necessários, como bem atentou a socióloga Maria Juraci Maia Cavalcante (2000):

O cuidado metodológico a ser tomado pelo pesquisador é no sentido de uma tomada de consciência acerca da presença inevitável das ideologias no interior de qualquer jornal. Fazendo isso, ele poderá, inclusive, melhor entender certas contradições que frequentemente encontrará no tratamento dado pelo jornal a um mesmo acontecimento. (p. 04)

Ainda no âmbito de consultas a fontes bibliográficas, mesmo que não de caráter histórico, não poderíamos deixar de citar as pesquisas e consultas a bibliografia de cunho teórico, sem a qual o trabalho não seria possível. Estudamos formulações teóricas de autores que, de algum modo, se relacionassem com a temática estabelecida, especialmente sobre Cidades, Memória, Patrimônio e Ruínas, que apresentaram alguns pares de categorias analíticas, essenciais à reflexão e à compreensão acerca do objeto estudado, a partir das quais foram então delimitadas as categorias pertinentes à análise de investigação, bem como a observação da aplicação dessas categorias, podendo assim justificar seus usos, entendendo que esta atividade de reflexão teórica é de toda importância no processo de investigação nas ciências sociais, pois proporciona a adequação de categoriais gerais à realidade estudada.

De outro modo, para o Plano explicativo da pesquisa que compreendeu a investigação empírica através da observação direta sobre o cotidiano da cidade, foram realizadas incursões intermitentes ao longo de quase dois anos ao Centro Histórico da cidade sergipana de Laranjeiras. Nesse tempo foram verificadas as delimitações do perímetro posteriormente analisado, assim como foi realizada uma catalogação exploratória das estruturas arquitetônicas em estado de ruína no interior desse perímetro. Foi também realizada uma prospecção de várias informações relativas ao histórico dessas estruturas, a exemplo dos usos originais conhecidos e os usos atuais. Ainda neste momento, foi tomado conhecimento das edificações no mesmo perímetro que tiveram processos de intervenções urbanas, sobretudo de restauro, concluídos ou em fase de execução.

Ainda como parte do Plano explicativo, a pesquisa de campo conteve uma orientação metodológica bastante usual nos estudos sobre as cidades: referimo-nos àquela atitude típica do transeunte que capta, em meio a subjetividade de significação que contém nosso objeto, e ainda compreendendo que nosso campo retém considerável carga simbólico; as tantas significações da cidade através da caminhada livre, sem roteiro certo, guiando-nos pelo olhar “na busca de situar meu próprio ser em relação ao ser do ‘outro’ na cidade” (ROCHA; ECKERT, 2003, p. 02)

Objetos, eventos não verbais ou verbais, ruídos ou matérias atiram-lhe a atenção sensorial que delineia seu trajeto, seus atos. A cidade acolhe seus passos, e ela passa a existir na existência deste que vive, na instância de seu itinerário, um traçado que encobre um sentido, algo que será desvendado ao seu final. Espaços, cheiros, barulhos, pessoas, objetos e naturezas que o caminhante experiência em sua itinerância, não sem figuras preconcebidas. (Ibid., p. 01)

Esse modo que propomos de “conhecer” a cidade tem sua metodologia extraída do personagem elencado por Walter Benjamim (2000) das poesias de Charles Baudelaire, o *Flaneur*, o qual “descreve a cidade, sob um tal ponto de vista, a conhecê-la como lócus de interações sociais e trajetórias singulares de grupos e/ou indivíduos cujas rotinas estão referidas a uma tradição cultural que as transcende”. (ROCHA; ECKERT, 2003, p. 02)

Assim, dispostos a ir a campo com a “atitude” que é observada na figura do *Flâneur*, e para além de realizarmos uma caracterização pura e simples do espaço urbano atual, buscamos mais a intensidade de uma vivência do itinerário da cidade, por uma experiência de estranhamento e familiarização da Laranjeiras do século XXI, pela Laranjeiras do século XIX.

A conclusão dos trabalhos de campo se dá com a tomada de alguns relatos de memória sobre a cidade, colhidos de habitantes idosos do centro histórico de Laranjeiras. Ao fazermos isso, pensamos poder apreender pela lembrança das pessoas, que pelo fator da idade estiveram mais próximas do passado de Laranjeiras, qual é a memória que aquele grupo social compartilha sobre a cidade, para daí termos sustentação para observarmos nessas narrativas de memória a presença ou não de elementos arquitetônicos em estado de ruína. Isso tem fundamento no que Myriam Barros (1999) chama de “quadro de lembranças de uma cidade” (p. 48), onde as narrativas de memória extraídas de relatos orais têm na dimensão espacial

importante auxílio na evocação de lembranças de um passado, assim acreditamos que um “lugar” (LEITE, 2007), que pode ser uma ruína, tenha um papel imprescindível para a lembrança.

E no que tange ao aspecto de os depoimentos serem colhidos a partir de pessoas idosas residentes no centro histórico de Laranjeiras, repousa sua justificativa através do pensamento de Eclea Bosi (1995), que afirma que na velhice as pessoas são a memória de seus grupos sociais e sua função social é lembrar; assim, tais lembranças acabam que por expressar a memória de determinada coletividade, uma vez que a autora assevera que:

Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente de seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade (BOSI, 1995, p. 63).

A autora argumenta que, nas lembranças de uma pessoa idosa, retém-se um contexto social bem definido: diferentemente das de um homem adulto que está em plena atividade na sociedade e tem suas atenções mais voltadas para o presente, os idosos “já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e definidas; eles já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis” (Ibid., p. 60), portanto, “a velhice é a fonte de onde jorra a essência de cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara.” (Ibid., p. 18)

De todo o exposto, pensamos ter tido razoável plausibilidade na concepção de uma metodologia dupla, de caráter tanto descritivo quanto explicativo, para o cumprimento dos objetivos da pesquisa. Sabemos, pois, que em nada resulta uma boa metodologia quando esta não vem acompanhada de formulações teóricas e conceitos com robustez analítica: condição para que ambos possam convergir em uma mesma direção. Portanto, terminadas as devidas apresentações necessárias, daremos início às reflexões mais teóricas do trabalho e, como ponto de partida, traremos as discussões de ordem conceituais que servirão de sustentação teórica à pesquisa.

CAPÍTULO I

PATRIMÔNIO, RUÍNA E MEMÓRIA:

CONTEXTOS, CONSIDERAÇÕES E CONCEITOS.

É sabido que as discussões e os debates conceituais envolvendo a noção de patrimônio vêm se estabelecendo há longos anos - acompanhados por uma série de mobilizações de grupos das mais variadas esferas e contextos sociais - como também há uma forte presença do Estado com intervenções que se entrelaçam entre os usos dos bens patrimoniais e a sua conservação, com as chamadas “políticas de preservação do patrimônio”, as quais envolvem uma gama de interesses. Esse cenário de intensa discussão voltado ao patrimônio acaba gerando diversas definições e conceituações a seu respeito, as quais, de forma prática, se refletem em distintos cursos e encaminhamentos sobre a questão. Contudo, não se constitui em proposta fulcral deste capítulo a apresentação formal das diferentes linhas de pensamento da noção de patrimônio, nem, tampouco, analisar e/ou discutir sobre a correção ou não destes posicionamentos, uma vez que cada uma traz consigo um tipo de abordagem compatível com o interesse que para ele se associe, seja político, econômico ou ainda social.

Desse modo, o extrato desse contexto que nos é de interesse consiste na observação de como estruturas arquitetônicas em estado de ruína transitam e são abordadas pelas atuais concepções e definições das políticas de patrimônio. Para tanto, entendemos ser necessário antes percorrer os caminhos traçados pela noção de patrimônio e suas políticas, sobretudo no Brasil (ARANTES, 1997; DURHAM, 1984; CHOAY, 2001; FUNARI, 2009), no intuito de compreender a sucessão dos pensamentos que deram sustentação a uma ruptura crucial nos encaminhamentos das políticas patrimoniais, numa clara passagem de uma noção de patrimônio voltada a interesses estritamente de preservação e conservação da história e da cultura de um “povo” para um entendimento que recebe em suas propostas de intervenção do patrimônio, sobretudo urbano: uma perspectiva de exploração econômica de seus “valores culturais”, que acreditamos refletir seus maiores efeitos em cidades consideradas históricas, principalmente em ruínas de antigas edificações destes sítios.

Após essa breve contextualização, e ainda tomados pela vontade necessária de apreensão da forma com qual o elemento em ruína é recebido e tratado pelas atuais políticas de patrimônio, pensamos ser essencial e correto analisar os documentos resultantes de conferências e convenções que tratam desse fim, as chamadas “cartas patrimoniais”, verificando os pontos que abordem as estruturas arquitetônicas degradadas ou em ruína, uma vez que são destas cartas que vários países, como é o caso do Brasil, extraem as concepções que norteiam os doutrinamentos jurídicos e suas legislações sobre patrimônio.

Ainda neste capítulo traremos alguns conceitos e considerações que dizem respeito à abordagem sociológica da ruína (FORTUNA, 1995; MENEGUELLO, 2000; SIMMEL, 1998; BENJAMIM, 1985; 1989), buscando compreender como a teoria social relaciona esse elemento arquitetônico com a sociedade. Trata-se de questões fundamentais na compreensão do tipo de ruína a que se inclina a investigação proposta, que também nos ajudarão na apuração das percepções necessárias ao trabalho de campo.

Como conclusão deste capítulo, coube-nos uma concisa revisão literária com foco nas conceituações e considerações teóricas que envolvem os contextos sociais de memória (BENJAMIM, 2000; HALBWACHS, 2006; MARCUSE, 1981; SANTOS, 2003), das quais nos disporemos para compreensão e análise do problema de pesquisa proposto, na investigação da relação entre a memória compartilhada do grupo social que habita o centro histórico de Laranjeiras e o patrimônio em ruína deste espaço.

1.1 Caminhos do Patrimônio: Do viés histórico e cultural ao econômico.

Ao realizarmos uma breve consulta a alguns exemplares de dicionários da língua portuguesa e/ou brasileira, podemos verificar que há uma considerável recorrência em definir literalmente a palavra “Patrimônio” como: “1. Herança paterna. 2. Bens de família. [...]” (AURÉLIO, 2000, p.520), talvez por isso patrimônio tenha ampla associação à família, e não é assim por acaso, pois a origem da palavra é do latim, “*patrimonium*, que se referia entre os antigos romanos a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater familias*, pai de família” (FUNARI, 2006, p. 10).

É comum percebermos que, na constituição do patrimônio familiar, aquilo que é elencado para se transmitir como “bem” a seus sucessores é valorado como positivo e mantém tal valor por que aqueles que o transmitirão assim o fizeram. Já do ponto de vista de quem os recebe só continuará por tê-lo como tal se assim o quiserem e para tal foram “doutrinados”. Mas ainda assim é da vontade de quem recebe manter seu valor – sem pormenores – de outra forma, o que se apresenta como referencial de valor a um grupo familiar, em uma geração, dificilmente chegaria à próxima, portanto, verifica-se em geral algum bom entendimento entre as partes.

Contribui a favor do processo de transmissão de bens e valores a capacidade de pensar, própria do ser humano e sua biologia genética diferenciada, que para além de nos distinguir evolutivamente dos outros animais, nos dá o potencial único entre estes de interferir de maneira direta e racional no meio em que vivemos, ao passo que nos permite, também, organizarmo-nos em coletividade, criando, aprimorando ou modificando modelos de padrões comportamentais instituídos por e pelo grupo, o que nos outros animais são apenas geneticamente transportados. Essa percepção discutida por Eunice R. Durham (1984) mostra-se interessante na medida em que a autora afirma que a conceituação antropológica de “Cultura” repousa exatamente nesta característica humana única entre os seres vivos. Assim, vejamos:

[...] A ideia central do conceito antropológico de cultura é a de que os homens são animais de um tipo muito especial, cuja particularidade deriva do fato de possuírem muito poucas orientações intrínsecas, geneticamente transmitidas, para organizar seu comportamento. Não possuindo essas orientações genéticas, organizam suas condutas através de sistemas simbólicos que criam e transmitem sobre a forma de regras. Produz-se, assim, uma forma específica de adaptação e utilização do ambiente que envolve tanto a produção de conhecimentos como a de técnicas, isto é, comportamentos padronizados, que são apreendidos e transformados por cada geração. (Ibid., p. 26)

Essa afirmação acrescenta um novo elemento ao patrimônio, a “cultura”. Os modos de fazer, as técnicas empregadas em construções, entre tantos outros, são conhecimentos desenvolvidos no seio de uma geração e que acabam sendo passados às próximas. Este legado não mais se limita ao grupo familiar, mesmo por uma questão de sobrevivência dos grupos sociais, há que se difundir e permutar os conhecimentos desenvolvidos. Porém, essa cultura adquirida e transmitida como patrimônio também não está

isenta de sofrer ocultações, oscilações e perdas do seu valor, uma vez que o grupo que a desenvolveu e os quais a utiliza podem alterá-la ou não mais usá-la, como resultado da dinâmica social comum as sociedades modernas.

Sobre o que foi dito, pensemos na reflexão de Antonio A. Arantes (2009):

Os grupos humanos atribuem valor diferenciado a estruturas edificadas e a elementos da natureza que balizam seus territórios, ancoram suas visões de mundo, materializam crenças ou testemunham episódios marcantes da memória coletiva. Cultivam atividades, conhecimentos e modos de saber-fazer que, ao mesmo tempo, servem a fins práticos e identificam, diferenciam e hierarquizam categorias e estratos sociais, participando da estruturação da vida em sociedade, da formação das identidades e da alimentação do sentimento de pertença.

Essas realidades são inseparáveis dos meios sociais que as produzem, pois deles recebem sua seiva, vitalidade e razão de ser. Mas assim como são criadas, nutridas e aprimoradas, elas podem ser modificadas ou abandonadas no constante fluxo da vida coletiva, onde preservação e destruição são faces da mesma dinâmica pela qual as estruturas sociais se reproduzem e se transformam. (Ibid., p. 11)

O que vimos até aqui tende a reforçar e a confirmar a ideia por meio da qual introduzimos a discussão quando afirmamos que o patrimônio familiar é legado, de certa forma, em comum aceitação entre as partes, previamente estabelecida por regras ou transposto gradativamente ao longo de uma duração e, a rigor, não se constitui objeto de legado aquilo que um grupo familiar não queira transmitir e que o mesmo não queira receber. Há certa comunhão no entendimento do “bem”, seja ele material ou intangível, que como bem salientou Arantes (2009), pode ser modificado ou abandonado, como típica condição no contexto das dinâmicas culturais e sociais. Assim, este grupo social, composto por indivíduos que têm relações hierárquicas socialmente bem definidas, forte coesão social e partilham das mesmas ideias, ainda que não as aceitem ou não as cumpram, tendem a modificar-se, mais ou menos homogeneamente.

Porém, o referencial de patrimônio ao qual queremos focar não traz em si a condição de homogeneidade entre seus atores presente na patrimonialidade familiar, nem há uma hierarquia estabelecida por princípios biológicos, referendada socialmente como é a família. Trata-se, pois, de grupos sociais distintos, e que por mais que estejam dispostos num mesmo espaço físico, têm suas diferentes formas de cultura, no pensar e no agir, já que

desenvolveram suas próprias técnicas, adquiriram seus próprios conhecimentos, por suas bases culturais.

Portanto, atribuir-lhes um patrimônio único, que os represente em coletividade, provavelmente, não irá tornar esse bem próprio dessas várias culturas; os reais bens patrimoniais dos vários grupos sociais que compõem uma cidade dificilmente convergirão num ponto único, que possa expressar uma patrimonialidade sem ausências ou excessos, mesmo porque “essas diferenças culturais são frequentemente muito valorizadas pelos grupos em relação uns aos outros [...]” (DURHAM, 1984, p. 31).

As problemáticas e discussões envolvendo o patrimônio têm suas origens no próprio surgimento de sua noção moderna, que ocorreu em meio a uma profunda transformação nas sociedades modernas: a criação dos Estados nacionais no século XIX, porém, segundo a historiadora Françoise Choay (2001), já no século XV a igreja passou a “proteger” edificações clássicas da Roma e da Grécia Antiga com o intuito de associar sua imagem aos clássicos, pois, de algum modo, pensava-se estimular através dos monumentos romanos um reencontro com os textos clássicos, numa clara tentativa de conter o avanço das ideias renascentistas que surgia por toda a Europa. (id.)

No entanto, a intencional relação entre preservação da história de uma nação e patrimônio surge, segundo Choay (2001), apenas no início do século XIX na Itália, quando o rompimento com a arquitetura do passado, fruto de um conturbado processo iluminista, ameaçava os monumentos nacionais italianos. Porém, ainda segundo Choay, fora na França no mesmo século que surgem as primeiras instituições voltadas à preservação do patrimônio, acompanhadas de uma legislação para tal fim, visando primordialmente à conservação de prédios ora danificados no processo da Revolução Francesa. Nesse ponto, a conservação do Patrimônio se pautava exclusivamente em edificações, prédios, monumentos, pontes, documentos, de tudo aquilo que de algum modo “representasse” a nação.

A concepção geral de Patrimônio no mundo vem desde então enfrentando diversos embates conceituais, resultando em adequações destas para com as políticas oficiais de salvaguarda do patrimônio. No Brasil, o cenário não fora diferente: desde a década de 1930 até hoje estamos a enunciar alterações no modo oficial de perceber o Patrimônio Brasileiro e as discussões continuam. Apesar de algumas diferentes nuances, podemos sintetizar as mudanças verificadas na noção de patrimônio moderna e nas suas políticas através do exemplo brasileiro, o que faremos agora.

No Brasil, segundo Antonio A. Arantes (2009), inicialmente, o patrimônio e suas políticas de conservação estavam intimamente ligados ao modo como o Estado orientava o que deveria ou não ser considerado patrimônio, com interesse em construir uma suposta unidade de nação, através de uma memória nacional. Para tanto, é criado em 1937 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) pelo governo do então presidente Getúlio Vargas, órgão e ação que tiveram forte engajamento do movimento modernista da década de 1930, que tinha como premissa valorizar o que era próprio do Brasil e modernizá-lo, criando certa “brasilidade”, coadunando-se com o ideal nacionalista de Vargas. Porém, essa era uma equação de, no mínimo, inusitada solução. Vejamos o que diz Rogerio Proença Leite (2007) a tal respeito:

Essa aproximação entre SPHAN e modernistas ocorreu com a elaboração do anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de Mário de Andrade, feito a pedido do então ministro da Educação e Saúde Pública (MES), Gustavo Capanema, o qual, ao aderir aos princípios modernistas, viabilizou o envolvimento dos intelectuais modernistas com as políticas culturais em pleno Estado Novo. Tal aproximação [...] iria desenhar a fisionomia conceitual de uma expressão embrionária de cultural nacional e culminar em uma concepção arquitetônica que simbolizasse uma nova tradição brasileira. A idéia de patrimônio é desenvolvida, [...] enquanto expressão de um “caráter nacional”, ao mesmo tempo histórico e universal. Contra a profusão de estilos justapostos do ecletismo, estilo que na época representava justamente a idéia de modernização para os republicanos, os modernistas voltam-se para o interior do Brasil, mais precisamente para as cidades colônias de Minas Gerais, cuja arquitetura barroca poderia expressar o retorno a um passado “legítimo” e representativo de uma originalidade cultural brasileira: “No Brasil, o modernismo propicia uma volta ao passado, à valorização intensa de todas as formas de expressão consideradas tradicionais.” (Ibid., p. 49).

Desse modo, o modelo de preservação do patrimônio do “legado modernista”, como sublinha Antonio A. Arantes (1997), pautou-se em valorizar o estilo barroco colonial mineiro como sendo tipicamente brasileiro, considerando-o a expressão da “herança cultural” do país, num reducionismo cultural que afastou a casa do homem comum, a propriedade vernacular da maioria da população, da concepção oficial de nação. Sobre isso vejamos o que assevera Arantes:

A coleção de bens tombados pelo SPHAN, particularmente no final dos anos 30 e na década de 40, compunha-se exclusivamente de igrejas católicas coloniais, construções públicas e militares, casas de fazenda, residências e

palácios pertencentes à oligarquia rural. A inclusão de arquitetura vernacular nas listas oficiais, quando isso ocorreu, visava em geral prover um contexto paisagístico àqueles outros bens, considerados de valor excepcional. (Ibid., p. 279).

Ao adotar uma postura política para com a salvaguarda do “recém-descoberto” patrimônio brasileiro em reconhecer uma suposta importância cultural de um determinado bem tipicamente nacional, os modernistas preservacionistas do Brasil “não foram diferentes da maioria das experiências de outros países, estando relacionados à consolidação de uma imagem política e cultural de nação, tendo o Estado como principal artífice.” (LEITE, 2007, p. 51). E “privilegiaram” como ícones oficiais deste patrimônio bens que expressavam o poderio de uma camada dominante da sociedade em detrimento da maior parte da população, prejudicando de sobremaneira a constituição do que poderia se configurar de modo mais legítimo num “patrimônio nacional”, como sugere Arantes:

[...] penso que a conservação de itens culturalmente e historicamente relevantes resulta de uma configuração mais complexa de forças sociais do que aquela que tem sido indicada pela literatura. A meu ver, a significação social desses bens não pode ser mecanicamente deduzida de estruturas macropolíticas, nem tampouco decodificada dos significados simbólicos que habitariam permanentemente tais estruturas. (ARANTES, 1997, p.277)

Ou, ainda como, destaca Leite (2007):

A predominância dos monumentos que reafirmam os poderes políticos, religiosos e militares [...] excluiria um conjunto diverso de minorias étnicas e culturais que demandam formas peculiares de inserção e pertencimento à nação (Ibid., p. 51).

Esse quadro tem um incremento de posição somente a partir da década de 1970, quando o estado divide as responsabilidades da salvaguarda do patrimônio com os outros entes da federação – estados e municípios – “em decorrência principalmente da impossibilidade de o IPHAN^[10] manter, com recursos do governo federal, uma agenda

[10] Em 1946, o SPHAN passa a denominar-se Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), e em 1970, O DPHAN se transforma em IPHAN. (Sítio eletrônico da Revista Museu, 2011).

atualizada de conservação e manutenção desse patrimônio” (Ibid., p. 53), diluindo lentamente a ideia de construção de um patrimônio nacional.

Com isso, são criadas as instituições responsáveis pela preservação do patrimônio em âmbito estadual, o que resultou num alargamento e flexibilização dos processos de tombamento realizados, uma vez que aquilo que se entendia como patrimônio cultural de um ente federado muitas vezes não reunia os elementos necessários à concepção oficial de nação que o Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) pretendia preservar como memória nacional.

Essa redefinição de postura institucional para com as políticas de patrimônio permite que o país se insira nas mais recentes abordagens e discussões do século XX sobre patrimônio, pautadas principalmente nas proposições de conferenciais mundiais, que resultavam em diversas recomendações, através das chamadas “cartas patrimoniais”, trazendo propostas inovadoras, como a de não mais enxergar o patrimônio como um elemento isolado, mas inseri-lo na dinâmica do contexto social em que este se encontra. Destacar o monumento isolando-o do seu entorno constituía-se em um ato de mutilação da história. Vejamos o que diz o artigo 1º da Carta de Veneza:

Art. 1 O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo. (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 01).

A nova concepção da política de preservação do patrimônio histórico notadamente aumenta significativamente o número de edificações que devem ser tombadas, basicamente em duas frentes. A primeira, ao se verificar a necessidade de se preservar, o já abordado entorno das edificações históricas, e a segunda, por observar também a possibilidade em se tombarem aquelas edificações mais simples que ao longo de sua história tenham adquirido algum tipo de valor histórico.

A partir desse momento, no percurso do Patrimônio, as atenções estão voltadas aos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos de valor histórico, uma vez que as edificações as quais se queria tombarem estavam geralmente inseridas num contexto, não menos histórico, de

um centro urbano que acabava por receber o nome de “Centro Histórico”^[11]. Esse ponto fora amplamente discutido no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) na cidade de Hoddesdon em julho de 1951, e em alguns casos tal centro poderia ser considerado “Cidade Histórica”, numa equação que leve em consideração o seu tamanho e a amplitude de seu caráter histórico.

As novas diretrizes adotadas pelas Políticas de Patrimônio no Brasil, não por acaso, marcam também o início da abordagem turística do Patrimônio. Conforme as “Normas de Quito”, decorrentes de um encontro sobre patrimônio realizado na capital do Equador em 1967, o bem patrimonial de um país poderia ser considerado como riqueza natural passível de exploração econômica. Tal “abertura”, associada à necessidade premente de um incremento na quantidade de recursos para atender à demanda crescente de tombamentos, pelos motivos que já expressamos, possibilita que organizações financeiras privadas entrem no que agora poderia ser chamado de negócio, com a exploração para fins turísticos.

Assim, dá-se início a uma busca por tornar os “bens” de algum modo “acessíveis” para visita do público, através de reformas, restauro e melhorias no entorno da área que se quer explorar. Tais processos se constituem no bojo do chamado *gentrification* ou enobrecimento urbano, já explicitado na introdução desse trabalho.

Até esse instante tinha-se a ideia que o processo de mudança fora em certa medida benéfico para com a concepção de política de patrimônio no Brasil, que passou a relacionar de

[11] [...] o centro, definido como “coração da cidade”, foi o tema do CIAM. Naquele encontro, falou-se [...] da importância dos centros históricos das cidades italianas. O centro urbano passava a ser o elemento caracterizador de uma comunidade, voltado aos seus habitantes (como o disse Sert em sua fala), o repositório da memória da coletividade (como disse Gropius, no mesmo congresso), e o local que possibilitava entender o aspecto comunitário da vida humana (como o definiu Jacob B. Bakema).

Naquele momento, enfim, já se identificava que “centro” não dizia mais respeito à ideia espacial de “centralidade”. Com o crescimento das cidades, diluiu-se a localização do “centro” como coordenada espacial, vigorando a ideia de centro cívico, comercial e, especialmente, de repositório e expressão física de experiências coletivas. [...]

No que tange a parâmetros oficiais na definição de centros, em especial a definição e preservação do tecido histórico urbano, destaca-se a Recomendação de Nairóbi – cunhada pela Unesco em 1976. Esta foi a primeira carta patrimonial a falar claramente da preservação de “conjuntos” {o que inclui os centros históricos}. [...] A Recomendação afirma que os “conjuntos históricos ou tradicionais (...) constituem a presença viva do passado que lhes deu forma, asseguram ao quadro da vida a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade e (...) constituem através das idades os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais (...) diante dos perigos da uniformização e da despersonalização que se manifestam constantemente em nossa época.”

Tais conjuntos, segundo a Recomendação, podem ser sítios pré-históricos, cidades históricas, bairros urbanos antigos, aldeias e lugarejos, assim como conjuntos monumentais homogêneos. A “ambiência” é definida como “o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais”. (MENEGUELLO, 2005)

maneira menos política, menos nacionalista e mais recursiva o patrimônio histórico. Como destaca Leite:

As transformações ocorridas nas práticas de patrimônio a partir dos anos 70 contribuíram para deslocar o foco conceitual da preservação de uma idéia abrangente de nação para a valorização do patrimônio como recurso para o desenvolvimento das cidades históricas. (LEITE, 2007, p. 58)

Porém, a mudança até então vista como benéfica tornava-se potencialmente perigosa, uma vez que o *gentrification* e/ou enobrecimento urbano tem como característica principal a intenção de (re)construir usos dos conteúdos e materiais de determinado passado, reclassificando os seus personagens e lhes apresentando, por vezes, funções e ações sociais diferentes das construídas socialmente ao longo de décadas, apoiadas no discurso do embelezamento estético para valorização da cultura.

Com isso, o enobrecimento urbano tende a desviar a lógica do patrimônio de uma ideia de preservação da cultura para aparentemente retomar a ideia já combatida de concepção oficial de nação, dessa vez orientada para fins mercadológicos, em que a restauração de uma edificação tinha como finalidade primeira a sua “comercialização cultural”. Leite (2007) assinala o problema que há com essa prática:

Falar de patrimônio como *mercadoria cultural* significa ressaltar seu valor de troca, a partir da ampliação do espectro econômico dos seus valores de uso. O problema central dessa perspectiva não é a existência de uma dimensão econômica da cultura, mas a redução do valor cultural ao valor econômico, que poderia subsumir a natureza propriamente cultural do patrimônio, resultando numa espécie de fetichização da cultura. (Ibid., p. 65)

O processo em questão começa a ganhar rápida aceitação e apoio dos governantes dos estados e municípios brasileiros, permitindo a estes empreitadas de políticas de patrimônio visando o lucro que poderiam obter. Nesse momento as mais elaboradas formulações das políticas patrimoniais, que até aquele instante tinham sido pensadas discutidas e rediscutidas, recebem forte influência de fatores políticos e, então, podemos observar um efeito de comercialização indiscriminada do patrimônio e da cultura. Esse novo padrão das políticas de patrimônio se apresenta hodiernamente de maneira cada vez mais

urgente nos conjuntos considerados históricos, recaindo com bastante frequência para as edificações em estado de ruína desses sítios.

De tal modo, pensando na significação que as ruínas de antigas edificações, sobretudo as de centros históricos, podem conter na relação com o grupo social do qual estão inseridas, na forma em que estão, e observando que o nosso objeto de pesquisa recebe das políticas de patrimônio ampla atenção no que tange às intervenções de restauro para fins não só culturais, mas também comerciais, entendemos ser de grande valia para a investigação buscar compreender algumas questões que envolvem essas ações através das concepções balizadoras que permeiam e possibilitam tais práticas.

Para tanto, valemo-nos dos documentos que norteiam as ações do patrimônio, no Brasil e no Mundo, as chamadas “Cartas Patrimoniais”: através delas vários países orientam suas condutas a respeito de seu patrimônio e por seus princípios tecem suas legislações a tal respeito. Portanto, em linhas gerais, entendemos que a análise cuidadosa desses instrumentos nos levará às discussões das políticas de patrimônio em torno da ruína, nos permitindo apreender o modo como o nosso objeto de pesquisa é entendido por essas. Isso nos possibilitara compreender a atenção dada pelas políticas de patrimônio às edificações e estruturas arquitetônicas em ruína, por mantê-las de pé ou reergue-las através de intervenções de restauro. Atentamo-nos para isso à algumas questões, que serão conhecidas adiante.

1.1.1 Cartas Patrimoniais: O Patrimônio tem direito à Ruína?

As Cartas Patrimoniais constituem-se em um contributo indispensável para a compreensão da noção “oficial” do valor histórico e cultural das Ruínas de sítios históricos, considerando ser este o instrumento, como trazido anteriormente, que apresenta os pressupostos norteadores para as instituições de preservação do patrimônio histórico-cultural na construção de seus mecanismos jurídicos legais.

O questionamento trazido no subtítulo que ora apresentamos nos põe a apreender as percepções que estão expostas nas Cartas Patrimoniais acerca das ruínas: De como tais cartas agrupam a ruína nas reflexões mais gerais acerca da preservação do Patrimônio? A evolução do quadro de percepção do elemento ruína ao longo dessas publicações? Ter-se-ia a

ruína, enquanto tal, direito a preservação como patrimônio, ou estão submetidas inevitavelmente as intervenções de restauro? E, ainda, observar o modo como as cartas tratam a relação do grupo social dos habitantes da cidade, em suas representações sobre as ruínas desta, na relação que mantém com a memória de uma coletividade, sobre essa memória trataremos aprofundadamente mais adiante, ainda neste capítulo.

As Cartas Patrimoniais foram ao longo do tempo confortando as mudanças decorrentes de novos entendimentos a respeito do Patrimônio, sendo agregados às compreensões anteriores. Com isso, formou-se um conjunto de referenciais, em certa medida, consolidados: ratificadores e inovadores de pensamentos anteriores. Contudo, é possível verificar nelas algumas contradições, decorrentes de uma postura flexível, adotada principalmente após a atribuição de valor econômico ao patrimônio; postura que garantiu e agilizou as práticas de consumo cultural, que de certo modo prejudicam as atuações das Políticas de Patrimônio.

Assim sendo, a análise, que se segue, de tais instrumentos, leva, também, em consideração suas próprias contradições, observando o caráter rígido em definir conceitos e posturas presentes nas primeiras cartas, bem como a flexibilidade das mais recentes. Cabe aqui esclarecermos que nem todas as cartas serão analisadas, todavia, a maioria serão; nos debruçaremos à investigação das cartas que de algum modo tenham conteúdo que interesse a nossa pesquisa.

A primeira carta patrimonial, a de Atenas, de 1931, resultado da I Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, envolvendo apenas países europeus, sugere os princípios gerais e as doutrinas que versam sobre a proteção de monumentos, compreendidos como “obra histórica e artística do passado” (C.At., 1931, p. 01)^[12], além de expressamente abandonar uma noção, muito comum à época, de reconstrução integral, reforçando a necessidade de manutenção permanente do patrimônio, ação que propiciaria a conservação do edifício e não de sua reconstrução. Ao negar a reconstrução integral, esta sugere que apenas nos casos de deterioração e destruição seja permitida uma restauração, porém, com uma intervenção de restauro que respeite os edifícios, “sem prejudicar o estilo de nenhuma época” (Ibid., p. 01).

[12] As citações das Cartas Patrimoniais são identificadas por siglas de seus nomes, que poderão ser consultadas na “Lista de Abreviaturas e Siglas”.

Ao tratar especificamente das “Técnicas de preservação”, a carta parece importar-se apenas com o seu caráter físico, ao atentar que “os técnicos unanimemente aconselharam, antes de toda consolidação ou restauro parcial, análise escrupulosa das moléstias que os afetam, reconhecendo, de fato, que cada caso contribui um caso especial” (Ibid., p. 03). Sem observação às questões sociais, a preocupação é puramente técnica, para uma reconstrução o mais próximo possível do que se tinha.

Quando se trata de ruína, uma conservação escrupulosa se impõe, com a recolocação em seus lugares dos elementos originais encontrados (anastilose), cada vez que o caso o permita; os materiais novos necessários a esse trabalho deverão ser sempre reconhecíveis. (Ibid., p. 03)

Ainda na mesma conferência que deu origem a Carta de Atenas, foi discutida a intervenção na acrópole de Atenas, que nos serve de exemplo, pois se referia a um projeto que havia em curso de recuperação das ruínas do Parthenon e do Peristilo Sul. Deste projeto foram postos em dúvida alguns pontos, e após algumas discussões deliberou-se por unanimidade que os trabalhos de recuperação seguiriam segundo o projeto apresentado por M. Balanos, no qual não haveria restauro, mas sim uma “simples” anastilose^[13], técnica que emprega a utilização de matérias para “juntar” as partes ruídas de uma edificação. Porém, houvera nova polêmica em torno de quais materiais deveriam ser utilizados. Mais uma vez, ficava explícita a preocupação apenas com as questões de ordem física da estrutura.

Outra questão percebida na Carta que merece atenção é a da não observação às relações construídas com o monumento em si, pois salienta para a necessidade de “supressão de toda publicidade, de toda presença abusiva de postes e fios telegráficos, de toda indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés, na vizinhança ou na proximidade dos monumentos de arte ou história” (Ibid., p. 02), desconsiderando, assim, as dinâmicas sociais existentes em seu entorno.

Portanto, o que podemos perceber é que embora a ruína seja percebida enquanto elemento físico, a sua percepção de construto social não parece ser de interesse para aquele momento. Pensava-se em intervenções que garantissem a sua “melhoria” física, ainda que para tanto, o seu contexto social e de memória fosse relegado ao segundo plano. Com tal

[13] Restauração de monumento(s) ou construções em que se reagrupam as partes arruinadas, utilizando-se, se necessário, novos materiais (Dicionário Houaiss, 2007)

pensamento sobre as ruínas, esta nunca poderia cumprir seu ciclo “natural” de deterioração e fim, pois estariam sempre a cumprir novas temporalidades a partir de intervenções que lhes reerguem-se.

Dois anos mais tarde, em 1933, o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Atenas, aprova o que seria a segunda Carta de Atenas: trinta e oito páginas que denunciavam o caos das cidades do ponto de vista de seu patrimônio. E, a partir de uma proposta urbanística, sustentada em três pilares do cotidiano: 1) Habitar, 2) Trabalhar e 3) Recriar-se, propõe-se a pensar a cidade “como uma unidade funcional, [que] deverá crescer harmoniosamente em cada uma de suas partes, dispondo de espaços e ligações onde poderão se inscrever equilibradamente as etapas de seu desenvolvimento” (C.At. II, 1933, p. 32), para inseri-la numa noção de “urbanismo total, capaz de levar equilíbrio à região e ao país” (Ibid., p. 32).

Essa visão de cidade tem estreita ligação com os objetivos propostos pelo congresso, que se constituíam em “formular o problema arquitetônico contemporâneo; apresentar a ideia arquitetônica moderna; fazer essa ideia penetrar nos círculos técnicos; econômicos e sociais; e, zelar pelos problemas da arquitetura”. Podemos observar que não faziam parte de seus objetivos as questões de cunho social, envolvendo os contextos e dinâmicas da sociedade. Porém, nesse momento já é possível verificar, em certa medida, um princípio de percepção da memória coletiva das cidades na relação com suas estruturas arquitetônicas, ao sugerirem que “a história está inscrita no traçado e na arquitetura das cidades” (Ibid., p. 04). Sobre isso, vejamos o que assinala a carta:

À medida que o tempo passa os valores indubitavelmente se inscrevem no patrimônio de um grupo, seja ele cidade, país, ou humanidade; a vetustez, não obstante, atinge um dia todo o conjunto de construções ou de caminhos. A morte atinge tanto as obras como os seres. Quem fará a discriminação entre aquilo que deve substituir e aquilo que deve desaparecer? O espírito da cidade formou-se no decorrer dos anos; simples construções adquiriram um valor eterno na medida em que simbolizam a alma coletiva; constituem o arcabouço de uma tradição que, sem querer limitar a amplitude dos progressos futuros, condiciona a formação do indivíduo, assim com o clima, a região, a raça, o costume.”. (Ibid., p. 04-5)

Assim, pensado nas Ruínas da cidade, a carta não faz menção em sua preservação enquanto tal, no respeito a um ciclo, nem para a possibilidade de tais estruturas estarem

diretamente ligadas ao cotidiano da cidade, apesar de perceber que há uma relação das estruturas arquitetônicas com a coletividade.

Isso se segue em vários trechos da carta, quando mais uma vez afirma que “a vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emane pouco a pouco a sua alma” (C.At. II, 1933, p. 25), e que estes são “testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico e sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano” (Ibid., p. 25). Portanto, confirma-se o valor do patrimônio material para um grupo, uma coletividade: “eles fazem parte do patrimônio humano, e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua proteção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança” (Ibid., p. 26).

A carta não nos deixa claro o que entende por “herança intacta”, permitindo-nos o entendimento de se tratar de um estado pulsante na vida das edificações, ou seja, fazê-la sempre viver; porém, ela mesma se refere a ciclos e expõe que um desses seria a morte, pois já não suportaria uma sobrevida. Há, portanto, no nosso entendimento, certa contradição. O que podemos notar é que a carta, embora abranja noções de relação da arquitetura com a sociedade, apresenta-se limitada pelos grilhões das estruturas físicas em si, pela importância à arquitetura, à genialidade da arte e a preservação dos traços humanos da arquitetura de outrora, como se nada além do material representasse o patrimônio.

A proposta apresentada nesse congresso, de submeter a cidade ao caráter de uma empresa, sendo, portanto, “estudada de antemão e submetida ao rigor de um planejamento geral”, cujas “sábias previsões terão esboçado seu futuro, descrito seu caráter, previsto a amplitude de seus desenvolvimentos e limitado, previamente, seu excesso” (Ibid., p. 32), parece-nos relegar o passado a um tempo preterido, tirando-o de seu lugar e, mais uma vez, desconsiderando as dinâmicas da sociedade.

A próxima carta somente fora publicada em 1956, pois durante o período da segunda guerra mundial, e alguns anos após seu término, não houve congressos sobre o patrimônio que pudessem gerar uma nova Carta Patrimonial (CURY, 2004). Só após esse longo período é publicado a Carta de Nova Delhi, agora no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Esse congresso teve como

principal objetivo disciplinar a atividade arqueológica quanto à pesquisa, catalogação e armazenamento de artefatos pré-históricos em sítios históricos e não trouxe informações pertinentes à nossa pesquisa.

Em 1962, é publicada a carta “Recomendação de Paris – Paisagens e Sítios”, e já em seu início tece duras críticas aos resultados da guerra para o patrimônio e a forma como vem sendo conduzida as questões patrimoniais no mundo, em meio ao crescimento desordenado das cidades que se intensificavam nas últimas décadas. Afirma a carta que “o homem algumas vezes submeteu a beleza e o caráter das paisagens e dos sítios que fazem parte do quadro natural de sua vida a atentados que empobreceram o patrimônio cultural, estético e até mesmo vital de regiões inteiras, em todas as partes do mundo” (R.P.P.S., 1962, p.01).

Desse modo, a carta propunha que os países membros preocupassem-se em desenvolver estudos e adotassem medidas para salvaguardar seu patrimônio.

[...] por sua beleza e caráter, a salvaguarda das paisagens e dos sítios definidos pela presente recomendação é necessária à vida do homem, para quem são um poderoso regenerador físico, moral e espiritual e por contribuir para a vida artística e cultural dos povos. (Ibid., p. 01).

Essa carta define bem algumas categorias, entendendo por “salvaguarda” a preservação, bem como a restituição material quando possível; e por “preservar” o controle de atividades urbanísticas, criação de área de proteção, criação de órgão de caráter executivo e consultivo, além da “educação do público”. Nesse ponto, o desenvolvimento de ações educativas teria como objetivo “desenvolver o respeito público pelas paisagens e sítios para tornar mais conhecidas as normas editadas para garantir sua salvaguarda” (Ibid., p. 07). Tais medidas de cunho educativo, além de demonstrar, em certo modo, uma intenção em ao menos perceber as relações do patrimônio com a sociedade, pressupõem que nas escolas os professores estivessem aptos a lecionar educação patrimonial aos estudantes e fora dela tal papel caberia à imprensa de um modo geral. Porém, se pensarmos apenas na situação da educação brasileira, sabemos que essas medidas têm sua aplicação dificultada.

Além das instituições citadas, as associações privadas e de proteção à paisagem e aos sítios ou de proteção à natureza, os órgãos voltados ao turismo e as organizações de

juventude e de “educação popular” também teriam a função de promover a preservação do patrimônio (R.P.P.S., 1962).

Embora não defina claramente o que entende sobre “paisagem” e “sítio”, a carta revela que os estudos para sua salvaguarda deveriam ser feitos em todo o território, assinalando os espaços urbanos, rurais e naturais. Esta carta não se debruça a trazer nenhuma nova contribuição específica ao elemento ruína, tampouco trata pormenorizadamente da relação do patrimônio com a memória coletiva: tem o único intuito de recomendar, como o próprio nome sugere, a salvaguarda de sítios e paisagens.

A Carta de Veneza, publicada em 1964, a partir das discussões do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, realizado pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), propõe-se a reexaminar a Carta de Atenas de 1931 e traz significativas contribuições, como a noção de patrimônio em conjunto ao seu contexto social, que verifica não só apenas a monumentalidade de uma obra, como também aquilo que o envolve, enfim seu contexto, o que já discutimos melhor no tópico anterior. Para além de tal entendimento, o documento traz uma nova percepção a respeito da memória, através da arquitetura, pois é contundente em afirmar que as obras da arquitetura de cada povo são “portadoras de mensagens espirituais do passado[...] [e] perduram no presente como testemunho vivo de suas tradições seculares” (C.V., 1964, p. 01).

Assim, considerando algumas estruturas e conjuntos arquitetônicos como “unidades de valores humanos”, entende que essas retêm em si uma espécie de memória que particulariza cada sociedade, independente da “grandeza” de sua obra. Portanto, entendemos que essa definição complementa a noção sobre Monumento trazida na Carta de Atenas (1931). A carta reconhece ainda que “[...] a humanidade [é] responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade” (C.V., 1964, p. 01). Sobre tal questão vejamos o primeiro artigo da carta:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Entende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (Ibid., p. 02).

Tal instrumento norteador trouxe como uma de suas principais contribuições a noção de que, em linhas gerais, um monumento é um bem da humanidade e não apenas do local onde se encontra. Portanto, defende que os princípios de conservação e restauração de tais arquiteturas sejam elaborados em comum acordo por um plano internacional, que resguarde sua execução para as especificidades do âmbito local, cabendo à “cada nação aplicá-los no contexto de sua própria cultura e de suas tradições” (Ibid., p. 01).

Outro ponto a ser observado é a recomendação para uma interdisciplinaridade das ciências nos estudos da salvaguarda do patrimônio, pois afirma que o interesse é de salvaguardar não apenas a obra como uma bela “arte”, postura que tem forte inclinação em cartas anteriores, mas também as condições de memória e identidade que trazem algumas edificações. Tal proposta acaba que por alargar ainda mais os bens que detinham condição de sofrer tombamento.

A respeito do aspecto da manutenção dos monumentos, a carta trouxe algumas poucas novidades sobre o que preconiza a de Atenas (1931), ainda tratando que essa devesse ser constante a fim de se evitar a necessidade de processos de restauro; contudo, caso fosse necessário que tivesse respeitado a autenticidade do monumento. Nesse ponto verificamos uma pequena diferenciação em relação à Carta de Atenas, já que o documento é claro em afirmar que “qualquer trabalho que seja necessário efetuar deverá ser distinto da composição arquitetônica original e apresentar marcas que o reportem claramente ao tempo presente.” (Ibid., p. 02). Pela carta de Atenas (1931) é possível utilizar-se do recurso da Anastilose para reconstruir o monumento; ainda assim, tal afirmação nos demonstra que não há a possibilidade do monumento completar um ciclo de envelhecimento.

A carta não faz menção à preservação da ruína enquanto tal; ao contrário, estabelece, como vimos anteriormente, ser possível seu restauro, alegando o objetivo de “preservação dos valores estéticos e históricos do monumento” (Ibid., p. 02). A ruína é citada a ter sua manutenção garantida apenas por questão de escavações que nelas possam ocorrer e não faz referência a um possível valor cultural à coletividade que nelas se verifique. Seu conteúdo remete a uma noção de ruína já apresentada na Carta de Atenas (1931), reforçada pela Carta de Nova Delhi (1956), ao referir-se às ruínas de cunho arqueológico. Afirma que “devem ser asseguradas as manutenções [...] e as medidas necessárias à conservação e proteção permanente dos elementos arquitetônicos e dos objetos descobertos” (C.V. 1964, p. 04). E, ainda, recupera o entendimento da anastilose como possibilidade de sua intervenção.

Sobre a questão trazida pela carta no que tange à constante manutenção de estruturas arquitetônicas, a fim de evitar sua ruína e conseqüentemente seu desaparecimento, pensamos ser relevante apontar para uma discussão apresentada por Cristina Meneguello (2000b), que em certa medida atinge tal situação.

Num artigo em que discute os entendimentos acerca da compreensão dos termos “Monumento” e “Monumento Histórico”, a autora, com o auxílio de alguns autores da arquitetura e da história, tece referências a respeito de tais termos; apontando, brevemente, suas diferentes interpretações e afirmando que “O monumento é uma interpelação da memória; não apresenta nem carrega em si uma informação neutra, mas traz uma memória viva.” [...] [traz em si] “o sentido de rememoração, para uma comunidade de indivíduos, de outras gerações de pessoas, eventos, ritos, crenças; faz o passado vibrar dentro da existência do presente” (Ibid., p. 02), há uma intencionalidade de seus construtores em transmitir a memória.

Sobre o termo “Monumento Histórico”, Meneguello disserta no sentido de demonstrar que, de modo geral, toda arquitetura pode representar artística ou historicamente um período de uma sociedade e, portanto, é possível atribuir-lhe um sentido de resguardar tal passado.

[...] o monumento histórico não é um dado sempre existente, mas uma invenção ocidental datada que ganha força a partir da segunda metade do século dezanove. [...] a consagração do monumento histórico surge na Inglaterra e na França ligada ao evento da era industrial, justamente como testemunha do varrer de áreas inteiras das cidades em função do crescimento urbano, seja ele em forma de celebração – grandes edifício públicos que atestam a riqueza – seja no crescimento desordenado proporcionado pela construção de habitações operárias (os cortiços, os *slums*) feita por empreiteiros (MENEGUELLO, 2000b, p. 03)

Para essa atribuição indiscriminada de “sentido histórico” é que recai a crítica de Meneguello (2000b), já que a autora afirma que “A compreensão do patrimônio está atrelada à compreensão da ideia de monumento histórico”, e, em assim sendo, tem-se “[...] a concepção de que todo artefato humano pode ser investido de uma função de rememoração, de uma vontade de escapar à ação do tempo. Na “síndrome do patrimônio”, [...] denominada por Pierre Nora como “fúria preservacionista” ou por Choay como “complexo de Noé”, a preservação fez-se em nome desse “passadismo”.

Tal postura, no caso do restauro de estruturas em ruínas, tem o intuito de preservar uma memória através da “arte” de um tempo, no entanto, acabam padecendo sobre a interpretação de um “simulacro” de um edifício autêntico, que segundo Meneguello, “[...] funcionam mais como uma satisfação dada ao intelecto (uma vontade de arte) do que uma experiência memorial em si, ou seja, a fruição é dominada pelo afetivo e pelo crivo do nostálgico.” (MENEGUELLO, 2000b, p. 04)

Para pôr fim à análise da Carta de Veneza, verificamos que esta atenta para os Sítios Monumentais, afirmando que tais devem ser “objetos de cuidados especiais que visem a salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, sua manutenção e valorização” (Ibid., p. 03). No entanto, não expressa, como aliás permanece em todo texto, o entendimento acerca do que deve ser entendido por “valorização”, deixando em aberto um termo que possibilita variados entendimentos, desde cultural até econômico, embora saibamos que tal carta seja considerada um momento de valorização cultural ao monumento, ainda que as relações com a coletividade aparecem implicitamente.

Diferentemente da Carta de Veneza, a Carta (Normas) de Quito, de 1967, discutida no âmbito dos países americanos, destina dois tópicos à definição do termo “Valorização”: no primeiro, intitulado “Valorização Econômica do Monumento”, aponta as caracterizações econômicas que podem ser atribuídas ao monumento; e, no segundo, “A valorização do Patrimônio Cultural” congrega os entendimentos expostos no primeiro item, atentando ao conteúdo cultural presente nas estruturas arquitetônicas. Em ambos os tópicos o que tínhamos era uma forte inclinação política e econômica; aliás, como veremos, esta carta teve, diferentemente de anteriores, um envolvimento mais político do que técnico.

No que tange à “Valorização Econômica do Monumento”, parte-se do “pressuposto de que os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos, da mesma forma que as riquezas naturais do país” (N.Q., 1967, p. 04) e, imbuída da noção de “desenvolvimento” do continente americano, assinala que “as medidas que levam a sua preservação e adequada utilização não só guardam relação com os planos de desenvolvimento econômico, mas fazem ou devem fazer parte deles” (Ibid., p. 04).

Destaca-se da frase anterior, relacionado diretamente ao termo valorização, a ideia de “utilização” que começa a ser formulada na “Reunião dos Chefes de Estado”, realizada em Punta Del Este, em 1967, convocada no âmbito das discussões do “Programa Aliança para o

Progresso^[14], com o intuito de dar ao programa “um novo e mais vigoroso impulso e de oferecer, através da cooperação continental, a ajuda necessária ao desenvolvimento econômico dos países membros da OEA – [Organização dos Estados Americanos]” (Ibid., p. 04). Assim, a “utilização” dos bens monumentais de cada país como forma de extrair recursos econômicos é defendida e passa a fazer parte do documento “Declaração dos Presidentes”, de tal modo:

“Esforços Multinacionais [...]

2. Encomendar aos organismos competentes da OEA que: [...]

d) Estendam a cooperação interamericana à conservação e utilização dos monumentos arqueológicos, históricos e artísticos” (DECLARAÇÃO DOS PRESIDENTES apud N.Q., 1967, p. 04-5).

A proposta de “utilização” comercial dos monumentos passa a estruturar-se fortemente enquanto política econômica, mesmo porque a Declaração dos Presidentes assegura que “[...] a extensão da assistência técnica e a ajuda financeira ao patrimônio cultural dos Estados Membros será cumprida em função de seu desenvolvimento econômico e turístico” (Ibid., p. 05). Tal situação acaba que por estimular uma corrida por elaborar propostas de intervenções em “Monumentos”, que assegurem seu consumo.

Em suma, trata-se de mobilizar os esforços no sentido de procurar o melhor aproveitamento dos recursos monumentais de que se disponha, com meio de favorecer o desenvolvimento econômico do país. [...] Isso implica uma tarefa prévia de planejamento em nível nacional, ou seja, a avaliação dos recursos disponíveis e a formulação de projetos específicos dentro de um plano de ordem geral. (Ibid., p. 05)

Alguns Estados-Membros em pleno processo de desenvolvimento aproveitaram a disponibilidade de recursos econômicos e técnicos para desenvolverem projetos de “utilização” dos monumentos de seus países, sendo mais um fator contribuinte para a monumentalização indiscriminada, seguindo o raciocínio de Meneguello (2000b).

[14] O Programa “Aliança para o Progresso” surgido no contexto da guerra fria, lançada nos anos 60, durante o governo de J. F. Kennedy, “se constituía de um plano de cooperação decenal, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico, social e político” (MATOS, 2008, p. 359). O Projeto relacionava três elementos de forma interdependente: “o crescimento econômico, as mudanças sociais estruturais e a democratização política. (SCHLESINGER apud MATOS, 2008, p. 360)

No item que brevemente discute a “Valorização do Patrimônio Cultural”, a carta retoma a “valorização” pelo entendimento do termo “utilização”, dando-lhe, assim, a roupagem necessária ao contexto da proposta da “Declaração dos Presidentes”, revelando ainda uma “especial aplicação”, caracterizada pela “urgente necessidade de utilizar ao máximo o cabedal de seus recursos” (Ibid., p. 05).

Essa “urgente necessidade” de que trata a carta refere-se aos países menos desenvolvidos da América, e, então, aponta o patrimônio como um dos recursos disponíveis e imediatos à seu desenvolvimento, e cujo entendimento de valorização deste perpassaria por “habilitá-lo com as condições objetivas e ambientais que, sem desvirtuar sua natureza, ressaltem suas características e permitam seu ótimo aproveitamento”. Complementa salientando que “se deve entender que a valorização se realiza em função de um fim transcendente, que, no caso da América Ibérica, seria o de contribuir para o desenvolvimento econômico da região” (Ibid., p. 05).

De todo visto, apreendemos que o elemento arquitetônico da ruína não é visto com capacidade de, em sua forma, reter algum tipo de “valor”, visto claramente pela noção de “valorização” e “utilização” que fora expressa na carta, dando aos projetos de cunho patrimonial intervencionista a condição de apropriar-se de monumentos para fins comerciais e pede celeridade nesse processo, pois afirma “que grande parte desse patrimônio se arruinou irremediavelmente no curso das últimas décadas ou se acha hoje em perigo iminente de perder-se” (Ibid., p. 03). A urgência de intervenções de restauro é então justificada pela pretensa perda de um conjunto de riqueza que, pela falta de “manutenção”, arruinava-se, perdendo a possibilidade de “utilização econômica”, valendo-nos de um termo da própria Carta.

Portanto, para essa carta, as ruínas enquanto tais não têm um lugar na preservação do patrimônio, mesmo que para fins de consumo turístico e cultural; assim, deveriam ser submetidas a processos de restauro com a intenção de “tornarem-se atrativas” ao “mercado”, como sugere a carta. Mais uma vez não verificamos, na extensão do documento, menção à possível relação do monumento com a sociedade que o contém para efeito de perceber a abrangência de sua memória em meio à coletividade.

E, ainda sobre os processos de restauro, entendemos que o documento tem certa omissão na explanação de como deveriam ser executados, talvez pela incisiva preocupação com a valorização econômica do patrimônio: apenas solicita às nações que estabeleçam

instrumentos de reconhecimento de seus patrimônios e determina que as “restaurações terminem onde começa a hipótese, tornando-se, por isso, absolutamente necessário em todo trabalho dessa natureza um estudo prévio de investigação histórica” (N.Q., 1967, p. 11). Para tanto, aponta a Espanha como um país capaz de subsidiar informações a respeito das edificações, por deter “farto material de plantas sobre as cidades da América” (Ibid., p. 11).

Em 1968, fruto das discussões da 15ª Conferencia das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, surge o documento intitulado “Recomendação Paris de Obras Públicas ou Privadas”, atentando, entre outras coisas, para a necessidade de “harmonizar a preservação do patrimônio cultural com as transformações exigidas pelo desenvolvimento social e econômico”, e instruindo à adoção de medidas de proteção ao patrimônio, vez que “urge desenvolver os maiores esforços para responder as essas duas exigências em um espírito de ampla compreensão e com referencia a um planejamento apropriado”, numa evidente disposição a ordenar os processos de intervenções e restauro decorrentes da condição de “utilização” do valor econômico dado aos monumentos pelas Normas de Quito (1967).

Outro importante aspecto desse documento repousa na ampliação da noção de “Monumento”, na medida em que, também, o define, substituindo tal termo pela expressão “Bens Culturais”, a qual se aplicará a:

- a) Bens imóveis, como os sítios arqueológicos, históricos ou científicos, edificações ou outros elementos de valor histórico, científico ou arquitetônico, religiosos ou seculares, incluindo os conjuntos tradicionais, os bairros históricos das zonas urbanas e rurais e os vestígios de civilizações anteriores que possuam valor etnológico. Aplica-se tanto aos imóveis do mesmo caráter que constituam ruínas ao nível do solo como aos vestígios arqueológicos ou históricos descobertos sob a superfície da terra. A expressão bens culturais se estende também ao entorno desses bens.
- b) Bens móveis de importância cultural, incluídos os que existem ou tenham sido encontrados dentro dos bens imóveis e os que estão enterrados e possam vir a ser descobertos em sítios arqueológicos ou históricos ou em qualquer outros lugares. (R.P.O.P.P., 1968, p. 03)

Percebe-se, portanto, que a ruína passa a ser claramente considerada como Monumento; no caso, “Bem Cultural”. As ruínas “ao nível do solo” são, então, percebidas em seu valor histórico e cultural, ainda que com isso não tivesse sido garantido sua condição como tal, livres de intervenções. Ao assinalar que as medidas de preservação deveriam

estender-se à totalidade do território do Estado, sugere que, para tanto, sejam mantidos inventários atualizados de bens culturais importantes, independente de serem ou não protegidos por lei. Argumenta, ainda, a necessidade de um processo educativo acerca do patrimônio, além de auxílios econômicos quando da proteção de bens, como a isenção de impostos.

No que tange às questões envolvendo a manutenção dos Bens, definiu-se que coubesse aos Estados membros a adoção de medidas práticas, “necessárias para assegurar a reparação, a restauração ou a reconstrução dos bens culturais deteriorados por obras públicas ou privados. Deveriam prever também a possibilidade de obrigar as autoridades locais e os proprietários particulares de bens culturais importantes a procederem às reparações ou às restaurações” (R.P.O.P.P., 1968, p.10), garantindo-lhes, para tanto, assistência técnica adequada. Embora os termos “reparação”, “restauração” e “reconstrução” não tenham clara definição, a carta volta-se às intervenções urbanísticas e tais termos passam a ser utilizados em cartas posteriores, como veremos.

Esse documento apresenta uma postura diferente de outros anteriores, no que tange à atenção da relação que a sociedade mantém com o “bem”, ainda que se tenha como principal interesse a garantia de sua manutenção e não exatamente apreender se há e, em havendo, qual a importância de tal bem para a coletividade; porém, já se admite que a população tem parte nesse processo. Vejamos um trecho da Carta:

Considerando, enfim, que, em matéria de preservação de bens culturais, a garantia mais segura é constituída pelo respeito e pela vinculação que a própria população experimenta em relação a esses bens e que os Estados Membros poderiam contribuir para fortalecer tais sentimentos através de medidas adequadas [...] (R.P.O.P.P., 1968, p.03)

Em 1972, a Itália publica a “Carta do Restauo”, indicando normatizações e importantes orientações, principalmente no que tange ao planejamento e execução de processos de intervenções em estruturas arquitetônicas, deterioradas, degradadas ou em arruinamento. No que diz respeito ao que se entende de tais estruturas, a carta não traz grandes novidades, pois, mais uma vez, considera que estruturas arruinadas são “obras de arte” de uma época, quais podem ser salvaguardadas e restauradas, “sempre com o objetivo de assegurar a sobrevivência dos monumentos [...]” (C.R., 1972, p. 05).

O artigo quarto deixa clara a distinção entre “salvaguarda” e “restauro”, o que entendemos contribuir para a compreensão de que tipo de intervenção deva ser utilizado. A “salvaguarda” é entendida como “toda e qualquer medida de conservação que não implique a intervenção direta sobre a obra” (Ibid., p. 02). Por sua vez, o “restauro” tem sua definição como “qualquer intervenção destinada a manter em funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente para o futuro as obras e os objetos definidos [anteriormente]” (Ibid., p. 02). Esses são “todas as obras de arte de qualquer época [...] desde monumentos arquitetônicos aos de pintura e escultura, inclusive seus fragmentos [...] os conjuntos de edifícios de interesse monumental, histórico e ambiental, particularmente os centros históricos [...]” (Ibid., p. 01).

Especificamente sobre as ruínas, a Carta do Restauro (1972) atenta para escavações arqueológicas que porventura possam revelá-las e, então, lhes garante sua manutenção *in situ*; aponta, ainda, uma série de cuidados necessários à salvaguarda do ambiente em que estão localizadas tais estruturas. Porém, talvez o mais importante ponto a ser destacado nesse documento, para efeito de nossa investigação, diz respeito ao detalhamento das proibições e permissões nos processos de restauro, com repercussão direta nas estruturas em ruína, uma vez que é dada, em certa medida, importância à ruína como ela se encontra, pois as orientações das intervenções de restauro são bastante contundentes para uma compreensão em não reconstruí-las, no máximo em “agrupar” suas partes caídas. Vejamos tal passagem:

[...] **proíbem-se** indistintamente para todas as obras de arte a que se referem os artigos 1º, 2º e 3º:

- 1) complementos em estilo ou analógicos, ainda que com formas simplificadas e mesmo quando existam documentos gráficos ou plásticos que possam indicar qual era o estado ou devia ser o aspecto da obra acabada;
- 2) remoções ou demolições que apaguem a passagem da obra através do tempo, a menos que não se trate de alterações limitadas, deturpadoras ou incongruentes, em relação aos valores históricos da obra, ou de complementos em estilo que falsifiquem a obra;
- 3) remoção, reconstrução ou recolocação em lugares diversos dos originais; a menos que isso seja determinado por superiores razões de conservação;

[...] indistintamente para todas as obras a que se referem os artigos 1º, 2º e 3º, **admitem-se** as seguintes operações ou reintegrações:

- 1) adição de partes acessórias com função estática e reintegrações de pequenas partes historicamente confirmadas, executadas segundo os casos, ou determinando de modo claro o perímetro das integrações, ou adotando material diferenciado, embora harmônico, claramente distinguível a olho nu,

em particular nos pontos de ligação com as partes antigas, além disso assinalados e datados onde possível;

[...]

3) anástiloses documentadas com segurança, recomposições de obras fragmentadas, sistematização de obras com lacunas, reconstituindo os interstícios de pouca importância com técnica claramente distinguível a olho nu, ou com zonas neutras realizadas a nível diverso das partes originais, ou deixando à vista o suporte original e, no entanto, nunca integrando *ex novo* zonas figuradas nem inserindo elementos determinantes para a figuratividade da obra; [...](C.R., 1972, p. 03, grifo nosso)

Tais orientações normatizadoras, no nosso entendimento, expressam algum sentido de comportar percepções acerca da conservação do monumento como tal, preservando a forma que a ação do tempo lhe impôs e, de certa forma, dificultando as intervenções diretas em sua estrutura ou, ao menos, deixando à mostra a forma que a mesma se encontrava. Obviamente que esse argumento se aplica com mais força para as ruínas ao nível do solo, aquelas que não são frutos de escavações. Nessa carta, esses são claros argumentos que acenam para a possibilidade de pensar a salvaguarda das ruínas na forma em que se encontram, atingindo seu valor memorial.

A Carta “Recomendação de Paris – Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”, também de 1972, assim como outras fizeram, ressalta a necessidade da salvaguarda do patrimônio e expressa algumas novas considerações a tal respeito que em certo modo são pertinentes à pesquisa. A carta argumenta sobre as formas de ameaça de destruição do patrimônio e apresenta uma nova compreensão a esse respeito, quando admite que além das “causas tradicionais de degradação” tem-se as causas relacionadas à “evolução da vida social e econômica” (R.P.P.M.C.N., 1972, p. 01), que, no entendimento do documento, promovem o “empobrecimento nefasto do patrimônio de todos os povos do mundo” (Ibid., p.01).

Tal juízo nos permite apreender que, em última análise, segundo a “Recomendação de Paris” (1972), o fator social, em certa medida, interfere no patrimônio. De modo que sua degradação possa ter relação com a dinâmica da sociedade a qual tal patrimônio pertence, pois esta já não mais o reclama ou mesmo porque alterou a significação que mantinha com tal patrimônio, portanto se deve observar tal relação e entendê-la.

A carta não faz uma reflexão pontuada a respeito dessas duas causas, o que poderia distingui-las, assim, as põem num âmbito de igualdade de condições. Por entendermos tais diferenças é que buscamos fundamentar esta pesquisa para a condição de

percepção de edificações em ruínas existirem enquanto tais, respeitando o ciclo “natural” das coisas, atentando para as possíveis causas sociais que as levaram aos seus estados e, sobretudo, observando a relação mantida com a memória da coletividade.

Assim, o documento, de certo modo, revela a complexidade da discussão do patrimônio em meio aos fenômenos sociais, motivo pelo qual se encontra no bojo das análises socioantropológicas, de maneira que possa ser considerado não apenas por suas características físicas e pelos valores atribuídos pelo Estado, mas também observando os valores subjetivos determinados pela e na relação com a sociedade.

Essa mesma carta acrescentou à noção de patrimônio o termo “lugares notáveis”, o qual o conceituou como sendo as “obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico” (Ibid., p. 02). Tal entendimento parece-nos ampliar a noção de “Patrimônio Histórico” para um entendimento de “Patrimônio Cultural”, como, aliás, o documento já trata o Patrimônio, dividindo-o em “cultural” e “natural”, considerando que os “monumentos”, os “conjuntos” e os “lugares notáveis” estão inseridos num contexto de “Patrimônio Cultural”, e os “monumentos naturais”, as “formações geológicas e fisiográficas” e as “zonas naturais” fazem parte do chamado “Patrimônio Natural”, não sendo muito bem definidos pelo documento.

No que tange à participação da sociedade nas discussões acerca das questões do Patrimônio, a carta “Declaração de Amsterdã” (1975) é a primeira a expor como fundamental a participação da população.

a conservação do patrimônio arquitetônico não deve ser um assunto que só diga respeito aos especialistas. É essencial o apoio da opinião pública. A população, com base numa informação completa e objetiva, deve colaborar em todas as fases do trabalho, desde o levantamento dos inventários até à preparação das decisões. (D.A., 1975, p. 04)

O documento traz uma breve exposição a respeito do que pensa ser um amadurecimento sobre a noção de patrimônio, e afirma, entre outras coisas, que o conhecimento de seu passado, pelo homem, através do espaço que o cerca e no qual habita, transmite-lhes certa segurança, o que, em certo modo, nos faz pensar na forma como se relaciona a memória de um grupo sobre seu próprio passado, no que tange ao seu sentimento

de pertencimento àquele meio e de identificação com o que algumas estruturas arquitetônicas possam lhes transmitir. Dessa forma, transcrevemos um trecho da carta para melhor entendimento:

o significado do patrimônio arquitetônico e a legitimidade de sua conservação são atualmente melhor compreendidas. Sabe-se que a preservação da continuidade histórica do ambiente é essencial para manutenção ou a criação de um modo de vida a que permita ao homem encontrar sua identidade e experimentar um sentimento de segurança face às mutações brutais da sociedade (D.A., 1975, p. 03).

Com o intuito de dar praticidade às políticas de patrimônio e, em certa medida, respeitar à sociedade, o documento sugere que se instaure “órgãos de atividade pública, criando um elo de ligação direta entre os utilizadores potenciais das edificações antigas e seus proprietários” (Ibid., p. 05), e, ainda que se considere os “fatores sociais [pois,] condicionam o resultado de toda política de conservação integrada” (Ibid., p. 06) e, ainda, assegura que “uma política de conservação implica também a integração do patrimônio na vida social” (Ibid., p. 06).

Para tanto, o documento aponta para a importância da participação da população “na elaboração dos programas”, chegando à conclusão de que “convém fornecer-lhes os elementos para apreciação da situação; de uma parte explicando-lhe o valor histórico e arquitetônico das edificações a serem conservadas e; de outra parte, fornecendo-lhe todas as indicações sobre os regulamentos definitivos e temporários” (D.A., 1975, p. 07). O que percebemos nessa situação é que, apesar de haver claramente uma interação com a sociedade nas questões que envolvem as políticas de patrimônio, a forma como essas se dão não põe os moradores como agentes ativos nas discussões; há apenas uma espécie de orientação em como esses devem comportar-se para o patrimônio.

Dando continuidade ao percurso das “Cartas Patrimoniais”, chegamos ao ano de 1976, quando ocorreu a 19ª conferência geral da UNESCO, resultando na Carta patrimonial de “Recomendação de Nairóbi”, que tinha como único objetivo recomendar a estrita conservação dos “Conjuntos Históricos e/ou Tradicionais”. Tais conjuntos, segundo a carta, podem ser “os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, aldeias e lugarejos, assim como conjuntos monumentais homogêneos [...]” (R.N., 1976, p. 03).

O documento avança, ainda, no sentido de considerar que tais “Conjuntos Históricos” percebem algo mais do que apenas suas estruturas, e aponta para uma globalidade da obra, compreendendo o conjunto como um todo coerente cujo equilíbrio e caráter específico dependem da síntese dos elementos que o compõem e que o envolvem, tanto as atividades humanas como as construções, a estrutura espacial e o perímetro em sua volta. À essa compreensão tratou por “Ambiência”, que definiu como “o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais” (Ibid., p. 03).

No ano de 1980, foi publicada no âmbito do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS, a “Carta de Burra”, documento que se debruçou a tecer algumas orientações e definições acerca do patrimônio: a primeira delas trata da definição de “Bem”, que entende como “um local, uma zona, um edifício ou outra obra construída, ou um conjunto de edificações ou outras obras que possuam uma significação cultural, compreendidos, em cada caso, o conteúdo e o entorno a que pertence” (C.B., 1980, p. 01). Quando se refere à “significação cultural”, a carta também o define do seguinte modo: “o termo [...] designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras.” (Ibid., p. 01). Porém, o documento retoma a tradição de outras cartas de não fazer referência à sociedade na consulta para atribuir-lhe tal “significação cultural”.

No que concerne às intervenções em “bens”, o documento apresenta duas possibilidades distintas, as de “conservação” e as de “manutenção”, que podem se desdobrar em mais duas cada e, que se contrapõem em seu sentido, ao mesmo tempo em que expõem a possibilidade de algumas delas relacionarem-se em um “Bem”. Ao comportar características de significação cultural, um “Bem” deve ser submetido a intervenções, com “cuidados a serem dispensados [...] para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural” (Ibid., p. 01), com possíveis ações de “preservação” ou “restauro”, para o caso da “conservação” e na situação da “manutenção”, de “reconstrução” e “adaptação”

O documento define tais termos entendendo que “a preservação se impõe nos casos em que a própria substância do bem, no estado em que se encontra; oferece testemunho de uma significação cultural específica, assim como nos casos em que há insuficiência de dados que permitam realizar a conservação sob outra forma” (Ibid., p. 03). Com tal entendimento, podemos apreender que a carta aponta para a possibilidade de uma edificação em ruína ser tratada com significação cultural na forma em que se encontra, uma vez que

nessas situações há apenas a proteção do “bem”. Já nos casos do “restauro”, “reconstrução” e “adaptação”, sempre há, de algum modo, a intenção de reerguer a estrutura que ruuiu ou está por ruir, seja através da inserção de novos componentes, seja pelo agrupamento de suas partes originais; assim, a estrutura estaria sempre por reiniciar um ciclo.

O documento define ainda que qualquer que seja a intervenção escolhida deve seguir fundamentada em estudos, que pressupõem não apenas o reconhecimento do bem, mas de seu entorno, ficando a cargo dos Estados o entendimento acerca da “melhor” intervenção para determinado “Bem” e não faz menção para uma possível consulta sobre a empreitada aos moradores da região.

Sobre tal questão, o que observamos até aqui diz respeito a uma forte tendência das políticas do patrimônio em intervir fisicamente nas estruturas de interesse artístico, cultural e/ou histórico que estejam em estado de ruína, disposição que não encontramos nas cartas que se debruçam para a apreensão do patrimônio arqueológico. Como exemplo, apontamos a Carta de Lausanne, de 1990, ao apresentar que o “patrimônio arqueológico” é “um recurso cultural frágil e de não renovação” (C.L., 1980, p. 02), que guarda estrita relação com a coletividade sobre a qual está contido.

Percorrendo o conteúdo desse documento e de alguns outros que tratam sobre o “Patrimônio Arqueológico”, não observamos a sugestão de restauro nas ruínas desse tipo de patrimônio; percebemos, pois, a indicação para sua manutenção, através de cuidados que desacelerem sua deterioração. Há ainda um recurso chamado de “reconstituição”, com duas funções básicas: de “investigação experimental e interpretação” (Ibid., p. 05), não sendo observada a função econômica de consumo cultural. Ainda no que tange às reconstituições, a carta é clara em afirmar que essas “não devem ser executadas sobre os próprios vestígios arqueológicos e devem ser identificáveis como tal.”. As compreensões desenvolvidas em torno do “Patrimônio Arqueológico”, associadas ao respeito aos habitantes da cidade em suas considerações e relações para com o patrimônio, no nosso entendimento poderiam surtir um importante incremento na perspectiva de análise do “Patrimônio Cultural” em estado de ruína. Sobre essa questão discorreremos ao longo de todo trabalho.

No bojo das discussões sobre a participação da sociedade nas questões que envolvem o Patrimônio, a “Conferência sobre autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Mundial”, realizada na cidade de Nara (Japão), em 1994, produz um documento de extrema relevância, uma vez que se abriram os debates no intuito de elaborar caminhos e

meios, no sentido de promover um maior respeito aos valores culturais e sociais de todas as sociedades e às diversidades do patrimônio cultural para as práticas de conservação.

Nesse sentido se reconhecem como “desafiantes do pensamento tradicional a respeito da conservação” (C.N., 1994, p. 01) e se põe em questão a “autenticidade” atribuída aos patrimônios culturais de determinada sociedade, uma vez que diante de um alargamento da noção de cultura, principalmente pela sua diversidade, a atribuição de um determinado bem como sendo a identidade de um povo poderia gerar desencontros de entendimentos dentro de um mesmo grupo, pois, de algum modo, suprimiria ao que de fato algumas minorias considerem como seu patrimônio. Assim, a carta menciona o que entende ser a real contribuição de um bem patrimonial autêntico. Vejamos um trecho da carta.

Num mundo que se encontra cada dia mais submetido às forças de globalização e da homogeneização, e onde a busca de uma identidade cultural é, algumas vezes, perseguida através da afirmação de um nacionalismo agressivo e da supressão da cultura das minorias, a principal contribuição da autenticidade na prática da conservação é clarificar e iluminar a memória coletiva” (Ibid., p. 01).

Portanto, entendemos que tal documento procura rediscutir o modelo de patrimonialização de bens, tomando como base uma percepção que diz respeito a uma pluralidade de culturas decorrente do mundo moderno, afirmando que “a proteção e valorização da diversidade cultural e patrimonial no nosso mundo deveria ser ativamente promovida como um aspecto essencial do desenvolvimento humano” (Ibid., p.02), e portanto, infere como arriscada a tentativa de estabelecer um patrimônio cultural comum a todos, pois “Todas as culturas e sociedades estão arraigadas em formas e significados particulares de expressão tangível e intangível, as quais constituem seu patrimônio e que devem ser respeitadas” (Ibid., p. 02).

Desse modo, o documento aponta para uma função do patrimônio que permita aos que o vivem evocar lembranças de seu passado, através de sua memória coletiva, diferente do tradicional entendimento, que consiste em constituir uma identidade que represente aquela sociedade. Com tal compreensão, pôde avançar nas questões de conservação do patrimônio, pois põe em primeiro plano o respeito aos valores que a coletividade mantém com as estruturas arquitetônicas, edificações e obras que os cercam, como podemos observar pelo trecho que segue da carta:

A conservação do patrimônio cultural em suas diversas formas e períodos históricos é fundamentada nos valores socialmente atribuídos a esse patrimônio. Nossa capacidade de aceitar estes valores depende, em parte, do grau de confiabilidade conferido ao trabalho de levantamento de fontes e informações a respeito destes bens (Ibid., p. 02),

Não nos restam dúvidas de que essa carta nos fomentou reflexões bastante pertinentes a respeito do nosso tema, sobretudo nos aspectos de pôr o grupo social em posição de definir o que entende por patrimônio em seu espaço, observando sua relação social e histórica com o “bem”, como também em atentar para uma posição do patrimônio que tenha suas reflexões voltadas diretamente ao grupo social a que pertence no intuito de “clarificar e iluminar a memória coletiva”, valendo-nos de suas próprias palavras. Ainda que não tratasse especificamente de estruturas arquitetônicas em ruína, podemos tomá-las também em meio ao patrimônio.

Após uma incursão a algumas cartas patrimoniais de origem internacional que entendemos manter alguma relação significativa com o tema abordado, nos debruçaremos ao que algumas cartas brasileiras nos trazem de contribuição à investigação. A primeira Carta Patrimonial do Brasil data de abril de 1970, sendo discutida no “1º Encontro de Governadores de Estados, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais”, que resultou no documento denominado de “Compromisso de Brasília”, cujo objetivo fora “o estudo da complementação das medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional” (C. C. B., 1970, p.01).

Preocupados em descentralizar as ações sobre a defesa do patrimônio, sugere a criação de órgãos estaduais e municipais para melhor atender o que dispõe o Decreto-Lei nº 25 de 1937^[15], embora a legislação da década de 1930 tratasse do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)^[16] e suas diretorias como únicos órgãos responsáveis pelo patrimônio brasileiro; contudo, a carta aponta para uma descentralização em âmbito estadual e municipal, e que tais órgãos devessem se articular com o então Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)^[17] e com os Conselhos

[15] Decreto-Lei instituído pelo então presidente Getúlio Vargas, que “Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”

[16] Regulamentado pelo Decreto-Lei 25, de 1931.

[17] A mudança do nome deu-se em 1946.

Estaduais de Cultura. Isso acabaria por dar a esses entes federativos a condição de eleger o que desejavam ver como seu patrimônio.

Nesse documento, as questões que envolvem o restauro estão presentes apenas em seu anexo, onde é trazida uma problemática referente à restauração da “Ruína da Igreja de São Miguel”, no Rio Grande do Sul, apontando que a recuperação e restauração desse monumento concentra extrema complexidade, por conta de dois fatores implicadores: 1) a ausência de técnicos preparados, pois, segundo a carta, a formação é demorada e difícil por requerer “além de tirocínio de obras e de familiaridade com os processos construtivos antigos, sensibilidade artística, conhecimentos históricos, acuidade investigadora, capacidade de organização, iniciativa e comando” (Ibid., p.04); e 2); e a exigência de providências igualmente demoradas,

como o inventário histórico-artístico do que existe na região, o estudo da documentação recolhida, o tombamento daquilo que deve ser preservado, a eleição do que mereça restauro prioritário, a apropriação de verbas para esse fim, a escolha de técnicos, o estudo preliminar na base de investigação histórica e das pesquisas in loco, a documentação e o registro das fases da obra e, por fim, a manutenção e o destino do bem recuperado (Ibid., p.04).

O que observamos nesse documento diz respeito às questões de cunho político, ao buscar definir competências e dotações orçamentárias, com raras considerações de ordem conceitual, que, na verdade, apenas reforçam os entendimentos e noções sobre o patrimônio à época, sobre as quais já nos debruçamos ao buscar tal compreensão pelas cartas internacionais.

Contudo, temos dois importantes aspectos a destacar nessa carta: 1) a nítida mudança de perspectiva no foco de “contemplação” do patrimônio, pois, já não mais se percebe a busca por criar uma “Identidade Nacional”, por obras e estruturas arquitetônicas que supostamente seriam próprios do Brasil, tem-se naquele momento a proposta de formar uma “Consciência Nacional” pelo culto ao passado. O outro aspecto a que nos referimos 2) diz respeito à postura de descentralizar a preservação do patrimônio, condição que posteriormente põe o patrimônio como forma de provento econômico, de maneira indiscriminada, visando os recursos empregados provenientes de tais ações e de seus resultados.

A Carta de Petrópolis, de 1987, assinala que “na diversidade dos instrumentos de proteção, considera-se essencial a predominância do valor social da propriedade urbana sobre a sua condição de mercadoria” (C.Pet., 1987, p. 02); assim, resume suas intenções de valorização do social em detrimento da relevância econômica.

Ao definir “Sítio Histórico Urbano - SHU” como “o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações”, atenua a crítica à dicotomia do que chamou de “espaço histórico” e “espaço não-histórico” em uma cidade, pois o entendimento desses espaços recai para uma noção de “área crítica” num sentido apenas operacional, já que considera que “toda a cidade é um organismo histórico” (Ibid., p. 01).

O documento traz a compreensão de que qualquer espaço da cidade é, em certo modo, expressão de construções sociais; assim, nada deve ser eliminado, mas sim somado “enquanto expressão cultural”. Portanto, o objetivo da “preservação”, termo utilizado sem sua definição, seria a “manutenção e potencialização de quadros e referenciais para a expressão e consolidação da cidadania” (Ibid., p. 01).

A carta sugere uma mudança na postura institucional quando altera claramente o eixo de percepção das políticas patrimoniais, deslocando da estrutura arquitetônica para a coletividade a condição da autenticidade do patrimônio; assim, dá maior mobilidade à sociedade em meio ao seu patrimônio, tanto no sentido de elegê-lo como no sentido de seu uso. Portanto, assegura aos SHU a polifuncionalidade, cuja “preservação não deve dar-se à custa de exclusividade de usos, nem mesmo daqueles ditos culturais, devendo, necessariamente, abrigar os universos do trabalho cotidiano, onde se manifestam as verdadeiras expressões de uma sociedade heterogênea e plural” (Ibid., p. 01), noção que tem forte relação com o entendimento da nossa pesquisa, no que tange à percepção da relação que a sociedade mantém com seu conjunto arquitetônico.

Embora o documento seja firme em apontar qual deva ser o principal uso das edificações dos SHU – a moradia – “haja vista a flagrante carência habitacional brasileira”, sugere que “especial atenção deva ser dada à permanência no SHU das populações residentes e das atividades tradicionais” (Ibid., p. 01), indicando o inventário como ferramenta de auxílio à compreensão de toda a diversidade social que comporte os SHU.

De tudo que foi exposto sobre a Carta de Petrópolis (1987), esteve notório que esse documento volta suas atenções às proposições que privilegiam a participação da comunidade nas questões patrimoniais, “proporcionando não apenas a obtenção do

conhecimento do valor por ela atribuído ao patrimônio, mas também o fortalecimento dos seus vínculos em relação ao patrimônio” (Ibid., p. 01).

Tal entendimento, em parte, nos faz pensar na problemática de nossa pesquisa, como também na proposta de análise sociológica das cidades, sugerida por Carlos Fortuna (2002), já enunciada no capítulo introdutório. Continuando a análise, verificamos que um tipo de percepção apresentado pela carta tem bastante relevância à nossa investigação, no que tange à manutenção da ruína enquanto tal e à sua possibilidade de findar-se, embora não faça menção às edificações em ruína, e, provavelmente, não a faria, vista a função principal, de moradia, atribuída a uma edificação: o documento indica que “toda edificação é resultado de um processo de produção social, só se justificando sua substituição após o esgotamento de seu potencial sócio-espacial”, e, ainda assim, “os critérios para avaliar a conveniência da substituição devem levar em conta o custo sociocultural do novo” (Ibid., p. 01). Portanto, podemos entender tal afirmação como uma possibilidade de as políticas de patrimônio perceberem a ruína como elemento arquitetônico que pode reter significado em si, para o grupo social no qual está inserida.

A Carta de Cabo Frio, publicada em 1989, resultado da reunião do comitê brasileiro do ICOMOS, mais uma vez traz a participação da sociedade nas questões patrimoniais, ainda que dessa vez, pelo que podemos inferir da carta, numa postura acessória às ações institucionais, de modo mais a “conhecer para preservar” do que de deliberar sobre seu patrimônio. Vejamos:

O êxito de uma política preservacionista tem como fator fundamental o engajamento da comunidade, que deve ter por origem um processo educativo em todos os níveis, com a utilização dos meios de comunicação. O respeito aos valores naturais, étnicos e culturais, enfatizados através da educação pública, contribuirá para a valorização das identidades culturais. (C. CF., 1989, p. 02)

Após a Carta de Cabo Frio (1989), outras cartas foram produzidas: a mais recente é a “Síntese do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural”, publicada em 2010; algumas trazem discussões sobre projetos de educação patrimonial, é o caso da Carta de Nova Olinda (2009), que apresenta os resultados do projeto “Casas do Patrimônio” ^[18]; outras debruçam-se

[18] “As Casas do Patrimônio constituem-se, essencialmente, em um projeto pedagógico e de educação patrimonial. É o primeiro passo para transformar as sedes das representações regionais, os escritórios técnicos do Iphan, e instituições da sociedade civil em polos de referência local e regional para qualificar e atender a

em discutir o “Patrimônio Imaterial”, “Patrimônio Natural” e o “Patrimônio Arqueológico”, nessas cartas não verificamos inovações a respeito das noções de patrimônio, de restauro, da condição estrutural da Ruína, nem da apreensão da relação que o patrimônio mantém com os habitantes das cidades.

Nesse ponto, especificamente, percebemos repetir-se com frequência uma postura que apontava para a necessidade da participação da coletividade nas discussões do seu Patrimônio. Porém, ao discorrermos pelo conteúdo das cartas, o que percebemos foram indicações e sugestões que não expressam a plenitude da questão do envolvimento social, como, por exemplo, a Carta de Brasília, de (1995), a qual afirma que “é preciso sensibilizar as comunidades para o tema da autenticidade do patrimônio cultural, fornecendo modelos para seu conhecimento adequado e sua valorização, para sua conservação e proteção [...]” (C.Bra., 1995, p. 03). Mais uma vez a sociedade é chamada a participar apenas para tomar conhecimento do processo, na condição de conhecer para preservar.

As Cartas Patrimoniais, apesar de não terem o caráter legal normativo, são documentos concisos que sintetizam as ideias consensuadas sobre patrimônio num determinado momento; e por serem resultado de discussões e debates entre vários países, envolvendo diversos profissionais com atuação nas questões patrimoniais, esses documentos servem de fundamentação teórica nas formulações das políticas de patrimônio de diferentes nações. Assim, é patente pensarmos que as noções, definições e sugestões apontadas nesses documentos tenham aplicações diretas no patrimônio de diversos países. Portanto, as contradições por nós observadas, bem como as omissões a respeito de algumas fundamentações conceituais, indubitavelmente, geram implementações errôneas das políticas de patrimônio no Brasil e no Mundo.

As incongruências que apreendemos ao longo das análises das cartas apontam em direção a uma intencionalidade de “patrimonializar” e/ou “monumentalizar” objetos de maneira institucional, seja pelo fator econômico, na geração de renda por tais “bens”, seja pela vontade de resguardar o que se supõe, através de estudos, autêntico, próprio, ou legítimo de alguma sociedade, que a identifique.

população residente, estudantes, professores, turistas em uma perspectiva de diálogo e reflexão, no sentido de participarem da construção coletiva dessa nova postura institucional. Trata-se de conferir transparência e ampliar os mecanismos de gestão da preservação do patrimônio cultural, apoiando-se principalmente em ações educacionais, em parceria com escolas, instituições educativas formais e informais e demais segmentos sociais e econômicos.” (Sítio Eletrônico do Projeto “Casas do Patrimônio”, 2011)

Para tanto, de modo geral, vimos que tais processos são executados, frutos de determinações técnicas. Tais documentos pouco atentam à posição da sociedade nesses processos e, quando há observância, compreendemos que são incipientes, com algumas raras exceções, que não alteram o cenário, pois dentro de um contexto maior são insuficientes. Afinal, o que queremos dizer é que o valor de um objeto não está nele, não recai sobre sua beleza, nem sobre as técnicas e estilos empregados; seu valor, se é que o tem, é determinado na relação que mantém com o grupo social do qual é parte, tendo valores distintos para cada um e subjetivos, a depender também do objeto. A ruína, nosso objeto de estudo, pode manter relação com um grupo por reter em si, enquanto tal, na forma em que se encontra, parte da memória social desse grupo.

Portanto, intervenções urbanísticas que pretendam reconstruir uma ruína como forma de valorizar o passado, provavelmente, teriam melhores resultados se antes apreendessem o modo como aqueles que convivem cotidianamente a resgatam, a valorizam ou a revivem em suas memórias e na memória do grupo; no entanto, essa parece ser uma ação contrária à própria noção de patrimônio, cujas considerações dos documentos o percebem como uma síntese da matéria íntegra com a memória.

Em nenhuma das cartas analisadas observamos um claro debate a respeito da análise do estado físico dos bens, tampouco uma conceituação que não deixasse dúvidas do que se entendesse por ruína. Porém, mesmo sem tal discussão e definição, os documentos são unânimes em afirmar, definir e instruir sobre os processos de restauro no patrimônio em ruína, com suas diferenciações. Mas, de um modo ou de outro, permitem o resurgimento do elemento arquitetônico, ainda que, na verdade, o resultado seja um simulacro, que segundo Meneguello (2000), pouco atinge, por si, uma experiência memorial.

Contudo, e em última instância, as “Cartas Patrimoniais” nos revelaram que, tendo as atuais políticas de patrimônio a influência desses instrumentos norteadores, os elementos patrimoniais em estado de ruína ou em arruinamento não poderão completar um ciclo natural de findar-se. Portanto, apenas para elucidar a questão trazida no título do tópico, entendemos que o patrimônio não tem direito à ruína, isso, à luz dos postulados emitidos pelas “Cartas Patrimoniais”.

No tópico a seguir trataremos algumas considerações formuladas por teóricos, especialmente da sociologia, acerca da compreensão do “valor” que sugerem ter estruturas

arquitetônicas e edificações em ruína, sem que para isso necessitem do emprego de intervenções de restauro.

1.2 A Ruína e seu “valor”: Algumas considerações.

Pensamos que aquilo que se convém observar numa ruína não se trate do estado físico em que se encontra a edificação: a situação de suas paredes, de suas fachadas e/ou de suas lajes. Tampouco a condição de servirem para algum tipo de utilidade pública prática, pois, no nosso entendimento, sua função rotineira deu-se em outro tempo; tempo do qual é testemunha de seu fim e de sua experiência. Por vezes, seu estado de ruína liga-se diretamente à cessão de um momento na continuidade de um grupo social. Ainda que saibamos que a matéria que uma edificação é constituída tende a perdurar no tempo, é certo que, em dado momento, essa se arruína e se finda. Logo, entendemos que a importância da análise de tais estruturas arquitetônicas em ruína, para a sociologia, e em especial a urbana, está no passado e na história que carrega, nas simbologias que tenham e na relação que possam manter com a memória social do grupo.

A tônica das discussões sobre a ruína enquanto abordagem sociológica pauta-se basicamente em observar sua relação com as cidades e seus habitantes. Tal tipo de associação a põe, com frequência, nas discussões e análises, especificamente, da Sociologia e Antropologia Urbana, que, de tal modo, contribuem para o debate das políticas de patrimônio, com questionamentos acerca do valor cultural e social das ruínas, sobretudo as inseridas em sítios históricos, bem como a relação deste elemento arquitetônico para com a memória social do grupo ao qual se liga. Tais abordagens são relativamente recentes no campo da Sociologia Urbana, e por sua concepção teórica, portanto, o acesso a referenciais bibliográficos que pudessem nos dar maior aporte teórico, em dado momento, mostrou-se um contratempo. Porém, não obstante, autores clássicos e contemporâneos da Sociologia, que em algum momento de suas reflexões teóricas dedicaram-se a considerações a respeito da ruína em pensamentos conceituais na relação desse elemento com a sociedade, acabaram por tornar o trabalho melhor exequível do ponto de vista teórico; alguns desses serão conhecidas adiante.

A noção de ruína formulada por Walter Benjamin (1989) decorre de um pensamento envolto em um tecido urbano: assim, um elemento arquitetônico, permeado pelas características subjetivas pertinentes à cidade, percorre vários e inquietos quadros de movimentação social, típicos das dinâmicas das cidades. Portanto, segundo Benjamin (1989), a ruína surge num momento em que “algo deste tecido urbano está por desaparecer e esse desaparecimento ilumina, com uma luz singular e poética, tudo aquilo que o condenou, seu outro e seu contrário. [...] possibilitando a fantasmagoria daquelas lembranças ou memórias que, como lacunas da história, permanecem para assombrar o presente e alertar sobre o futuro” (Ibid., p. 85).

As ruínas vistas assim retêm em si uma condição de “fantasma”, que provoca sentimentos de finitude, debilidade, declínio, queda, perda de um momento em quem as vê, e com isso propicia uma metamorfose temporal, dando oportunidade de quem a contempla de passar de um tempo para outro. Benjamin (1984) põe a ruína como símbolo do trágico, de uma história que terminou em catástrofe, que lembre o declínio e a decadência; ela acaba que por representar o que de um momento conflituoso restou e daí retira sua força, pois desperta a memória, provocando emoção, sensibilidade e trazendo sempre a lembrança de algo.

Portanto, o que podemos entender da ideia de ruína em Walter Benjamin (1984) diz respeito a um elemento que se expressa, de modo particular, sobre os tempos passados e fala através da matéria visível que ainda exhibe, mas, sobretudo, através daquilo que não está mais visível, daquilo que é sugerido, imaginado, pensado ou temido, como uma espécie de fantasma.

Segundo Cristina Meneguello (2000), as cidades podem constituir-se por um discurso fundamentado numa história que ressalta e revela o que se foi pelas estruturas físicas e pelos costumes dos habitantes. Para a autora, a cidade inglesa de Manchester é um exemplo disso, a qual ofereceu entre o século XIX e XX, a partir de suas várias histórias, a imagem de uma rica cidade, cujo objetivo era determinar (estabelecer) sua antiguidade e importância.

É então, através da ideia de patrimônio que sugere a ideia de monumento, de “ressignificação, como cristalização de imagens do passado e como jogo de apropriação e perda” (MENEGUELLO, 2000, p. 19) “que surge, como um olhar para o passado, catalogando, colecionando e preservando, as ruínas. Marcas do passado nacional” (Ibid., p. 19). Diferentemente das cidades utópicas, que são idealizadas enquanto projeto de funcionalidade da sociedade, que buscam equalizar produtividade e vida saudável, as

sociedades que valorizam o patrimônio, que também atentam ao futuro, não se sustentariam sem as marcas do passado (MENEGUELLO, 2000).

Muitas vezes os discursos históricos utilizam-se dos elementos que perduram no tempo e recorrem aos que são visíveis à população; entre tais elementos estão as ruínas. Os memorialistas da cidade de Manchester, impelidos pelo acelerado processo de transformação industrial, preocuparam-se em meio a outros temas com as origens romanas da cidade. Meneguello (2000) assegura que, mesmo sendo de comum conhecimento tal origem, a mesma era justificada por “fragmentos de muralha, moedas encontradas ao acaso quando das escavações de fábricas e por um profundo desejo de pertencimento a linhagem histórica mais nobre” (MENEGUELLO, 2000, p. 76).

Entendendo a “experiência do presente como uma contínua rede de referências ao passado” (Ibid., p. 76), Meneguello (2000) ressalta a problemática apresentada pelos historiadores positivistas acerca das raízes de Manchester, pois há ausência de ruínas na cidade que comprovassem a continuidade da sociedade romana, fazendo com que as ruínas da região central de Deansgate, que a autora considera como “pífiás”, fossem evocadas como lembrança de tal passado. Reconstruídas de forma “quase bizarra”, tornaram-se um ponto turístico da cidade, tendo uma importância subjetiva no sentido de *locus* da mesma.

Buscando pôr entendimento ao conflito vivido em Manchester, a autora afirma que “a mitologia de um lugar demanda um mito de fundação que ilumine a conexão passado-presente” (Ibid., p. 77). Assim, as ruínas de Deansgate, em certo modo, assumem a postura de discorrer sobre uma história que não estava descrita em relatos sobre a cidade, e que não esteve presente em fontes oficiais: “as ruínas sustentam a criação de uma imagem da cidade, enquanto dimensão histórica do passado mítico” (Ibid., p. 83).

Segundo Meneguello (2000), escavar para encontrar vestígios que comprovassem a ligação da cidade de Manchester com Roma tornou-se corriqueiro na cidade, e qualquer inglês assumia o papel de arqueólogo na busca pelo “passado palpável” (MENEGUELLO, 2000, p. 76), em tempos de reconstruir um passado urbano, entendido pela autora como “duas pontas de um mesmo fio condutor” (Ibid., p. 88). Assim, o estudo de “ruínas históricas” passa a ser considerado um passatempo educativo.

A autora parece-nos expor uma compreensão de ruína que lentamente se altera diante da sociedade que a vivência, “progressivamente as ruínas perdem o caráter de aviso simbólico da finitude humana e da velocidade de suas realizações” (Ibid., p. 88). Porém,

assegura que as ruínas passam a proporcionar um sentido de pertencimento, revelando-se, no decorrer de seu trabalho, como documentos que atestam as raízes da cidade.

Entre algumas considerações que Meneguello (2000) tece voltadas à compreensão da função da ruína, uma em especial dialoga claramente com a percepção intuída em nossa investigação: “ruína é em si um modo de reconhecer o passado”, afirmando que as “ruínas habitam simultaneamente dois tempos, o ocorrido e o presente” (Ibid., p. 92). Construindo uma reflexão a partir dos escritos de Carlos Fortuna (1997), a autora sustenta, ainda, que as ruínas atendem “as funções de antiguidade, continuidade, finalismo e sequencia do passado, ou seja, não somente colocam aquele que as admira como herdeiro daquela criação como une aqueles dois momentos, passado e presente, de forma indelével” (Ibid., p. 92-3).

De tal modo, Meneguello (2000) conclui que a “ruína tem sido o traço de arquitetura com maior poder de evocação do passado na origem de sua apreciação da transitoriedade dos poderes terrenos e das conquistas humanas” (Ibid., p. 93), dedução que a autora infere das viagens pitorescas que se promovia, no século XVIII, aos visitantes da cidade de Roma, bem como, pelos pintores que retratavam as ruínas romanas, sob o argumento de criação artística para retornar ao passado, como maneira de vislumbrar a arquitetura e a paisagem de tempos notáveis.

Cristina Meneguello (2000) atenta, ainda, que a partir do século XX as ruínas passam a ter, também, uma função turística – “o passado torna-se um lugar a ser visitado”. Sua afirmação regula-se em observações pautadas numa indicação de Georg Simmel, para a compreensão da ruína, pois esta “estimula os sentidos numa relação especialmente temporária e baseada em critérios estéticos: ao mesmo tempo em que os turistas as contempla, dota-se de sentimentos que transcendem o cotidiano” (Ibid., p. 93).

Simmel (1998) nos põe a pensar que a ruína é o momento de frouxidão na tensão que, segundo o autor, há entre o passado e o presente, não sendo nem um nem o outro, aguardando o seu futuro próximo, carregando as marcas do passado. Para o autor, a arquitetura seria a única obra humana capaz de atender satisfatoriamente o conflito vontade humana versus necessidade da natureza, entre vida e morte.

Este balanço singular entre a matéria mecânica, pesada, passivamente resistente à pressão e a espiritualidade informante, que impele ao alto quebra-se, no entanto, no instante em que o edifício rui, pois isso não significa outra coisa senão que as meras forças da natureza começam a

predominar sobre a obra humana: a equação entre natureza e espírito desloca-se em favor da natureza. (Ibid., p.135).

Simmel (1998) assevera que há nas ruínas uma “sedução”, que, segundo ele, está justamente na natureza que nelas persiste; na percepção à ruína de uma simbologia da ação destruidora da natureza sobre o poder de erguer do homem, e, que a todo o momento em que a edificação estava íntegra, e mesmo no processo de arruinamento, mantinha-se em conflito. Vejamos como o autor argumenta:

A ruína da obra arquitetônica significa que naquelas partes destruídas e desaparecidas da obra de arte outras forças e formas - aquelas da natureza - cresceram e constituíram uma nova totalidade, uma unidade característica, a partir do que da arte ainda vive nela e do que de natureza já vive nela (Ibid., p.135-6).

Nesse sentido, o autor tece críticas às edificações em ruínas que não sejam fruto exclusivamente desse conflito “homem x natureza”, referindo-se “a algumas ruínas romanas”, pois admite que “na medida em que notadamente se percebe nelas a destruição pelo homem; isso contradiz a oposição entre obra humana e efeito da natureza, na qual se apoia o significado da ruína como tal”, ocasionando nessas a ausência da “Sedução específica da ruína” (Ibid., p.133).

O que observamos do modo como Georg Simmel (1998) compreende a ruína nos permite inferir que o autor busca nesse elemento sua dimensão de “Obra” de modo artístico e estilístico, fruto de um conflito que é observado com frequência e se repete constantemente, e nesse sentido tem sua melhor observação de resultado nas ruínas de estruturas arquitetônicas. “[...] Com isso, a ruína torna-se, não obstante, um fenômeno mais significativo e pleno de sentido que os fragmentos de outras obras de arte. [...]” (Ibid., p.138).

Como contribuição às discussões, Fortuna (1997) observa que as ruínas das cidades retêm dupla qualidade: “por um lado, são repositórios de outros modos de vida, e por outro estimulam a construção imaginada do presente.” (Ibid., p. 05). Para essa construção, o autor afirma que seus resultados serão tão somente parciais, pois as ruínas são apenas fragmentos dispersos na elaboração imaginada do presente por sujeitos “descentrados” de identidades.

Continuando no debate, o autor apresenta, para se somar às questões, dois sentidos de interpretação da ruína na sociedade: ambos trazem as ruínas como elementos que despertam o passado no presente, porém, o autor os divide em “um sentido mais pessimista” e num “um sentido mais otimista”. No que Fortuna (1997) entende por um sentido pessimista, observamos uma clara relação com as considerações de Benjamim (1984) sobre uma ruína que “fantasmagorize” os medos do passado no presente. De modo semelhante, Fortuna (1997) entende que as ruínas “ilustram transitoriedade e decrepitude. A sensação de decadência dos anteriores sistemas de vida e modelos arquitetônicos que elas patenteiam” (Ibid., p. 06).

Sobre o que o autor classificou como “sentido mais otimista”, “as ruínas são realmente fragmentos e sinais do passado. Ainda que seja um passado imaginado e, por isso mesmo, elas nos reconfortam tanto pessoal como coletivamente.” (Ibid., p. 06). Nessa dimensão da ruína, notamos que há uma adequação conceitual, já citada anteriormente, referente aos entendimentos sobre as funções da ruína que foram discutidos por Meneguello (2000), quando a autora afirma que a edificação em ruína é dos patrimônios materiais, aquele que retém melhor condição de evocar o passado, pois teve sua materialidade presente em dois tempos, o que ocorreu e o que ocorre. Ainda buscando esclarecer a questão, Fortuna (1997) apresenta quatro sentidos positivos que a ruína pode transmitir:

Em primeiro lugar, o passado é sinônimo de *antiguidade*, ou seja, de proximidade com uma comunidade em que tecnologia e arte, cultura e natureza se equilibram. A ruína antiga contém esse sentimento de equilíbrio. **Em segundo lugar**, o passado é *continuidade*. Tal como ele, também a ruína nos fala de um processo de criação cumulativa do qual descendemos e somos herdeiros, o que transmite segurança pessoal e social. **Em terceiro lugar**, o *finalismo* do passado está também contido no fragmento que é a ruína. Ela é um sinal de estabilidade, de obra acabada, que nos enche de confiança perante a incompreensão e a desordem do presente. **Por fim**, o passado é uma *sequência*, um traço de união entre dois momentos temporais, um aspecto que somos incapazes de atribuir ao presente. (Ibid., p. 06, grifo nosso).

As considerações até aqui explicitadas nos fazem crer que, para a nossa pesquisa, o melhor entendimento das ruínas nas cidades repousa nas exposições de Cristina Meneguello (2000), associadas às objetivações dos quatro “sentidos positivos” da ruína de Carlos Fortuna (1997), mais apropriadamente aos sentidos positivos da “continuidade” e da sequência.

Nesse sentido, apresentamos, apoiados nas formulações teóricas apontadas anteriormente, o modo como pensamos o papel das ruínas nas cidades, especialmente as

históricas: Por um caráter de presenciar fisicamente dois momentos, passado e presente, retendo-os em si e transmitindo-os às gerações. Além de garantir objetivamente que a história contada pelo viés institucional não esteja tão afastada do que se pode apreender pela memória coletiva. As ruínas também cumprem o importante papel de permitir aos que com elas se relacionem, cotidianamente, terem a possibilidade de rememorar a cidade que habitam de outros períodos.

Do que foi dito, o que pensamos é que em geral as ruínas são produtos dos efeitos que o tempo impõe a todas as coisas, porém, sua resistência a esse fator natural gera acúmulos de temporalidades retidas em sua matéria. Assim, de certo modo, as ruínas retêm o tempo passado trazendo-o ao tempo presente e, por vezes, lembranças são evocadas pelo grupo social do espaço em que seus escombros se encerram. Se pensarmos assim, a memória compartilhada dos habitantes dos espaços das cidades pode mesmo ter estreita relação com os elementos da arquitetura em ruína, como sugerimos em nossa hipótese.

Para além das reflexões e considerações apresentadas e, ainda, pensando nas edificações e arquiteturas em estado de ruína das cidades, destacamos que as significações atribuídas pelas pessoas a esses elementos podem configurar-se em “lugares”, no sentido de Leite (2007), caso se verifique “demarcações físicas e/ou simbólicas no espaço, cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo por estas delimitadas reflexivamente” (LEITE, 2007, p. 284),

Portanto, a compreensão sistemática desses elementos, e dos laços de memória do grupo social que os recebem, é, então, de fundamental importância, inclusive para perceber com mais clareza tal sentido de pertencimento. Produzindo naquilo que aparentemente tratava-se de uma estrutura arquitetônica “decrépita” e “esquecida”, certa condição de “lugar” (LEITE, 2000) na cidade, que se não há um uso prático, percebe-se um uso memorial de lembrar o passado.

Nesse contexto o sociólogo Francês Maurice Halbwachs (2006) nos contribui, ao afirmar que toda memória tem origem social, sendo uma construção psíquica e intelectual que ocasiona em última instância uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas deste com as inserções do contexto familiar, social, nacional, lembrando sempre da influência dos meios físicos nas ações sociais (FOUCAULT, 1975).

A teoria social sobre memória exige uma discussão bastante aprofundada, a qual se fará adiante. Porém, antes mesmo de nos debruçarmos aos entendimentos teóricos da

memória, queremos brevemente tornar claro, uma importante distinção conceitual para a pesquisa, no nosso entendimento, entre “Memória” e “História” do ponto de vista da teoria social. Corrobora para tal entendimento o historiador Francês Pierre Nora (1993), que em seus estudos contemporâneos sobre memória, faz clara, tal distinção, as opondo de maneira radical. Para o autor, a memória é um processo de experienciamento, conduzido pelos grupos sociais, portanto, suscetíveis às dinâmicas da sociedade. Vejamos:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 09).

De outro modo, a história é um registro. A memória povoa as lembranças dos grupos repercutindo aquilo que é e sempre foi (tradição). Segundo Nora (1993), a história, como operação intelectual, torna a memória inteligível, ao seu modo. Vejamos o que diz o autor:

A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p. 09).

Por sua vez, Halbwachs (2006) não deixa dúvidas em afirmar que a história não precisa ser contada enquanto ainda houver memória,

[...] a história começa somente do ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito. (HALBWACHS, 2006, p.85).

1.3 A Memória e a Teoria Social: Conceitos e contextos.

O caráter da investigação proposta intui pensar os pressupostos que a teoria social apresenta no que tange à memória enquanto categoria analítica da vida social. Assim, nos importa apreender como as conceituações e considerações teóricas acerca da memória vão sendo construídas e compreender os fundamentos necessários a uma análise da realidade social pautados nesta categoria. A noção de memória sempre permeou os debates teóricos envolvendo o passado, principalmente através dos pressupostos das explicações historiográficas, somando-se às discussões sobre liberdade e moral no bojo das reflexões acerca das sociedades pós-industriais.

O debate sobre a memória tem grandes e densas repercussões nas áreas da psicologia, filosofia e da história; não nos deteremos, porém, a aprofundar tais discussões, ainda que paralelamente acabemos por mencioná-las. Ressaltamos, que, antes das discussões envolvendo as memórias de um grupo social, abordagem que elencamos para auxiliar a elucidar nosso problema de pesquisa, é necessário compreender, primeiramente, os contextos e assinalar as reflexões que descortinem a concepção da noção de memória nas ciências sociais, sobretudo na vertente sociológica, que se anuncia distinta das correntes da produção da memória na teoria social.

A Socióloga e Historiadora Myrian Sepúlveda dos Santos (2003), num esforço de análise de boa parte da revisão literária sobre memória na teoria social, aponta pistas e caminhos fundamentais para compreender e pensar a memória e sua relação com a sociedade. Para tanto, nos fornece elementos que possibilitam “ampliar as fronteiras da teoria social no que diz respeito à memória” (SANTOS, 2003, p. 12), trabalho que no nosso entendimento é bastante pertinente para a abordagem proposta e servirá para nos nortear por entre os autores que formularam teorias sociais sobre memória.

Santos (2003) sintetiza claramente a intenção de seu trabalho:

[...] a tentativa a ser desenvolvida é a de apontar a complexa rede de possibilidades da teoria social em oferecer interpretações e explicações do que pode ser compreendido como memórias ou representações sociais. (Ibid., p. 12)

A memória, enquanto objeto de análise das ciências sociais, segue duas tradições distintas. Por um lado, a escola frankfurtiana apresentou por meio de alguns de seus expoentes, a exemplo de Walter Benjamin e Hebert Marcuse, a memória enquanto “sujeito do conhecimento”, ou seja, um meio que possibilitasse reconhecer o mundo que a constitui. Por outro lado, a tradição francesa, teve em Maurice Halbwachs a concepção da memória enquanto “objeto de estudo sistemático e comparativo de padrões de comportamento” (SANTOS, 2003, p. 38), a memória coletiva. Assim, buscaremos apresentar as bases que sustentam a formulação de ambos os pensamentos, o que contribuirá para elucidar as discussões pelas quais a noção de memória se pauta.

O pensamento de Hebert Marcuse e Walter Benjamin expressa-se a partir da tradição do pensamento social alemão, que traz como marco das discussões sobre memória a publicação da “Dialética do Esclarecimento”, ao referir-se “à perda de autonomia do indivíduo em sociedades de massa” (SANTOS, 2003, p. 97). O livro apresenta os fundamentos da “teoria crítica”, caracterizada pela criticidade à racionalidade iluminista, cujo indivíduo estaria subsumido a uma sociedade altamente “esclarecida”. “No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.07).

Entre os fenômenos de cunho moderno criticados, está a “racionalização”, pois tornou a vida moderna guiada pela previsibilidade e pelo cálculo, em detrimento da tradição e da “desmitologização do mundo”: a razão torna-se o centro do conhecimento e as crenças são colocadas de lado, evidenciado na problemática da análise macrossociológica à “razão instrumental”, que teria como fim o “desencantamento do mundo”, apresentando-se em contradição à visão tradicional de mundo, negando todas as crenças e costumes de uma sociedade, tornando suas percepções unívocas através da “indústria cultural”, cujo esclarecimento resultaria “no cálculo da eficácia e na técnica de produção e difusão” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.06).

Todo esse processo, que tem como fator de difusão o cinema e o rádio, apresenta como problemática a sociedade tradicional. Os autores asseguram que “com o enrijecimento da consciência do tempo, o evento foi fixado como tendo ocorrido uma única vez no passado, e tentou-se apaziguar ritualmente o medo da morte em cada novo ciclo das estações com o recurso a algo ocorrido há muito tempo” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.19). Estes afirmam ainda que:

[...] a subsunção do factual, seja sob a pré-história lendária, mítica, seja sob o formalismo matemático, o relacionamento simbólico do presente ao evento mítico no rito ou à categoria abstracta na ciência, faz com que o novo apareça como algo predeterminado, que é assim na verdade o antigo. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.19).

A crescente uniformidade da mentalidade racional, que é elemento central na argumentação, apresenta-se como “repressão à subjetividade em sociedades de massas” (SANTOS, 2003, p. 97). Assim, criticaram qualquer possibilidade analítica que separasse teoria e práxis política, embora tenham entendido que “a ligação entre teoria e prática estava quebrada, pois o controle da razão instrumental sobre a natureza tomou o lugar de várias relações humanas” (SANTOS, 2003, p. 99). Horkheimer e Adorno (1985), assim, abandonavam definitivamente a ideia, decorrente da herança de uma tradição marxista, de que o proletário seria o agente de transformação social.

Outro momento que aponta a contradição vivida àquela época entre sociedade e indivíduo, discutida pelos representantes da escola de Frankfurt, é o que se observa nos fundamentos extraídos da teoria de Sigmund Freud acerca da repressão dos instintos: a essa ideia se contrapuseram afirmando que “o indivíduo não representava um mero produto do contexto social, já que admitiram a existência de uma multiplicidade de possibilidades de pensamentos, desejos e ações sempre presentes nos seres humanos” (SANTOS, 2003, p. 99).

A relação entre a psicologia e a sociologia tornou-se discutível do ponto de vista de sua aproximação ou afastamento: os frankfurtianos afirmavam ser preciso construir uma relação entre ambas – estrutura da personalidade e condições sociais – não lhes sendo negada certa autonomia, conquanto criticava-se “todos aqueles que reduziam os indivíduos às determinações sociais ou a sociedade a uma rede de experiências e comportamentos interpessoais”. Esta relação foi compreendida como um “aspecto histórico e transitório” (SANTOS, 2003, p. 99): por um lado, a aproximação era necessária à compreensão de uma

totalidade do social e, por outro, tinha caráter documental, já que marcava um momento, segundo eles, de ruptura “intransigente”.

Segundo Santos (2003), Herbert Marcuse assume dura posição na discussão, ao criticar o “neorrevisãoismo” da teoria de Freud realizado por Erich Fromm, qual, teria equivocadamente tentado propor uma terapia voltada à felicidade em detrimento dos fundamentos centrais de sua argumentação (SANTOS, 2003).

Os primeiros artigos de Erich Fromm tentaram libertar a teoria de Freud de sua identificação com a sociedade hodierna; apurar as noções psicanalíticas que revelam a ligação entre a estrutura instintiva e econômica; e, ao mesmo tempo, indicar a possibilidade de progresso para além da cultura “patricentrismo e aquisitiva”. Fromm salienta a substância sociológica da teoria de Freud: a Psicanálise compreende os fenômenos sócio-psicológicos como ‘processos de ajustamento ativo e passivo do aparelho instintivo à situação sócio-econômica’ (MARCUSE, 1981, p. 206).

A crítica estendia-se àqueles que entendiam o indivíduo como uma “personalidade total”, rejeitava também todas as compreensões da psicanálise que “ênfatizam apenas em termos de impulsos e instintos” (SANTOS, 2003, p. 100). Assim, Marcuse como um dos principais formuladores da teoria crítica, com entendimento correlato ao de Max Horkheimer e Theodor Adorno acerca da irracionalidade da sociedade de massa e da razão instrumental, apresenta como alternativa à ruptura de uma sociedade unidimensional a partir de uma prática política, o que certamente ocasionaria algum tipo de ruptura nessa sociedade.

Tal entendimento reveste-se nos pressupostos de sua fundamentação teórica sobre memória, julgando ser esta “capaz de trazer, para o presente, verdades que estariam sendo reprimidas pela sociedade” (SANTOS, 2003, p. 100), pela simples recuperação de um passado no qual o indivíduo agia por suas vontades e necessidades de maneira livre. Esse contexto permaneceria, segundo ele, encerrado em sua memória e sustentado por seu inconsciente.

A grande questão da proposta a que se inclina Marcuse repousa exatamente nas contradições de ordem de suas origens, entre seus pressupostos teóricos de memória como crítica e a corrente teórica da qual compartilha. Santos (2003) questiona como seria possível pensar a memória em seu aspecto crítico, considerando que os pressupostos analíticos por ele compartilhado na teoria crítica atribuíam à razão um caráter instrumental, coercitivo e manipulador. A premente incongruência dilui-se não pela pouca afeição à crítica tecida à

razão, da qual, reafirmamos: compartilhava como fundador, mas, segundo Santos (2003), pela influência que recebeu ainda jovem da fenomenologia e das teorias de Heidegger, por ter com ele estudado, sobretudo no aspecto que definia “os seres humanos a partir de sua inserção em situações definidoras concretas” (SANTOS, 2003, p. 101).

Pensando no aspecto da alienação à razão instrumental, Santos (2003) salienta a importância que os postulados de Heidegger tiveram na mudança de pensamento de Herbert Marcuse, os quais lhe deram as condições para formulação de sua teoria sobre a memória:

[...] a partir de sua aprendizagem com Heidegger, Marcuse substituiu a preocupação com a noção de “sentido do Ser” pela de “Ser-no-mundo”, isto é, passou da filosofia da história hegeliana para a filosofia da historicidade heideggeriana.” (SANTOS, 2003, p. 101).

Tal aderência e consequentemente substituição de um ponto específico ao seu entendimento sobre a “teoria crítica” o fez transitar entre a dialética hegeliana e a alienação heideggeriana; desse modo, Marcuse, então, atribui à alienação a fusão de dois pressupostos, um como “resultado do modo de produção capitalista” e outro como “resultado da falta de percepção de si mesmo em relação ao mundo” (SANTOS, 2003, p. 102).

Para Marcuse (1981), teria a memória a condição capaz de romper com a alienação do homem moderno: “Uma vez que ela não depende dos fundamentos estruturais e normativos, porque é pensada como uma condição inerente ao sujeito que se realiza historicamente através do fazer” (SANTOS, 2003, p. 102). De tal modo raciocina o teórico:

A sua verdade, embora repelida pela consciência, continua assediando a mente; preserva a memória de estágios passados do desenvolvimento individual nos quais a gratificação imediata era obtida. E o passado continua a reclamar o futuro: gera o desejo de que o paraíso seja recriado na base das realizações da civilização.

Se a memória transita para o centro da Psicanálise como um modo decisivo de cognição, isso significa muito mais do que um recurso terapêutico; a função terapêutica da memória deriva do valor de verdade da memória. O seu valor de verdade reside na função específica da memória, que é a de conservar as promessas e potencialidades que são traídas e até proscritas pelo indivíduo maduro, civilizado, mas que outrora foram satisfeitas sem seu passado remoto, e nunca inteiramente esquecidas. (MARCUSE, 1981, p. 38)

Pensando assim, conclui o autor que a memória, “embora seja pensada a partir de sua condição histórica, não tem apenas uma fundação normativa como o conceito de alienação marxista: ela aproxima-se da ideia de que indivíduos são capazes de descobrir e perceber sua natureza através da auto-interpretação” (MARCUSE, 1981, p. 42). Esta era então a “função” dada à memória pela sua teoria, para uma espécie de libertação da alienação da razão instrumental, que serviria a todos que estivessem numa condição de submissão, não apenas ao proletariado, uma vez que, além da dominação econômica, se percebia, também, uma dominação subjetiva.

Segundo Santos (2003), o autor “tentou construir uma teoria crítica que combinasse a crítica radical às sociedades de massa, à teoria freudiana da repressão dos instintos” (SANTOS, 2003, p. 103), assim a discussão de uma teoria da memória por Marcuse aprofunda-se, exatamente com a extração de parte do debate da teoria de Sigmund Freud, ao lançar entendimentos acerca dos sentidos naturais humanos e ao defini-los como “aspectos que podem aproximar indivíduos, sem serem compelidos por formas de consciências convencionais forjadas por uma época” (SANTOS, 2003, p. 107). Vejamos como o autor trata a questão:

É como se o olfato e o paladar dessem um prazer não-sublimado *per se* (e uma repulsa irreprimida). Relacionam (e separam) os indivíduos imediatamente, sem as formas generalizadas e convencionalizadas de consciência, moralidade, estética. Tal imediatismo é incompatível com a efetividade da dominação organizada, com uma sociedade que “tende para isolar pessoas, para distanciá-las e impedir as relações espontâneas e as expressões ‘naturais’, à semelhança dos animais, dessas relações” (MARCUSE, 1981, p. 54).

Para Marcuse (1981), perceber a memória constituída socialmente da maneira como esta busca se apresentar, não teria outra função além de imprimir um discurso de aceitação da razão por mais um mecanismo, legitimando à dominação: “confiar exclusivamente na memória constituída socialmente representaria a aceitação da repressão inerente à sociedade de massas” (SANTOS, 2003, p. 108). Assim, um fato nunca poderia ser apenas um fato, ou seja, sempre ter-se-ia uma verdade para além das configurações sociais, que, deveria ser buscada fora das “malhas sociais”, pois estas já estariam consolidadas em torno de uma verdade (MARCUSE, 1981).

Marcuse não reduziu o indivíduo a determinações sociais, e o compreendeu enquanto relativamente autônomo; em seu trabalho distingue dois tipos de memória, “uma relacionada aos atos de construção social e outra relacionado à liberdade dos impulsos” (SANTOS, 2003, p. 108), propositalmente, e dificilmente não seria assim, sua crítica direciona-se ao determinismo social, ao afirmar que mais uma vez não representaria a verdadeira natureza individual, que estaria, pois, no âmbito da memória dos impulsos, da capacidade que tem de resgatar os verdadeiros valores sociais. Nesse contexto, a primeira memória, elencada pelo autor, seria capaz de “reestabelecer um vínculo entre os homens e seu mundo, violentamente quebrado pela sociedade estabelecida” (SANTOS, 2003, p. 113).

A ideia central do debate estabelecido através das ideias de Marcuse com algumas críticas e apropriações da teoria freudiana, que ligeiramente situamos, repousa nas tensões entre os pares de oposição – civilização e indivíduo – e – consciente e inconsciente, trazendo como luz a essas tensões, a memória, com a possibilidade que tem esta de “iluminar verdades que não estariam acessíveis à razão” (SANTOS, 2003, p. 113).

De forma semelhante ao que tentou fazer Marcuse através da memória, seguiu Walter Benjamin, também com a intenção de que pela memória poder-se-ia romper com algumas condições socialmente estabelecidas. Suas formulações sobre memória são as das que mais são difundidas atualmente no meio acadêmico, apesar de que, como mesmo ressalta Santos (2003), “sua leitura não é simples”, são diversas as “tentativas de interpretar e oferecer a real intenção de Benjamin nos seus escritos”, que “resultam frequentemente em observações contraditórias” (SANTOS, 2003, p. 113:114).

Mesmo com estas nuances que dificultam o entendimento de seu pensamento, tentaremos compor uma discussão, com o valioso auxílio de Santos (2003), a partir de fragmentos que sejam capazes de expor a ideia de Benjamin acerca dos seus entendimentos sobre a memória.

A discussão entre passado e presente tem, indubitavelmente, em Walter Benjamin o maior aprofundamento entre os integrantes da Escola Frankfurtiana; segundo Santos (2003), poder-se-ia dizer:

[...] que sua defesa a materialidade do passado, bem como a epistemologia e ética defendidas como forma de resgate deste passado apresentam um distanciamento importante em relação tanto aos trabalhos de Adorno e

Horkheimer, quanto de toda a linguagem *frankfurtiana* que subordina a recuperação do passado à razão (SANTOS, 2003, p. 115).

Benjamin buscou desenvolver uma ideia que pudesse abranger de forma mais ampla a experiência humana; procurou demonstrar que as expressões da vida mental humana poderiam ser entendidas como um tipo de linguagem, sendo esta um fenômeno social, “considerada tanto uma entidade em si mesma quanto veículo do sentido de um ‘ser mental’” (SANTOS, 2003, p. 118), entendimento que desenvolve com forte complexidade, ao mesmo tempo em que a própria linguagem, ao relacionar-se com o ser mental, também se distingue deste, exatamente por ter a linguagem uma “voz própria” e, ainda, por ser esta a única capaz de expressar o “ser mental”, conquanto não por sua totalidade, muito menos devendo ser pensada como “imagem espectral de alguma essência escondida” (SANTOS, 2003, p. 118).

Pensamos ser a linguagem o mais importante dos elementos que envolvem a compreensão do pensamento de Walter Benjamin no processo de construção de sua noção de memória; no entanto, há ainda reflexões sobre conceitos muitos próprios, como imagens e dialéticas, alegoria e crítica redentora. Destaca-se ainda como embasamento da noção teórica sobre a memória em Benjamin uma forte crítica à filosofia kantiana, por distanciar-se das contradições existentes entre conhecimento e experiência, que, para o autor, deveriam ser levadas em consideração (BENJAMIN, 2000).

Suas análises levam ao entendimento das limitações do conhecimento, o que se deu inicialmente pela perda do dom divino, passa a ser justificado pela “dimensão de fetiche inerente às sociedades modernas” (SANTOS, 2003, p. 119). A análise de Benjamin sobre o drama barroco alemão, em sua obra *Origem do drama barroco alemão*, possibilitou a definição de uma figura de linguagem – a alegoria – que se diferenciava da ideia de símbolo, por entender que a alegoria, grosso modo e sem reter todos os seus entendimentos “expressa algo diferente daquilo que representa” (SANTOS, 2003, p. 121). Seria, assim, o drama alemão uma alegoria, havendo a substituição da arte simbólica pela arte alegórica, entendimento que, segundo Santos (2003), está presente também na obra de Lucács e em outros pensadores da escola de Frankfurt.

Enquanto a representação simbólica requeria uma continuidade harmônica entre conteúdo e forma, entre reinos éticos e estéticos, o que era possível no mundo clássico onde as contradições entre indivíduo e totalidade ainda vão se estabelecendo, a representação alegórica, uma técnica estética inferior

para os clássicos, expressava um conceito e não mais a ideia ou a verdade (SANTOS, 2003, p. 120:121)

Diferentemente dos demais frankfurtianos, que buscavam a correspondência entre o mundo real e o mundo das representações, Benjamin percebe esta relação como um advento histórico, como sendo uma das possibilidades da vivência, da experiência no mundo, podendo ser compreendida nas tensões e possíveis correlações através da história. Temos a nítida impressão ser esse o ponto onde o autor solidifica as bases do seu referencial de memória, mesmo porque a alegoria, em seus limites, seria sua representação, sua condição histórica; sendo assim, considera-se ela mesmo a representação do mundo real, percebendo assim que "a relação entre forma e conteúdo é aquela entre matéria e verdade" (SANTOS, 2003, p. 122).

As discussões da teoria da modernidade e da filosofia da história de Walter Benjamin, por ora apresentadas, traduzem, concisamente, o entendimento dos elementos que compõem os pressupostos analíticos necessários ao desenvolvimento e embasamento de sua reflexão sobre memória. A crítica feita sobre a modernidade perpassou o entendimento do isolamento do indivíduo e pela falta de comunicação, com a consequente quebra de laços de companheirismo.

Preocupado com a perda de significado apresentado pelo mundo das alegorias, Benjamin oferece através da memória alternativa, pressupondo seu papel de reconstrução ativa e revolucionária do mundo, que estaria, então, na relação do passado e presente o entendimento necessário às mudanças sociais (BENJAMIN, 2000). O passado, para ele, era "não como origem no sentido de principio ou início que antecede o presente e que com ele se articula, mas como um fenômeno arcaico ("ur-fenômeno") que pode ser encontrado no momento do presente" (SANTOS, 2003, p. 131). Não há, portanto, com o passado e o presente uma relação de antes e depois: o que se propõe é um "passado" que tenha ação prática no "presente", numa espécie de luta entre estes, de tal forma "a memória, compreendida como mônada rompe com o contínuo linear da tradição" (SANTOS, 2003, p. 132).

Para Santos (2003)

[...] a história colocou a memória, lembrança do passado, a serviço dos colonizadores, mas a memória também foi capaz de preservar com ela as barbáries dos colonizadores no discurso que os legitima. Embora a memória

não seja capaz de nomear as injustiças anteriormente cometidas, ela as traz em suas narrativas. (Ib. Ibid., p. 136).

É sabido que a teoria social de Walter Benjamin tem forte reflexão em postulados filosóficos; o autor observa que a filosofia procura atingir a verdadeira experiência, contrário ao que passa a se sedimentar a partir da existência controlada e desnaturalizada das “massas civilizadas” (BENJAMIN, 2000). Iniciando-se em uma reflexão filosófica por Henri Bergson, a partir do livro “*Matière et Mémoire*”, o qual analisa “o problema da relação do espírito com o corpo” (BERGSON, 1965, p. 04), Benjamin (2000) assinala que o mesmo apresenta a “estrutura da memória como decisiva para a experiência”. Embora o autor concorde com Bergson que a “experiência é um fato de tradição, tanto na vida privada quanto na coletiva”, argumenta contrariamente que “a experiência não consiste precisamente em acontecimentos fixados com exatidão na lembrança, e sim, em dados acumulados, frequentemente de forma inconsciente, que afluem à memória”. (Ibid., p. 34).

O autor atenta ainda que Bergson não propõe a “especificação histórica da experiência” (Ibid., p. 34), podendo assim defender em parte sua ideia, principalmente por considerar que a *memorie* (memória) define o caráter da experiência na *durée* (duração). Benjamin ainda o critica pelo fato de fundir experiências não mais possíveis no mundo moderno. Segundo Santos (2003), o autor encontra no livro “Em busca do tempo perdido” de Marcel Proust, a crítica necessária à reflexão de Bergson, quando Proust menciona que “a lembrança evocativa, reunindo passado e presente, era um tipo de experiência que só ocorria no mundo moderno em caráter de exceção” (Ibid., p. 141).

O personagem “Marcel” apresentado por Proust “praticamente não guardava nenhuma recordação de sua cidade e as lembranças passadas só retornavam a partir da sensação provocada por um doce”. Isso, para Benjamin, demonstrava claramente que o passado estaria em outro lugar que não o da consciência e, ainda, que “poderia ser totalmente esquecido pelo presente” (Ibid., p. 141). Benjamin (2000) entende, com isso, que “Marcel”, antes das sensações provocadas pelo doce (biscoito), “limitara-se ao que lhe proporcionava uma memória disposta a responder ao chamado da atenção” (Ibid., p. 35).

Tomado por estas reflexões e pensamentos, Walter Benjamin conclui e, então, apresenta dois tipos distintos de memória, a memória voluntária e a involuntária, as quais define assim: a memória voluntária seria “a lembrança voluntária da qual se pode dizer que as informações que nos proporciona sobre o passado, não conservam nada dele.” (BENJAMIN,

2000, p. 35), essa memória estaria ligada à esfera da consciência desperta, da qual dependeria a proteção contra os estímulos externos; por outro lado, a memória involuntária “corresponde ao repertório íntimo da pessoa, isolada em todos os sentidos. Onde há experiência, no sentido próprio do termo, certos conteúdos do passado individual entram em conjunção na memória com elementos do passado coletivo”. (Ibid., p. 37).

Santos (2003), no intuito de por melhor entendimento aos termos, argumenta que a memória voluntária seria “aquela que se coloca a serviço do intelecto e que traz para o presente, eventos passados pela ação intencional daquele que lembra” (Ibid., p. 141), enquanto a memória involuntária seria “aquela em que as experiências anteriormente vivenciadas surgem sem serem produtos de uma ação intencional” (Ibid., p. 141), ou seja, a experiência adquirida do convívio com outras pessoas e na vivência do dia-a-dia. Pode-se dizer que “o que fora vivenciado aparece e tem existência somente se deixou sua impressão ou marca naquele que vivenciou algo, ou, ainda, que o que tem duração no tempo é aquilo que é percebido em um determinado momento do presente” (Ibid., p. 141).

O que nos revela até aqui a discussão é que não há como separar a conexão do passado com o presente, considerando que o passado está contido no presente; assim, seria “a memória voluntária responsável pela reconstrução do passado em um momento específico do presente, a memória involuntária seria responsável pela transmissão de experiências vivenciadas no passado através de gerações em um continuum temporal” (Ibid., p. 142).

Para Benjamin (2000), a memória não seria a única forma de compreender o mundo, pois considerava, ainda, o aspecto da “compreensividade subjetiva”, embora entendesse que esta capacidade havia se perdido, já que “os indivíduos não eram mais capazes de perceber o real sentido da vida; eles se encontravam isolados uns dos outros à mercê das lógicas do mercado; prostituíram-se no rol da vida” (BENJAMIN, 2000, p. 42). Considera, ainda, que a “ausência do sujeito que tem a capacidade de interpretar o passado”, tinha criado “mitos, fetiches, sonhos ou fantasmagorias” (Ib. Ibid., p. 144), pensamento, em certo modo, distinto teve o sociólogo da Escola Francesa, Maurice Halbwachs, o qual abordaremos adiante.

Os dois teóricos da Escola de Frankfurt aqui discutidos atentam à subjetividade da memória e enfatizam os aspectos relacionados à “perda de elos comunitários e de vínculos entre pessoas a partir de tradições estabelecidas, o que foi associado ao crescimento das grandes cidades, a processos de industrialização e ao desenvolvimento de relações capitalistas

de produção” (Ibid., p.145). Notadamente, os teóricos analisados apontam que tais aspectos se apresentam no contexto das mudanças geradas na sociedade pela modernidade, “a partir do fim da tradição oral e do surgimento da escrita, [pois] passamos a nos confrontar com a perda de transmissão de conhecimento e valores entre gerações” (Ibid., p.214), especialmente a memória transmitida oralmente.

De certo modo, o pensamento proposto pela Escola Francesa compartilha de tais pressupostos, porém, segue entendimentos diferentes na compreensão e alcance da memória social. Tem como seu expoente Maurice Halbwachs, cuja principal contribuição à discussão é deslocar a análise para o eixo da coletividade, e não mais centrá-la no indivíduo. A reflexão proposta pelo autor repousa na compreensão da sociedade a partir da análise de sua memória coletiva.

Santos (2003) afirma que, para os filósofos, a “memória”, no início do século XIX, retinha grandes significados para a vida humana, tal associação, entre memória e sociedade, segundo a autora, deu-se em meio a um “movimento que retira da razão o lugar central de conhecimento do mundo” (Ibid., p. 12). Portanto, aponta como fundamental o envolvimento dos psicólogos e sociólogos nas questões da memória, na ampliação de suas funções: biológica, mecânicas e sociais. Segundo Santos (2003), o termo “Memória Coletiva” já deixou de ser uma novidade no cenário acadêmico e os caminhos pelos quais a categoria foi tornando-se pujante no âmbito das abordagens sociológicas fazem parte das discussões empreendidas pela autora.

A autora aponta a obra de Maurice Halbwachs como principal contributo ao entendimento do significado de memória social, por apresentar um arrojo reflexivo ao pensamento hegemônico da época, que centrava o debate primordialmente no indivíduo e na subjetividade. Ainda segundo Santos (2003), a importância de sua reflexão sobre memória repousa justamente no entendimento de que os indivíduos só se lembram de seu passado sob o ponto de vista do pensamento coletivo, de modo que, o que lembramos é fruto das construções sociais, estabelecidas pelo grupo ao qual pertencemos no presente. A autora afirma que tais pressupostos transitam hodiernamente nos meios acadêmicos, porém, já foram ignoradas pela sociologia, antropologia e pela história.

Com a publicação de “Les Cadres Sociaux de La Mémoire” (Os Quadros Sociais da Memória), obra sem tradução para o português, Santos (2003) considera que o autor atinge maior notoriedade acadêmica, ao analisar de “forma sistemática o caráter social da memória”,

portanto, “um fenômeno amplamente reconhecido como sendo determinado por questões subjetivas, passava a ser objeto de estudos sistemáticos e comparativos de padrões de comportamento” (Ibid., p.38). Assim, de maneira análoga a seu mestre, Émile Durkheim, Halbwachs punha a compreensão da memória como a de um “fato social”.

Contudo, Halbwachs precisou defender sua tese de duras críticas, apontadas, sobretudo, por psicólogos e historiadores, como as impetradas por Charles Blondel e Marc Bloch. Segundo Santos (2003), as críticas tecidas por Blondel dirigiam-se à uma clara redução da memória individual em um fenômeno coletivo. Por sua vez, Bloch criticava a tentativa, que considerava equivocada, de Halbwachs de “aplicar critérios de objetividade e comparação empírica aos estudos sobre o passado”, pois entendia que o estudo da memória deveria voltar-se “à compreensão da causalidade inerente às ações sociais e não poderiam ser derivados de estudos empíricos sobre o padrões de comportamento” (Ibid., p. 39).

Distante desse entendimento, Halbwachs defendia a tese de que “grupos sociais deveriam ser considerados a partir do estudo empírico sobre sua formação e não a partir de determinações ou causalidades constituídas nos campos da religião, política e economia”, tal pensamento levou-o a defender que “o estudo da memória deve ser o estudo do confronto de diversas esferas de interação” (Ibid., p. 39).

As reflexões teóricas a respeito da memória formuladas por Maurice Halbwachs guardam proximidade com os postulados da sociologia de Emile Durkheim: segundo Santos (2003), Halbwachs preocupava-se em consolidar as bases científicas e a objetividade pertinentes à teoria social, assim como fez Durkheim, ao se debruçar à uma análise do ritualismo simbólico e institucional presentes nas práticas sociais; por sua vez, Halbwachs vertia sua preocupação às representações coletivas das práticas sociais, assim o autor atenta não para as causas e consequências dos fenômenos sociais, mas, sim, para as representações sociais que tiveram, verificadas em seus quadros sociais de memória. Como contribuição à elucidação de nosso problema de pesquisa, tal tese estabelece um argumento bastante interessante, sobre a qual nos deteremos a seguir.

Relatando uma caminhada pelas ruas de Londres, Maurice Halbwachs (2006) introduz o substrato de sua teoria. Acompanhado em momentos diferentes, pessoas que assumem posições diversas na sociedade, desse modo é guiado a perceber características distintas na mesma. Na companhia de um arquiteto atraiu-se em atenção aos edifícios, às suas proporções e disposições; com historiadores apreende as épocas dos traçados das ruas; com

um pintor, torna-se sensível às cores do parque e às linhas das fachadas; o comerciante guia-o aos centros populosos, às grandes lojas e livrarias. Porém, segundo o autor, uma leitura sobre tal cidade, tomando como referência quaisquer dos pontos de vista apresentados, faria o mesmo sentido se fizesse a visita desacompanhado.

O que Halbwachs (2006) quer chamar a atenção é para um entendimento de que em quaisquer dessas caminhadas, seja acompanhado ou mesmo posteriormente às “leituras” e entendimentos apreendidos sobre um determinado espaço, não se pode dizer que se estava caminhando só. O autor entende não ser possível dizer que refletia sozinho em tal caminhada, considerando que em pensamento, transitava entre algum dos grupos. Desde o que, compôs, com o arquiteto em seu grupo, entendendo o arquiteto como um interprete; e mesmo com o pintor, também em seu grupo. Afirmar ainda que outros homens tiveram lembranças em comum com ele, e que estes ajuda-o a lembrá-las:

[...] para melhor me recordar, eu me volto para eles, adoto momentaneamente seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois sofro ainda seu impulso e encontro em mim muito das idéias e modos de pensar a que não teria chegado sozinho, e através dos quais permaneço em contato com eles. (HALBWACHS, 2006, p. 36)

Halbwachs (2006) preocupava-se com um entendimento, do senso comum, de que a Memória só poderia “existir e permanecer na medida em que estivesse ligada a um corpo ou a um cérebro individual” (HALBWACHS, 2006, p. 75). Construção essa, que limitava a apreensão de tal fenômeno, restringindo-o ao indivíduo e eliminando qualquer possibilidade de compreensão da memória no âmbito das ciências sociais, estaria assim centrada, apenas, em condições naturais do ser humano.

A ideia de uma memória da coletividade não é entendida por Halbwachs como uma inter-relação à memória de um indivíduo, ao contrário não se confunde com ela, embora a envolva. Considera que a memória de uma coletividade se desenvolve a partir de suas próprias leis, e entende que "se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam realocadas num conjunto que não é mais consciência pessoal" (HALBWACHS, 2006, p. 66).

Desse modo, o autor primeiramente observa que o indivíduo agrupa suas lembranças a partir do seu próprio entendimento e que tais lembranças estariam difusas em meio a diversas coletividades. O indivíduo, assim, poderia transitar entre essas memórias: as

que se agruparam através de seu próprio entendimento, e as que são constituídas e agrupadas num contexto de grupo, tornando-se parte deste, a partir do compartilhamento de lembranças, assim, definiu-as em “Memória Individual” e “Memória Coletiva”, respectivamente.

Entre os primeiros questionamentos reflexivos do autor, esteve presente a indagação ao seu próprio entendimento, de que a memória é constituída em grupos: não haveria assim nenhuma possibilidade de construção individual da memória?

Segundo Halbwachs (2006), haveria na base de toda a lembrança “um estado de consciência puramente individual” (Ibid., p. 59), o que admite chamar de “intuição sensível”, explica que tal intuição tem uma pequena função em marcar a unidade de contato de um indivíduo entre dois grupos, ou seja, quando “tal membro de um grupo venha a fazer parte também de um outro grupo; que os pensamentos que tenha de um e de outro se encontrem de repente em seu espírito; por hipótese, só ele percebe este contraste” (Ibid., p. 52).

“Compõe-se de uma ilusão”, ou seja, seria um engano pensar que o indivíduo na figura de uma unidade em contato com grupos, seria capaz de intuir uma nova memória. Isto porque as lembranças do indivíduo estão compreendidas entre “quadros sociais”, e condicionalmente, para perceber o intercalar de grupos ou, o contato entre os grupos. Assim o indivíduo tem suas lembranças compreendidas em dois quadros. Segundo Halbwachs (2006) a tensão é excluída do inconsciente exatamente porque “um desses quadros o impede de ser o outro, e inversamente: ele fixa sua atenção no ponto onde eles se encontram, e não a tem mais o suficiente para percebê-lo” (HALBWACHS, 2006, p. 54).

Segundo Santos (2003), a ideia proposta por Halbwachs de “quadros sociais”, nega a tese freudiana de que haveria tensões no inconsciente, inclusive negando a própria noção de inconsciente. Halbwachs defendeu a tese de que a memória deveria ser compreendida a partir dos quadros sociais que a constituem, sempre atribuindo a estes um “sentido imanente a prática social”, descrevendo o papel “desenvolvido pelos quadros sociais, nas construções do passado” (Ibid., p. 51). Para Santos (2003), uma das grandes contribuições de Halbwachs repousa na possibilidade de compreensão de um funcionamento da memória, ao demonstrar que “elementos da tradição, isto é, de quadros coletivos anteriores à tomada de decisão pelos indivíduos, eram incorporados nas novas configurações que eram feitas sobre o passado” (Ibid., p. 48).

De tal modo, Halbwachs (2006) entende que a “Memória Individual” poderia potencializar as lembranças, ou mesmo preencher lacunas a partir de quadros sociais, estaria,

assim, contida na “Memória Coletiva”, e nunca interferiria na memória dessa coletividade. Nesse sentido, uma recordação será ainda mais confiável quando determinada lembrança fizer parte não apenas da nossa memória como também da memória de outros integrantes do grupo e, na medida em que esses fatos assumem importância maior, vivemo-los com mais intensidade (HALBWACHS, 2006).

Sobre a “Memória individual” o autor afirma que ela não está isolada e fechada, ao lembrar-se de algo o indivíduo o fez pelas memórias coletivas, ainda que seja para evocar seu passado, “tem necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros” (HALBWACHS, 2006, p. 66). Por fim, entende que essa determinação da memória coletiva sobre a individual, acontece, especialmente, porque o homem se “reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade” (Ibid. p. 66).

Este nos parece o primeiro importante argumento, da análise de Halbwachs, favorecedor ao desenvolvimento da nossa pesquisa, um segundo argumento recairia sobre a impossibilidade de separar o tempo e o espaço da memória, sobretudo, o espaço, pois, o tempo da memória é concretizado no espaço, ou seja, quando há uma sustentação espacial, o tempo pode ser recordado, a memória, é “limitada muito estritamente no espaço e no tempo” (Ibid., p. 65).

O espaço é, em certo modo, entendido como dotado da capacidade de evocar a memória do indivíduo, resguardada na “Memória Coletiva”. Halbwachs (2006) assegura que, ao percorrer bairros antigos de uma cidade experimenta-se uma satisfação particular de se estar “ouvindo” e “vendo” novamente a “história” da cidade, entende que “esse cenário, por si mesmo, e totalmente só, teria podido evocá-las, e o que imaginamos não é senão o desenrolar daquilo que havíamos percebido” (HALBWACHS, 2006, p. 89).

Porém, a “história” da cidade, não estaria sendo contada, mas sim lembrada, não como uma história, mas sim como memória, pois, Halbwachs (2006) entende que a Memória Coletiva é distinta da história, ao tempo em que a define, sob dois aspectos. Inicialmente entende que “Memória Coletiva” é “uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (HALBWACHS, 2006, p. 75), e acrescenta que “ela não ultrapassa os limites deste grupo” (Ibid., p. 94).

Como síntese da distinção entre memória coletiva e história, Halbwachs (2006) assevera que, “no desenvolvimento contínuo da memória coletiva, não há linhas de separação

nitidamente traçadas, como na história, mas somente limites irregulares e incertos [...] a memória de uma sociedade estende-se até onde pode, quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta” (Ibid., p.96).

Desse modo a Memória Coletiva estará sempre presente “em um sistema de signos fixado no tempo e no espaço social, pelo grupo a que pertence” (SANTOS, 2003, p. 40), deste entendimento, Halbwachs (2006) desdobra outro argumento importante para a diferenciação da história e da “Memória Coletiva”, o autor admite que haja várias memórias coletivas, desde que o indivíduo ligue-se a vários grupos, sempre observando os espaços sociais. Distinta da história que se define enquanto única, sendo um conjunto de detalhes que não se subordinam, que somados formam conjuntos que se somarão a outros conjuntos independentemente de tempos, de espaços e dos grupos (HALBWACHS, 2006).

Halbwachs (2006) fundamenta nitidamente a relação da Memória Coletiva com o espaço em que ocorre. Da seguinte forma:

"[...] não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreendemos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço, ao nosso espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembrança reapareça." (HALBWACHS, 2006, p. 170).

Ao abordarmos as memórias individual e coletiva, observamos que elas só se estruturam inteiramente quando conseguem se ancorar no tempo pelo espaço. Assim, um grupo constituído num, bairro, num conjunto ou numa cidade, devem atender as mesmas condições para terem suas memórias e certamente todos a tem, assim porque não falar numa “memória das cidades”, entendida como a memória de um grupo de pessoas que ligadas entre si num espaço geograficamente definido como cidade, a percebem assim e experienciam suas vidas ali, durante uma relativa e estável duração de tempo. Pois afinal, como assegura Halbwachs (2006) a cidade não pode se lembrar, quem lembra são as pessoas relacionadas com este espaço.

Assim, o estudo das “memórias da cidade”, necessita primeiramente definir quais são os conceitos, aspectos e variáveis adequadas à análise do espaço e do tempo que se pretende estudar. Nesse sentido, os pressupostos teórico-conceituais e os pares de categorias analíticas que apresentamos neste capítulo, nos parecem pertinentes para guiar-nos na análise de nosso problema de pesquisa.

CAPÍTULO II

LARANJEIRAS: DE PORTO COMERCIAL À “CIDADE HISTÓRICA”

Examinar o processo histórico de surgimento e formação da cidade de Laranjeiras, reconhecida como uma das mais antigas do Brasil, com aproximadamente quatro séculos de existência, é parte necessária para o entendimento de sua relevância e importância histórica no cenário sergipano e brasileiro. Tal investida apoia-se fortemente em fontes que tratam sobre o tema; no entanto, os livros e pesquisas que se debruçam especificamente para tais processos constituem-se, ainda, em um modesto porém considerável acervo, e os manuscritos e memoriais de época, quando se encontram, por vezes são imprecisos e mesmo incompletos. Há ainda um pequeno arquivo de jornais de época que contribui significativamente na composição descritiva do cotidiano de Laranjeiras nos séculos XIX e XX; no entanto, o que mais nos auxiliou nesta caminhada foram as investigações de autores que, embora não dedicados unicamente ao estudo do surgimento e formação da cidade, a recebem em suas pesquisas sobre a história e a arquitetura do Brasil e de Sergipe.

Nesse sentido, cabe o registro da contribuição das investigações realizadas por historiadores e pesquisadores como Barreto (2004; 2006), Ferreira (1959), Freire (1977), Nunes (1978; 1996; 2006; 2006b), Silva; Nogueira (2007), entre outros; e sobre a história de Laranjeiras, destacamos Beatriz Góis Dantas (1972; 1988; 1991; 2009). Todos estes acabaram por trazer maior luz à empreitada. Também obtivemos importantes contribuições advindas das documentações e livros do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS)^[19], do Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura (ITBEC)^[20], e da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe (BICEN/UFS). Outro importante meio de consulta foi o trabalho de pesquisa realizado em Laranjeiras na década de 1970 pelo Grupo de Restauração e Renovação Arquitetônica e Urbanística (GRAU), da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FA/UFBA), o qual produziu, em quatro volumes, minuciosos e ricos em detalhes, o

[19] O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, conhecido como "A Casa de Sergipe", foi criado em 1912; o seu acervo é constituído por inventários e documentos particulares de intelectuais falecidos. Compõem ainda o acervo cartas e centenas de fotografias do século XVI até os dias atuais.

[20] O Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura (ITBEC), foi criado em 1994; o seu acervo é constituído de livros sobre História e Geografia do Brasil e de Sergipe. Compõem ainda o acervo cartas e fotografias de época das cidades sergipanas.

Plano Urbanístico de Laranjeiras, parte do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste.

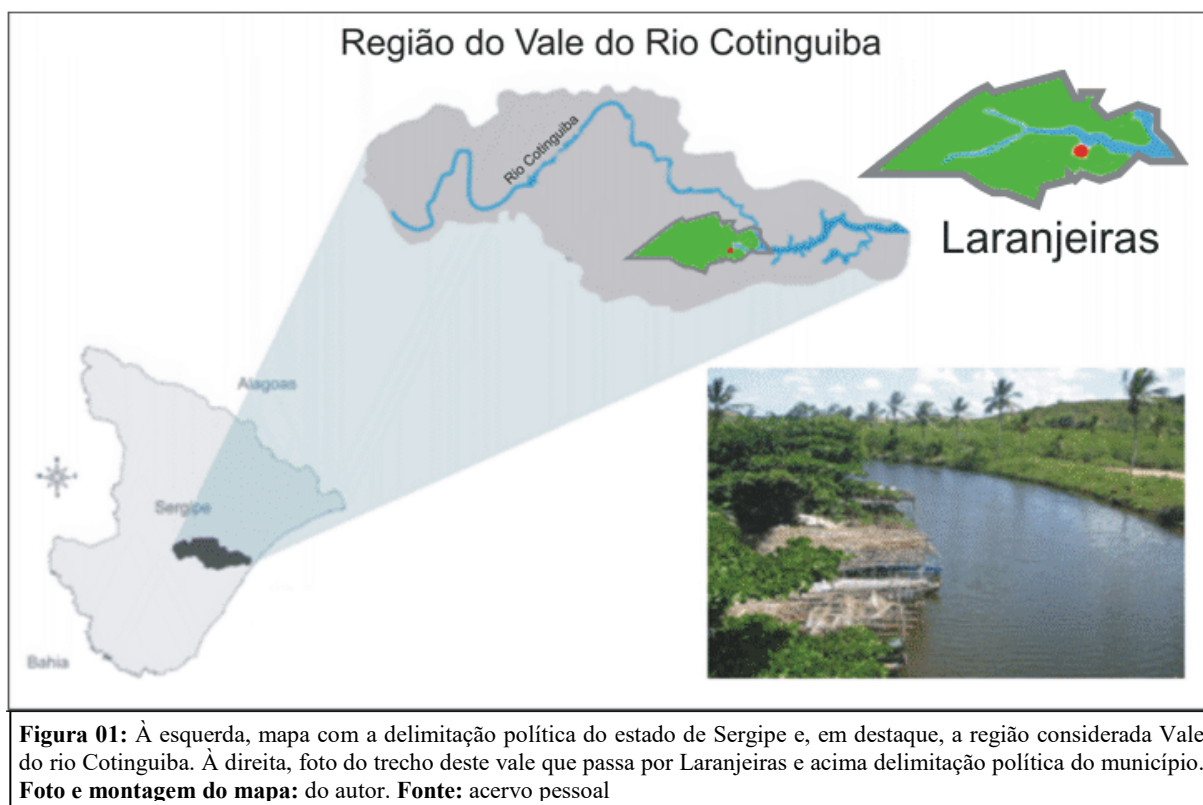
A contextualização histórica a que se propõe este capítulo tem importância na medida em que ao discorrermos sobre o surgimento e formação da cidade iremos compreender as características e as condições que a possibilitaram alcançar o status de centro comercial da então província de Sergipe Del Rey, como também do Brasil em menor grau, tornando-a, primordialmente com isso, entre outras razões, um dos principais e primeiros centros urbanos da província, participando ativamente no cenário de consolidação do Estado de Sergipe, posição que lhe renderia séculos mais tarde o caráter de “Cidade Histórica”, com o tombamento de todo o seu conjunto arquitetônico e urbanístico da época, como veremos.

Para além desta sucinta, porém necessária, apreensão histórica do campo para o qual nos debruçamos, a investigação de seu passado tem, ainda que brevemente, a intenção de apreender o “cotidiano da cidade” (PAIS, 2003), no modo como as edificações do aparato urbano se relacionavam com o contexto da sociedade a época, além de auxiliar no entendimento do cotidiano atual, que será abordado em capítulo próximo. Por todo esse resumido caminho por seu passado, pensamos ser pertinente encerramos o capítulo apresentando o que em fim deste momento áureo nos chegou fisicamente, ou seja, o seu patrimônio material, em meio às ações das políticas de patrimônio já executadas e em curso.

2.1 Surgimento e formação de Laranjeiras: A grandiosidade (n)do passado.

Nas investigações realizadas sobre o surgimento e formação da cidade de Laranjeiras, mostrou-se evidente a posição de destaque que as povoações ao longo de todo Vale do Cotinguiba tiveram para a constituição da Província de Sergipe Del Rey e mais tarde na consolidação do Estado de Sergipe. A região privilegiada contava com uma boa profundidade do rio, solo de massapé bastante fértil e incrustava-se em meio a colinas, fatores que, como veremos adiante, foram de fundamental importância para destacar como centros comerciais os núcleos coloniais daquela região; a exceção a essa situação se fazia pela povoação do Arraial de São Cristóvão, que, apesar de não ter as benesses do Vale do Cotinguiba, tinha forte caráter político, o que lhe daria, mais adiante, a condição de primeira

cidade e capital da capitania de Sergipe. Porém, fora na região do Vale do Cotinguiba (ver figura 01) que a economia e o comércio da capitania se desenvolveram, fazendo-a prosperar; portanto, como assegura Paulo Ormino de Azevedo (1975), “Laranjeiras deve ao Cotinguiba suas duas funções tradicionais: porto comercial e entreposto do açúcar.” (Ibid., p. 14).



Segundo Philadelpho Oliveira (1981), a constituição de Laranjeiras se deu bem antes desta adquirir a alcunha de Cidade nos termos que nós hoje conhecemos. Iniciada com a ocupação da região do Vale do Cotinguiba, como dito, se imbrica com a formação do Estado de Sergipe. Após o “descobrimento” do Brasil, em 1500, e de um período de intensa exploração de suas riquezas naturais pelas diversas nações que aqui estiveram, o rei de Portugal, a época, Dom João III, ordenou uma missão com o objetivo de povoar as terras para garantir o seu domínio. Assim, em 1534, desembarcaram vários imigrantes portugueses com o objetivo de habitar, administrar e policiar os limites do território da colônia portuguesa, implantando, para tanto, o sistema de capitanias hereditárias, entre outras medidas.

Como relata o pesquisador Luis Antonio Barreto (2006), o território aonde depois viera a ser a capitania de Sergipe Del Rey passou longos anos sem o interesse do reino, habitada maciçamente pelos nativos, com escasso povoamento de homens brancos e consequentemente sem intervenções oficiais do governo. Só em meados da segunda metade do século XVI, quando as terras entre Bahia e Pernambuco passam a interessar aos planos do

Rei, é que houve uma tentativa sem sucesso de povoar e catequizar os índios daquela região por parte do governador do norte do país, Luis de Brito, e do donatário Garcia D'Ávila, juntamente com os jesuítas, que foram duramente combatidos pelos índios da região.

Essa investida, fracassada, é contada em detalhe no livro “Álbum de Sergipe” (1920) escrito por Clodomir Silva²¹:

Em começo de 1575, [...] foi organizada uma missão por Luis Antonio Guedes de Brito e Garcia D'Ávila composta de padres para o fim de *cathechizarem* as tribos. O rio Real da Praia, Itanhy dos naturaes, foi o ponto escolhido para começo, uma vez que de lá se ouviam os primeiros pedidos de paz dos selvagens combatidos pelos colonizadores de conta própria. E assim é que, ao propalar-se a notícia dessa chegada, os chefes de muitas aldeias, tão batidos que já se encontravam, vieram pedir paz, e o chefe suruby, temido pela sua valentia e pela sua audácia, solicitou a edificação de uma igreja em sua aldeia, a qual, com bons fundamentos se presume, era situada no local em que hoje se vê a Villa de Itaporanga. Porém, Aperipê, forte chefe de aldeias na terra já então chamada de Sergipe pela razão de ser chefe geral o valoroso cacique Serigy – receoso da attitude dos soldados que estacionavam em local próximo aos seus aldeamentos, depredando, saqueando, e roubando mulheres, procurou intervenções amistosas, e não nas conseguindo, deu-se um levante dos indígenas, o que custou desgostos, mortes e perturbações. Deste incidente, que não ficou localizado no ponto donde irrompeu, mas estendeu-se a diversos outros. (SILVA, 1920, p. 07)

Ainda no que tange ao processo de “colonização” daquela região, Nunes (2006) assevera que só em 1590, sob o reinado de Felipe II, houvera uma tentativa bem sucedida contra os índios que habitavam a região na qual se constituiria a Capitania de Sergipe, ataque este comandado pelo então membro da junta provisória que governava o Brasil, Cristóvão de Barros, que, preocupado em povoar as terras dominadas, instituiu 24 donatários para a região, ocupando principalmente o Vale do Cotinguiba e, alguns anos após, aproveitando-se do solo favorável da terra, fundaram-se muitos engenhos de cana-de-açúcar e, a partir de então, a região começou a se desenvolver, apoiada num crescimento econômico que atraiu muitas pessoas, possibilitando o surgimento de diversas povoações, entre elas Laranjeiras, como relata trecho do capítulo dedicado por Ferreira (1959) a esta cidade, na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – (EMB/IBGE):

[21] Jornalista, escritor, advogado e político, [...] integrou a elite intelectual sergipana entre 1920 e 1932. Duas obras marcaram sua trajetória. A primeira, no ano de 1920, foi “O Álbum de Sergipe”, uma obra comemorativa do 1º centenário da Emancipação Política de Sergipe. [...] O segundo livro foi “Minha Gente”, publicado pela primeira vez no ano de 1926 e que está na terceira edição. O livro é uma coletânea de textos sobre os costumes de Sergipe, no qual o autor retrata com fidelidade as peculiaridades desse povo. <<http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=6386>> acessado em 5 de abril de 2010.

Com a vitória de Cristóvão de Barros no final do século XVI, na região do médio rio cotinguiba, [...] fixaram residência à margem esquerda do mesmo rio, gerações mestiças que mais tarde constituiriam tradicionais cidades do Estado, tal como Laranjeiras. (p. 349)

Além do solo fértil, favorável ao cultivo da cana de açúcar, as terras da margem esquerda da bacia do rio Cotinguiba, onde está situada Laranjeiras, detêm situação hidrográfica diferenciada de outras povoações, adequadas às condições das navegações da época, uma vez que a profundidade do leito do trecho do rio que as margeava propiciava o atracamento de grandes embarcações e, para tanto, “os primeiros habitantes da povoação construíram um pôrto fluvial” (FERREIRA, 1959, p. 349), sendo erguido muito próximo a “um laranjal denominado vale das laranjeiras” (SEMEC, Laranjeiras, 2000, p. 5), “que tomou o nome de Pôrto de Laranjeiras” (Ibid., p. 349). Oliveira (1942) descreve a origem do nome da seguinte forma: “no local de sua fundação florescia um laranjal, sob o qual pagens a almocreves costumavam descansar do sol e muitas vezes pernoitar realizando descantes ao luar, dando, destarte, lugar ao nascimento do povoado que devido às arvores tomou seu nome”. (OLIVEIRA, 1942, p. 189). Há outras tantas versões para a origem de seu nome; o que há de certo é que a proximidade com o rio Cotinguiba é de suma importância no seu desenvolvimento.

A povoação erguia-se rapidamente, alavancada pela construção do porto fluvial e de grandes engenhos de cana de açúcar; já se podia perceber o contributo que esta dava à economia da região do Vale do Cotinguiba, apoiada pelas condições privilegiadas de sua posição geográfica. No entanto, mesmo com o progressivo destaque que vinha tendo em sua economia, a povoação passara longos anos, mesmo três séculos, sem um importante reconhecimento político por parte da Capitania, que se tratava da elevação de sua categoria de “Povoação” para a de “Vila”, condição que lhe daria certa autonomia administrativa. Nunes assim documenta esta passagem (1996):

Sem o status de vila, se destacavam as prósperas povoações de Estância e Laranjeiras, pólos de gravitação da região onde estavam situadas, centralizando as atividades mercantis de exportação e importação exigidas pela economia local [...] Embora fossem (Laranjeiras e Estância) os centros urbanos mais populosos, mais progressistas somente na época regencial seriam elevados à categoria de Vila. (NUNES, 1996, p. 206-7)

Laranjeiras, então, permanece como povoação por todo o século XVI, XVII e XVIII, sem obter o avanço de sua categoria à “Freguesia”, caminho imediatamente subsequente ao de povoação, pois, no Brasil colonial, como relata a historiadora Maria da Glória Almeida (1964), a categorização dos núcleos de povoamento urbanos se dava na maioria das vezes em Povoação, Freguesia e Vila, nesta ordem, relacionadas às jurisdições civis e eclesiásticas de acordo com o sistema português de classificação. Apesar da posição de destaque entre outras povoações e até mesmo dentre algumas vilas próximas, tal situação prejudicava em certa medida o crescimento de Laranjeiras. Segundo Barreto (2006), uma das primeiras causas da posição de estagnação em sua categorização se dava pelo povoamento ainda incipiente e sem importantes nomes do cenário político da região; nesse contexto, cabe um registro de que a Povoação de Laranjeiras localizava-se naquele momento nos domínios da Vila de Santo Amaro, a uma distancia considerável da Vila de São Cristóvão, então sede da capitania de Sergipe Del Rey, conforme assegura Almeida (1964).

Ainda no século XVII, em pleno andamento de seu desenvolvimento, Laranjeiras passa por um momento em que vê todo o esforço de construção do seu núcleo de povoamento perdido, com a invasão e tomada da Capitania de Sergipe Del Rey pelos holandeses, deixando a povoação por algumas décadas em forte recessão econômica, o que repercutiu, como postula Nunes (1996), de maneira direta no ritmo de seu crescimento. Apesar da reconhecida vocação dos holandeses em organizar e fazer prosperar as regiões onde se estabeleciam, segundo Freire (1977), por uma questão de estratégia e de interesse político, naquela capitania os holandeses “invasores” atuaram de forma violenta, destruindo tudo que havia na região do Vale do Cotinguiba: suas benfeitorias, engenhos, gados, e todas suas construções civis, “até as árvores de frutos eram arrancadas e as plantações inutilizadas” (NETSCHER, 1942 apud NUNES, 2006, p. 84), situação que, àquela altura, impossibilitava qualquer tentativa da povoação conseguir avançar para a categoria de freguesia. Esse momento de Laranjeiras é detalhado na EMB/IBGE (1959):

A partir de 1637, a povoação de Laranjeiras sofreu as influências devastadoras do domínio holandês, que, a despeito da reconhecida capacidade realizadora e espírito de organização do povo flamengo em Sergipe, as suas atividades deixaram marcas, somente, de destruição, transformando em cinzas e aniquilamento, a incipiente prosperidade da Capitania. Somente em 1645 voltou a capitania cheia de ruínas, devastada mesmo, às mãos dos seus conquistadores. (FERREIRA, 1959, p. 349)

Após esse período de estagnação econômica da região do Vale do Cotinguiba, que entendemos ter interferido de sobremaneira no caminho do desenvolvimento de Laranjeiras, a povoação se põe novamente em seu curso de crescimento, erguendo-se dos escombros do que restou para, mais uma vez, apresentar-se como exemplo de prosperidade. Neste processo de retomada de seu crescimento, constitui-se em parcela de fundamental importância a atuação dos Padres Jesuítas membros da Companhia de Jesus, pois, ao fixarem-se na região que fora invadida, e aproveitando-se do potencial agrícola de suas terras, construíram ao longo de todo Vale importantes Engenhos e Igrejas.

A região, assim, entrava mais uma vez na direção do desenvolvimento econômico, com o comércio de mercadorias, cana de açúcar e escravos, principalmente através do Porto de Laranjeiras, que havia sido poupado da destruição holandesa. Em toda a região, após as ações dos jesuítas, percebia-se um significativo aumento de sua população, atribuído à conjuntura da época, que punha a religião como principal elemento agregador de pessoas.

Em se tratando especificamente da Povoação de Laranjeiras, os Padres jesuítas construíram ali alguns dos mais importantes engenhos e igrejas da Capitania de Sergipe Del Rey. Algumas delas ainda podem ser vistas hoje e se constituem como patrimônio histórico e cultural da cidade; dentre as consideradas mais importantes, destacam-se o conjunto de edificações que os Padres jesuítas denominavam de “Retiro”, (ver figura 02) composto pelas capelas de Santo Antonio e Nossa Senhora das Neves, e pelo casarão do engenho, que fora a primeira residência oficial dos jesuítas na região do Vale do Cotinguiba.



Figura 02: À esquerda da foto, a Capela de Santo Antonio, fundada em 1701, e mais à direita, o casarão do engenho do retiro. O conjunto fica localizado a cinco quilômetros da sede do município e pertence atualmente a um grupo industrial
Foto: autor desconhecido. **Fonte:** www.laranjeiras.se.gov.br

Alguns anos mais tarde, construíram, como segunda residência oficial, a Igreja de Nossa Senhora de Conceição da Comandaroba (ver figura 03), celebrada por sua imponente e trabalhada arquitetura. Passagens que podem ser vistas em livros como “Laranjeiras: sua história, sua cultura, sua gente” editado pela Secretária Municipal de Educação de Laranjeiras e na já mencionada Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – EMB/IBGE.



Figura 03: Igreja de Nossa senhora de Conceição da Comandaroba. Fundada em 1734. **Foto:** do autor. **Fonte:** acervo pessoal

No desenvolvimento de Laranjeiras e de todo o Vale do Cotinguiba, destaca-se a presença dos primeiros padres da Companhia de Jesus, que construíram a sua primeira residência no local por eles denominado de *Retiro* (1701), transformando-se nos maiores proprietários de terras e de escravos da região; sendo eles proprietários dos engenhos Dira, Ibura, Camassary e Comandaroba. (SEMEC, Laranjeiras, 2000, p. 5 e 6)

Como segunda residência, construíram, os Padres da Companhia de Jesus, a dois quilômetros da atual sede municipal, sobre uma colina, a Igreja de Nossa senhora de Conceição da Comandaroba, que constitui verdadeira obra-prima da arquitetura daquela época, sendo hoje um dos monumentos históricos do Estado de maior valor, esta obra teve sua construção iniciada em 1731. (FERREIRA, 1959, p. 349)

Nunes (2006) chama a atenção para como a rápida retomada do crescimento de Laranjeiras só vem a corroborar com a vocação comercial que esta tinha, seu desenvolvimento econômico estava concatenado com a política mercantilista do Brasil colônia, pautada numa forte produção de gêneros agrícolas, sobretudo na cana de açúcar, destinados principalmente à exportação, servindo sua metrópole, mas que também atendia às

necessidades da população interna. Havia ainda a comercialização de negros escravizados, que eram explorados nos engenhos, tipo de comércio que muito interessava à metrópole Portugal e ao governo da Colônia. A demanda por esses “produtos” só tinha a crescer com o aumento da população e se fazia necessária a realização de feiras. Nesse sentido, mais uma vez, a Povoação de Laranjeiras estava pronta a atender tal exigência, com a realização de uma das mais importantes e movimentadas feiras da região, vejamos o que diz Nunes (1996):

À medida que se desenvolvia a colonização lusa no século XVIII, acentuava-se a importância das feiras. Eram as *feiras-mercados*. [...] Dentre elas destacaram-se a da povoação da Laranjeiras, “*habitada de negociantes*”, de largo tempo havia ali uma feira, aos sábados, onde gira “*dinheiro*”. (NUNES, 2006, p. 171)

Entre o período que vai do início do século XVIII ao início do século XIX, Barreto (2006) afirma que a Povoação de Laranjeiras prosperou de maneira surpreendente e se consolidava como o centro econômico da Capitania de Sergipe Del Rey, porém, ainda não fora alçada à categoria de Vila e nem alcançara o status de Freguesia, situação que lhe renderia parcial independência da Vila de Santo Amaro, o que, ainda segundo o autor, a colocaria como um dos principais centros político da Capitania, além de centro comercial.

No entanto, a elevação tão pretendida parecia próxima. O acesso da Capitania de Sergipe Del Rey ao posto de Província, desvinculando-se da também Província da Bahia de Todos os Santos, como diz o decreto de 8 de julho de 1820, põe suas economias sob seu controle e dá-lhe total administração de seus núcleos de povoamento; Laranjeiras então reivindica sua posição de Vila. Contudo, um conflito de interesses entre as províncias de Sergipe e Bahia acabou por contribuir para mais um adiamento em sua ascensão política. Descontentes com a independência de Sergipe Del Rey, o governo da Província da Bahia de Todos os Santos, juntamente com alguns agricultores interessados no domínio das terras sergipanas e em suas economias, intentaram por alguns anos mantê-la agregada à Bahia, como ilustra Barreto (2004):

A Bahia não queria a separação, colocou-se contra o decreto chegando a prender o governador nomeado para assumir a nova província. Alguns produtores baianos e, até mesmo sergipanos – os chamados “partidários da manutenção da anexação” - eram contra a decisão, pois ela tirava deles a dependência de Sergipe à província, dando a oportunidade a Sergipe de ser autônoma na sua economia. (BARRETO, 2004)

O impasse entre as províncias se estendeu por aproximadamente uma década, este fora o período que a Povoação de Laranjeiras aguardou para ter reconhecida, politicamente, sua importância econômica, quando então por decreto, em 1832, o conselho governante da então totalmente independente Província de Sergipe elevou Laranjeiras diretamente à categoria de Vila, sem a necessidade de passar à Freguesia. Isto “causou um novo problema por aquelas bandas agora entre a Vila de Laranjeiras e a Freguesia de Nossa Senhora do Socorro, distante somente uma légua de Laranjeiras” (Nunes, 1996, p. 210), que passou a ser domínio da nova Vila, como relata Ferreira:

A 7 de Agosto de 1832, quando a Assembléia Geral da Província computando o Censo demográfico e o arrolamento econômico, reconheceu a capacidade autonômica da Povoação, foi o Povoado de Laranjeiras elevado à categoria de vila. O território da nova Vila não foi, porém, desmembrado da freguesia de Nossa Senhora do Socorro, a que pertencia, mas, sim o território da antiga Freguesia, anexado ao da Vila, sendo os habitantes de Socorro preteridos nos propósitos que alimentavam de ver a Freguesia elevada à categoria de Vila, chegando, mesmo, a representarem junto ao Conselho da Província, protestando contra a injustiça de que se julgavam vítimas. (1959, p. 349)

Como resultado da manifestação da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro e ainda não tendo grande importância política, sobretudo, por não haver assentados em suas terras um razoável numero de intelectuais e políticos da região, em “19 de fevereiro de 1834, Socorro é transformada em vila, sendo suas terras desmembradas das de Laranjeiras, que foi reduzida à Freguesia denominada Sagrado Coração de Jesus das Laranjeiras” (EMDAGRO, 2008, p. 04).

Porém, àquele momento de seu desenvolvimento, Laranjeiras já tinha sua posição de principal centro econômico e comercial da província plenamente consolidado e sua ascensão definitiva à vila chegaria em poucos anos. O seu progresso era copioso, a sua população crescia rapidamente na proporção em que cresciam também o número de engenhos, já se podia ver razoável quantidade de casas, “[...] Laranjeiras transformou-se no maior empório comercial de Sergipe, servindo especialmente de entreposto do açúcar. Tal era sua importância como porto que em 1836, foi decidida a instalação nesta cidade da primeira Alfândega de Sergipe”. (AZEVEDO, 1975, p. 01). Nunes (2006b) também ilustra esta passagem:

Na época em que a Capitania de Sergipe adquiriu autonomia política, Laranjeiras se impunha como centro principal do comércio importador e exportador, mantendo comunicação direta com a Europa, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro através de brigues, bergantins, patachos, sumacas, “cutterz”, construindo a primeira alfândega da região. Rica, opulenta com mais de 850 fogos e sua população excedendo a 3.000 habitantes [...] (p. 221)

Laranjeiras em pleno século XIX vivia seu momento áureo, a freguesia já não se destacava apenas pelo seu caráter mercantil: além de maior núcleo econômico da província e um dos maiores do país, tornava-se referência como um dos principais centros políticos da região, como assevera o antropólogo José Mauricio Arruti (2006):

[...] Grande parte das riquezas que circulavam na província, passavam pelas cidades de Laranjeiras e Maruim, cidades do Vale do Cotinguiba que representavam referências no âmbito econômico e também político no período. (p. 45)

Com grande prestígio na província e ainda demonstrando possuir potencial para maior crescimento, surge em Laranjeiras um forte movimento para promovê-la à sede da Província de Sergipe Del Rey, impulsionado, sobretudo, pelos novos grupos econômicos sediados no Vale do Cotinguiba.

A notória e favorecida condição econômica e comercial despertava o interesse de imigrantes portugueses que “ante a grande crise que Portugal vivia nos fins do século XVIII, tangidos pelo anseio de enriquecer e ascender” (NUNES, 1996, p. 208) migravam para, em sua maioria, entrar na disputa do comércio local: “em 1824 existiam em torno de Laranjeiras nada menos que sessenta engenhos de açúcar” (AZEVEDO, 1975, p. 01). Tal migração fora acompanhada também pelos homens da elite da Província de Sergipe, e das classes mais intelectualizadas, como médicos, advogados, escritores, pintores e professores, que, atraídos pela efervescência social que a centralidade da cidade trazia, fixavam ali residência, fomentando entre outros aspectos a transformação cultural da Freguesia; Laranjeiras tornava-se também uma espécie de centro cultural, trazendo benesses e reiterando o caráter de núcleo urbano da província, conforme demonstra a Historiadora Ester Fraga Vilas-Bôas do Nascimento:

Laranjeiras, a partir da segunda metade do oitocentos, transformou-se no núcleo urbano e intelectual mais importante da Província, onde a diversificação social estava explicitada em sua vida cultural através dos teatros, dos gabinetes de leitura, dos liceus, dos clubes e dos jornais que veiculavam os movimentos que estavam ocorrendo na época. Naquele período, a cidade refletia as discussões e transformações que estavam ocorrendo no restante do país, como, por exemplo, as apresentações de peças nacionais nos seus dois teatros, as discussões políticas e religiosas travadas em jornais e periódicos, a construção de escolas e templos protestantes, o Clube Democrático, do qual saíram os primeiros dirigentes da República em Sergipe. (NASCIMENTO, 2006)

A boa condição social que, como vimos, apresentava Laranjeiras se sustentava e se alargava decorrente, em parte, do grande número de engenhos de cana de açúcar que a cidade continha. Para este tipo de produção era necessário abrigar “uma expressiva população negra e escrava, de modo que na freguesia (sic) de Laranjeiras, no final do século XIX, localizava-se o maior percentual de africanos existentes na Província de Sergipe. [...] Espalhavam-se pelas dezenas de engenhos, mas muitos residiam nas cidades [...]” (DANTAS, 1972, p. 28). “Essa numerosa escravaria gerava riqueza” (Ibid., 2009, p. 186), uma vez que trazia grande disposição nos mercadores em negociá-los.

Ainda diante deste aspecto é fundamental destacar o que aponta Nunes (1996), ao mencionar um importante quadro de fortes tensões sociais típicas dos grandes núcleos urbanos do Brasil à época, causadas, entre outros fatores, pelas diferenças étnico-culturais, e, principalmente as econômico-sociais: a freguesia trazia consigo realmente uma miscelânea de culturas e etnias com camadas sociais bastante ricas e outras bastante pobres, que podem ser resumidas aos europeus recém chegados; aos negros, lá desde o tempo da colonização; aos mestiços, que eram chamados de gentilha, composto basicamente de pessoas humildes de profissões de pouca importância para província; e à nova “classe média” brasileira, que ameaçava a classe dominante pela maneira como participava dos rumos da província. “Livres e escravos, brancos, negros e mestiços misturavam-se nas ruas de Laranjeiras. [...] e distanciavam-se nos afazeres e nos divertimentos.” (Ibid., p. 187)

No início do século XIX, já se podia notar, em meio a este tão heterogêneo grupo de pessoas, mobilizações populares no sentido de desmembrar a povoação dos domínios da cidade de São Cristóvão e elevá-la à vila, com intuito de se constituir organização política própria que pudesse atender às demandas dos problemas locais, e, por isso, a população

apresenta várias reclamações e justificativas, as quais podemos ver no “abaixo assinado dos cidadãos moradores na Povoação das Laranjeiras, desta Província de Sergipe Del Rey”, qual Oliveira (1942) transcreve trecho.

“Primeiramente, aquella povoação é a mais populosa, e a mais florente em seo Comercio de toda a Província, que com verdade se pode chamar della o Empório, pois subministra para toda ella as cousas necessárias de que carecem os demais povoados, e até a capital, por isso que achando-se situada á fresca margem d’um rio navegável he favorecida pela sua posição local com influencia e Negociantes, que ou lhe veem offerter de generos estrangeiros, ou permutar os do Paiz. [...] Em segundo lugar, dista a mencionada Povoação de sua capital, a Cidade de São Chistovão, o espaço de seis léguas por caminhos escabrosos, mal cultivados, cortados de rios caudalosos, como o Pitanga, e o Poxim, que em várias estações do anno com as suas enchentes impedem o transito aos viajantes, e por consequência tolhem o recurso das partes á capital, cuja a camara com a mira só nos réditos que lhe provem da referida Povoação he que por isso não quer separada, embora clama o bem comum, de nenhuma forma cura do seo progresso, salubridade e embelezamento, [...] temem que pela ordinaria vicissitude das cousas humanas no curso dos tempos venha a Povoação a ser Capital [...] e de propósito, que não há uma Fonte Pública, [...] mas só as que o acaso tem descoberto e a industria de nos moradores tem beneficiado.” (p. 25)

Os posicionamentos colocados nos documentos que pediam e justificavam a sua elevação política também mencionavam outros importantes problemas pelos quais passava Laranjeiras, decorrentes da ausência da devida organização política, pois era grande “o extravio das rendas públicas e quase total impunidade dos delitos e outros males” (AZEVEDO, 1975, p. 56), que através dos mecanismos operacionais do poder público em funcionamento poderiam ser sanados.

Em meio a um quadro de franco progresso e já se verificando situações de tensões, desordens e mobilizações sociais, e tendo a Província de Sergipe sua independência, tornava-se insustentável manter Laranjeiras como freguesia e, então, segundo relata Nunes, (2006) em 6 de fevereiro de 1835, a freguesia é transformada em Distrito de Paz; em 11 de agosto de 1841, Laranjeiras passa a ser sede da comarca, tendo como primeiro juiz Manuel Filipe Monteiro, e, já em 1848, Laranjeiras tem seu mais valioso reconhecimento político: o Distrito então é elevado à categoria de cidade, passagem contada assim nas páginas da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros:

Controlando a zona de maior importância econômica da Província, e sendo a sede do município um dos mais desenvolvidos centros urbanos de Sergipe em 1848, por força da lei provincial número 209, de 4 de maio desse ano, a Vila de Laranjeiras foi elevada a categoria de cidade, providência que, no dizer do eminente sergipano [...] Dr. Carvalho Neto vinha retardada de quase meio século, se levados em consideração os índices básicos de progresso que deveriam ser computados àquela época. (FERREIRA, 1959, p. 350)

A partir deste momento os cidadãos da então cidade de Laranjeiras passavam a pleitear, “[...] com pretensões justificadas, a se tornar a sede de Sergipe Del Rey, que naquele momento era a cidade de São Cristóvão e que já não mais conseguia suprir os anseios da Província.” (BARRETO, 2006); estava concluído o caminho que a levava de Porto comercial à, naquele momento, “cidade mais importante de Sergipe”. Assim, Laranjeiras adentrava num momento de modernização de seu espaço urbano, ao passo que também ampliava sua malha urbana, como veremos a seguir.

2.2 Laranjeiras: De Centro Urbano a Centro Histórico.

Laranjeiras, que, como vimos, surgia como um pequeno aglomerado humano no século XVI, em alguns anos já despontava como um importante centro comercial e urbano da província, pautando seu desenvolvimento no bom aproveitamento de suas características naturais oferecidas pela região do Vale do Cotinguiba, usando o rio para dar passagem às maiores e melhores embarcações da época e aproveitando-se do solo fértil de massapé para desenvolver amplamente a cultura da cana de açúcar. Porém, apesar de todo rápido e progressivo desenvolvimento que detalhamos anteriormente, apenas no final do século XVIII e início do XIX a cidade se afirmava com um forte crescimento e atingira seu apogeu em meados deste mesmo século, o que, naturalmente, a obrigava a desenvolver melhores condições de vida dentro de seu núcleo de povoamento, período que Azevedo (1975) nomeou de terceiro período ou “século de ouro”.

Nos anos que fizeram parte deste “século de ouro”, sobretudo em meados do XIX, Laranjeiras dedicou-se de modo amplo a atender às necessidades da Província de Sergipe através de seu forte comércio e ainda auxiliava, juntamente com outras cidades importantes da época, no desenvolvimento de toda região, já que contava com uma economia forte, o que

impulsionava o adensamento de pessoas que chegavam atraídas por todas as boas condições econômicas que a cidade oferecia. “Tem-se notícia que em 1834, a população de Laranjeiras era de 25.500 habitantes, [...]” (AZEVEDO, 1975, p. 06) e, para atender o crescente aumento populacional, a cidade se dispôs à ampliação de seus equipamentos e de sua malha urbana, no intuito de ordenar seus espaços e de demonstrar viabilidade, na pretensão, de ser a sede de Sergipe Del Rey.

Sobre a evolução urbana de Laranjeiras, Azevedo (1975) assevera que esta pode ser contada em três etapas. O Primeiro Período, que o autor chamou de “Primórdios”, é também chamado por Philadelpho Oliveira (1981) de “Doação”, foi o momento da distribuição de terras do Vale do Cotinguiba entre seus donatários, num total de 24, entre os anos de 1594 e 1623.

Conforme assevera Azevedo, neste período muito pouco ou mesmo nada foi feito para favorecer o povoamento daquela região, a não ser pela implantação de alguns pequenos sítios pouco habitados no alto das colinas. Neste período destaca-se a atuação de Thomé Fernandes, que, antes mesmo de ser donatário, já habitava ali com sua filha e seu genro, e que se dispôs a ajudar Cristóvão de Barros na empreitada de dominar os nativos da região. Por esse feito, foi o primeiro homem que se tem notícia a ter posse de terras naquela região (1594). Contudo, no início do século XVII já se observavam pequenos agrupamentos de pessoas habitando desordenadamente a região de Vale do rio Cotinguiba, atraídas que foram pelo pequeno porto, fundado inicialmente para atender às necessidades de prover e manter a área dominada.

No entanto, pouco após a região ter se iniciado no processo de seu desenvolvimento já se via enfrentando um forte período de estagnação, decorrente da dominação, por invasão, dos holandeses, que perdurou por quase dez anos. Transcorrido o interstício da dominação, Laranjeiras rapidamente retoma seu desenvolvimento e ingressa no que Azevedo (1975) propõe ser o segundo período de sua evolução urbana, compreendido entre os anos de 1650 a 1800, quando nos primeiros anos do século XVII a ação de grupos missionários religiosos foi de fundamental importância, pois, ao estabeleceram-se na região erguendo construções, possibilitaram que vários agrupamentos humanos se organizassem de melhor maneira pelas terras em torno do porto e das fazendas de cana, constituindo ali um pequeno núcleo urbano; ilustra esta passagem a seguinte afirmação:

Somente depois da guerra com os holandeses e da retirada definitiva destes foi que, de fato, iniciou-se um período que permitiu um estabelecimento humano de forma mais estável. [...] igrejas – sobretudo capelas – núcleos de povoados iniciais e centros evangelizadores sob orientação de missionários, nasceram e alguns se desenvolveram. O português e os africanos constituíram o elemento humano externo que contribuiu decisivamente para a ocupação do solo. Em Laranjeiras, partindo-se dos sítios iniciais, foram surgindo as fazendas, que mediante o uso de caminhos e a utilização da via fluvial, comunicavam-se. (AZEVEDO, 1975, p. 29)

Por todo o século XVII a povoação continuava a crescer lenta, porém progressivamente, no alto das colinas que cercavam o povoado as igrejas erguidas auxiliavam na formação do agrupamento humano e assim Laranjeiras ia se consolidando como núcleo de adensamento humano durante todo este século. O início das atividades comerciais do porto atraiu para habitá-la ainda mais pessoas, principalmente negociantes; com isso, já no começo do século XVIII, a povoação era uma das mais populosas da região do Cotinguiba. Rapidamente erguiam-se mais locais de armazenamento das mercadorias (trapiches) e multiplicavam-se as construções de moradia simples; esse movimento viabilizou a ampliação da feira que ali existia e que logo viria a se tornar a maior da região (AZEVEDO, 1975)

Neste segundo período da evolução urbana, Laranjeiras crescera de forma mais ordenada, em comparação ao início do século XVII, ao menos obedecia a uma lógica de ocupação territorial: a povoação “ocupou parcialmente o leito maior do rio e se moldou ao mesmo. [...] se desenvolveu linearmente acompanhado o rio em direção a (igreja) Comandaroba.” (AZEVEDO, 1975, p. 14).

Ao fim do século XVIII a região do Cotinguiba já se apresentava como o mais importante centro comercial de Sergipe, principalmente por atividades ligadas à agroindústria, sobretudo pela produção de açúcar e de aguardentes. Neste cenário, Laranjeiras se constituía, rapidamente, como a principal povoação desta região, contando com aproximadamente seiscentas casas; “frágeis construções”, mas que já abrigavam perto de três mil pessoas, número expressivo para época, uma vez que a estimativa da população total da região do cotinguiba não passava de sete mil pessoas (AZEVEDO, 1975, 16).

Já era possível ver uma considerável aglomeração com características urbanas, e as primeiras ruas se constituíam, com destaque para a “Rua Direita”, que unia os quatro pontos de maior importância na configuração urbana da povoação: os Trapiches, a Praça da Feira, a Capela do Sagrado Coração de Jesus e a igreja da Nossa Senhora da Conceição da Comandaroba. (ver figura 04)

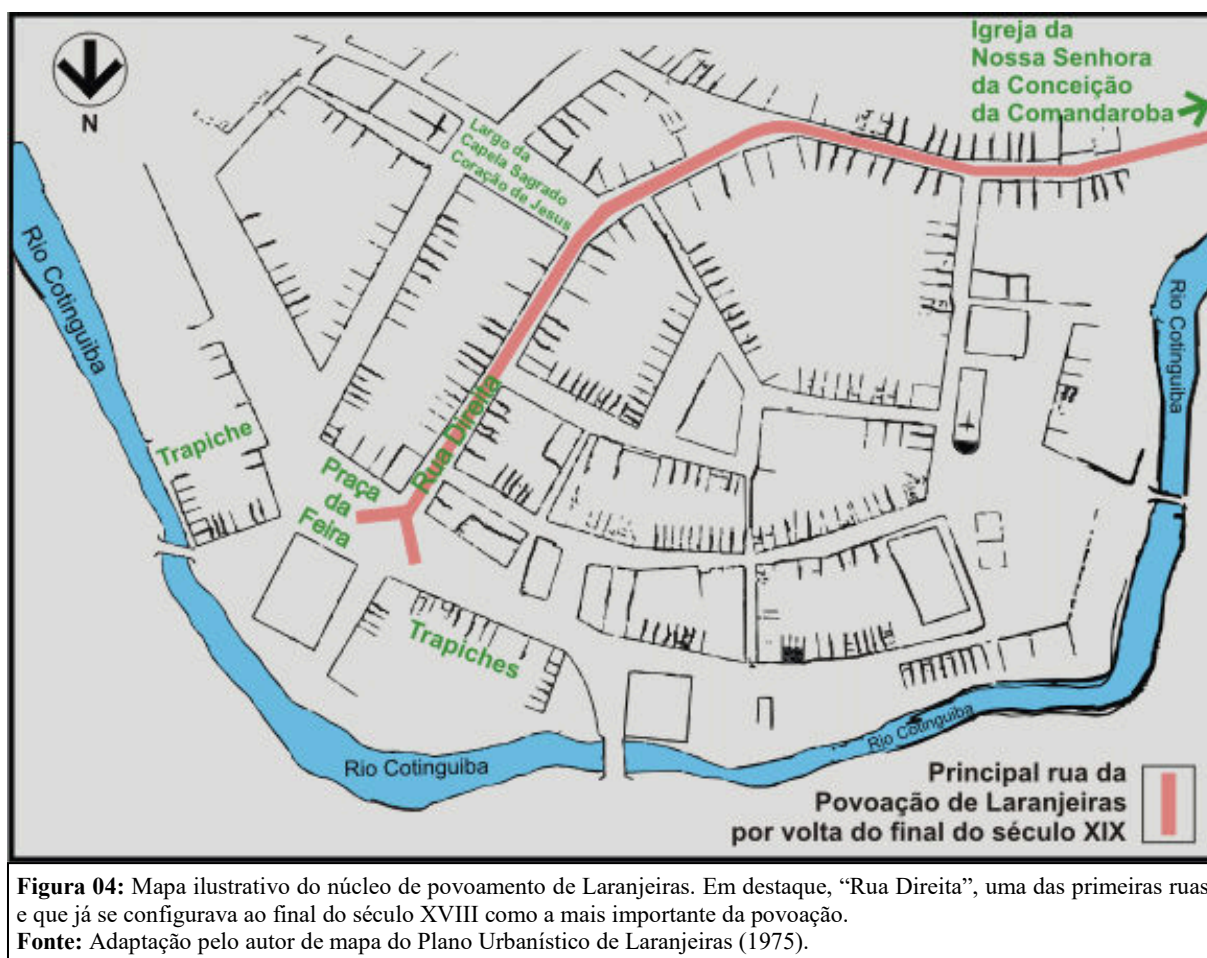


Figura 04: Mapa ilustrativo do núcleo de povoamento de Laranjeiras. Em destaque, “Rua Direita”, uma das primeiras ruas e que já se configurava ao final do século XVIII como a mais importante da povoação.

Fonte: Adaptação pelo autor de mapa do Plano Urbanístico de Laranjeiras (1975).

Os primeiros arruamentos podem ser visualizados, inclusive a praça da feira ligando-se ao Largo da Capela do Coração de Jesus pela Rua Direita que, prosseguindo iria até a Comandaroba. Esta rua já era, e continuou a ser, cada vez mais, a principal de Laranjeiras, possuindo em 1800, casas de ambos os seus lados [...] Deviam existir ruas nas circunvizinhanças da capela do coração de Jesus, única igreja no centro, perto do porto e da feira. (AZEVEDO, 1975, p. 23)

Porém, apesar do considerável adensamento populacional para época, a estrutura urbana ainda era precária e não há relatos, nas pesquisas realizadas, de melhoramentos no aparato urbano que possibilitassem neste período a acomodação de homens “distintos”;

segundo Nunes (2006), muito disso se deve ao fato da povoação não ter, como vimos, um governo próprio, a essa época nem sequer possuía o status de freguesia e ainda permanecia sob o domínio de São Cristóvão, que, por estar a uma considerável distância geográfica, dificultava ações de melhorias em sua malha urbana, fato que contribuía para a estagnação de Laranjeiras na categoria de povoação. Azevedo argumenta de modo similar as razões para a precária situação do cenário urbano daquela época, descrevendo tal passagem da seguinte forma:

A insegurança que reinava no povoado, a falta de uma infraestrutura administrativa, institucional, a ausência dos requisitos mínimos para a transferência para o mesmo dos senhores de engenho, detentores do poder econômico na sociedade agro-industrial então vigente, prejudicariam o desenvolvimento urbano e retardam ainda por três décadas a elevação do povoado a vila. (1975, p. 23)

Laranjeiras, então, adentraria o século XIX com sua morfologia urbana ainda por delinear-se e desenvolver-se, mas já contava com a posição consolidada de centro comercial, fator que a possibilitava abrigar em suas terras uma população de homens simples invejável a outros povoados e vilas da região, reunindo, portanto, todos os elementos para alavancar seu processo de urbanização, e assim o fez com notável rapidez no decurso de todo o século XIX, no chamado terceiro período da evolução urbana, ou “século de ouro”, quando, juntamente com suas sucessivas mudanças de categoria, Laranjeiras atinge seu apogeu, não por acaso no momento em que é elevada a cidade, em 1848.

Importante destacarmos que a povoação crescia rapidamente não só em número de habitantes como também na quantidade de construções civis: em um quarto de século após o ano de 1800, a população se elevou de três mil para quatro mil pessoas vivendo no núcleo urbano e atingiria a contagem de aproximadamente oitocentos e cinquenta moradias, que também avançaram quanto à sua forma, pois já se podiam ver sobrados de andar (AZEVEDO, 1975)

Em 1824, a população de Laranjeiras, percebendo a necessidade de uma organização política para a freguesia que pudesse dar-lhe melhores condições de trabalho e de vida, exige por ofício, conforme assevera Azevedo (1975), a providência de materiais para a construção de uma “bela praça”, pois o projeto e a construção seriam de suas responsabilidades, uma vez que ali poderiam melhor abrigar a grande feira que acontecia e

que invariavelmente reunia em torno de quatro mil pessoas todo sábado, no local que corresponde hoje à Praça Samuel Oliveira e que naqueles tempos se chamava Praça da Feira e, que tão logo construiu-se o mercado, passou a ser denominada “Praça do Mercado”, mantendo suas características físicas até os dias atuais (ver figura 05).



Figura 05: Reprodução de foto da Praça do Mercado num sábado de feira, datada da segunda metade do século XIX. Ao fundo, o prédio do mercado. **Fonte:** Álbum de Sergipe (1820-1920), Clodomir Silva.

No espaço do entorno da feira já “localizava-se o setor comercial básico, de importação e exportação – embarque e desembarque de mercadorias e pessoas. Essa área desenvolver-se-ia consideravelmente durante todo século XIX. [...] que se transformaria no decorrer do século, no mais importante espaço e ambiente urbano da cidade [...]” (AZEVEDO, 1975, p. 57).

A cidade ainda passou alguns anos sem as condições políticas para organizar sua própria estrutura administrativa, porém, quando da sua elevação à vila e posteriormente à cidade, ainda na primeira metade do século XIX, houve incrementos na configuração de sua forma urbana, que perdurou por todo século XIX, culminado na organização de sua morfologia urbana que ainda vemos atualmente. Esta nova fase de Laranjeiras passou a atrair

a aristocracia da região ao longo de todo o século, fazendo deste um período de profundas transformações econômicas e sociais, sobretudo em seu cenário urbano.

Já na primeira metade dos anos 1800, sua arquitetura, quer civil, quer religiosa, se dinamizou e se engrandeceu com construções de maior porte para atender ao comércio cada vez mais próspero, tanto de gêneros de exportação como de importação, passagem relatada pelo historiador Antônio Lindvaldo Sousa (2010).

Parte da aristocracia do açúcar morou ou tinha residência de apoio em Laranjeiras. Alguns sobrados foram erguidos perto de várias casas comerciais e não muito distantes dos trapiches. Estes últimos, caracterizados pela sólida construção de pedra e cal, apresentando coberturas de grandes vãos, apoiados por largas e grossas tesouras, formavam na praça da feira e adjacências um panorama arquitetônico de singular beleza. (SOUZA, 2010, p.32)

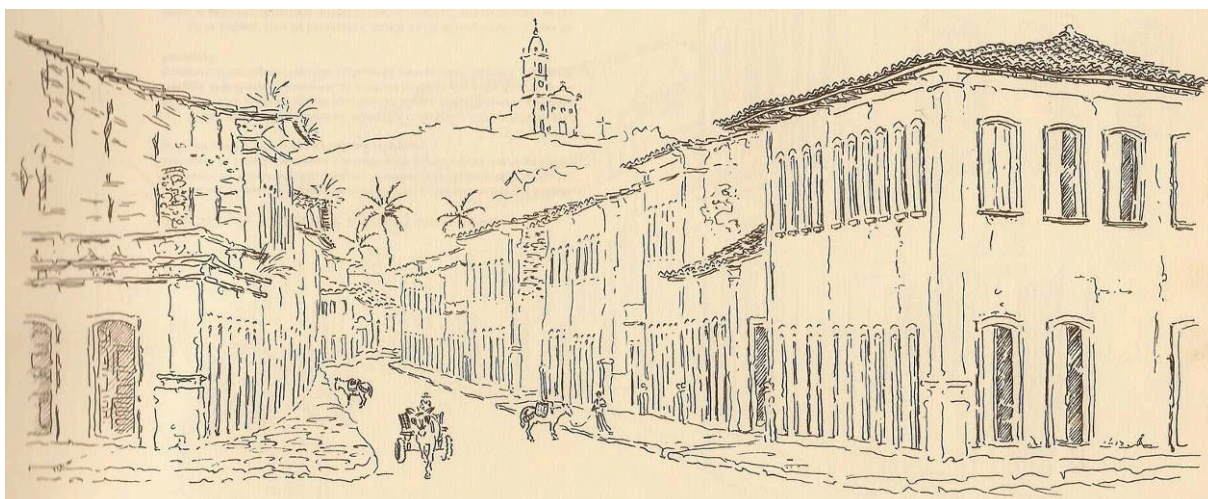


Figura 06: Ilustração dos casarões e casas comerciais da Rua Direita em meados do século XIX – Laranjeiras/SE, que dava acesso ao mercado e aos trapiches. **Fonte:** MAIA, et al, 1979, p. 53

Estes elementos reunidos e, em dado momento, somados à intenção da cidade em se tornar capital da província, fizeram com que se acelerasse a sua organização administrativa, tão necessária ao processo de melhorias urbanas; para tanto, era criada em 1833 a Câmara Municipal de Laranjeiras.

[...] a elevação de laranjeiras à condição de vila e rapidamente a cidade exigia também a criação de um órgão governamental, para administrá-la, assim, em 4 de fevereiro de 1833 foi criada a Câmara Municipal de

Laranjeiras, um ato de grande importância pública para a província de Sergipe. (SEMEC, Laranjeiras, 2000, p. 08)

Com isso, a cidade iniciava-se num momento de vida político-administrativa regular e, a partir de então, muitas foram as investidas para torná-la agradável e funcional aos seus cidadãos. Nunes (2006b) relata que “construções e reformas se espalhavam por toda Laranjeiras” acelerando o processo de urbanização.

Era cada vez mais opulenta a sede da cidade. A aquisição e construção de novos equipamentos urbanos e melhorias nos já existentes tinha a cada sessão da recém-criada câmara municipal maior destaque nas discussões, resultando em inúmeras resoluções e decretos autorizando a execução de obras (ver anexo 01). Conforme assevera Azevedo, a cidade em meados deste século recebia o projeto de seu primeiro plano urbanístico, realizado em parte. “As solicitações de obras se acumulavam nos gabinetes dos vereadores” (NUNES, 1978, p. 225).

O franco desenvolvimento econômico e a forte indústria açucareira ali instalada associados a um constante aumento populacional da cidade – decorrente também da saída do homem do campo para a zona urbana – e um maior padrão social de vida, imposto pela elite local, demandavam que os homens dirigentes da época voltassem suas atenções a uma melhor e maior estruturação urbana da cidade, que àquela altura já ocupava toda a planície do vale do Cotinguiba e se vira obrigada a crescer para os lados, em direção às cidades vizinhas. (ver figura 07). “Abandonava, assim, sua disposição linear primitiva e passava a se expandir de forma radial [...] Na fase áurea do desenvolvimento urbano, até as faldas de elevações muito íngremes [...] são ocupadas.” (AZEVEDO, 1975, p. 14)

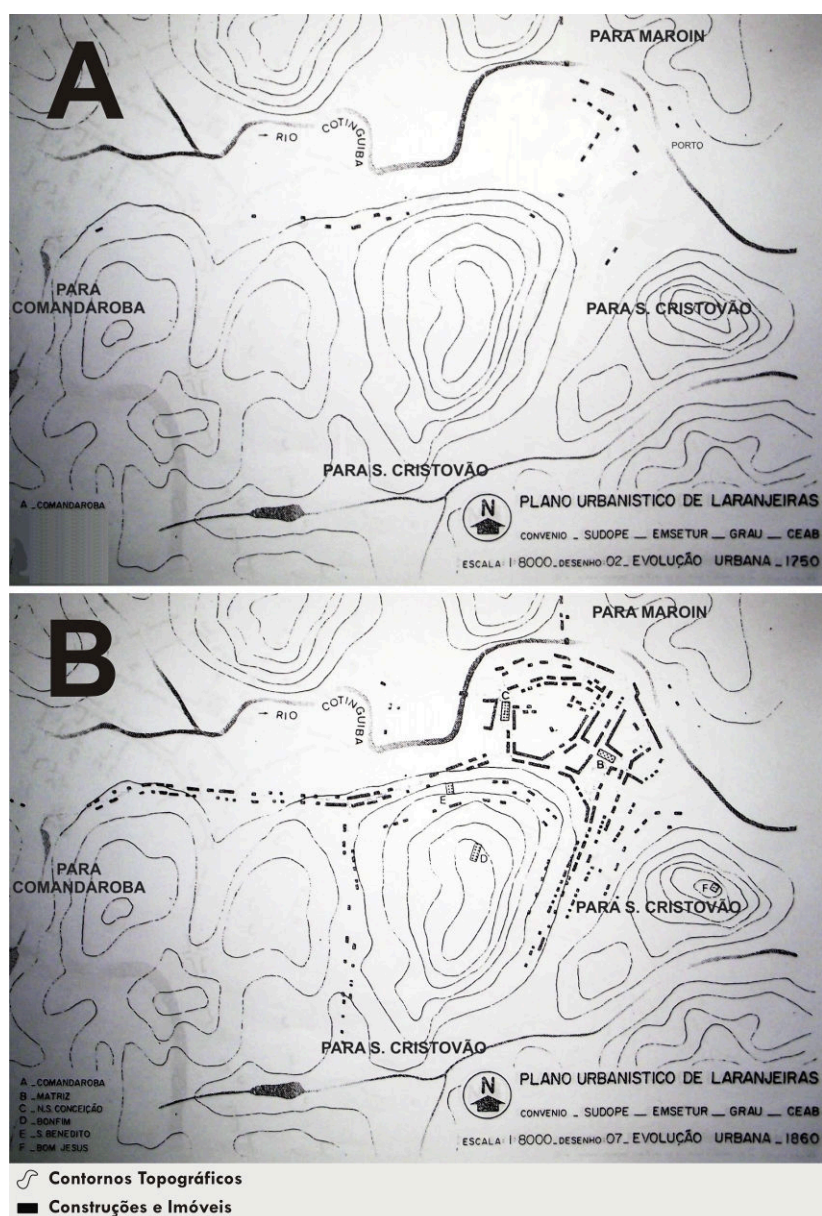


Figura 07: Mapas da evolução urbana de Laranjeiras – Mapa “A” referente à forma urbana em 1750 e Mapa “B” referente à morfologia em 1860. Percebe-se que a povoação que ocupava uma pequena parte de um dos lados da margem do rio Cotinguiba, em aproximadamente 100 anos abandonou sua disposição à margem do rio e cresceu de forma radial em direção a cidades vizinhas, atravessando para a outra margem do rio e ocupando as elevações do terreno.
Fonte: AZEVEDO, 1975, p. 61-5

Ainda sobre a urbanização de Laranjeiras, a historiadora Cristiane Alcântara Santos (2002) afirma que tal processo “está centrado na apropriação dos espaços rurais e na desruralização”; isso só foi possível pela maneira como a cidade cresceu economicamente: o homem que vivia no meio rural rapidamente migrou para o núcleo urbano à procura de melhores condições de vida na mesma medida em que as novas unidades industriais se ocupavam da área deixada pelo homem do campo, Laranjeiras empreendia as transformações necessárias a um novo modo de vida, o urbano.

Os dirigentes de Laranjeiras já naquela época, pareciam saber o caminho que teriam que seguir e as transformações que teriam que passar em seu meio urbano e rural para alcançar seus propósitos. [...]

As profundas transformações espaciais do município demonstram uma densa articulação local com o mundo urbano, [...] seja no que diz respeito ao mercado de trabalho, aquisição de equipamentos públicos ou utilização de bens coletivos. (SANTOS, 2002)

Assim, reunidos estes aspectos, é possível perceber na cidade de Laranjeiras do século XIX um forte sentido de urbanismo, dentro de uma proposta de entendimento de urbano que aponta Louis Wirth (1987) ou mesmo Georg Simmel (1997) no que tangem suas proposições teóricas para o sentido moderno da cidade, que não apenas tomam por base a dimensão espacial meramente física da cidade, mas avançam também, como assinala Wirth, para a dimensão social que estas comportam numa grande concentração de atividades e instituições, tais como: as atividades da indústria e do comércio, as movimentações financeiras e administrativas, as atividades de transporte e de comunicação, o investimento em equipamentos culturais e recreativos, e nas instituições culturais, de saúde, educacionais, religiosas, de pesquisa e de organizações profissionais.

A presença dessas atividades e instituições desenvolve em Laranjeiras uma realidade *sui generis*, “uma determinada forma de associação humana” e um ambiente que produz uma forma também específica de vida, “um modo distinto de vida dos agrupamentos humanos” (SIMMEL, 1997, p. 92): o que chamamos de modo de vida urbano, enfim, a metrópole e a vida mental, nos termos de Simmel, ou a cidade e o urbanismo, para Wirth.

Se tomarmos o conceito sociológico de cidade atribuído por Louis Wirth, que trata de “um núcleo relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos” (WIRTH, 1987, p. 96), podemos encontrar na Laranjeiras do século XIX todas essas características, uma vez que se constituía no maior núcleo de povoamento da região, com bastante espaço físico para crescimento, e assim o fez.

Com relação ao sentido de densidade trazida no conceito de Louis Wirth, a ideia perpassa pela grande aglomeração de habitantes em determinado espaço e com atividades que ali os permita permanecer, de modo que, como vimos nos mapas da figura 7, Laranjeiras já em meados do século XIX tinha um núcleo urbano relativamente denso e as suas atividades industriais e comerciais garantiam a condição de seus habitantes ali se fixarem.

Quanto à heterogeneidade de seus habitantes, é inegável à cidade esta condição, pois habitavam o mesmo espaço escravos, senhores de elite, intelectuais, comerciantes e trabalhadores em geral, enfim, “livres e escravos, brancos, negros e mestiços misturavam-se nas ruas de Laranjeiras” (DANTAS, 2009, p. 187). A heterogeneidade estava presente ainda nas diferentes crenças prolatadas, já se podia verificar a presença de ao menos duas representações oficiais de religião, a igreja católica e a presbiteriana; acrescentavam-se ainda os terreiros de candomblé existentes na região.

A cidade, assim, ao romper dos anos dos oitocentos foi se modernizando e se urbanizando, com a construção e melhoria de equipamentos urbanos essenciais à convivência e a condição urbana. Azevedo (1975) traz alguns exemplos: calçamentos, abastecimento de água e iluminação pública (1841), cais, aterro e calçamento da praça da feira (1847), sede da câmara (1850), ponte do açougue (1851), prédio do mercado (1886) e a cadeia pública (1903).

É notório o forte e constante desenvolvimento de Laranjeiras em meio a século XIX, assim, a cidade transcorre o “século de ouro” em seu apogeu: por toda cidade edificações se erguiam, não só para fins residenciais, como também, equipamentos urbanos de cultura e lazer. Fundam-se teatros, liceus, clubes e mais tarde os cinemas, dando aos seus moradores acesso à arte e à cultura, o que ampliava a vida intelectual da cidade, atraindo ou vendo surgir nomes como Horácio Hora, nascido na cidade, que desponta como um dos mais destacados representantes da pintura do romantismo brasileiro; João Ribeiro, também filho de Laranjeiras, professor e literário ocupou em 1898 uma cadeira na Academia Brasileira de Letras; e Felisbello Freire, que, vindo de Itaporanga/SE, fixou residência na cidade, foi político, historiador, literato e patrono da Academia Sergipana de Letras (NUNES, 2006b), ficam estes exemplos para não citar outros tantos.

A sociedade laranjeirense vive um momento de florescimento cultural e grande prosperidade econômica, “ainda neste século ficou conhecida como a ‘Atenas Sergipana’” (SANTOS, 2009, p.94). Instituições religiosas e de cultura ocupavam boa parte da rotina da cidade, através de suas celebrações e festas, além da grande feira, que permanecera a ocorrer aos sábados, como desde o século XVIII. Na área da saúde, pôde-se ver relativa melhoria: seus habitantes em geral tiveram melhor auxílio com a fundação de um hospital de caridade e o surgimento de vários consultórios que atraíam os serviços de médicos vindos de todo país. No setor da educação, ainda que não fosse para todos (na verdade, apenas para as classes mais abastadas), já se podia ver um aprimoramento de seu padrão, com professores dedicados exclusivamente à educação de crianças, formados em escolas superiores, e, segundo Nunes

(2006), com a inserção das disciplinas de Francês, Geografia, Aritmética e Latim. Outro importante aspecto a ser relatado fruto desse momento é o surgimento da imprensa escrita, que em 1841 via seu primeiro jornal surgir, o “Monarchista Constitucional”, e por todo século XIX outros foram criados: há conhecimento de pelo menos dezesseis (ver anexo 02). Ainda no campo das comunicações, Laranjeiras percebeu a chegada do telégrafo em 1880, que propiciava rápida comunicação com as regiões mais distantes, estes elementos, sobretudo os periódicos incrementaram em muito o caráter de cidade reduto da cultura em Sergipe.

Aparecia em 1841 o primeiro órgão da imprensa laranjeirense, que despontava com o “Monarchista Constitucional”, que foi seguido de outros como o “Triunfo” em 1844, o “Guarany” em 1847 e “Observador” em 1851, que relatavam entre outras coisas os costumes de Laranjeiras, sendo nessa época o município um dos grandes centros culturais e artísticos da Província. (FERREIRA, 1959, p. 350)

Com relação aos jornais, há que se destacar o desenvolvimento da imprensa laranjeirense neste que fora o principal meio de comunicação urbano à época, os quais se constituíam por vezes no único instrumento de conhecimento dos acontecimentos da província, do Brasil e do mundo, também sendo os responsáveis pela publicação das resoluções e leis vindas da câmara de vereadores e, sobretudo, traziam em suas páginas boa parte das discussões que se travavam e dos assuntos comentados nas ruas e praças da cidade, revelando-se num importante espaço de divulgação das ideias que circulavam na época e por toda e qualquer divulgação que se quisesse pronunciar. Assim, faziam circular por toda cidade as mais variadas informações, em certo modo, os jornais expunham a vida cotidiana das cidades (CAVALCANTE, 2000); (GALVÃO; MAGALHÃES, 2007).

Um pequeno acervo destes jornais digitalizados e catalogados eletronicamente pôde ser consultado na Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, o que nos auxiliou muito na percepção do modo como as edificações de equipamentos urbanos do centro de Laranjeiras se inseriam na rotina do cotidiano daquela cidade (PAIS, 2003). Aqui, queremos deixar claro que penso nos equipamentos urbanos no sentido que conceituou Henri Lefebvre (2002), o qual apontou estes como espaços públicos que provoquem formas de sociabilidade e mediações, motivadores de práticas sociais típicas de ambientes urbanos, que de algum modo tenham inscritos em si dinâmicas sociais e temporais específicas de uma realidade sociocultural.

Tomados da premissa observada e respeitando os cuidados metodológicos que este tipo de empreitada exige, pois em se tratando de jornais sabemos que há uma relação de poder naquilo que vai ser publicado ou deixa de sê-lo, procedemos na investigação à procura de notícias, editoriais e/ou anúncios nos jornais que pudessem exprimir o cotidiano da cidade e sua relação com edificações do centro urbano. Dos poucos jornais a que tivemos acesso, dois logo chamaram atenção pela quantidade de exemplares disponíveis: o “O Horizonte”, com setenta e nove exemplares datados dos anos de 1885, 1886 e 1887, e o “Vida Laranjeirense”, contando com cinquenta e nove periódicos de 1930 a 1934. Fazem parte ainda do acervo mais três jornais, “O Guarany” (1847), “O Laranjeirense” (1887) e “O Republicano” (1888), o primeiro com um exemplar e os dois últimos com três cada.

Encontramos importantes registros no “O Horizonte” e no “Vida Laranjeirense”, não tendo nenhuma publicação que pudesse contribuir com nossa investigação nos demais jornais citados, talvez pela restrita quantidade de números disponíveis. O Horizonte, periódico que teve sua primeira aparição nos anais de Laranjeiras em 3 de junho de 1885, teve seu “espírito” traduzido por Oliveira (1942) como um “[...] jornal modesto. Que não ambiciona glórias nem aspira nomeadas, quer somente ser o arquivo, de onde se encontrem os vestígios dos esforços empregados pelos filhos desta terra, em benefício da literatura e das artes” (p. 174).

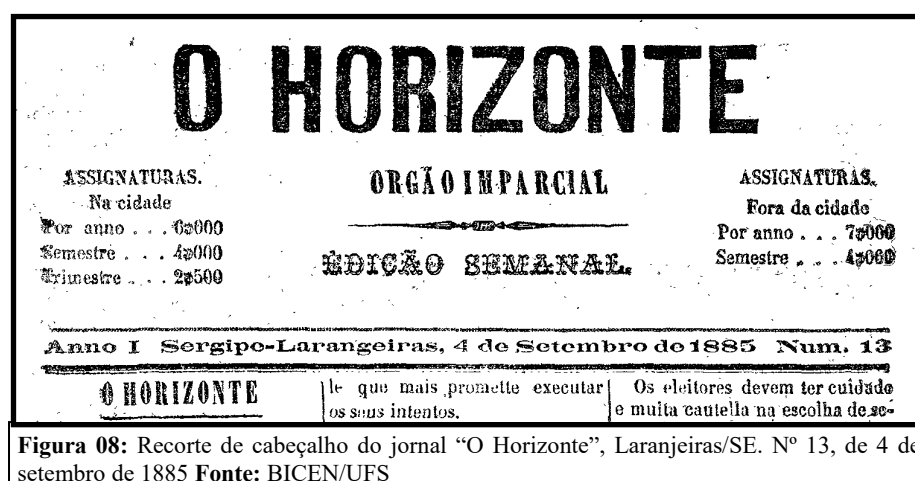


Figura 08: Recorte de cabeçalho do jornal “O Horizonte”, Laranjeiras/SE. N° 13, de 4 de setembro de 1885 Fonte: BICEN/UFS

Por sua vez, o “Vida Laranjeirense” vinha a público com seu primeiro exemplar em 4 de maio de 1930 e se dizia por denominação um “Jornal Independente, Literário e Noticioso”; em suas próprias páginas, declarou-se como um jornal que “[...] estuda a vida do povo laranjeirense sob as suas múltiplas modalidades. Assim vemos a vida social, a vida

comercial, a vida religiosa. A vida de um povo sob as suas diversas formas e manifestações é estudada, analysada e apreciada imparcialmente e com critério” (1930, nº 6, p. 01)



Após uma minuciosa leitura realizada nos exemplares dos periódicos citados, pudemos perceber a variedade de assuntos tratados nestes jornais, indo desde temas religiosos e científicos, com exímios editoriais, que traziam duradouras discussões entre intelectuais e autoridades religiosas, passando por informações de cunho social para a cidade, como os informes a respeito do que se discutia e as decisões tomadas na câmara de vereadores e ofícios expedidos e recebidos pela prefeitura, até os assuntos do dia a dia da cidade: informes sobre as festas religiosas, as apresentações teatrais, os enfermos e os curados no hospital, reclamações e elogios a pessoas e aos equipamentos urbanos, notícias de assassinatos, roubos e fugas de escravos, além de anúncios de serviços e eventos. Apesar de sabermos que em todo meio de comunicação há uma escolha do que vai ou não ser publicado, por questões outras, políticas e mesmo de espaço, ainda assim é possível dizer que estes jornais analisados comentam bem a rotina diária de Laranjeiras ao fim do século XIX e início do século XX, dada a variedade e riqueza de assuntos abordados.

Porém, tratemos do que nos incumbiu tal investigação, que fora verificar parcialmente o modo como as edificações dos equipamentos urbanos deste período áureo penetravam na rotina do cotidiano de Laranjeiras, sobretudo por seus usos; desta forma, o intervalo temporal de ao menos 45 anos que há entre as duas publicações não nos causa problemas, ao contrário, nos permite perceber se passados aproximadamente meio século as edificações abordadas ocupavam posição relativamente próximas no campo das rotinas daquela cidade.

Começamos pelas construções de caráter religioso; estas, sem dúvida mantinham uma relação de bastante intensidade na rotina dos habitantes de Laranjeiras, uma vez que

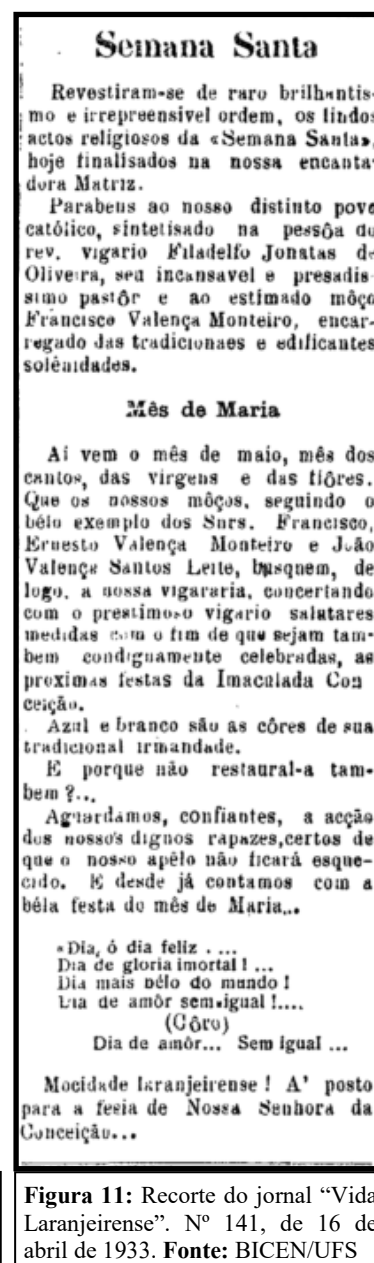
eram frequentes as celebrações religiosas em missas e festividades que aludiam a vários santos e mesmo de comemoração de aniversário das paróquias, além das celebrações de casamentos e batismos. Como na cidade havia também um templo da igreja protestante ali também se reunia seus fiéis, além dos terreiros de candomblé; no entanto não temos relatos nem indícios que estes tiveram seus centros instalados, em algum momento, na área do sítio histórico urbano, em foco nesta pesquisa. O fato é que as atividades, sobretudo das igrejas católicas e em menor grau da presbiteriana, reuniam um grande número de pessoas das mais variadas classes sociais com bastante regularidade, como assevera Beatriz Góis Dantas (2009), pautando-se em jornais de época.

Os ritos de igreja consumiam boa parte do tempo dessa população, mas também na religião as linhas de cor e condição social dividiam os habitantes de Laranjeiras. A irmandade do santíssimo sacramento (compromisso aprovado em 1842), que tinha sede na igreja do Coração de Jesus, hoje a matriz, era reservada aos homens brancos e ricos; enquanto os negros participavam da irmandade de são Benedito, sediada na pequena e inacabada igreja localizada numa das colinas que circundam a cidade, dedicada ao santo padroeiro dos pretos. Os pardos, por sua vez, reuniam-se na igreja de Nossa Senhora da Conceição, [...]. A presença dos sacerdotes dos cultos afro-brasileiros, com o seu valor que se propõe a encontrar problemas do dia-a-dia marcou o *ethos* laranjeirense. A eles recorriam ricos e pobres na hora de aflição, quando o saber dos doutores não conseguia a cura dos entes queridos, nem o confessionário e os conselhos eram suficientes para aplacar as emoções e os sentimentos em desalinho teimando em obscurecer os rumos da vida. [...] Os rituais populares de louvação a santos eram concorridos. [...] e os protestantes estes, num gesto pioneiro, sob a liderança de pastores norte-americanos, instalaram em Laranjeiras, no fim do século XIX, uma igreja presbiteriana, contribuindo assim, para aumentar a diversidade de crenças e de práticas religiosas na cidade. (DANTAS, 2009, p. 188-9).

Todas as estruturas citadas, à exceção dos terreiros, como já salientamos, fazem parte do centro histórico de Laranjeiras e, conseqüentemente de seu núcleo urbano. Os jornais pesquisados nos dão várias demonstrações da rotina de interação destes lugares no cotidiano da sociedade Laranjeirense, estes expressam em suas páginas corriqueiramente chamamentos para celebrações e festas até mesmo repassando os cantos e orações, para que os fiéis pudessem previamente aprendê-los, além de parabenizar e enaltecer a grande quantidade de pessoas presentes a estes eventos. “Com apreciável decência de público, realizou-se domingo passado a festa em homenagem a senhora do Rosário. Entoaram uma esplendida missa algumas distintas jovens da ‘elite’ laranjeirense, e ocupou a tribuna sagrada o padre Firmino Rocha.” (O HORIZONTE, 1885, nº 22, p. 02). Vale ressaltar que a expressão tribuna sagrada

fazia referência, segundo os próprios jornais, ao altar da igreja matriz do Sagrado Coração de Jesus.

Ainda nos jornais desta mesma época encontramos outras tantas matérias que retratam o uso intenso das igrejas do centro urbano de Laranjeiras (ver anexo 03). Após 45 anos, com a cidade já em plena decadência e num importante descenso demográfico, como veremos adiante, as celebrações por essas mesmas igrejas continuavam a reunir um número significativo de pessoas, por vários dias, geralmente iniciando em uma igreja e terminando em outra, através de cortejos pela cidade (ver anexo 03). Os periódicos do século XX consultados além de fazer referência ao volume de pessoas,



também se referem ao passado de intenso uso dessas estruturas, que em muito se parecia com os dias atuais; estas passagens vêm ilustradas pelas matérias do "Vida Laranjeirense" (1930) (ver figura 10 e 11).

De todo o exposto e com base na análise das matérias e anúncios veiculados nos jornais citados, que tratem de manifestações, celebrações, comemorações e/ou eventos religiosos, pudemos inferir que a cidade de Laranjeiras tem forte ligação com os cultos religiosos vivenciados, sobretudo nas igrejas do seu centro urbano. Portanto, parece-nos inegável a presença de tais edificações na vida cotidiana dos habitantes de Laranjeiras, principalmente os que residem no núcleo urbano, local onde, como já vimos, encontram-se as igrejas citadas.

As construções de cunho religioso, queira ou não, estão ligadas em menor ou maior grau com o cotidiano de muitas cidades espalhadas pelo Brasil; Laranjeiras pareceu-nos ser um exemplo de grande presença das edificações religiosas no cotidiano dos seus moradores. Além das estruturas citadas, nos são de valioso interesse na investigação as arquiteturas de caráter civil, sobretudo os equipamentos urbanos de cultura e de serviços que provocam sociabilidades e interação e acabam por criar dinâmicas sociais que põem os edifícios, objetos dessas dinâmicas, a dialogar diretamente com o cotidiano da cidade.

Neste sentido, o século de ouro de Laranjeiras apresentou edificações que, como já vimos, foram necessárias para o momento que esta atravessava. Diante de um intenso processo de urbanização havia a demanda por novos serviços, ao passo que sua vocação cultural exigia locais propícios para acolhê-los; o que queremos dizer é que a dinâmica social de forte intensidade cultural e econômica que a cidade desenvolveu à época propiciava e exigia que alguns tipos de serviços surgissem, muitas vezes sendo necessária a construção de edificações preparadas a finalidades específicas. Assim, ergueram-se, então, salas de teatro, liceus, salas de cinema, hospital, prédio para abrigar a feira, delegacia, pontes, calçamento, pavimentação de ruas, dentre outros; A rotina que a cidade manteve por todo século XIX perpassava, também, por e nessas edificações, verificaremos essa relação através dos jornais editados em Laranjeiras no século em questão e mesmo no início do XX, ou seja, em duas épocas distintas e o que se pôde extrair das folhas dos periódicos nos apontou o quão tais estruturas arquitetônicas do centro urbano de Laranjeiras estiveram contidas na vida cotidiana da cidade.

Nesta análise pudemos perceber várias edificações que estiveram presentes na rotina diária de seus habitantes, como as ruas do centro urbano, cujas solicitações públicas de pavimentação ou manutenção se acumulavam. Como vimos, nas sessões da câmara de vereadores eram constantes as autorizações de tais empreitadas, e nas felicitações pelo atendimento das solicitações, relatava-se a importância de tal obra, dando-nos a oportunidade de conhecer seus usos diários: “[...] é um calçamento que nos vem muito a ajudar, a rua da poeira a tempos carecia de reforma, os moradores da bela laranjeiras utilizão diariamente indo e voltando de seus afazeres e agora poderão fazê-lo melhor e mais sossegado” (O HORIZONTE, 1886, nº 40, p. 03).

Há também que ser mencionada a recorrência, em ambas as épocas, de anúncios de serviços e de lojas que se situavam à “rua do comércio” ou “rua direita do comércio”, como era chamada, o que nos põe a pensar ser essa, se não a principal, mas uma das mais

importantes da cidade nos séculos pesquisados, tendo-se que por ela se transitar rotineiramente em busca de produtos e serviços (ver anexo 04).

Outra edificação bastante citada, em ambos os jornais, foi o prédio da feira, que à época chamava-se “Caza de Mercado”, cuja presença marcante na rotina de todos os sábados dos laranjeirenses verificamos, pois tratava-se da maior feira da região e, mesmo após o período de auge da cidade, permaneceu sendo o local de onde todos os habitantes da cidade não podiam faltar, a fim de adquirirem produtos de todas as gêneros. O que nos revelou a análise dos jornais foram “causos” que por lá aconteciam e repercutiam pela cidade e notícias de preocupações com a segurança e a higiene do local, além da oferta de produtos.

A leitura dos jornais termina por nos demonstrar, em certo modo, o uso cotidiano deste prédio: uma matéria de capa do jornal “O Horizonte”, de 1885, (ver anexo 05) merece destaque, pois relata sinteticamente a importância desta estrutura para a cidade, “[...] um edifício destinado para abrigar o povo n’um dia determinado da semana, onde expõe o material necessário às necessidades da vida”.

Os locais de acomodação das grandes mercadorias, chegadas por embarcações, tiveram importante recorrência observada nos jornais, envolvidos principalmente com os mercadores e comerciantes e sua relação com a feira era constantemente citada. No caso destes edifícios, verificamos uma distinção do século XIX para o XX, tanto na nomenclatura

como nos usos: os periódicos do primeiro século os chamam de “trapiche”, raramente encontramos esta expressão nos jornais do século XX, embora tenham o mesmo significado; nesta época eram chamados de “depósito ou armazém”. No que tange aos usos, observamos que, dentro do intervalo de tempo

TRAPICHE S. JOSE
 DE
 Manoel dos Santos Silva
 COMISSÕES E REPRESENTAÇÕES
 Laranjeiras — Sergipe

Grande Armazem e
PADARIA
 — EM —
NORMANDO MORAES CE. QUEIRA
 Completo e variadíssimo sortimento em Sãos e Molhados, Ferragens, Louças, Vidros, Manteiga, Vinhos de mesa e Licores Nacionais e Estrangeiros.
 Especialidade em pães e massas finas de todas as qualidades. Aceita encomenda para entrega diária de pães a outras massas, e mercearias a domicílios particulares.

PREÇOS MODICOS
 Rua do Comércio
 Laranjeiras — Sergipe

João Sisino da Rocha
ARMAZEM DE: Estivas, secos e molhados, louças, vidros, óleos e tintas, perfumarias, etc.
 Praça da Feira 1 e 3
 Laranjeiras Sergipe

Jose Pinto Irmão
 Grande Armazem e
PADARIA
 Ferragens, Miudezas, Louças, Vidros, Tintas e Perfumarias
 Vendas nas melhores condições
 RUA DO COMERCIO
 Laranjeiras — Sergipe

Figura 12: Recorte do jornal “Vida Laranjeirense”. Nº 175, de 06 de fevereiro de 1935. Fonte: BICEN/UFS

dos periódicos analisados, os usos modificaram-se: houve uma aproximação destas estruturas

com grande parte da população em seu dia-a-dia, uma vez que não mais serviam apenas a fins de estocagem de grandes mercadorias. Devido à crise da indústria canavieira, ali, àquela altura, guardavam-se e vendiam-se, pequenas mercadorias e “miudezas” e alguns mantinham dentro destes espaços padarias (ver figura 12).

No entanto, as edificações, que avaliando os jornais, mais percebemos como bastante presentes na rotina da cidade foram o teatro, no século XIX; o cinema, no século XX; e o Hospital em ambos os séculos. Estas estruturas arquitetônicas tiveram presença constante nos folhetins.

No caso do teatro e do cinema, encontramos anúncios das atrações, felicitações e comentários sobre as peças ou exposições, por meio dos quais pudemos apreender a constante presença de grande e variado público, bem como que estes, muito provavelmente, foram, cada um ao seu tempo, os locais mais comuns e de maior constância para entretenimento cultural na cidade, não apenas nos fins de semana, como também por toda ela, o que reforça suas presenças no cotidiano da cidade. Trazemos, aqui, recortes dos jornais com alguns anúncios referidos ao “Teatro São Pedro” e ao “Cine Iris”. (ver figuras 13, 14, 15, 16 e anexo 06).

Já no caso do único Hospital observado nessas duas épocas, concluímos que sua presença no cotidiano da cidade

THEATRO
• S. PEDRO

Domingo não ha espectáculo por incommodo de saúde da actriz Miquelina Roza de Andrade

Domingo 28 de Março será o benefício do joven Brazilio Agostinho Lemos.

O sr. Augusto Lemos e seus companheiros têm dado dous espectáculos em o nosso theatro.

A platêa tem mostrado alguma sympathia pela sra. d. Miquelina de Andrade, não sendo tão feliz o sr. Lemos, que só tem sido applaudido na exhibição de sua guitarra.

Figura 13: Recorte do jornal “O Horizonte”. Nº 40, de 19 de março de 1886.

Fonte: BICEN/UFS

Com grande concorrência e não menor quantidade de applausos, realison o sr. Pedredo o seu beneficio com a reprise do *Paralytico*, na 4.ª feira, 13 do corrente.

Tem lugar hoje, no theatro S. Pedro, a festa artisticã da sra. d. Maria Villas-Bôas, a sympathica actriz tão apreciada pelo publico d'esta cidade.

Figura 14: Recorte do jornal “O Horizonte”. Nº 39, de 12 de março de 1886.

Fonte: BICEN/UFS

Vida Recreativa

HOJE Iris Cinema HOJE

Será focalizado hoje nesta atraente casa de diversões teatraes, o grandioso filme REGINA OU TORTURA DE UM CORAÇÃO L... Edificante produção da Ufa de Berlim, dividido em 9 soberbos actos.

Geral 1000 rs. Começo 8 horas em ponto.

122 anos depois !...

«Foi na dia 30 de Maio de 1808, disse o genial Julio Dantas, foi no dia 30 de Maio de 1808, que os primeiros soldados da «Legião Portuguesa» pisaram terras de França. E será no dia 27 de Maio de 1930, que o primeiro monumental filme da Universal será focalizado no nosso popular Iris Cinema».

Figura 15: Recorte do jornal “Vida Laranjeirense”. Nº 02, de 11 de maio de 1930. Fonte: BICEN/UFS

Vida Recreativa

Hoje--IRIS CINEMA--Hoje

Será passado hoje neste popular Cine-teatro o monumental filme EM-BRIAGUEZ DA SOCIEDADE.

Super película da Ufa a maravilhosa Ufa de Berlim, dividida em 9 lindas partes, tendo como principais interpretes os consagrados «Warwik Hard e Camilla How.

Todos portanto hoje ao Iris-Cinema Geral 1\$000 Começo 8 horas da noite em ponto

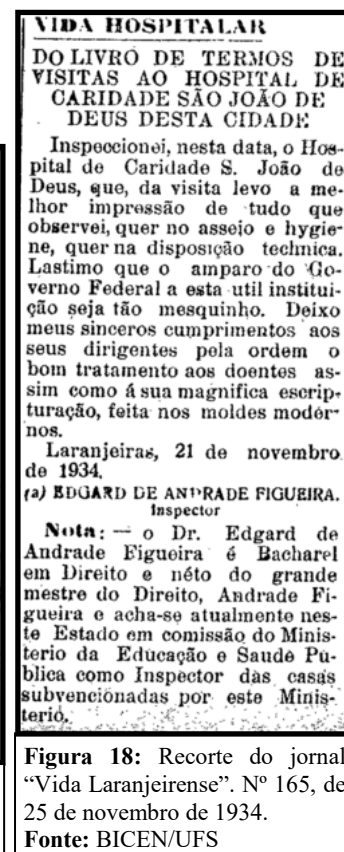
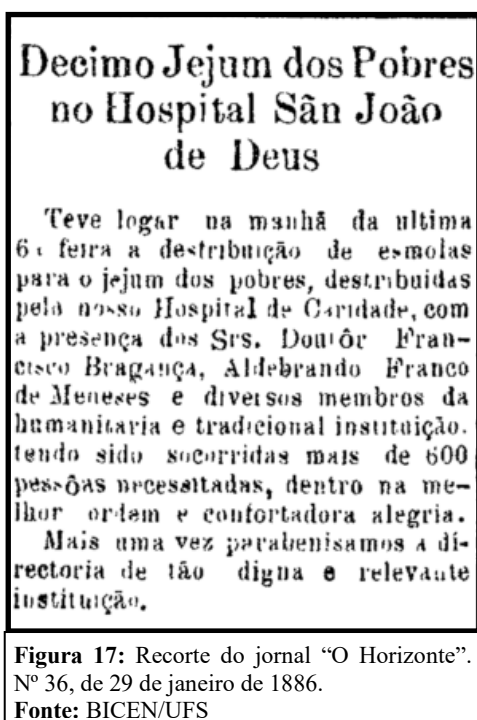
Não haverá mais duvidas «BOHEMIOS» chegara pelo trem da 4a feira proxima. Chegara a esta cidade sendo focalizado na mesma noite.

Palavra de honra BOHEMIOS na proxima 4a feira.

Todos ao Iris, nesta grande noite !

Figura 16: Recorte do jornal “Vida Laranjeirense”. Nº 04, de 25 de maio de 1930. Fonte: BICEN/UFS

tem intrínseca relação não só com os serviços de enfermagem e medicina, que atendiam a todas as classes sociais de Laranjeiras, como também por abrigar neste prédio a casa de caridade, onde eram ofertadas a uma considerável quantidade de pessoas mais necessitadas; alimentação e estada aos enfermos, (ver figura 17), apesar de serem constantes as dificuldades financeiras, muitas vezes sanadas com o auxílio da própria sociedade laranjeirense: “Laranjeiras tem, no Hospital de Caridade São João de Deus uma demonstração expressiva dos nobres sentimentos de todo o povo desta terra, pois recebe donativos de muitos nesta cidade e difícil é encontrar um laranjeirense que já não tenha sido recebido em



seus leitos a procura de cura” (VIDA LARANJEIRENSE, 1930, nº 14, p. 01). Os periódicos nos revelaram também que seu uso era regular e intenso e seu reconhecimento estendia-se para além das fronteiras da cidade. (ver figura 18)

A observação e análise dos exemplares dos jornais de época que se seguiu, além de se prestar a cumprir o que fora seu principal objetivo, citado anteriormente, acabou também por atestar a intensa vida cultural e a vocação econômica da cidade, corroborando com o que afirmam as obras consultadas, ao referirem-se ao período glorioso da cidade, e aos usos das edificações. Por todo o século XIX Laranjeiras dedicou sua estrutura econômica e comercial a atender às necessidades de sua Província e, administrativamente aos requisitos do governo brasileiro. Pudemos observar que, do ponto de vista estrutural urbano, a cidade estava verdadeiramente pronta a atender os requisitos necessários de ser a nova sede de Sergipe Del Rey.

Porém, contrariando toda condição que a cidade apresentava, em 1855, o então Presidente da Província de Sergipe, “Inácio Joaquim Barbosa, transfere a capital de São

Cristóvão para o povoado de Santo Antônio de Aracaju, na época uma aldeia cercada de pântanos e dunas, localizada à margem direita do rio Sergipe” (PORTO, 1945, p. 18). Não se tem convicção dos motivos da preferência por Aracaju: os historiadores apenas apontam que a mudança não fora feita numa lógica razoável, haja vista o excelente momento pelo qual passava Laranjeiras. Vejamos o que traz um trecho da Enciclopédia dos Municípios do IBGE:

[...] Quando da mudança da capital da Província da Cidade de São Cristóvão para a povoação de Aracaju em 1855, muito se falou na inclinação do Presidente Inácio Barbosa, a favor de que a cidade de Laranjeiras fôsse o local escolhido para a nova Capital, o que, entretanto, não se concretizou por motivos de ordem pessoal do então Presidente da Província, que não os revelou. (FERREIRA, 1959, p. 350)

As referências consultadas indicam que este foi um momento crucial na continuidade da ascensão e desenvolvimento de Laranjeiras para o século que se seguia. A cidade perderia um importante estímulo que a fazia manter seu ritmo de crescimento e não mais se inspirava pelo desejo de ser a sede da Província, pois, como visto, esta incumbência fora dada ao povoado de Santo Antônio de Aracaju. No entanto, Laranjeiras continuou exercendo, ainda por alguns anos, a influência de grande centro urbano e econômico da província e, assim, se manteve até o final do século XIX e, em alguns aspectos, até mesmo adentrando o início do século XX. (NUNES, 2006b; ARRUTI 2006)

Tal cenário é corroborado quando, ainda na segunda metade do “século de ouro”, e já preterida na posição de capital de Sergipe, a cidade recebe a comitiva do Imperador D. Pedro II e sua esposa a Imperatriz D. Tereza Cristina, afirmando, portanto, a sua importância perante o governo imperial, uma vez que a visita fora realizada apenas a outras três cidades de Sergipe, além da capital. A passagem da comitiva obrigou Laranjeiras a empreender algumas melhorias em sua estrutura urbana e mesmo construções para melhor acolhe-los e apresentá-los.

[...] Em 1860, Laranjeiras recebeu a visita do Imperador D. Pedro II, da Imperatriz D. Tereza Cristina e sua comitiva, sendo aclamado pela população na noite de 14 de janeiro do mesmo ano. O Imperador visitou as escolas, a Câmara Municipal e o Paço Municipal (Prefeitura), assistiu à missa e participou de saraus e banquetes em sua homenagem e ficou hospedado na fazenda Sant’Aninha. (SEMEC, Laranjeiras, 2000, p. 9)

Contudo, antes mesmo de adentrar o século XX e já com a Província de Sergipe Del Rey passada à condição de Estado, Laranjeiras se vê rapidamente perdendo o prestígio de maior e mais importante núcleo urbano da região para a nova cidade de Aracaju, e assistia impotente a um forte êxodo daquilo que lhe pôs em destaque: suas firmas comerciais, as indústrias de açúcar e até mesmo as atividades de seu porto, que fora tão celebrado por séculos, o qual não mais recebia o habitual volume de tráfego de embarcações. Este processo de declínio pode ser explicado, em parte, não só pela mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, o que como vimos provocou um arrefecimento nas ambições da cidade, mas, também, pela abolição da escravidão, que acabou por causar uma quebra na engrenagem da indústria açucareira de Laranjeiras, mola-mestra que impulsionava toda sua economia. Ferreira traz uma passagem extraída do livro de memórias^[22] de Camilo Bragança de Azevedo^[23] que bem nos demonstra tal situação.

Como todo o Império, a abolição transformou a vida de Laranjeiras. Criou sérios embaraços à organização agrária. Fazer funcionar o engenho de açúcar com o braço escravo era uma coisa, mas pagar a mão-de-obra para o fabrico do açúcar era muito diferente. O desânimo corroía os proprietários. Condenadas as pequenas propriedades, sistema agro-industrial que dividia as terras produtivas da Província. Nem todos podiam pagar as folhas semanais aos trabalhadores. [...] Com tanto aparelho de fogo morto e pouca produção para exportar, não mais havia nos engenhos de açúcar de Laranjeiras muita gente para curar nem para casar e batizar. Foram-se os médicos para centros mais compensadores. Um só padre bastava para abençoar a comunidade. O famoso empório do Cotinguiba periclitava. (AZEVEDO apud FERREIRA, 1975, p. 67)

No que concerne aos fatores que contribuíram para o declínio de Laranjeiras, as questões de ordem econômica ainda foram acompanhadas por questões de cunho “natural”, uma vez que a nova sede era banhada pelo mar, o que possibilitava a navegação de maiores e modernos “vapores”, além de estar próxima da nova capital, neste cenário, os filhos da elite política e intelectual laranjeirense, aos poucos, também se retiravam de suas terras, em direção a Aracaju, buscando melhores condições sociais, principalmente, de acesso à cultura. Esse momento é descrito por Nunes (2006b) assim:

[22] AZEVEDO. Camerino Bragança de. **Doutor Bragança, esse varão laranjeirense**. Rio de Janeiro; Ed. Pougetti 1971.

[23] Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, defendendo a tese “Doenças Profissionais em Geral”. Clinicou em Laranjeiras e depois se transferiu para o Rio de Janeiro. Escritor e jornalista. Escreveu: “Minhas Recordações do Padre Alberto”, “O Rebelde de Guanambi” e “Doutor Bragança, Esse Varão Laranjeirense”(1971). Faleceu em 1º de fevereiro de 1988. (Dicionário biográfico de médicos de Sergipe, 2009)

O desenvolvimento da nova capital, a cidade de Aracaju [...] trouxeram a partir dos fins do século XIX, a decadência da cidade de Laranjeiras. As firmas comerciais transferem suas sedes para a nova capital. Também os colégios, como Santana fundado em 1848 [...] como também o colégio protestante *O Americano*. Os filhos das classes abastadas buscavam a Capital para estudar os Preparatórios, levando os pais a ali construírem residência. (NUNES, 2006b, p. 224-5)

A partir do início do século XX, Oliveira (1942) relata a situação vivida em Laranjeiras: a cidade conhece uma forte guinada no rumo de seu desenvolvimento, com as atenções do Estado já voltadas para a então capital Aracaju, pois ali ofereciam-se mais recursos e investimentos financeiros, mais serviços e mais incentivos aos políticos. Nesta série de atrativos que diferenciavam Aracaju de Laranjeiras, dois tiveram fundamental importância no processo de declínio da cidade: 1) a posição geográfica litorânea de Aracaju, que favorecia o acesso de embarcações maiores; e 2) o processo de urbanização bastante dispare do encontrado em Laranjeiras, pois a capital teve um planejamento urbano desde o seu início, com preocupação em bem atender seus habitantes, ordenando o crescimento de seu espaço urbano através de seus bairros e no planejamento de suas ruas e avenidas. Todos estes aspectos eram favoráveis a Aracaju.

Assim, Laranjeiras continuava por todo final do século XX a sofrer uma grande debandada dos comerciantes, da intelectualidade, dos prestigiados políticos da cidade e mesmo de pessoas mais simples da sociedade laranjeirense. O esvaziamento populacional fora intenso, e pode ser apreendido através dos censos demográficos da época: “em 1800 eram 3000 habitantes, em 1824 eram 4000, em 1856 não se sabe ao certo mais tem-se dados de 8000 a 9000 pessoas e em 1887 foram recenseados 7530 habitantes, já na primeira metade do século XX a população não passava dos 5000 , número que se tinha no início do século XIX.” (FERREIRA, 1975, p. 90)

Havia um clima de melancolia na cidade, pois crescera tendo importância e destaque na região, servindo de inspiração e sendo almejada por habitantes de outras cidades: Laranjeiras ingressava em um declínio do qual não mais se reergueu, o trecho a seguir expressa resumidamente este momento:

[...] o período bem pode ser chamado de Decadência, considerado sob os aspectos intelectual, social e comercial pela aproximação da capital e em

razão do estado dos laranjeirenses em busca de prazeres nos centros populosos. (OLIVEIRA, 1942, p. 199)

Laranjeiras chega ao século XX numa profunda estagnação sob todos os aspectos, os jornais que outrora eram os mais importantes instrumentos de interlocução entre seus habitantes agora quase não mais eram vistos circulando às ruas, nem mesmo seu sucessor direto, o rádio, se tem notícia em Laranjeiras. Já não se viam mais as grandes construções ou mesmo melhorias no equipamento urbano, que só a partir da segunda metade do século tivera alguns modestos incrementos; como exemplos, a rede de esgoto, que apenas em 1978 fora inaugurada, além da coleta do lixo residencial e urbano, que apenas em 1960 começou de forma precária, usando-se para tanto carroças (FERREIRA, 1975).

Referindo-se ainda ao aparato urbano, é possível perceber claramente, com a fundação de alguns equipamentos culturais, no século XIX, todos em prédios antigos, que a intenção não se pautava mais no progresso da cidade como polo de desenvolvimento urbano, mas sim de enaltecer o seu tão glorioso passado. Senão vejamos: “o Museu Afro-brasileiro (1976), o Museu de Arte Sacra (1978), a Casa João Ribeiro (1973) e o Centro de Tradições, este localizado em prédios de antigos trapiches” (DANTAS, 2009, p. 194). Era evidente que o tecido urbano da cidade não mais se expandia, sua trama se resumia ao que fora desenvolvido ao longo dos séculos XVIII e, sobretudo XIX, e nestas circunstâncias, as “obras de infraestrutura e outras são muito mais de iniciativa federal e estadual do que mesmo local. [...] É o período em que se assiste ao despovoamento da cidade e ao esvaziamento das casas, até a presente situação de abandono.” (AZEVEDO, 1975, p. 97-8)

Para bem evidenciar o momento de falência da cidade, Ferreira (1975) traz o relato, incontido, extraído de uma carta de um Laranjeirense, filho da elite da terra, o médico Camerino Bragança de Azevedo:

Abismava-se a velha Laranjeiras na penúria social e econômica. A ordem do dia não era mais construir, porém destruir. Os belos sobrados, desocupados com a migração das famílias boas que restavam para Aracaju e para mais adiante, a preços baixos eram postos à venda. Uma mentalidade bastarda ensandecia os responsáveis pelos destinos da terra. [...] **Ruína, assim, por terra boa parte da sobradaria**, abrindo desmarcados claros nas ruas, que nunca mais foram preenchidos. Um vandalismo tornava a cidade menor. E esse espírito de desordem reduzia a sociedade à última condição. Esmirravam-se as tradições. **O que Laranjeiras possuía de bom pertencia ao passado.** [...] **Arriada e desesperançada a heróica Laranjeiras**

obscrecia-se nos anais sergipanos (FERREIRA, 1975, p. 94-5, grifo nosso)

Em meio a tal cenário, de caos econômico, por qual passava Laranjeiras, somado à “fuga” de seus habitantes, entre eles pessoas importantes no contexto da sociedade Laranjeirense, a cidade ia aos poucos se transformando e moldando-se à nova realidade. Saía de cena o forte desenvolvimento econômico, verificado, sobretudo, na riqueza ostentada em seus casarões e igrejas, nas inovações culturais e no comércio: fatores que deram a cidade uma condição de renovar-se constantemente, típico das grandes cidades urbanas à época; e instaurava-se em um período de acentuada crise econômica e de estagnação de seu quadro socioeconômico, que hodiernamente encontramos na cidade.

Para termos uma resumida noção do quadro de estagnação do município, verificamos o IDH municipal^[24] em 2000, data da última aferição pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, que nos apontou um índice de 0,642, considerado de médio para baixo, já a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais, foi registrada em 24,33 por cento^[25] em 2001, considerada elevada e o “rendimento mensal domiciliar per capita nominal (valor médio) foi aferido em R\$ 261,00.” (IBGE, Censo Demográfico 2010). Tais números, apesar de estarmos cientes de sua subjetividade, auxiliam-nos a revelar o quadro socioeconômico estaque por que passa Laranjeiras.

Tudo que até aqui foi visto, de certo modo, revelou-nos que a sociedade formada embrionariamente numa pequena povoação em torno de um porto, que dois séculos mais tarde habitava a maior cidade da região, parecia estar ciente da capacidade de Laranjeiras, pois tinha em toda sua glória e riqueza econômica e cultural algo que a distinguia das demais cidades, o que, em parte, tornava seus moradores desejosos de ali viverem, e quando presenciaram seu descenso, os que ali permaneceram, puderam transmitir às seguintes gerações, a consagração da efervescência cultural e econômica de outrora, ou seja, o passado faustoso de Laranjeiras, que, de certo modo, foram retidos na “memória coletiva” (HALBWACHS, 2006) do grupo e em suas tradições.

[24] Índice de Desenvolvimento Humano, que “além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. [...] O IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano.” (SÍTIO ELETRÔNICO DO PNUD/BRASIL, 2010)

[25] Dados extraídos dos indicadores sociais de Laranjeiras, apurados pelo IBGE. (IBGE, Censo Demográfico 2001).

Morfológica e fisicamente, Laranjeiras parece persistir em denunciar seu momento de glória: apoiada, principalmente, no seu preservado conjunto arquitetônico e urbanístico, testemunhos de “pedra e cal” da opulência daqueles tempos. Corroborando com tal afirmação Nunes (2006) expõe que, “Permaneceram na velha cidade, os majestosos sobrados residenciais, os cortejados edifícios públicos e os templos tradicionais, [...]” (p. 225), esses documentam um passado que se faz visível no presente: seu patrimônio. Qual conheceremos de modo minucioso no tópico próximo.

2.3 O Patrimônio de Laranjeiras e as Intervenções das Políticas de Preservação.

É possível sustentar que algumas particularidades estiveram presentes na trajetória da cidade de Laranjeiras: a prodigabilidade natural do espaço físico que ocupou qual favoreceu intensamente seu desenvolvimento econômico e social; a opulência e imponentia reveladas na cidade a partir do século XVIII, a distinguiu, notadamente, por seu cotidiano modo de vida urbano; por fim, a admirabilidade de seu conjunto urbanístico e arquitetônico, que em certo modo, nos põe a compreender os motivos de outrora a cidade ser reconhecida como um dos maiores centros urbano, artístico-cultural e comercial da região, atraindo toda gama de pessoas: trabalhadores, negociantes, homens da elite provincial, políticos e intelectuais.

Em pleno século XIX a então cidade de Laranjeiras, opulenta em sua forma e grandiosa em suas conquistas e aspirações, passando por todo este século de modo faustoso, deixou marcas que registram tais momentos por toda cidade e que atualmente nos põe a admirá-la através destes registros que se verificam, principalmente, por suas tradições festivas e religiosas e na arquitetura de seu centro histórico, ou seja, seu patrimônio.

Com o declínio de seu poderio econômico, impulsionado pela queda do comércio de cana de açúcar e alastrado pela mudança da capital da província para Aracaju, Laranjeiras sai de cena como protagonista das ações típicas de grandes centros urbanos e se posiciona através de seu passado, ou seja, a cidade deixa de ser vista pelo seu presente com aspirações no seu futuro e passa a exaltar seu áureo passado. O que buscaremos fazer aqui é um

apanhado geral do que se constitui oficialmente como patrimônio de Laranjeiras, com um único enfoque para os bens materiais, em virtude das características de nossa investigação e do objeto da pesquisa, ao passo que também iremos abordar as ações das políticas de preservação do patrimônio já executadas e as que estão em processo.

Logo após o século XIX, Laranjeiras entra em profundo colapso e, no início do século XX, a cidade se vê num quadro econômico de decadência. Nesta mesma época o Brasil, como vimos, passava por um momento de valorização nacional, o qual se estendeu e se valeu, entre outros aspectos, da arquitetura colonial como forma de tentar definir uma, suposta, “identidade nacional brasileira”, surgindo, com tal propósito, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937.

Laranjeiras, por se tratar de uma cidade que teve seu surgimento no período colonial, se enquadrava na proposta, e já na década seguinte ao surgimento do órgão iniciaram-se os tombamentos individuais na cidade; foram os primeiros “[...]a Capela Jesus Maria José do Engenho do mesmo nome em 23/03/1943. Caso do Engenho Retiro em 14/01/1944. Igreja de Comandaroba em 23/03/1943. Igreja Matriz do Coração de Jesus em 20/03/1943.[...], inscritos nos livros do tombo do então Serviço Histórico e Artístico Nacional - SPHAN” (IPHAN, 1994, p. 194,195), datados do século XVIII, e com inscrição federal de monumentos históricos, por se tratar das edificações mais antigas encontradas na cidade, com características arquitetônicas do período colonial (SILVA; NOGUEIRA, 2007), condição que era verificada para os tombamentos à época.

Porém, os monumentos citados localizam-se fora da área urbana de Laranjeiras; exceção se faz à Igreja Matriz do Coração de Jesus. Com isso, as edificações do núcleo urbano da cidade, datadas do século XIX e XX, permaneceram sem reconhecimento oficial dos órgãos federais de seu valor histórico; apenas em 1971, numa ação por decreto do governo de Sergipe, a cidade foi elevada à categoria de “Cidade Monumento”, acompanhada da mesma ação no âmbito do município, que delimitou pela primeira vez seu perímetro de tombamento. Só então o tombamento de sua área urbana que tanto a diferencia e guarda os traços de seu passado, estava concretizado. A este tombamento seguiram-se outros dois, realizados pelo governo sergipano: a casa onde nasceu João Ribeiro, tombada em 1973 e transformada em Casa de Cultura – João Ribeiro, que “abriga atualmente todo o acervo literário sobre a vida e obra deste ilustre Laranjeirense” (ALVES, 2008), e o último deles, o “templo afro-brasileiro [...],tombado no ano de 1988, pelo centenário da Abolição da escravidão no Brasil” (Ibid.).

Contudo, só em 1996 o governo federal, através de portaria do Ministério da Cultura, reconhece o valor histórico e artístico do conjunto urbano da cidade, atribuindo-lhe o caráter de Centro Histórico e definindo o perímetro de tombamento, tanto da área propriamente integrante de tal conjunto, como da área de seu entorno (ver figura 20), que também recebe os cuidados necessários à sua preservação. (SANTOS, 2009)

Ainda em 1996, Laranjeiras fora incluída como cidade na lista de sítios históricos urbanos nacionais, podendo, portanto, ser denominada de “Cidade Histórica”. Vale ressaltar que todo seu perímetro de tombamento (IPHAN) está inserido dentro da área urbana da cidade e mantém sua morfologia original (ver figura 19).



Figura 19: Vista aérea do núcleo urbano e centro histórico de Laranjeiras/SE.

Foto: autor desconhecido. **Fonte:** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2009).

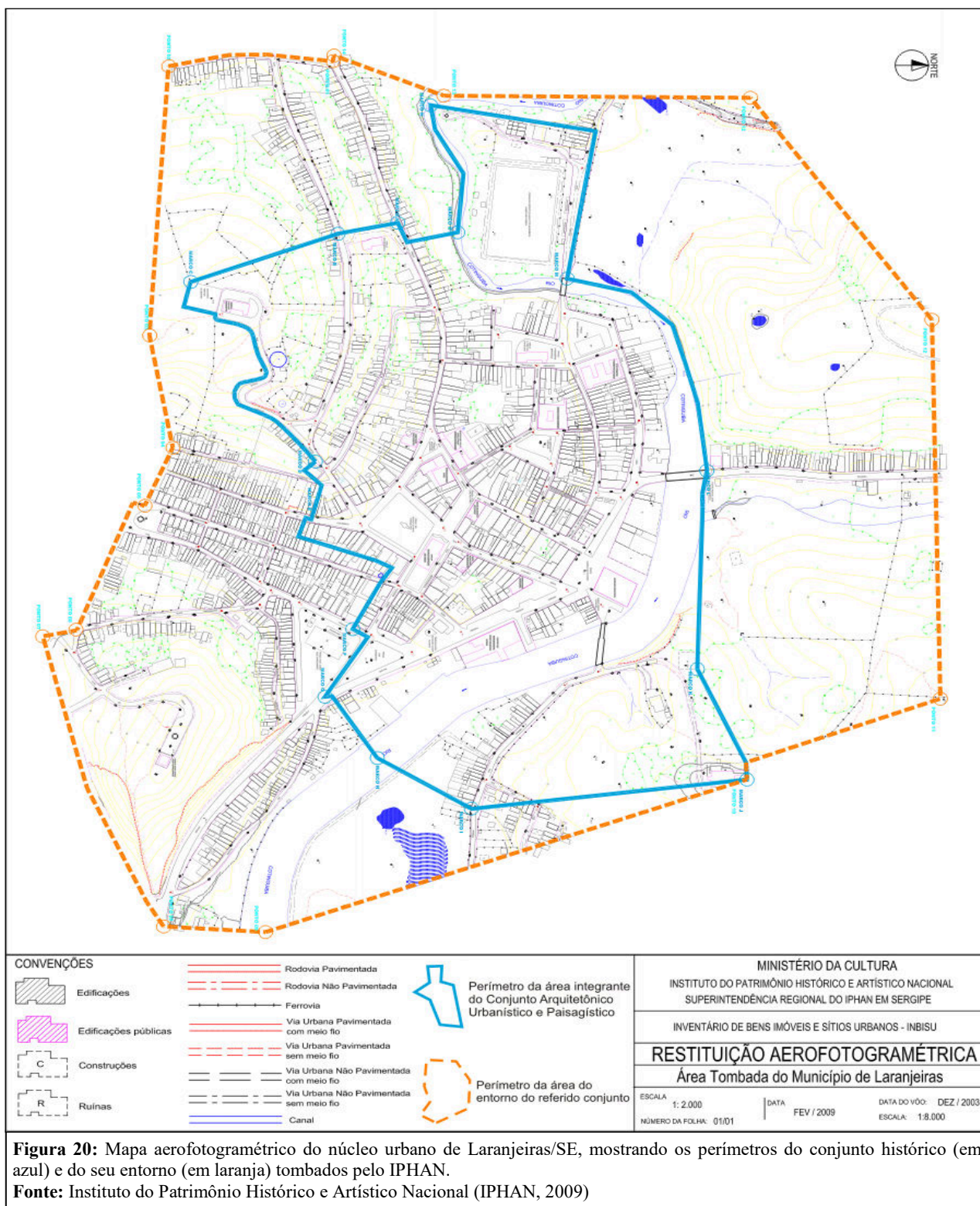


Figura 20: Mapa aerofotogramétrico do núcleo urbano de Laranjeiras/SE, mostrando os perímetros do conjunto histórico (em azul) e do seu entorno (em laranja) tombados pelo IPHAN.

Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2009)

Apesar de Laranjeiras ter todo seu núcleo urbano (mantido em sua forma desde a fundação da povoação) tombado pelos órgãos federal e estadual, não há dentro deste perímetro monumentos históricos oficiais além da igreja matriz que aí se situa e que, como vimos, teve seu tombamento em meados do século XX. Nenhuma outra edificação desta área é reconhecida individualmente e oficialmente como patrimônio arquitetônico colonial brasileiro, porém, para além desta mera classificação política, que atribui ao conjunto arquitetônico valor histórico e nega seu valor individual sociocultural, temos estruturas arquitetônicas que cuja relação com o passado faustoso desta terra e a posição que ocupam de documentar os períodos vividos pela velha cidade não se pode esconder ou ignorar.

As edificações que, por sua materialidade, resgatam tempos passados quando Laranjeiras era cenário de uma privilegiada condição econômica que a pôs como a mais importante cidade da região à época, não apenas simbolizam um período como também auxiliam a denotar as atividades e serviços ofertados, a forma e a medida de como foram sendo ocupados os espaços da cidade em meio ao seu intenso processo de urbanização, que a colocou no século XIX em uma posição de empório cultural e representante de um modo de vida urbano. Assim, os arquitetos Eder Donizeti da Silva e Adriana Dantas Nogueira (2007) afirmam ser possível inscrever como patrimônio cultural de Laranjeiras outras edificações de modo individual, ainda que não possuam sua denominação oficial. Levando-se em consideração, para isso, que, de algum modo, estes remontam a identidade e a memória local, vejamos como os autores argumentam:

Portanto, em função da ação que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, independentes de sua consagração oficial, junto aos monumentos históricos de Laranjeiras também estariam inseridos outros objetos que constantemente fazem recordar a identidade e a memória daquele local, independentemente de fazerem parte do privilegiado grupo estabelecido como indiscutível fonte de patrimonialidade do período colonial brasileiro. (SILVA; NOGUEIRA, 2007, p. 47)

De tal modo, Silva; Nogueira (2007) apontam algumas estruturas arquitetônicas localizadas dentro do sítio histórico de Laranjeiras que, embora não tenham tombamento isolado, retêm tais características de patrimonialidade.

a) Religiosos – a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Pardos (1843/1860); a Igreja Presbiteriana de Sergipe (1884); a igreja do Senhor do Bonfim (séc. XIX); a Capela de Sant’Aninha (1860); a Igreja de São

Benedito e Nossa Senhora do Rosário (séc. XIX); a Igreja de Bom Jesus dos Navegantes (1905);

b) Civis – atual Museu de Arte Sacra de Laranjeiras (séc. XX); Os Trapiches (séc. XIX); a Casa de Cultura João Ribeiro (1860); a Escola Zizinha Guimarães (1904); Conjunto de Sobrados da Rua Getúlio Vargas antiga Rua Direita (séc. XIX); o Teatro Santo Antonio (séc. XIX); o Mercado Municipal (séc. XIX); o Paço Municipal (séc. XIX); a Ponte Nova, também conhecida como Ponte do Matadouro (1842); o Teatro São Pedro (séc. XIX) e o Cine-teatro Íris (séculos XIX/XX) (p. 48).

A estas edificações, que guardam forte característica de monumentalidade histórica no sentido expresso anteriormente, ainda poderiam ser acrescidas a praça da feira (1824), hoje praça Samuel Oliveira, com sua pavimentação permanecendo a de época em pedra calcária, e os prédios que abrigaram o hospital de caridade São João de Deus (1866), também conhecido como Hospital Velho, e sua enfermaria (1867) imediatamente ao seu lado. Há ainda o prédio da delegacia/quartel, que data de 1903, totalizando, assim, 21 edificações (ver anexo 07) de caráter bastante relevante à memória e a identidade da cidade de Laranjeiras, no sentido de Silva e Nogueira (2007), pois foram, em suas medidas, protagonistas dos momentos de luxo que marcaram a trajetória da cidade.

Embora o IPHAN não tenha tombado individualmente nenhuma edificação do centro histórico de Laranjeiras, à exceção se faz, como já vimos, a Igreja Matriz, o órgão reconheceu em 1974, bem antes do tombamento definitivo do sítio urbano da cidade em 1996, que alguns edifícios da área urbana tinham certo valor histórico e considerou-os como “Edifícios de interesse cultural” (ver figura 21). Para tanto, o IPHAN, em parceria


PLANO URBANÍSTICO DE LARANJEIRAS				CONVÊNIO SUDOPÉ · EMSETUR · UFBA			
CADASTRO SUPLEMENTAR DOS EDIFÍCIOS DE INTERESSE CULTURAL							
NOME				INSCRIÇÕES IMOBILIÁRIAS			
FUNÇÃO ATUAL Comercial				setor	quadra	lote	vila
LOGRADOURO Pça. Samuel de Oliveira				N.º 5	1	18	175
				5	191		
QUADRO SINÓPTICO							
período	categoria tipológica	prioridade de intervenção	GP - 1				
Séc. 19/20	A*	Baix					
IMÓVEL							
antigo	x						
modernizado							
novo							
área construída							
total	1398,00 m ²						
							
LIGAÇÃO COM FATOS HISTÓRICOS							
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS ESPECIAIS						DATA NA FACHADA	
MÓVEIS E PERTENCENTES DE INTERESSE CULTURAL							
MATERIAIS							
setor	revest. piso	revest. paredes	forro	material	cercadura	bacias	cunhais
social				pedra			
intimo				massa	x	x	
serviço	pedra	reboco		madeira			
SISTEMA CONSTRUTIVO (a ser preenchido no curso das obras)							
paredes estruturais		estrutura autônoma		estrutura mista			
externas	internas	estrutura	vedação int.	vedação ext.			
PERIGOS IMEDIATOS							
UTILIZAÇÃO POSSÍVEL Mercado, Salão de Exposição, Centro de Produção de Artesana-							
to.							
OBSERVAÇÕES Iniciado em 1874							
executado pelo GRAU - faculdade de arquitetura - departamento III - ufba - 1974							

Figura 21: Formulário de Cadastro suplementar de Edifícios de Interesse Cultural – Prédio do mercado Laranjeiras/SE. **Fonte:** Inventário Nacional de Bens Imóveis de Sítios Urbanos Tombados – 1974. (IPHAN, 2009).

com o Grupo de Restauração e Renovação Arquitetônica e Urbanística – GRAU da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia - FA/UFBA, desenvolveu um instrumento metodológico chamado Inventário Nacional de Bens Imóveis de Sítios Urbanos Tombados – INBI-SU^[26], que tem como uma de suas abordagens a catalogação dos bens materiais imóveis inscritos nos sítios urbanos tombados, verificando a sua relevância histórica por meio de coleta de informações sobre a formação histórica do sítio em questão e realização de entrevistas com moradores e usuários da cidade.

Chegou-se, assim, à conclusão de que a cidade tem um total de 160 estruturas arquitetônicas de cunho patrimonial, de um total de aproximadamente 500 edificações constantes no seu centro histórico, e as 21 apontadas anteriormente também figuram entre estas, que o órgão considera como “Edifícios de interesse cultural”, embora não possuam tombamento individual, corroborando com o valor da paisagem histórica que detém o centro urbano e histórico da cidade.

Muitas destas estruturas de cunho patrimonial já não servem aos mesmos usos de suas origens, logicamente pela alteração da economia de Laranjeiras, causada pela decadência que a cidade sofreu, a qual provocou profundas transformações no modo de vida da cidade, e que, por consequência, desordenou a dinâmica social e seus atores, pois, como vimos muitas pessoas retiraram-se de lá para abrigar-se na nova capital Aracaju, sobretudo, os homens da elite e os intelectuais.

Com isso, alguns serviços tiveram menor procura e oferta e outros mesmo encerraram-se: é provavelmente o caso dos trapiches, que serviam principalmente para armazenamento das grandes remessas de mercadorias que circulavam pelo rio Cotinguiba, importadas ou exportadas, e com a falência da indústria canavieira, este serviço não fora mais necessário.

Talvez não seja por acaso que alguns edifícios se encontram em estado de ruína. Na tentativa de melhor entendimento desta situação, procuramos, sem sucesso, documentos e/ou referências que pudessem nos informar com relativa certidão o período e os motivos que pudessem desencadear os processos de arruinamento de alguns prédios. Contudo, através do depoimento de populares encontramos a provável explicação de que alguns prédios se

[26] O INBI-SU é uma metodologia de inventário de sítios urbanos tombados, desenvolvida pelo IPHAN, que se desenvolve com três abordagens distintas e inter-relacionadas: a pesquisa histórica, coletando informações gerais sobre a formação e o desenvolvimento do sítio; os levantamentos físico-arquitetônicos, registrando as características e condições físicas de cada edificação; e através das entrevistas com os moradores e usuários, abordando dados socioeconômicos e registrando as opiniões sobre a cidade onde vivem. (IPHAN, 2007, p. 04).

arruinaram ou estão em processo, pois as famílias proprietárias saíram da cidade e não mais regressaram para dar manutenção a seus bens.

Para efeito de maior aprofundamento do que é nosso objeto de pesquisa, nos deteremos aqui à verificação do quanto do patrimônio material de Laranjeiras é entendido como estrutura arquitetônica em estado de ruína.

Em 1975, ano da pesquisa que culminou no Plano Urbanístico elaborado pela mesma equipe que executou o INBI-SU um ano antes, pudemos verificar através da análise dos dados resultantes do plano, que de um total “aproximado de 500 estruturas arquitetônicas” situadas no que seria ^[27] a área do centro histórico da cidade, 39 delas apresentavam-se em estado de ruína ou em processo adiantado de arruinamento (AZEVEDO, v. 01, 1975). Os dados da pesquisa do INBI-SU, por sua vez, nos mostram que das 160 edificações definidas como de “Interesse Cultural”, 23 encontravam-se em ruína ou em processo; é importante lembrar que todas estão inseridas no grupo de aproximadamente 500 estruturas que compõem o sítio histórico.

Em 2009, em pesquisa exploratória a campo – o centro histórico de Laranjeiras –, percorremos todo o sítio histórico e, em meio às aproximadamente 500 edificações^[28] que compreendem este perímetro, catalogamos as estruturas arquitetônicas que se apresentavam em estado de ruína. Para tanto, verificamos apenas se as edificações se encontravam em decrepitude, caídas, com partes de suas estruturas ao chão, ou mesmo apenas vestígios de fundações, de paredes ou de qualquer parte edificada, ao passo que também procuramos apreender os usos atuais e os possíveis motivos que a levaram ao estado em que se encontram.

Após algumas idas a campo constatamos que faziam parte da paisagem urbana de Laranjeiras um total de 23 ruínas (ver mapa na figura 22 e anexo 08), com prováveis datas de construção entre o início do século XIX a meados do XX, das quais 15 têm o crivo de “Edifício de Interesse Cultural” pelo IPHAN. Verificamos também os usos originais através de depoimentos de populares e dos dados do INBI-SU e os destacamos a seguir (ver tabela 1). Com relação aos usos atuais, verificamos algum tipo de uso recorrente apenas em 4 ruínas, que, para melhor visualização, apresentamos na tabela 2, que segue.

[27] Refiro-me a situação de que em 1974, ano da pesquisa pela qual extrai os dados, o Centro Histórico de Laranjeiras ainda não tinha sido tombado pelo IPHAN, porém, já havia proteção estadual e municipal em 1971 com perímetro de delimitação coincidindo totalmente com o de tombamento do IPHAN em 1996, (IPHAN, 2005, p. 392)

[28] O número de edificações constantes do centro histórico de Laranjeiras não variou de 1974 para 2009, pois já havia naquele ano os mecanismos de proteção ao patrimônio não sendo possível realizar construções nesse perímetro sem as devidas autorizações extremamente complexas de se conseguir.

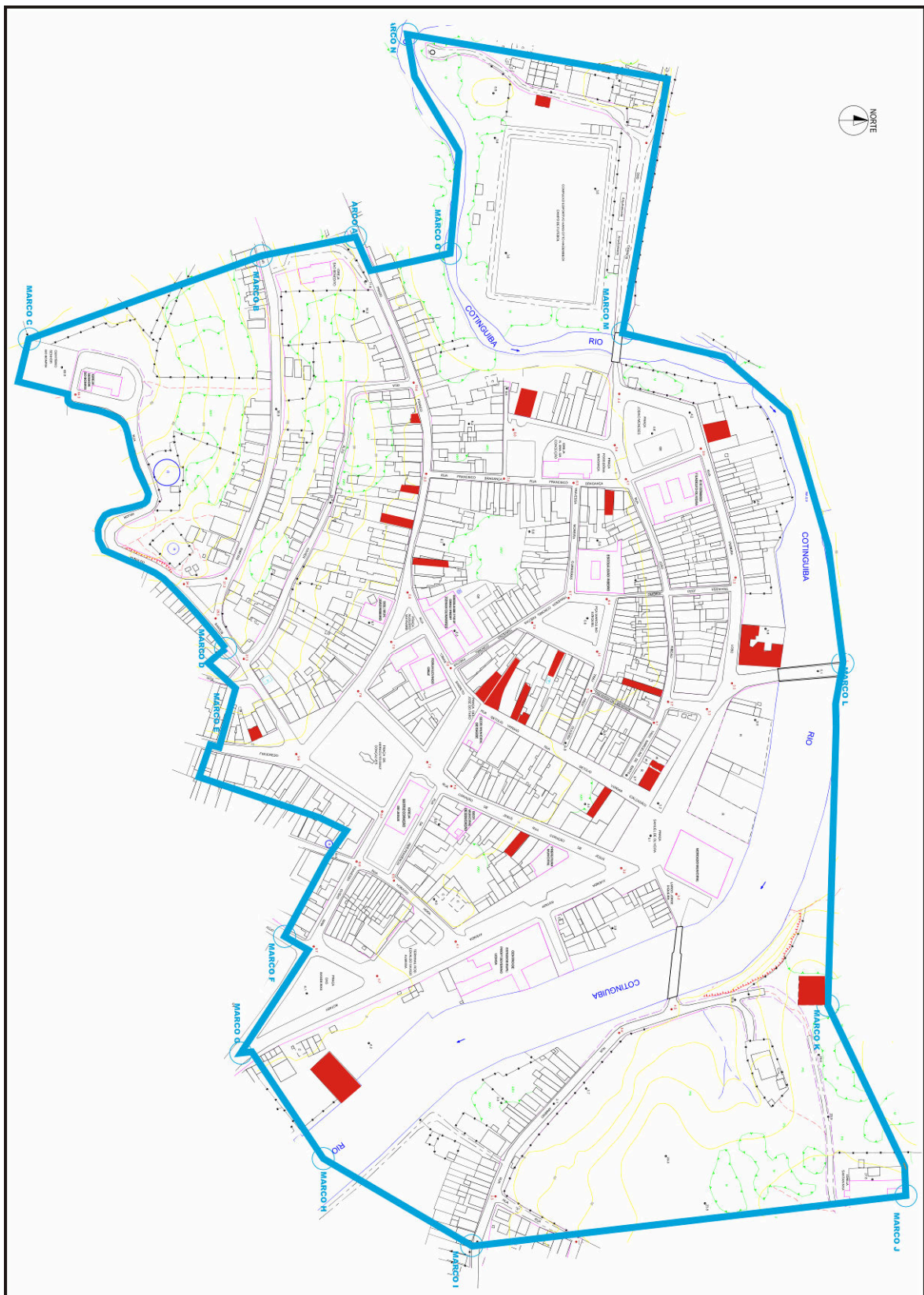


Figura 22: Recorte de mapa aerofotogramétrico do núcleo urbano de Laranjeiras/SE, demonstrando apenas o perímetro do seu centro histórico. Nas marcações em vermelho verifica-se a disposição espacial das 23 edificações em estado de ruína (ver anexo 08) observadas no período de fevereiro a julho de 2009. **Fonte:** (IPHAN, 2009).

TABELA 1
QUANTITATIVO DE EDIFICAÇÕES EM ESTADO DE RUÍNA ENCONTRADAS NO CENTRO HISTÓRICO DE LARANJEIRAS (fevereiro a julho de 2009)

23 ruínas
(ver mapa na figura 22 e anexo 08)

Quantitativo de estruturas em estado de Ruína do total apresentado, catalogadas como “Edifício de interesse cultural” pelo INBISU/IPHAN (1974)		Quantitativo de edificações em estado de Ruína do total apresentado, que não são consideradas como “Edifício de interesse cultural” pelo INBISU/IPHAN (1974)	
15		8	
Uso original apreendido (residência)	Uso original apreendido (equipamento de cultura ou de serviço)	Uso original apreendido (residência)	Uso original apreendido (equipamento de cultura ou de serviço)
11	4	5	3

TABELA 2
USOS ENCONTRADOS ATUALMENTE EM RUÍNAS DO CENTRO HISTÓRICO DE LARANJEIRAS (fevereiro a julho de 2009)

Ruína do sobrado nº 25 calçadão da Rua Getúlio Vargas	Ruína do sobrado nº 27 calçadão da Rua Getúlio Vargas	Ruína do Teatro São Pedro	Ruína do Trapiche* localizado na avenida municipal (imediatamente à entrada do centro histórico)
Andar superior em arruinamento e andar inferior usado em parte para abrigar farmácia (ver figura 23).	Andar superior em arruinamento e andar inferior usado em parte para abrigar academia de ginástica (ver figura 24).	1º uso encontrado – serve para abrigar brincadeiras de crianças (ver figura 25). 2º uso encontrado – as paredes servem como auxílio a trabalhos de carpintaria (ver figura 26).	1º uso encontrado – construções (casas comuns) foram erguidas invadindo seu espaço interno utilizando-se de suas paredes (ver figura 27). 2º uso encontrado – uso das sombras dos escombros de suas paredes para refrescar o trabalho de lavagem de roupas com uso da água do Rio Cotinguiba (ver figura 28).

* única ruína com uso aparente que não está inserida na categoria de “edifício de interesse cultural” - INBISU/IPHAN.



Figura 23: Ruína do sobrado nº 25 no calçadão da Rua Getúlio Vargas. Verificamos que o andar superior está em arruinamento e o andar térreo tem seu uso como farmácia. **Foto:** Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

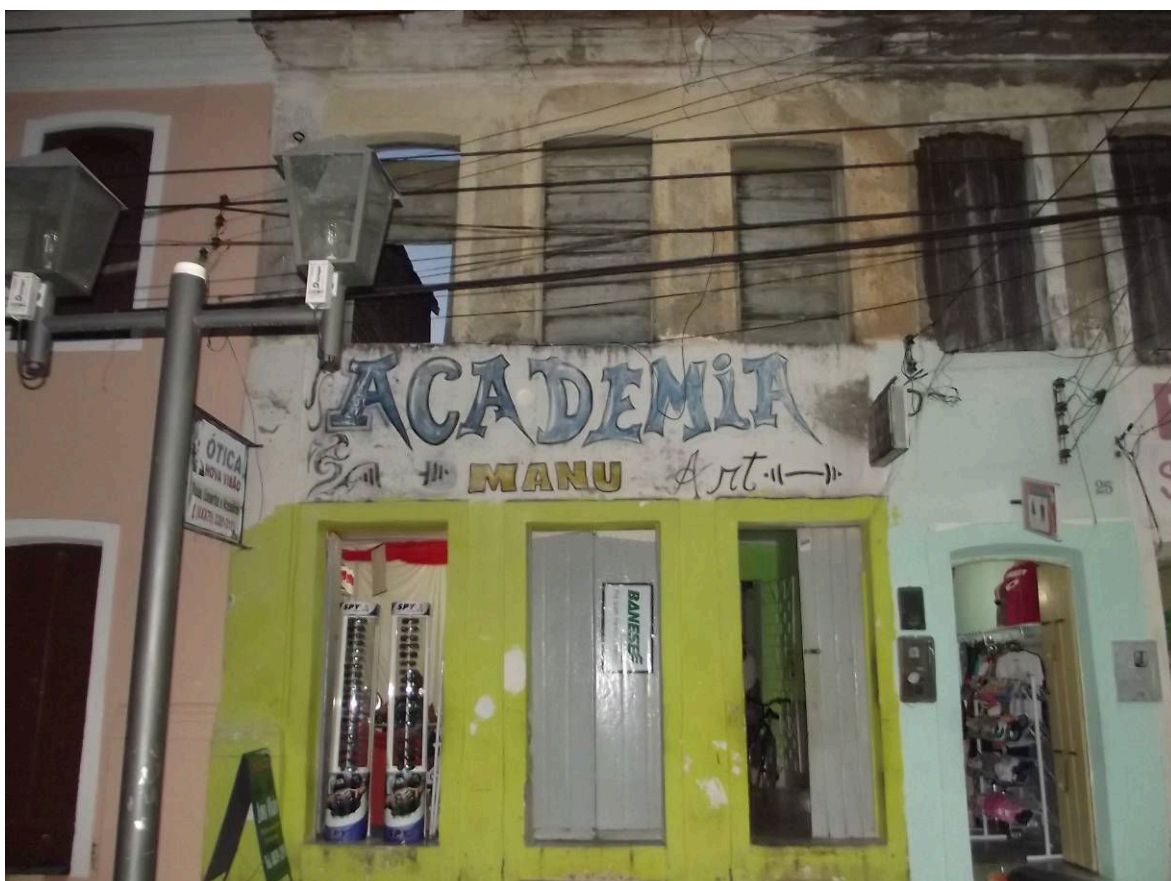


Figura 24: Ruína do sobrado nº 27 no calçadão da Rua Getúlio Vargas. Verificamos que o andar superior está em ruína e há uso do andar térreo por uma academia de ginástica. **Foto:** Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 25: Crianças brincando em frente a Ruína do antigo Teatro São Pedro, valendo-se de sua sombra.
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 26: Homens executando trabalho de carpintaria, valem-se da parede da fachada da Ruína do antigo Teatro São Pedro. **Foto:** Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 27: Parte de Residência comum adentrando por entre a Ruína de um antigo Trapiche na entrada de Laranjeiras. **Foto:** Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 28: Mulher lava roupas com água do Rio Cotinguiba valendo-se das sombras da Ruína de um antigo Trapiche na entrada da cidade de Laranjeiras. **Foto:** Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

De modo breve, porém, a não deixar incompleta a apresentação do patrimônio material de Laranjeiras, percebemos que a cidade tem uma forte “monumentalidade histórica” em sua totalidade, argumentando bem com o pensamento de Françoise Choay (2001), quando afirma que “[...] o domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais; ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana; aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades” (CHOAY, 2001, p. 13), ainda que tenhamos, também, exemplares individuais que bem possam retratar o passado da cidade, atentando para o importante número de ruínas com valor cultural.

De tudo dito até aqui sobre do que se constitui o patrimônio material de Laranjeiras, cabe, ainda, demonstrar, as ações de intervenção urbana que vêm sendo executadas pelas políticas de preservação do patrimônio na cidade estas, segundo Beatriz Góis Dantas (2009), tiveram início na década de 1970 em pleno governo militar, em meio a um forte ideário de identidade nacional, que tinha nas cidades históricas um grande ponto de apoio, em parte, para justificar os grandes recursos retirados dos cofres públicos, como também impulsionar o que se chamava de “milagre econômico”, através do incentivo ao turismo cultural nestas cidades.

Vários municípios foram alvo de sucessivos planos governamentais. No tocante a Laranjeiras, “O primeiro é de 1972. Visava à restauração, preservação e valorização do patrimônio cultural da cidade. Foi elaborado pelo Governo do Estado com participação da Universidade Federal de Sergipe – UFS e da Prefeitura de Laranjeiras [...]”, (DANTAS, 2009, p. 193), contando com a presença para assinatura de convênio do Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, que pronunciou em seu discurso a celebre frase: “Laranjeiras um museu a céu aberto” (Ibid., p. 192).

Porém, os objetivos do plano não foram alcançados: o turismo não deslanchou e algumas poucas edificações tiveram um processo de restauração iniciado. Menor ainda o número das que foram concluídas, em sua maioria igrejas, algumas poucas ruas e praças receberam tratamento de sua pavimentação, a exemplo da praça da feira, que teve suas pedras calcárias alinhadas. Enfim, rapidamente o projeto foi encerrado, e já no ano seguinte a cidade era “incluída no Programa de Integração e Reconstituição das Cidades Históricas do Nordeste (1973), ela se beneficiou dos recursos que foram canalizados para a área de patrimônio arquitetônico, e teve um plano urbanístico elaborado por equipe de especialistas da Universidade Federal da Bahia” (Ibid., p. 192).

Ainda na década de 1970 algumas ações vertentes da política de preservação do patrimônio foram aplicadas em Laranjeiras, como a criação das já citadas fundação da Casa de Cultura João Ribeiro (1973), do Museu Afro-Brasileiro (1976), do Museu de Arte Sacra (1978) e do Centro de Tradições (1979). Após esse período, Laranjeiras se mantém sem receber importantes intervenções oriundas das políticas de patrimônio, e só em meados da década de 1990, numa parceria da prefeitura da cidade com o governo do estado, há uma pequena obra, de intervenção urbanística, no centro histórico de Laranjeiras que, segundo Luis Antonio Barreto (2010), gerou uma grande discussão na cidade: a transformação de parte da Rua Getúlio Vargas em calçadão. O debate travou-se, pois algumas pessoas entendiam que sua pavimentação, feita com pedras de calcário, assentadas no século XIX, deveria ser mantida por conta de sua representação histórica, já outros afirmavam que naquela região, a de maior comércio da cidade, aquele tipo de pavimento dificultava o trânsito de pedestres. Apesar da discussão, a execução do projeto foi concluída e atualmente o calçadão continua a abrigar a maior parte do comércio da cidade.

Porém, os grandes investimentos no patrimônio histórico de Laranjeiras, provenientes das políticas de preservação do patrimônio não foram conhecidos no século XX, o que ficou reservado para o século seguinte, e em junho de 2004 a prefeitura de Laranjeiras assina um novo convênio. Agora os parceiros são o Governo Federal, através do Ministério da Cultura, o Governo Estadual e a Universidade Federal de Sergipe. Neste termo, afirmam todos manter parceria para gerenciar o “Programa Monumenta” em Laranjeiras, sendo necessária para tal a constituição de equipes que se encarregam de promover estudos e gerenciamento do programa.

Para acompanhar e conduzir as ações do Programa são formadas equipes compostas por técnicos do município em conjunto com o IPHAN. As equipes compõem a Unidade Executora de Projeto – UEP que recebe orientações da Unidade Central de Gerenciamento – UCG, com sede no Ministério da Cultura. (SÍTIO ELETRÔNICO DO PROGRAMA MONUMENTA, 2010)

A definição do programa pode ser verificada no documento intitulado “Regulamento Operativo” (MinC, 2006), de autoria do próprio órgão, no qual afirma ser o Monumenta “um programa de recuperação sustentável do patrimônio histórico urbano brasileiro tombado pelo IPHAN e sob tutela federal.” (MinC, 2006, p. 07).

Esse programa traz aos municípios e/ou estados grandes aportes financeiros para execução de intervenções urbanas do patrimônio histórico, pois conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e tem como áreas objetos de atuação “os sítios históricos urbanos nacionais e os conjuntos urbanos de monumentos nacionais tombados pelo IPHAN e situados dentro dos perímetros urbanos dos municípios” (MINC, 2006, p. 11).

Para maior clareza das ações e propósitos do “Monumenta”, procuramos compreender o sentido do termo “Recuperação Sustentável”, empregado na definição oficial do programa, como também, buscando demonstrar, que de certo modo o Programa pouco atenta ou mesmo não busca compreender as relações mantidas entre a população e as ruínas das cidades objetos de suas intervenções. Sobre o termo mencionado encontramos explicação na assertiva das arquitetas Luciana Machado Ribeiro e Rocha e Cynara Ramos Silva (2009), respectivamente, coordenadora de patrimônio e coordenadora de obras da UEP/Laranjeiras – Programa Monumenta, que assim o definem:

Por recuperação sustentável entende-se a execução de obras de conservação e restauro e de medidas econômicas, institucionais e educativas, para ampliar o retono econômico e social dos investimentos do Programa, aplicando-os em sua conservação permanente. (ROCHA; SILVA, 2009, p. 150)

As intervenções urbanas do programa Monumenta, levando em consideração a premissa ora apresentada, a definição do programa e mesmo de acordo com as atuais políticas de preservação do patrimônio no Brasil, não tendem a apreender a relação ora constituída pelos moradores da cidade com as arquiteturas objeto de suas ações, nem mesmo de avaliar os desejos e aspirações do grupo social sobre as edificações que os envolvem no seu cotidiano, ainda que estas estejam em estado de ruína.

Dissemos isso porque é amplamente verificado que as intervenções do patrimônio recaem com bastante frequência sobre estruturas arquitetônicas em ruína e, portanto, os processos de restauro que para elas se inclinam, tomando tais pressupostos, não tendem a vir acompanhados de estudos que contemplem as dinâmicas sociais apresentadas. Em Laranjeiras esse quadro não fora diferente: a imensa maioria do patrimônio material, objetos de intervenção do programa na cidade encontram-se nesta condição. Faremos agora uma breve retrospectiva de tais intervenções.

Logo quando do início das atividades do Programa Monumenta em Laranjeiras, foi estudado e elaborado um projeto de nome “Revitalização do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Laranjeiras” - Convênio nº: 41/2004, que, segundo Rocha e Silva (2009), tratou de concentrar os recursos do programa no conjunto arquitetônico do entorno da praça Samuel de Oliveira, antiga praça do mercado ou da feira, “devido ao avançado estado de arruinamento de alguns destes edifícios, gerando um aspecto de abandono da cidade [...]” (ROCHA; SILVA, 2009, p. 151) além de:

- 1) Ser esse conjunto um dos principais destaques da cidade e estar situado na chegada da cidade;
- 2) Encontrar-se em maior estado de degradação de toda área do projeto;
- 3) Ser o único espaço possível para implantação do curso universitário previsto como principal estratégia para revitalizar a cidade;
- 4) Os recursos destinados à cidade não seriam suficientes para todas as ações propostas na oficina de planejamento;
- 5) As demais áreas e edificações apontadas na oficina de planejamento se encontrarem em razoável estado de conservação. (Ibid., p. 151.)

O projeto então contou com o planejamento de restauração total ou parcial de 10 edificações, todas em estado de ruína ou em processo de arruinamento, no centro histórico da cidade, além da reforma do telhado e do forro da Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus (IPHAN, 2009). As estruturas objetos das intervenções urbanas são as seguintes:

- o **Casarão de Oitão da Praça da República, (antigo Teatro Santo Antônio)** (ver figura 29) que já abriga a Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe/Laranjeiras - BICAL;
- o **Casarão dos Rollemberg e o sobrado ao lado** (ver figura 30), onde funcionarão o restaurante universitário e a área administrativa da Universidade;
- o **Trapiche da Carpintaria da Prefeitura**, que abrigará um centro de compras e lazer (IPHAN, 2009).



Figura 29: Casarão de Oitão da Praça da República, (antigo Teatro Santo Antônio), completamente reformado. **Foto:** Autor desconhecido. **Fonte:** www.skyscrapercity.com



Figura 30: Ruínas do “Casarão dos Rollemberg” e do sobrado que fica ao seu lado. **Foto:** Autor desconhecido. **Fonte:** www.skyscrapercity.com

Além dessas estruturas, há o conjunto de edificações contíguas, conhecido como “Quarteirão dos Trapiches” (ver figuras 31 e 32), que após o termino das obras de restauro e reforma, passou a acomodar o “Campus de Laranjeiras” da Universidade Federal de Sergipe. Esse conjunto é composto das seguintes estruturas:

- trapiche Santo Antônio;
- Sobrado à Rua Samuel de Oliveira, 117;
- Edifício da Exatoria;
- Casarão à Rua Samuel de Oliveira, 159;
- Ruínas situadas ao lado do Casarão à Rua Samuel de Oliveira, 159; e
- Ruína em frente ao Mercado.



Figura 31: Conjunto arquitetônico do “Quarteirão dos Trapiches” em ruínas antes das intervenções do “Programa Monumenta”.

Foto: Rodrigo Baeta. **Fonte:** Rodrigo Baeta; Klaus Brendle.



Figura 32: Visão panorâmica do conjunto arquitetônico do “Quarteirão dos Trapiches” completamente restaurado.

Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

As obras iniciaram em 2005. Em 2008, somente a reforma do telhado e do forro da Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus, bem como, a restauração do Casarão de Oitão da Praça da República - antigo Teatro Santo Antônio estavam concluídas, este último abrigando à Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe/Laranjeiras – BICAL (IPHAN, 2009).

Ao final do ano de 2009, concluir-se-iam também as restaurações nas edificações que compreendem o “Quarteirão dos Trapiches” e o campus da UFS pôde nele ser instalado. Sobre essa obra de restauração, cabe um breve comentário a respeito de um aspecto peculiar: o fato do projeto e execução do restauro manterem como “ruína” algumas de suas estruturas internas, notadamente, os pilares e as paredes em pedra do trapiche Santo Antônio (ver figuras 33 e 34), ainda que seu sentido fosse disperso do qual buscamos apontar em nosso trabalho, como se infere do que Rocha; Silva (2009) assinalaram: “[...] nas alvenarias em pedra, em

bom estado de conservação, optou-se pelo não emassamento, como demonstração da técnica construtiva empregada.” (p. 176)

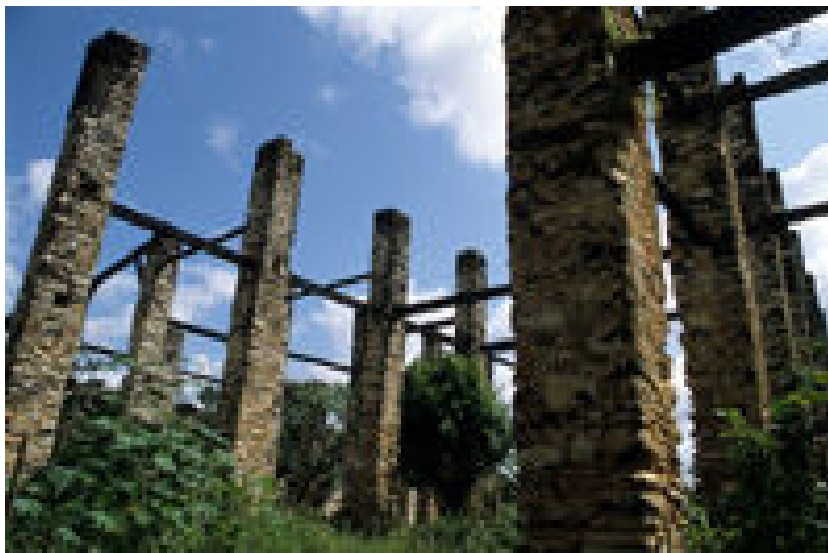


Figura 33: Pilares de pedra das Ruínas do Trapiche Santo Antonio, antes da restauração.

Foto: Anderson Schneider. **Fonte:** www.monumenta.gov.br/site/?page_id=195



Figura 34: Pilares do Trapiche Santo Antonio, após a restauração do local.

Foto: Márcia Jamille N. Costa. **Fonte:** arqueologiaegipcia.com.br/2011/05/22

Cabe resaltar que ao tempo que nos deslocamos às investigações de campo para a pesquisa, algumas destas edificações já se encontravam em avançado processo de restauração, umas já concluídas e outras mesmo em término das obras. Portanto, as edificações que já

estavam em processo de restauro não foram incluídas no quantitativo de ruínas do centro histórico da cidade; já o Casarão dos Rollemberg e o sobrado que fica ao seu lado, além, do Trapiche da Carpintaria da Prefeitura, foram contabilizadas como ruínas.

Nos anos que se seguiram a 2009, iniciaram-se as restaurações destes três prédios citados e como continuação às ações de intervenção urbana do patrimônio do Programa Monumenta, foram iniciadas, várias obras de “Requalificação urbana de espaços públicos”^[29] (ver figuras 35, 36, 37 e anexo 09):

Requalificação dos espaços públicos – Praças.

Praça Coronel José de Faro;
Praça Risolina Policiano (ao lado do Trapiche Santo Antônio); e,
Praça da República.

Requalificação dos espaços públicos – Logradouros.

Rua Sagrado Coração de Jesus;
Av. Municipal;
Calçada Getúlio Vargas; e,
Praça Samuel de Oliveira (mercado).^[30]

[29] O termo requalificação urbana tem seu emprego frequentemente em áreas urbanas de sítios históricos, que recebem investimentos de políticas patrimonialistas e, segundo Paulo Peixoto (2009) “corresponde a uma prática de planificação ou de protecção urbanística de equipamentos e de infra-estruturas expostos à degradação e à obsolescência funcional (CriDaup, s. d.; Grieve, s. d.). [...] a requalificação refere-se a operações dirigidas a espaços não residenciais, sendo que as mesmas apostam em fomentar nesses espaços novas actividades mais adaptadas aos contextos urbanos contemporâneos (Sirchal, 1995). [...] a requalificação urbana dirige-se ao entorno das edificações e ao espaço público [...]” (PEIXOTO, 2009, p. 46), quando esta ação é executada geralmente é como parte de um conjunto maior de ações de intervenções urbanas. A questão implícita nestas práticas que gera grande discussão, sobretudo, no campo da sociologia, recai sobre “a importância que tem vindo a ser conferida aos centros históricos, assim como às zonas urbanas a refuncionalizar e a requalificar, no âmbito das políticas urbanas, não deixa de se fazer acompanhar por imagens idealizadas do passado, numa paixão desmedida, cujos interesses dispares nem sempre são facilmente descortináveis. [...] o anseio em dispor de um espaço liso [...] revela, por vezes, uma enorme confiança num futuro tantas vezes prometido pelas políticas de requalificação e tão frequentemente difícil de confirmar na realidade.” (PEIXOTO, 2009, p. 49). Apesar de não ser este o foco da investigação em curso, precisamos apontar a possível iminência de acontecer em Laranjeiras o que se verificou, por pesquisas com fins específicos, em outras áreas com as mesmas características de intervenções vistas, a bem da verdade, parece-nos ser cedo para tecer comentários, haja vista que as obras em alguns casos ainda nem iniciaram e as que concluíram têm alguns poucos anos, ou não. Entendemos que esta pesquisa tem este papel de revelar a “cidade vivida” a fim de evitar ou minimizar o hiato que se possa ter fruto de uma “cidade projetada” e que ao final revele “que esses espaços requalificados tardam, afinal, a tornar-se naquilo que ‘seguramente’ seriam.” (PEIXOTO, 2009, p. 50).

[30] **Fonte:** matéria exibida no sítio eletrônico da Prefeitura de Laranjeiras em 07/08/2010, acessado em 20/04/2011 <<http://www.laranjeiras.se.gov.br/ler.asp?id=116>>



Figura 35: Placa indicando obra de requalificação do espaço público da “Praça Samuel de Oliveira”. **Foto:** Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 36: Placa indicando obra de requalificação do espaço público do “Calçadão Getúlio Vargas”. **Foto:** Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 37: Placa indicando obra de requalificação do espaço público “Praça Coronel José de Faro”. **Foto:** Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

Também em 2010 foi iniciada a obra de restauro da ruína de um provável trapiche do início do século XX (ver figuras 38 e 39), situado à avenida municipal, na entrada da cidade, cujo último uso conhecido do prédio fora uma panificação.^[31] Esta obra foi concluída rapidamente, em início de 2011, e abriga o “Bureaux de Informações Turísticas e a Secretaria de Cultura e Turismo”. No entanto, foi incluída como ruína em nossa pesquisa pelos mesmos motivos já explicitados anteriormente, tal estrutura faz parte dos edifícios considerados de interesse cultural, IPHAN/INBI-SU (1974).

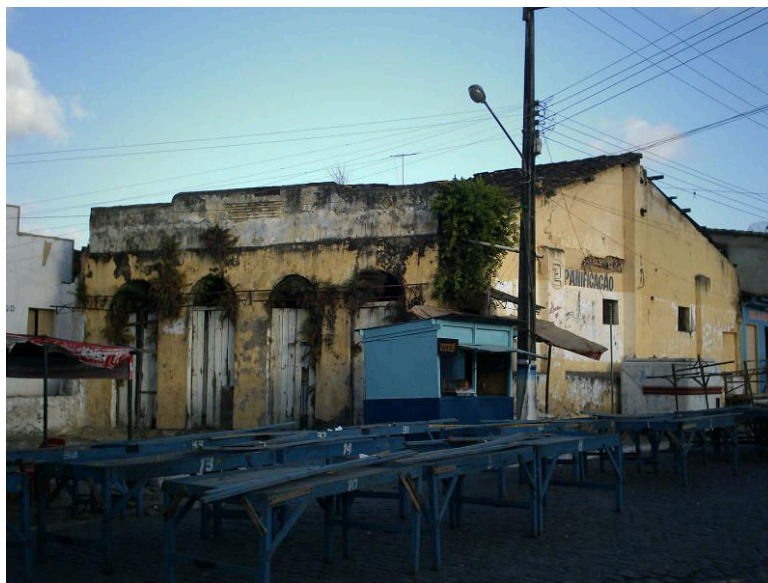


Figura 38: Ruínas de um provável trapiche do início do século XX, cujo último uso conhecido fora uma panificação.

Foto: Autor desconhecido. **Fonte:** www.skyscrapercity.com



Figura 39: Edificação da figura 38 após intervenção de restauro, que abriga o “Bureaux de Informações Turísticas e a Secretaria de Cultura e Turismo”.

Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

[31] **Fonte:** matéria exibida no sítio eletrônico da Prefeitura de Laranjeiras em 07/08/2010, acessado em 20/04/2011 <<http://www.laranjeiras.se.gov.br/ler.asp?id=116>>

Paro por fim a este capítulo e fazendo um apanhado geral das intervenções de restauro do Programa Monumenta em Laranjeiras, salientamos que todas edificações, objeto de intervenção em Laranjeiras, encontravam-se em ruína ou em avançado estado de arruinamento. À exceção do prédio do Trapiche da Carpintaria, todas foram consideradas de interesse cultural pelo IPHAN/INBI-SU (1974).

Acreditamos que resumidamente cumprimos a proposta de apresentar o patrimônio histórico material de Laranjeiras, como também as políticas de intervenção urbana que nele são executadas. E, ao final deste capítulo, entendemos ser possível afirmar que a Laranjeiras do pequeno porto, fincado à beira do rio Cotinguiba no século XVI, a mesma que se transformou em empório comercial no século XVIII e XIX, percussora em Sergipe das dinâmicas de uma sociedade urbana, cogitada a ser capital da província, aquela que mesmo em sua falência já no século XX revelava uma riqueza despercebida, edificada ao longo de seus mais de quatro séculos, sobretudo no seu período faustoso, esta cidade retém em seu passado algumas das ações que, em certa medida, marcaram e definiram a cultura do povo de Sergipe e, ousamos em dizer, do nordeste Brasileiro, pois, muito do que ali acontecia, dos homens que ali estiveram e dos que ali nasceram, repercutiu na consolidação da independência do estado e interferiu de várias formas em outras cidades e estados da região.

Porém, na equação tempo-espço, a forma humana não resiste por longos anos. No entanto, as arquiteturas tendem a permanecer por mais tempo no espaço, tendo além de sua utilidade tradicional ao menos mais uma, revestida de ares de nobreza, a de rememorar o passado. Em Laranjeiras permanecem ainda seu conjunto arquitetônico e seus equipamentos urbanos, alguns apresentando o “peso” do tempo em suas fundações. Talvez por serem mais antigos ou porque deles foi mais exigido na rotina diária da cidade, as edificações em ruínas são a prova que na equação tempo-espço sua resistência através do tempo é longínqua, pois persistem a nos permitir contemplar o passado diante do presente.

Aqueles que convivem e experienciam cotidianamente o mesmo espaço dessas estruturas em ruína, possivelmente, as percebem e se relacionam de um modo único que apenas os arraigados naquele grupo social podem assim compreendê-las, pois, as interagem num contato estreito e longo, tornando razoável um “sentido de pertencimento” (LEITE, 2007) e uma noção de “segurança ontológica^[32]” (GIDDENS, 1991) que por e para elas

[32] Para Giddens (1991), o meio social se traduz em práticas com extensão espacial e de duração temporal, que são constituídas a partir de relações de confiança, estreiteza e familiaridade, quais funcionam como base da “Segurança Ontológica”, que “se refere à crença que a maioria das pessoas têm na continuidade de sua auto-identidade e na constância dos ambientes de ação social e material circundantes” (Ibid., p. 95).

insurja, além de, notadamente, poderem reconstituir e afirmar na “memória coletiva” do grupo o passado faustoso da Laranjeiras do século XIX, auxiliando a evocação de tais lembranças, especialmente, na memória individual, dos que àquele grupo pertençam. De tal modo, que no capítulo próximo e final iremos caminhar de modo a “vagar” pelas ruas, ruínas e lembranças da cidade de Laranjeiras.

CAPÍTULO III

LARANJEIRAS “VELHA”: MEMÓRIAS DA CIDADE E(M) RUÍNAS.

O Capítulo anterior nos possibilitou apreender o decurso da trajetória de Laranjeiras, desde seu surgimento e formação no século XVII, passando por seu apogeu no início do século XIX e chegando a seu declínio no século XX. Nesse capítulo foram apresentados, também, os motivos que a puseram como o maior centro comercial da região e um dos primeiros núcleos urbano da Província de Sergipe Del Rey no século XIX, com atuação política e desempenho econômico de relevante contribuição para a consolidação de Sergipe como estado, e, no desenvolvimento econômico da região e do império Brasileiro. Além de procurar dar-nos entendimento de como a sociedade daquela época interagia com os elementos de arquitetura do seu espaço urbano.

O momento de notável desenvolvimento por qual passou Laranjeiras no século XIX, influndo no processo de formação e constituição do Brasil como nação, foi, prioritariamente, o que a possibilitou tornar-se “Sítio Histórico Urbano Nacional”, quase um século após sua decadência econômica. Como vimos no capítulo anterior, a partir do final do século XX, as Instituições responsáveis em âmbito Municipal, Estadual e Federal começavam suas atuações para a salvaguarda do patrimônio histórico e cultural de Laranjeiras, fundamentalmente, abordando o seu “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico”, compreendendo todo seu núcleo urbano. Assim, Laranjeiras passava a ser denominada oficialmente, “Cidade Histórica”, sobretudo, por manter sua morfologia urbana originária do século XIX e por manter, em certo modo, como já tratamos, suas estruturas arquitetônicas e edificações, de época.

De tal maneira, cientes que cidades – sítios históricos – são frequentemente alvo de políticas de intervenção urbana, com impactos sociais frequentemente negativos, já visto na Introdução deste trabalho. Nossa investigação e verificação empírica estabeleceram-se à análise do modo como se relaciona o patrimônio da cidade de Laranjeiras, especificamente as ruínas de seu centro histórico, com a “memória coletiva” do grupo social que habita aquele espaço (HALBWACHS, 2006), posto, que tais políticas e suas ações iniciaram-se e acentuam-

se na cidade, sobretudo, em processos de restauro nas ruínas de antigas edificações do século XIX.

De tal modo, observando a proposta deste capítulo, para contribuição à explicação da problemática de pesquisa, entendemos ser pertinente a apreensão da “paisagem urbana” atual (ZUKIN, 2000), desta cidade de passado colonial, cujas rotinas, de certo modo, estão referidas à uma tradição cultural que transcende aqueles que hoje ali habitam, descrevendo a cidade através de observação direta à seus elementos físicos: suas ruas de pedra, suas antigas pontes, seus passeios (calçadas), suas casas vernaculares, seus casarões e sobrados e, especialmente, suas edificações em ruínas; como também, às interações sociais que o grupo que compõe aquele espaço, mantém com tais elementos.

Para a empreitada da observação a que nos propomos, tratamos de, em breves incursões à campo, caminhar pelas ruas da cidade misturando-nos entre seus habitantes (BENJAMIM, 2000), de modo a “situar meu próprio ser em relação ao ser do outro na cidade” (ECKERT; ROCHA, 2003), procurando “sentir”, “vivenciar” e “experienciar”, hodiernamente, sobretudo, por sua materialidade arquitetônica, uma Laranjeiras resultado da interseção do século XIX com o século XXI.

Para tanto, adotamos como aporte metodológico um comportamento observado na personagem literária do *Flâneur*, que Benjamim (2000) extraiu das poesias de Charles Baudelaire, qual, criticamente descreve a Paris do século XIX, pós “Reforma de Haussmann”^[33]. Tal conduta traduziu-se em: “vagar” por entre as ruas da cidade, buscando, em certo modo, apreender os sentidos que estavam sendo imprimidos em Paris, naquele instante, decorrentes de um processo de radical ruptura social advindos da modernidade capitalista, que “deslocou” fortemente o tempo (momento) num espaço que pouco se alterou (BENJAMIN, 2000).

[...] o *flâneur* é acima de tudo alguém que não se sente seguro em sua ‘nova’ sociedade. Por isso busca a multidão [...] (Ibid., p. 45)

A cidade se torna moradia para o *flâneur*, que, entre as fachadas dos prédios, senta-se em casa tanto quanto o burguês entre suas quatro paredes. Para ele, os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede tão bom ou melhor que a pintura a óleo no salão do burguês; muros são a

[33] [...] sob o comando de Georges Eugène Haussmann, então prefeito da cidade e de sua circunvizinhança (1853 - 1870), realiza-se um grande programa de transformação no espaço urbano de Paris, [...] uma ação no sentido de dotar a capital francesa de melhores condições de circulação, algo tão essencial para as novas figurações de uma cidade industrial [...]. (LIMA, 2008, p.36)

escrivaninha onde apoia o bloco de apontamentos; bancas de jornais são suas bibliotecas, e os terraços dos cafés, as sacadas de onde, após o trabalho, observa o ambiente. Que a vida, em toda a sua diversidade, em toda a sua inesgotável riqueza de variações, só se desenvolva entre os paralelepípedos cinzentos e ante o cinzento pano de fundo do despotismo [...] (Ibid., 2000, p. 35).

Assim, atentando às ponderações necessárias, pertinentes a distinção do “espírito de modernidade” (SIMMEL, 1997) das duas cidades, e não tendo a intenção de tecer críticas a tal modernidade ali observada, nos lançamos a “vagar” pelo centro histórico da velha Laranjeiras. Apenas com o intuito de como um *Flâneur*, percorremos a cidade misturando-nos a população; consumindo seus espaços, caminhando e observando à cidade e às interações sociais ali desenvolvidas, de modo despretensioso, porém, certo naquilo que queríamos apreender, descrevendo tudo o possível à nossa volta, de certo, tudo aquilo que fomos atraídos a observar, numa atitude típica do *Flâneur*, que experiência intensamente a cidade para revelar seus sentidos, como assinala Eckert; Rocha (2003):

[...] a cidade do andarilho [*Flâneur*] tem uma história, nem a melhor nem a pior do mundo, simplesmente histórias que configuram referências práticas e simbólicas em que se reconhece ou se constrange nas ruas que perambula, lugares que conhece ou desconhece, espaços que gosta ou desgosta, contextos que lhe atraem ou passam despercebidos. Objetos, eventos não verbais ou verbais, ruídos ou matérias atiram-lhe a atenção sensorial que delinea seu trajeto, seus atos. A cidade acolhe seus passos, e ela passa a existir na existência deste que vive, na instância de seu itinerário, um traçado que encobre um sentido, algo que será desvendado ao seu final. Espaços, cheiros, barulhos, pessoas, objetos e naturezas que o caminhante experiência em sua itinerância, não sem figuras pré-concebidas. Sua caminhada é de natureza egocêntrica, funcional, mas também poética, fabulatória e afetiva, e por que não dizer, uma caminhada cosmológica [...]. (ECKERT; ROCHA, 2003, p. 01)

Assim, pudemos decodificar o sentido que atualmente tem o conjunto arquitetônico e urbanístico de Laranjeiras, na “vida cotidiana” (PAIS, 2003) dos habitantes do centro histórico. Porém, na busca de elucidar nosso problema de pesquisa, não nos era suficiente, apenas, enunciarmos tal sentido. Isto nos deu a compreensão de que o espaço mencionado, mantido em sua forma original, contendo antigas edificações, bem como, ruínas, tem forte relação com a vida cotidiana do grupo, como demonstraremos no próximo tópico.

Nesse sentido, Halbwachs (2006) afirma que a memória coletiva só pode acontecer num contexto espacial relativamente durável e de sentido ao grupo, assim, é prudente pensarmos que o grupo constituído no centro histórico da cidade, retém uma memória coletiva que se referencia a tal espaço para evocar suas lembranças (Ibid., p. 170).

Portanto, para apreendermos em que medida as ruínas inscritas nesse espaço relacionam-se com a “memória coletiva”, fez-se necessário uma investigação que nos revelasse a memória compartilhada desse grupo. Para tanto, valemo-nos do pensamento, que em capítulo anterior abordamos, sobre “quadros sociais da memória” de Maurice Halbwachs (2006), em que o autor sustenta que as memórias individuais são, de certo modo, construções do grupo social ao qual o indivíduo está ligado. De tal maneira, o grupo determina a memória do indivíduo, assim, as lembranças evocadas individualmente, são invariavelmente as que são compartilhadas em grupo, pois, “a memória coletiva contém as memórias individuais”. (HALBWACHS, 2006, p. 71)

Sendo assim, de certo modo, as lembranças evocadas por indivíduos constituintes de um mesmo grupo tendem a refletir a “memória coletiva” desse grupo. Pensando de tal modo, tornou-se necessário à pesquisa analisarmos as lembranças narradas sobre a cidade, pelos indivíduos que compõem o grupo social do centro histórico de Laranjeiras, para só então, ser possível apontar o modo como tal grupo compartilha na memória as ruínas inscritas naquele espaço.

Nesse momento, paralelo a observação descritiva, inclinamo-nos à tomada de depoimentos de moradores idosos do centro de Laranjeiras, narrando lembranças sobre o passado da cidade, assim, buscamos tecer gradualmente a percepção da “memória coletiva” através das narrativas de memória oral. A utilização da narrativa de memória oral, como método de percepção da memória partilhada entre os habitantes do centro de Laranjeiras pautou-se numa compreensão de Benjamin (1985), sobre o narrador, da qual, o autor assevera que nas histórias que conta, este, recorre ao acervo de experiências de vida, tanto as suas como as experiências relatadas por outros.

No que tange a opção de tomarmos as narrativas de memória de indivíduos idosos do grupo, pautamo-nos no entendimento de Ecléa Bosi (1995) qual admite que pessoas de mais idade, servem à memória de seus grupos sociais e sua função social é lembrar; assim, tais lembranças acabam que por expressar, com maior eficácia, a memória de determinada coletividade, pois, ainda segundo a autora, as lembranças de uma pessoa idosa, retém um

contexto social bem definido, diferentemente das de um homem adulto que tem suas atenções mais voltadas para o presente, já que está em plena atividade na sociedade.

Os idosos “já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e definidas; eles já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis” (Ibid., p.60). Dedicamos o segundo tópico deste capítulo à análise das narrativas de memória que tomamos durante a pesquisa, além de avançarmos um pouco mais na discussão sobre narrativas de memória. Feitas as considerações a respeito do desenvolvimento dessa etapa da investigação, a partir deste ponto, nos deteremos a apresentar as análises provenientes da pesquisa de campo.

3.1 “Flanando” no Espaço do Passado.

Atualmente Laranjeiras é considerada uma “cidade-dormitório” e de pouca importância econômica para o Estado de Sergipe. A cidade não compõe oficialmente o conjunto de municípios que integram a Região Metropolitana de Aracaju, apesar de estar há aproximadamente 20 quilômetros da capital, distância menor do que a de algumas cidades que fazem parte desse grupo. Sua localização está compreendida numa região entre morros e colinas, e o Rio Cotinguiba serpenteia por entre tais elevações banhando o núcleo urbano da cidade.

Para as nossas pesquisas de campo no centro histórico de Laranjeiras, realizadas entre os anos de 2009 e 2010, sempre partimos da capital Aracaju em direção à histórica cidade, tomando como único caminho a rodovia BR-101 que nos dá acesso à rodovia estadual SE-049, qual adentra a cidade, contornando seu centro histórico.

À margem da rodovia estadual, há alguns poucos quilômetros antes da entrada para o centro histórico, já podemos avistar, num pequeno povoado, algumas moradias surgindo em meio à natureza, em sua maioria são casas simples feitas de “taipa”. Mais adiante, o número de residências desse tipo aumenta à medida que nos aproximamos do núcleo urbano de Laranjeiras. As singelas moradias e a vegetação nativa parecem não querer revelar a “história” que encobrem por detrás de suas paredes e de seus arbustos. Os que por ali

trafegam sem saber da cidade histórica que ali se “esconde” provavelmente não a perceberiam.

Este nos parece ser um típico cenário que, tomando os entendimentos expressos nas Cartas Patrimoniais, necessitaria submeter-se a algum tipo de intervenção urbana, de modo a torná-lo mais atrativo para o caminho da visita turística no centro histórico de Laranjeiras, atendendo, de certo modo, aos desejos dos que ali possam visitar; de ter uma suposta “higiene”, belas formas e beleza plástica. Porém, tal forma, que pouco aguçaria o turista a visitá-la, pode, ao contrário, representar a fonte mais vigorosa de sua existência, tal como é.

De todo modo, é certo, que os moradores não precisam desse atrativo, pois, neles, a relação com a história da cidade não é apenas de um contato fortuito, não a visitam ou a recrutam quando lhes convém, estabelecem com a cidade uma relação de troca, onde dela recebem os estímulos de sentido do modo de vida do grupo, sobretudo, por seus elementos físicos, e por sua vez, devolvem à cidade novos sentidos que lhe é atribuído e então a cidade se transforma, (HALBWACHS, 2006, p. 160-1) num grato balanço de atribuições de sentidos.

Assim, em observação a esses sentidos, deixamos que sua arquitetura, suas ruas, suas ruínas e seus habitantes expressassem-se e assim pudessem dar-nos a apreensão de alguns dos sentidos da cidade. Para tanto “flanamos” por Laranjeiras, adotando a conduta do “vagante” de Walter Benjamin, entendendo que “da sua anônima e diletante versatilidade, o *Flâneur* retira uma capacidade muito particular para ‘ver’ a modernidade e devolver dela e das suas múltiplas representações e redes de significação, uma imagem fiel [...]” (FORTUNA, 1997, p.14).

E para atingir esse modo de “ver”, do *Flâneur*, de que fala Fortuna (1997), o observador precisa “tornar-se ‘um’ com os ritmos urbanos e perder-se no meio da multidão, se deixar possuir por alguma esquina, fundir-se nos encontros fortuitos, mas, também localizar-se nas conversas rápidas dos habitantes locais, registrar piscadelas descompromissadas dos passantes, [...] o pesquisador precisa aprender a pertencer a este território como se ele fosse sua morada [...]” (ECKERT; ROCHA, 2003, p. 02), assim então, nos lançamos à observação, e na medida em que entendemos necessária uma pausa analítica, a fizemos.

Retomando a descrição, ainda na rodovia que trafegamos para dar acesso a entrada do centro histórico, na qual observamos algumas modestas moradias, pudemos avistar, agora, já na entrada do centro urbano da cidade, uma igreja (ver figura 40) localizada no alto de uma colina, que por sua imponência, disposta daquela forma, tornou-se a primeira estrutura arquitetônica a visitarmos em Laranjeiras, apesar de não estar inserida na demarcação oficial do conjunto histórico da cidade abrange a delimitação de seu entorno.



Figura 40: Igreja do “Bom Jesus dos Navegantes”, vista da rodovia estadual SE-049. **Foto:** Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

A subida é bastante íngreme, o que dificulta o acesso, porém, ao chegarmos deparamo-nos com uma vista integral do centro histórico de Laranjeiras (ver figura 41). A igreja do “Bom Jesus dos Navegantes” estava fechada, e assim esteve em muitas das visitas que fizemos.

A informação que recebemos de populares que ali estavam, nos desponta que aquela não é uma igreja bem visitada, nem por turistas, nem para cultos religiosos, a exceção de uma festa anual alusiva a bom Jesus dos navegantes, e, portanto, atribuiu a isso seu fechamento. Após algumas idas a Laranjeiras, apreendemos mais algumas motivações atribuídas à seu pouco uso, quais citamos três: 1) o difícil acesso,



Figura 41: Vista do “Centro Histórico de Laranjeiras” do alto do morro onde fica localizada a Igreja do “Bom Jesus dos Navegantes” **Foto:** Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

por ocasião da subida íngreme; 2) o tamanho pequeno da igreja; e por fim e o mais interessante para nossa pesquisa 3) a atribuição por parte de alguns componentes daquele grupo, de que essa é uma igreja nova, sem muita tradição na cidade. Sobre as datas de construção das igrejas pertencentes ao conjunto histórico e seu entorno, Azevedo (1975),

assegura que tal igreja é datada de 1905, sendo a mais nova igreja construída no centro urbano de Laranjeiras.

Sabemos que o declínio de Laranjeiras se iniciou por volta do final do século XIX e início do século XX, portanto, a construção dessa igreja situa-se nesse espaço temporal, num momento em que o grupo social da cidade estava passando por profundas transformações, com acentuado êxodo da população. Conhecemos que Foucault (1975) atribui grande parte da “classificação simbólica das ações sociais” à arquitetura de um modo geral, que Fortuna (1997) traduz por um entendimento de que “a cultura material contém um valor simbólico com consequências práticas nas relações sociais” (Id., p. 03).

De tal modo, aventamos que num processo, já descrito, de forte evasão populacional ocorrido naquele século, formou-se um hiato na ligação das classificações simbólicas sociais, com as edificações construídas naquela época, que perduraram hodiernamente. De outro modo, o que poderia, explicar que uma igreja de mais de 100 anos não retenha um “valor” de “tradição” na consciência de parte do grupo social da cidade.

Continuando nossa observação, ainda do alto da colina, chamou nossa atenção duas cenas na paisagem: 1) uma outra Igreja – Senhor do Bonfim (ver figura 42), também no alto de uma colina, porém, aparentemente maior, com um caminho para subida igualmente íngreme e com um cemitério localizado nos fundos. O outro cenário observado, agora já não mais na mesma linha da visão, foram 2) alguns homens e cavalos numa área descampada, próximos de uma ruína e a beira do Rio Cotinguiba. *Priori* não entendemos o seu significado (ver figura 43) e algum tempo depois, ao aproximarmo-nos, em algumas investidas, daquele cenário, pudemos compreender a ação que ali se desenrolava.



Figura 42: Vista da Igreja do “Senhor do Bonfim” do alto da colina da Igreja do “Bom Jesus dos Navegantes”
Foto: Isra Sebastian. **Fonte:** www.panoramio.com



Figura 43: Tropeiros comercializando cavalos em área descampada, na entrada da sede de Laranjeiras e ao lado do Rio Cotinguiba. Visto da igreja do “Bom Jesus dos Navegantes”.

Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

Tratava-se de um comércio de animais por homens chamados de “tropeiros” que com alguma frequência, ocupam aquele espaço para comercializar seus cavalos e bois, quanto a proximidade com a ruína observada, percebemos o uso das sombras de seus escombros de forma mais direta. Na bibliografia consultada sobre a história de Laranjeiras, não verificamos a ocorrência desse tipo de comerciante, apesar de termos

conhecimento que nos tempos de mais forte economia da cidade, todo tipo de produto era comercializado.

Contudo, nesse instante, auxiliou-nos a pesquisa de Jurema Mascarenhas Paes (2001) sobre “tropas e tropeiros”, pois, revelou-nos que a atividade do tropeiro remonta suas origens aos séculos XVII e XVIII, no sul e sudeste do Brasil, com a principal finalidade de transportar ouro no lombo de mulas. No entanto no século XIX, a atividade sofrera uma mudança de local de atuação, de animais, bem como de sua finalidade. Nesse século, os tropeiros podiam ser encontrados no nordeste brasileiro, e passavam a não só transportar ouro, como também, pequenos produtos e especiarias, além de comercializarem seus animais, atualmente (PAES, 2001).

Desse modo, é possível que Laranjeiras abrigasse, em seu cotidiano de intenso comércio, a atividade desses profissionais. Tentamos notar, com isso, traços que representem continuidade de um pensamento coletivo, representado, através do significado atribuído pelos moradores da cidade aos tropeiros. E nesse sentido, o fato de não percebemos estranhamento por parte da população à presença daqueles homens e seus cavalos, similar ao que nos causou, nem mesmo nas crianças por uma admiração aos animais, contribui para pensarmos que esta atividade, ligada ao século XIX no nordeste e supostamente presenciada em Laranjeiras àquela época, reforça a ideia que um dos sentidos que Laranjeiras atribui aos seus habitantes é de uma cidade colonial do século XIX, com traços que ainda remetem a esse tempo, e por sua vez o grupo social daquele ambiente retém em sua memória coletiva tal passagem de sua história.

Sobre a Igreja do Senhor do Bonfim. Nas idas à campo, presenciávamos alguns momentos de missas e celebrações naquela igreja, que apesar de, também, apresentar dificuldade no seu acesso, levava até ela muitos fiéis, percebemos, ainda, que o cemitério que a compõe não é mais utilizado. Segundo Silva; Nogueira (2007) a igreja do Senhor do Bonfim, foi “construída no século XIX”, momento em que Laranjeiras vivia seu fausto econômico. Portanto, o grupo social constituído naquele tempo, tendeu a manter uma constante relação com os elementos de sua arquitetura, sobretudo, pela estabilidade social e efervescia cultural vividas à época, tendo tal igreja importante papel naquela sociedade com seus cultos religiosos, como pudemos comprovar no capítulo anterior.

Observadas as distintas interações sociais verificadas nas estruturas arquitetônicas (igrejas) vistas até aqui, pomo-nos a pensar que diferentes momentos do quadro social vivido na cidade e experienciado por seus habitantes no passado, podem ancorar no presente de Laranjeiras, distinções da relação do grupo com os elementos físicos que representam tais momentos, assim, vamos paulatinamente amadurecendo o pensamento da relação dos elementos de arquitetura do centro histórico da cidade com o grupo social que os circunscrevem.

Então, voltamos à nossa “caminhada” pela cidade. Saímos da Igreja do Bom Jesus dos Navegantes e, de fato, adentramos no perímetro do conjunto histórico da cidade, qual também é a sede do município e o centro urbano de Laranjeiras. Ao chegarmos à rua da principal entrada da cidade (ver figura 44), considerada por muitos uma avenida (Av. Rotary), localizada a margem do Rio Cotinguiba, observamos ao longe, timidamente, as edificações seculares que abrigam a UFS, e o mercado municipal. Além de já avistarmos a pavimentação em paralelepípedos e pedras vista em todo o conjunto tombado, à exceção de um pequeno trecho logo no início do sitio histórico, que se utiliza do asfalto como pavimento.



Figura 44: Avenida Rotary (trecho asfaltado), a principal entrada do centro histórico de Laranjeiras. Elementos de modernidade se confundem timidamente aos traços de colonialismo da cidade, bem ao fundo, os prédios que abrigam a UFS, e o mercado municipal.
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

A cidade, calmamente em sua pequena agitação, vai cada vez mais se expondo e então nos guiamos por tal exposição. Ainda no mesmo ponto de observação, à margem do Rio Cotinguiba, pudemos notar a presença de um pequeno número de construções que servem a dois usos: moradia e comércio, entre essas, destacamos a “Barbearia Beira Rio”, que adentra parte de sua construção por entre as ruínas de uma antiga edificação, a mesma que já havíamos comentado na apreensão feita sobre “tropeiros”. Nesta ruína, em dado momento, verificamos relação direta com indivíduos daquele grupo, na utilização de seus escombros para dar-lhes sombra (ver figuras 27 e 28).

Observando diálogos entre moradores e em conversação com alguns deles, revelaram-nos que tais ruínas servem de referência espacial para algumas mulheres “lavadeiras”, que executam ali seu ofício, referindo-se àquela ruína utilizando a expressão “trapiche véio”, além dessas mulheres, prospectamos que algumas pessoas do grupo, também se referem a elas de tal forma e afirmam saber de seus usos anteriores, arriscando-se em dizer que são “do tempo que a cidade era rica”. Aqui, embora prematuramente, pensando na ruína como o traço de arquitetura com maior poder de evocação do passado (MENEGUELLO, 2000), podemos vislumbrar uma edificação em ruína, que possivelmente enrijece a memória coletiva do grupo sobre a cidade, necessitando, porém, de uma observação que faremos no próximo tópico.

Retomando a observação descritiva do ponto em que paramos – na “avenida” da entrada do conjunto histórico – o cenário que vimos, pareceu-nos mesclar uma paisagem colonial a traços de modernidade, apreendida, sobretudo, pelo movimento dos carros e motos nas ruas de pedra e paralelepípedo, envoltos a arquitetura colonial da cidade. Tal arquitetura aos poucos nos revela ter maior força para impor-se sobre a modernidade que à espreita.

Do outro lado da “avenida”, contrário ao rio, observamos numa praça (Praça das Bandeiras), pessoas sentadas nos bancos aguardando o transporte intermunicipal, cujo único destino dos ônibus é a capital Aracaju. Da posição em que estávamos, foi possível ver a pequena rodoviária, que segue um ritmo intenso, apesar da calmaria da cidade, pois, é procurada diariamente por pessoas que, por assim dizer, dormem em Laranjeiras e acordam em Aracaju, corroborando com a denominação comum à laranjeiras de “cidade-dormitório”, porém, num movimento contrário, observamos alguns universitários que veem diuturnamente a Laranjeiras estudar no Campus da UFS. Frequentando algumas vezes os bancos daquela praça, simulando aguardar um ônibus, ouvimos lamentos de pessoas demonstrando cansaço da rotina de ter que deslocar-se para Aracaju em busca de desenvolver o labor necessário à

sobrevivência, o que, em certa medida, corrobora no entendimento da frágil condição econômica de Laranjeiras.

Próximo a Rodoviária alguns taxistas e mototaxistas, quais também fazem transporte intermunicipal, aguardam clientes à sombra de uma árvore em frente a uma construção, que algum tempo depois, soubemos tratar-se de um novo prédio para abrigar o Centro de Artesanato de Laranjeiras, qual, até o termino de nossas investigações (2010), funcionava num “trapiche datado do século XIX” (SILVA; NOGUEIRA,



Figura 45: Trapiche que abriga o “Centro de Artesanato de Laranjeiras, situado à Avenida Rotary”.
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

2007, p. 67) (ver figura 45), local aonde vimos artesãos executando seu ofício e realizarem-se algumas manifestações culturais.

Seguimos “vagando” através da “avenida” principal, agora, em contato direto com a pavimentação de pedras e paralelepípedos das ruas, quais nos puseram em alguns momentos dificuldade no caminhar, não visto no andar dos habitantes, de certo, por bem conhecerem, fruto de longos anos de convivência, as arduidades necessárias à caminhada. Optamos então por seguir nosso “passeio” pelas calçadas que naquele trecho são bem largas, permitindo que pessoas se sentem em banquinhos para conversarem, outras caminhem livremente e por vezes crianças brinquem nesse local, sem que umas atrapalhem as outras.



Figura 46: Trânsito de automóveis, motos, bicicletas, pedestres e veículos pesados na Avenida Rotary no centro histórico de Laranjeiras/SE. Visto no sentido, Centro – Igreja do Bom Jesus dos Navegantes.

Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

Porém, não é em todo conjunto que vimos esse tipo de calçada, a incidência de calçadas estreitas é aparentemente maior. Portanto, esse é mais um entre vários cenários que, de algum modo, confirmam o ritmo sereno do cotidiano da cidade, pois, não pensamos ser comum observar nas calçadas das principais avenidas de muitas cidades as situações descritas, principalmente se pensarmos que não existem mecanismos de redução de velocidade dos veículos e motos.

Ao desviar o olhar novamente para a avenida vimos um pequeno movimento, em alguns momentos de automóveis, motos, bicicletas, pedestres e até caminhões (ver figuras 46 e 47), parecerem disputar aquele espaço, cada um escolhendo seu próprio sentido de trafegar. Porém, olhando detidamente com mais cuidado, o que percebemos foi que apesar de não haver qualquer sinalização, semáforos ou agente de



Figura 47: Trânsito de automóveis, motos, bicicletas, pedestres e veículos pesados na Avenida Rotary no centro histórico de Laranjeiras/SE. Vista no sentido, entrada da cidade – Centro.
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

trânsitos, os códigos de convivência estabelecidos naquela pequena cidade, dão conta de permitir que esses encontros aconteçam num mesmo espaço; onde, um carro aguardava a passagem da criança ou da pessoa que guiava tranquilamente sua bicicleta, por aquela avenida. Cenas como esta se repetiram diversas vezes em minhas observações, com atores diferentes relacionados.

Nosso olhar, atento aos traços de arquitetura que nos ajudam a recriar imageticamente uma cidade colonial de passado glorioso, no instante em que se desvia das observações sobre a avenida principal da cidade e os elementos que a cercam, é convidado a observar uma pequena praça com um monumento e palmeiras-imperiais (ver figura 48),



Figura 48: Praça ao lado da Prefeitura de Laranjeiras e monumento à Horácio Hora. **Foto:** Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

que compõem um cenário para um elemento maior, um grande casarão, ao fundo. Um pouco antes dessa paisagem, ao seu lado, notamos outro pequeno grupo de casas de comércio, que também serve de moradia aos seus proprietários.

O monumento da praça homenageia um filho ilustre da cidade “Horácio Hora”, sobre o qual, já mencionamos no capítulo anterior. Após o monumento, o grande casarão (ver figura 49) ao seu fundo, impõe-nos à admiração. Trata-se do prédio que abriga a Prefeitura Municipal, que segundo assinala Silva; Nogueira (2007) é uma “edificação do século XIX”, chamado também de “Paço



Figura 49: Edificação que abriga a Prefeitura de Laranjeiras, antigo “Paço Municipal”.

Foto: Sergio Falcetti. **Fonte:** www.panoramio.com

Municipal” que à época, assim como também é hoje, abriga o poder executivo. Vimos esse edifício ser muito frequentando durante os dias da semana.

Também bastante frequentada, observamos a realização da feira da cidade à praça “Samuel Oliveira” (ver figura 50), segundo Azevedo (1975) uma das primeiras construções do equipamento urbano de Laranjeiras, por volta de meados do século XIX. De onde estávamos (prefeitura municipal) foi possível visualizá-la quase que por completo, nessa praça, quando da realização da feira, três pontos chamaram-nos à atenção: 1) o pavimento da praça pareceu-nos bem antigo, talvez de sua construção, é de um tipo de pedra escorregadia, o que nos deixou atentos à percebemos que

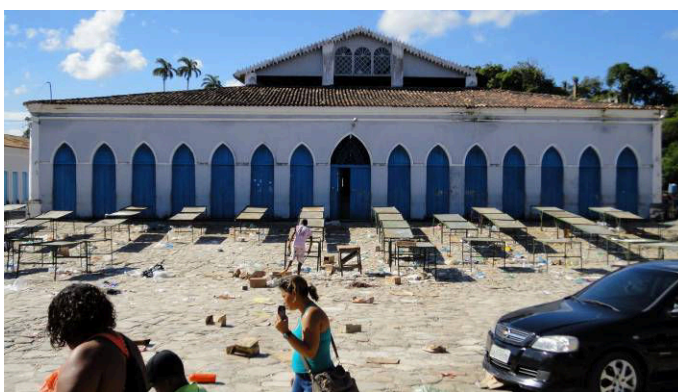


Figura 50: À frente Praça Samuel Oliveira, após um dia de feira. Ao fundo, Edifício do Mercado Municipal.

Foto: Autor desconhecido. **Fonte:** www.panoramio.com

não temos a mesma artilosidade dos moradores para caminhar por ali. 2) a mudança espacial, porém pontual, que ocorre naquele ambiente, aos sábados (ver figuras 51 e 52), gerando uma grande e rápida mudança no ritmo do cotidiano da cidade, contudo, já inserida cotidianamente como contingência de seu ritmo aos fins de semana. (PAIS, 2003). Fora do contexto da feira, mas ainda referindo-nos à praça, além de observarmos o uso de suas escadas em sombras para

descansos e conversas, notamos também, em alguns momentos fortuitos, que mesmo sem a realização da feira, as pessoas desenvolvem alguns pequenos “acordos” de comércio ali. Em certa ocasião, observamos dois homens que negociavam um “carrinho de mão” e o interesse era por um instrumento de trabalho, que naquele instante seria útil em uma oportunidade de emprego.



Figura 51: Praça Samuel Oliveira em dia de feira (sábados).
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

Vimos por mais algumas vezes, negociações deste tipo, que entendemos serem dispostas, em função de uma imagem de comércio criada sobre aquele lugar, qual, poderia orientar esse tipo de ação no grupo que ali reside.

Pausamos por agora a observação, para uma análise que segue a mesma linha de pensamento, que desenvolvemos na observação da Igreja Bom Jesus dos Navegantes, porém, de modo inverso. O que lá, era reflexo de uma ausência de ligação das “classificações simbólicas das ações sociais”, (FOUCAULT, 1975) do grupo de Laranjeiras com aquela igreja, decorrentes de um momento de



Figura 52: Vista de “dentro” da feira na Praça Samuel Oliveira.
Foto: Autor desconhecido. **Fonte:** www.panoramio.com

ruptura social. Aqui, no “Paço Municipal” e na “Praça Samuel Oliveira”; observamos ocorrer o contrário, pois, essas são estruturas arquitetônicas do século XIX, totalmente concernentes ao cenário econômico e social que se apresentou, no capítulo anterior, como o melhor que a cidade conheceu. Estas foram construções, de extrema importância para a cidade à época, quais, ressalvamos, que em certa medida, continuam com os seus usos originais (ver figura 05), atraindo de igual modo pessoas, e porque não dizer, a mais de um século exercendo influência nas relações e rotina daquele grupo.

Portanto, retomando o pensamento de Fortuna (1997) amparado em Foucault (1975), podemos, então, atribuir a tais arquiteturas, alguma ordenação nas ações sociais realizadas pelo grupo do centro histórico. “Porque organizam os movimentos humanos e contribuem [...] para a formação (ou não) de laços sociais” (FORTUNA, 1997, p. 03).

Encerrada a feira voltamos a “vagar” pela cidade. Mesmo com esta ainda realizando-se podíamos ver a grandiosidade de um conjunto de edificações que nos pareceu terem sido todas construídas recentemente, contrastando claramente com o aspecto de “velho”, sobretudo, pelas cores frias e cinzentas das edificações, que até ali observamos pela cidade.

Sabemos tratar-se do “Conjunto Arquitetônico do Quarteirão dos Trapiches”, que abriga o campus da UFS em Laranjeiras (ver figura 53), porém, o nosso olhar atento de *Flaneur*, ficou dividido em atenção, quando, do mesmo ponto em que estávamos observando o conjunto dos trapiches, num rápido movimento de cabeça avistamos um calçadão com várias edificações antigas, algumas em ruínas. Tivemos certa dificuldade em decidir que caminho “vagar” se o “novo” e “belo” ou o “velho” e “disforme”.



Figura 53: “Quarteirão dos Trapiches” – Campus Laranjeiras/UFS
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal

Porém, diante de um pequeno grupo de pessoas, que desenvolviam algumas atividades nas edificações ao longo do calçadão, e em não observando qualquer movimentação humana, naquele instante, nas imediações do “Quarteirão dos Trapiches” e ainda, tomados pela inspiração benjaminiana de apreender os sentidos da cidade. Só poderíamos fazê-la, naquele momento, pela observação das relações que se instituíam no calçadão, ponderando dessa forma, encaminhamo-nos em direção a este. Cabe-nos resaltar que no decurso das observações à campo, outras tantas vezes, não presenciamos, ou quase nunca, interação dos habitantes da cidade, com este conjunto arquitetônico em suas rotinas movimentações cotidianas, apenas o entra e sai de professores, estudantes e funcionários, por força das atividades laborais que ali desempenham.

Chegando ao calçadão percebemos uma movimentação um pouco maior (ver figura 54) do que a calma soberana da cidade, ao adentrá-lo notamos que ali é um local de comércio da cidade. A paisagem continua a remeter-nos ao período colonial brasileiro, são casarões e sobrados antigos, espremidos uns aos outros, alguns desgastados pela ação natural do tempo, outros já se entregaram totalmente a essa ação, chegando à ruína.



Figura 54: Calçadão Getúlio Vargas, Centro comercial de Laranjeiras/SE.
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal

Ao entrarmos num restaurante para fazermos uma refeição, pudemos apreender, através de alguns diálogos desenvolvidos entre seus frequentadores, alguns sentidos daquele espaço da cidade. As pessoas comentavam entre si sobre promoções e descontos de algumas lojas daquele local, atentavam ao horário de funcionamento de uma agência bancária que ali fica situada, outros marcavam encontros para dias posteriores utilizando-se de lojas como ponto de referência, fizeram comentários sobre vereadores que saíam da câmara municipal, aparentemente também ali, enfim, começamos a entender que ali não se tratava de apenas um local de comércio da cidade, mas, parecia-nos o centro comercial da cidade.

Após algumas visitas ao local, confirmamos que aquele realmente é o centro comercial da cidade, o “calçadão Getúlio Vargas”, nas repetidas vezes que fomos a Laranjeiras decidimos continuarmos fazendo as refeições naquele restaurante, tímido, porém limpo e bem decorado, de comida caseira. As seguidas idas àquele local aproximou-nos dos proprietários do lugar, um casal que ambos moram na cidade desde o nascimento, com quais tivemos algumas conversas esclarecedoras, relataram-nos que aquele calçadão há uns 15 anos aproximadamente era uma rua de mesmo nome, e que numa ação da prefeitura, foram retiradas as pedras, que afirmam ser pedras-sabão, e feito o calçadão. Comentou que a época muitas pessoas na cidade protestaram contrários a obra, inclusive eles, porém, a prefeitura alegava melhoria de tráfego de pessoas no local.

Afirmaram também, que o movimento do centro comercial não mudou muito e que desde quando se estabeleceram ali, antes da mudança da pavimentação, a circulação é

praticamente a mesma, alegando que “o comércio de Laranjeiras é daquela forma mesmo, pequeno porque a cidade é calma e pequena, sempre foi assim” nesse momento voltou a fazer menção às pedras-sabão, alegando que eram iguais as que se encontram na “praça do mercado” (Praça Samuel Oliveira), que eram da mesma época, “do tempo que Laranjeiras era uma cidade grande” e, então, ele, nos contou que aquele calçadão sempre foi a rua de comércio da cidade e apontando para frente de seu restaurante, mostrou-nos uma construção em ruína, que afirmava ter sido a até poucos anos, uma casa de material de construção, mas que bem antes, “no tempo da cidade grande” era um cinema.

Nesse instante pensamos tratar-se do “Cine-Teatro Iris” (ver figura 55) conforme vimos nos recortes de jornais, apresentados no capítulo anterior, o que após algumas visitas confirmamos ser. O “Cine-Teatro Iris” segundo Silva; Nogueira (2007), “é uma construção do final do século XIX e início do século XX” (Ibid., p. 83).

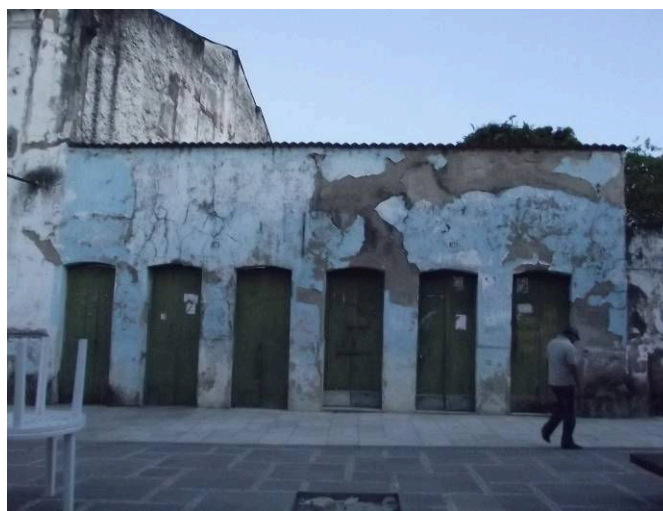


Figura 55: Ruínas do Antigo Cine-Teatro Iris - Calçadão Getúlio Vargas, Laranjeiras/SE. **Foto:** Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

Despedimos-nos dos proprietários do restaurante e fomos “vagar” pelo Calçadão Getúlio Vargas, ou melhor, Rua Getúlio Vargas, ou melhor, ainda, “Rua Direita”, isto porque, somente aos sairmos do restaurante e olhar à nossa volta, nos demos conta de que poderíamos estar na antiga “Rua Direita”, que senão, a primeira rua de Laranjeiras, ainda no final do século XVIII, a mais importante da época. Constatamos isto quando notamos que este “calçadão” (Rua Direita) ligava os trapiches (Campus/UFS) e a Praça da Feira (Praça Samuel Oliveira) a toda cidade, isto visto na contextualização histórica do capítulo anterior, por esta retomada histórica vimos também que no início do século XX era chamada Rua do Comércio, não por acaso.

Nesse momento tivemos uma sensação de estarmos num tempo passado, cujo espaço em que este tempo ocorreu permanece ali. Continuamos nossa caminhada pelo calçadão no sentido a uma rua do lado contrário ao campus da UFS, logo à frente sentamos em um banco do calçadão, ou devo dizer Rua Direita, e ficamos a observar a dinâmica daquele espaço. O local realmente pareceu-nos o mais frequentado da cidade em sua rotina cotidiana, ali se concentram as maiores lojas e os serviços mais importantes da cidade, mesmo

alguns “ambulantes” também estão ali; são agências bancárias, restaurantes, lojas de moveis e eletrônicos, a câmara de vereadores, academia de ginástica e farmácia. Especialmente nesses dois últimos, vimos que são constituídos no espaço de sobrados em ruínas, cujo andar térreo foi reformado (ver figuras 23 e 24).

Por fim, a impressão que tivemos confirmada com o tempo, foi que por ali não há habitante de Laranjeiras que não precise transitar para consumir ou realizar alguma tarefa do cotidiano. Há um movimento constante naquele espaço, sereno bem verdade, porém constante, as pessoas caminham calmamente em direção as lojas e serviços, param para conversar, os estudantes passeiam, tudo isso numa “agitação” que parece não querer agitar-se. (ver figura 56)



Figura 56: Movimentação do “Calçadão Getúlio Vargas”, antiga “Rua Getúlio Vargas” no século XX e do final do século XVIII até início do XX “Rua Direita”. **Foto:** Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

Assim, este é, no nosso entendimento, mais um espaço, talvez o maior deles, que de igual modo a Prefeitura Municipal (Paço Municipal) e a Praça Samuel de Oliveira (Praça da Feira) e diferentemente do Quarteirão dos Trapiches (Campus/UFS), são elementos físicos da cidade de Laranjeiras, que como diria Foucault (1975) continuam a orientar as “classificações simbólicas das ações sociais” dos moradores da velha cidade, ou como diria Fortuna (1997) estariam a organizar os movimentos humanos e contribuir para a formação de relações sociais.

No caso apresentado agora, as ruínas ocupam parte destas funções apresentadas por Foucault (1975) e Fortuna (1997), pois, como vimos, a ruína do Cine-Teatro Iris, em certo modo, permeia o imaginário de uma antiga “cidade grande”, qual tinha naquele mesmo espaço a função que ainda hoje desenvolve, no modo de pensar dos proprietários do restaurante, ali situado. E, portanto, auxiliam na percepção de comercio que aquele espaço fixou no pensamento dos moradores do centro histórico.

De outra forma, as ruínas dos sobrados que abrigam a farmácia e a academia de ginástica, estão presentes na rotina cotidiana dos habitantes da cidade que frequentam o calçadão, e em especial daquelas que desenvolvem atividades naqueles comércios, sendo

frequentemente lembrados por aquelas ruínas que estão dentro de um sobrado do século XIX e constituindo relações sociais, de certo modo, através deles.

Após a análise deste importante espaço do centro histórico de Laranjeiras, retomamos nossa caminhada, atentos ao que a cidade tinha a nos mostrar de seus sentidos, seguimos assim por uma rua (Rua Tobias Barreto) que segue o sentido do Calçadão Getúlio Vargas, nesta rua alguns casarões com janelas abertas nos dão a sensação de que se entrássemos por elas voltaríamos no tempo, o ritmo da cidade continua o mesmo, uma calmaria que me distancia da correria das grandes cidades.

Chegamos então a uma pequena praça (Praça Augusto Maynard) que serve como uma espécie de entroncamento de três ruas, uma das quais, a que estávamos. Mais uma vez ficamos relutantes sobre qual caminho seguir, porém observando o movimento de pessoas indo em direção a uma estreita rua (Rua José do Prado Franco) (ver figura 57), diferentemente de não haver quase nenhum movimento na rua de direção contrária (Rua Jackson de Figueiredo), apesar de esta ser bem mais larga, resolvemos então, seguir o caminho das pessoas.



Figura 57: Rua José do Prado Franco, sentido a Igreja da Comandaroba. **Foto:** Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

Logo no início percebemos que os paralelepípedos deixam se seguir no mosaico desalinhado das pedras-sabão da praça da feira, cuja superfície lisa, outra vez nos impõe alguma dificuldade, denunciando seu tempo, que também se mostra, como em toda cidade, à exceção das edificações restauradas, nas cores acinzentadas e pálidas das paredes dos casarões, compondo a paisagem com o cinza das pedras nas ruas.

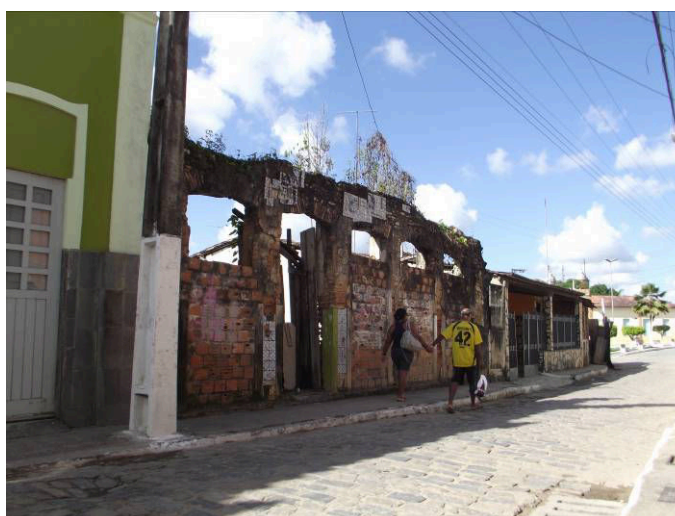


Figura 58: Rua José do Prado Franco, pessoas usando sobra de uma ruína. **Foto:** Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

Seguimos por esta rua, e encontramos algumas ruínas de sobrados residenciais, mais uma vez compondo o cenário da cidade, em meio a um ritmo plácido, em todas nossas visitas, a rotina daquela rua pareceu-nos clara, com pessoas transitando, na maioria das vezes calmamente, valendo-se das sombras dos prédios e também das ruínas (ver figuras 58 e 59). Outra composição,



Figura 59: Rua José do Prado Franco, pessoas transitando pela rua calmamente. **Foto:** Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

daquela paisagem, que vimos repetir-se foram senhoras sentadas em cadeiras nas estreitas calçadas, a conversar e observar a movimentação, algumas dessas, também aproveitando as sombras de antigos sobrados em ruína. (ver figura 60)

Seguindo pela rua, encontramos à frente com um cruzamento de outra rua (Rua Francisco Bragança), esta com pavimentação em pedra bastante semelhante às vistas na Praça Samuel Oliveira, entretanto, o que realmente nos chamou à atenção, fora uma igreja, ao fim desta rua, com algumas armações de ferro (andaimes) em torno da sua torre (Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Pardos). Então, nos dirigimos a ela, porém, antes de lá chegarmos, ao passarmos ao lado de uma praça, com uma frondosa árvore que a sombreia quase que inteiramente (Praça Possidônia Bragança), avistamos ao fundo uma grande edificação em ruína, apenas a fachada e alguns pilares internos (ver figura 61).



Figura 60: Rua José do Prado Franco, senhoras conversando sentadas à sombra de ruínas de um sobrado antigo. **Foto:** Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

Atentos a nosso objeto de pesquisa, aproximamo-nos e sem nenhum vestígio do que seria aquele prédio, acreditamos, inicialmente, tratar-se de mais um sobrado em ruína,

porém, já na segunda visita, um detalhe nos chamou à atenção e nos fez mudar de entendimento sobre o uso original daquela construção. No alto da entrada da ruína havia um símbolo gravado em pedra, qual cremos representar o ofício da medicina (ver figura 62).

Portanto, entendemos que, provavelmente, aquela estrutura arquitetônica abrigou um hospital, indicação, que com as nossas idas à campo confirmou-se em diálogos estabelecidos com moradores e em consulta bibliográfica. Tratava-se do “Hospital de Caridade São João de Deus”, conhecido popularmente, como “Hospital Velho” (ver figura 63), com data de fundação em 1866 (OLIVEIRA, 1981, p. 134).

Na contextualização histórica que realizamos, este equipamento urbano se mostrava à época um dos mais importantes para a cidade no século XIX. Em nossas visitas não percebemos uma ligação rotineira dos habitantes da cidade com aquela estrutura, exceto algumas poucas vezes que ouvimos algum morador citá-la como referência espacial, o que entendemos não ser de pequena importância, pois, ela é uma das últimas estruturas de uma rua sem



Figura 61: “Praça Possidônia Bragança”, ao fundo Ruínas do “Hospital de Caridade São João de Deus” conhecido como Hospital Velho. **Foto:** Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 62: Provável símbolo da medicina gravado em pedra, no alto da entrada da ruína do “Hospital de Caridade São João de Deus” (Hospital Velho). **Foto:** Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 63: Ruínas do “Hospital de Caridade São João de Deus” (Hospital Velho). **Foto:** Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

saída, desprivilegiando um rotineiro aceso.

Vimos, também, poucas vezes, alguns moradores da própria rua onde fica a ruína, usarem a sua fachada para oferecerem-lhes sombra, além, da imponência estrutural que destoa de quase todos os outros elementos físicos à sua volta, tornando possível, mesmo na forma em que esta, o vislumbre de um momento de fausto da cidade no século XIX, compondo um cenário colonial, com um casarão ao seu lado e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Pardos.

Porém, a grande importância dessa ruína como tal, para a pesquisa revelou-se através da tomada das narrativas de memória, como elemento físico em qual o indivíduo fixa o pensamento, para evocar lembranças da cidade, como veremos a seguir.

A continuidade em nosso percurso pelo centro histórico de Laranjeiras pôs-nos numa trajetória em direção a outra ruína, que avistamos de onde estávamos – Ruína do Hospital Velho – tomados pela inspiração do *Flâneur* pudemos perceber algum sentido, num grupo de crianças que brincavam à sombra de uma ruína (ver figuras 64 e 65). Dirigindo-nos até lá ouvimos uma criança gritar para outra: “agente vai ficar aqui, no castelo”, naquele momento não entendemos o porquê, mas compreendemos que o “castelo” ao qual a criança referia-se, era o edifício em ruína que víamos.



Figura 64: Crianças Brincando nas ruínas do Teatro São Pedro “Castelo”, Laranjeiras/SE.

Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 65: Crianças Brincando à sombra das ruínas do Teatro São Pedro “Castelo”, Laranjeiras/SE.

Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

No intuito de não constranger as crianças que brincavam ali, nos mantivemos um pouco afastados, mesmo assim conseguíamos observar nitidamente que elas brincavam não só valendo-se de sua sombra, mas também usando suas paredes, até adentrando-a.

Pela aparência sabíamos não se tratar de um sobrado ou de um casarão, aquela era uma das maiores estruturas arquitetônicas que tínhamos visto até aquele instante, excetuando-se as igrejas, as crianças permaneceram brincando ali por muito tempo, resolvemos então aproximarmo-nos. As crianças não demonstraram qualquer tipo de distanciamento, ao contrário, conversaram e explicaram-nos, o motivo de tratar a ruína pelo o nome de “castelo”.

Argumentaram que desde sempre ouviam suas mães, dizerem-lhes “para sair do sol” referindo-se a quadra esportiva descoberta que fica em frente a ruína e então sugeriam-lhes que brincassem à sombra do teatro e então faziam, porém, eles entendem que aquela “coisa” é muito grande para ser um teatro e então adotaram o nome de “castelo”, referindo-se a grandiosidade da estrutura.

Naquele momento, através do relato das crianças, pudemos compreender que aquela era, possivelmente, a ruína do Teatro São Pedro, qual também se confirmou, após outras investidas da pesquisa, tal teatro é mais uma “construção do século XIX” (SILVA; NOGUEIRA, 2007), do momento áureo da cidade, mais um equipamento urbano que muito se destacou naquele século, demarcando fortemente as ações sociais do grupo, como visto no segundo capítulo. Além desta relação de contato da população com esta ruína, vimos algumas outras, aqui, destacamos um grupo de trabalhadores de carpintaria que executavam seus serviços utilizando-se de paredes da ruína (ver figura 26), e homens que aguardavam para jogar futebol na quadra em frente.

Pelo que vimos das ruínas do centro histórico de Laranjeiras, acreditamos não ser precipitação, presumirmos que como outros elementos matérias da cidade, tais ruínas também contêm um valor simbólico que de certo modo atua em favor das práticas sociais (FORTUNA, 1997).

Ao deixarmos aquela ruína seguimos em direção a uma rua (Rua João Ribeiro) paralela. Quando de posse de um pequeno mapa que apontava os limites do Centro Histórico da cidade, fornecido pelo IPHAN, verificamos que já tínhamos percorrido grande parte do conjunto histórico. E em outras visitas o fizemos por completo, porém, entendemos que a paisagem da cidade que descrevemos aqui, as relações observadas e o sentido que a cidade na relação com seus habitantes oferece-lhes está bastante demonstrada no que observamos. Assim, nosso trabalho a partir de então se concentra na tomada de narrativas de memórias de moradores daquele espaço, para cumprir com os propósitos anteriormente mencionados.

2.1 Ruínas e Memórias: O passado, presente em Laranjeiras.

A observação descritiva que realizamos no Centro Histórico de Laranjeiras, por meio do convite de Walter Benjamin (2000) e Charles Baudelaire para “flanar” pela cidade, a fim de revelar seus sentidos, exigiu-nos que tivéssemos vários encontros com aquele cenário colonial. De fato, foram dois anos de muitas visitas a Laranjeiras, entendemos que isso contribuiu, significativamente, para que nos tornássemos, em certa medida, parte daquele cenário, de tal maneira, que quando lá chegávamos nosso ritmo, como se de modo automático, já se adequava ao ritmo da cidade.

Dessa forma, a cidade também nos acolheu, as relações que estabelecemos vagarosamente com alguns moradores daquele espaço, já nos permitiam aproximarmos destes, sem os “estranhamentos” comuns, ainda mais, num grupo pequeno, que se conhecem bem. O que era “estranho” vai tornando-se familiar, e, portanto, o campo tende a, de modo melhor, revelar-se. Assim, concluída a descrição proposta, chegamos ao momento de estabelecermos um diálogo mais próximo com alguns moradores do centro histórico; tomando seus depoimentos, ouvindo o que evocavam de suas lembranças, sobre o passado da histórica Laranjeiras.

Tal aproximação e captação das narrativas por via de relatos orais sobre Laranjeiras fez-nos perceber, em certa medida, o sentimento de pertença por aquele “lugar” (LEITE, 2007), o que acabou corroborando com a apreensão do sentido dado à cidade por seus moradores, analisado no tópico anterior. O momento da tomada das narrativas de memória dos habitantes do centro histórico, talvez tenha sido o mais importante de nossa investigação, pois, através dessas narrativas orais, pudemos apreender a memória coletiva do grupo, e assim compreendemos em que medida tal memória perpassa por uma atenção às ruínas do centro histórico.

Uma vez que Halbwachs sugere que a memória individual, recebe seus estímulos, majoritariamente, pelo grupo social ao qual estamos ligados, através dos “quadros sociais de memória” ali construídos. Portanto, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2006, p. 69), o que nos permitiu entender que extraindo dos indivíduos a lembrança sobre algo, estamos retirando da própria memória coletiva aquelas lembranças, mesmo porque, em última análise “são os indivíduos que se lembram enquanto integrantes do grupo” (Ibid., p. 69).

Assim, este tópico dedica-se à apresentação das narrativas de memória, obtidas durante as incursões à campo. Contudo, para apreender como as ruínas estão alocadas na memória compartilhada daquele grupo, foi preciso adentrar na vida dos narradores de Laranjeiras, compreendendo a partir de Walter Benjamim (1985b) que a narrativa “mergulha [...] na vida do narrador para em seguida retirá-la dele” (Ibid., p. 205), tecendo de forma gradual a memória coletiva da cidade, através do grupo social que habita o centro histórico.

Assim, tivemos que desenvolver longas convivências em diálogos que nos exigiu tranquilidade e atenção, a fim de que naturalmente as lembranças fossem evocadas, afinal nem tudo o que conversamos tratava-se de recordações, muito menos sobre a cidade. Contudo, aos poucos íamos sendo recompensados com narrativas que nos auxiliavam a tecer a memória os quadros sociais da memória daquele grupo, além, de nos permitir reconstituir imagetivamente o cenário urbano e suas práticas do século XIX.

Aqui cabe um importante esclarecimento. Desses depoimentos, não buscamos retirar estórias aprendidas pelas pessoas em livros sobre a história de laranjeiras, as lembranças expostas são resultado de uma “experencição” dos eventos relatados, ainda que por outras pessoas do grupo, como assegura ser possível Halbwachs (2006), embora, algumas narrativas de memória tenham pertinência com o que se conta nos livros, a riqueza de detalhes tem toda diferença, mesmo porque, repito, são narradas de um ponto de vista de quem as “experenciou”, e se conseguem fazê-las, é porque, o grupo ao qual se ligam, em certo modo, ainda vive fixado a tais eventos. Como assevera Nora (1993) “A memória é um fenômeno sempre atual, um elo com o passado vivido no eterno presente; a história, apenas uma representação do passado.” (Ibid., p. 09).

De tal modo, o que mais buscamos atentar nessas narrativas foi, precisamente, extrair delas Lembranças de memórias e não conjecturas e/ou elucubrações. Memórias que pudessem auxiliar a elucidação de nosso problema de pesquisa. Assim, nos foi preciso definir alguns aspectos que nos orientasse à captação das narrativas, necessários à nossa investigação. Nesse sentido as duas únicas condições impostas para a tomada dessas narrativas, dizem respeito a: 1) local de nascimento e onde foram criados os narradores e; 2) faixa etária.

Sobre o nascimento e onde foram criados, instituímos que deveriam ser: todos nascidos e terem sempre residido em Laranjeiras, especificamente, nos limites do centro histórico da cidade. Isto porque, as relações mantidas com o espaço do centro histórico desde o seu nascimento e por toda a vida, dar-lhes-iam uma maior condição de evocar lembranças sobre aquele espaço e seus elementos físicos. Pensando, no que postulou Halbwachs (2006),

ao afirmar que “quando um grupo humano vive por muito tempo em um local adaptado a seus hábitos, não apenas seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens materiais que os objetos exteriores representam para ele” (Ibid., p. 163).

No que tange a faixa etária, como opção metodológica, optamos por obter as narrativas através de pessoas idosas, com idade maior ou igual a 60 anos, por entender que nestes, a percepção da memória, esta voltada para um momento um pouco mais distante do que nos outros membros de uma sociedade, pois estes outros componentes do grupo, estão de algum modo ativos na sociedade, assim, suas memórias têm maior atenção para os acontecimentos mais recentes, sobre tal entendimento, pautamo-nos em Ecléa Bosi (1995), que desdobra do pensamento de Halbwachs e Benjamim, sua teoria sobre “Memória e sociedade: lembranças de velhos”, qual, para que nos façamos compreendidos, discorreremos brevemente.

A autora entende a memória enquanto conservação do passado, sendo que este sobrevive “quer chamado pelo presente, sob as formas da lembrança, quer em si mesmo, em estado inconsciente” (Ibid., p. 53), isso, num esforço de instituir à memória forma distinta da mera percepção. Nesse sentido, Bosi (1995) afirma que o pensamento de Maurice Halbwachs, relativiza a ideia bergsoniana; qual atribui uma distinção da “memória pura” em relação à percepção. Enquanto que para Henri Bergson, segundo Bosi (1995), a “lembrança é a sobrevivência do passado” (Ibid., p. 53), restrita única e exclusivamente às subjetividades individuais; para Halbwachs, tais lembranças relacionam-se ao contexto vivido pelo indivíduo, quer através de suas experiências próprias, ou extraídas dos quadros sociais da memória.

Assim, “as relações a serem determinadas já não ficarão adstritas ao mundo da pessoa (relação entre o corpo e o espírito, por exemplo), mas perseguiram a realidade interpessoal das instituições sociais” (BOSI, 1995, p. 54). Segundo o entendimento de Bosi (1995) sobre a “lembrança” em Halbwachs: esta se refere a “uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual” (Ibid., p. 55), compreende ainda, através do autor, que “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (Ibid., p.55).

Dessa forma, Bosi (1995) conclui que lembranças que sirvam de sustentação para a memória coletiva de determinada sociedade, devem ser socializadas, e tal socialização é realizada, em grande parte, através da linguagem, pois, esta “reduz, unifica e aproxima no

mesmo espaço histórico e cultural a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens da vigília atual” (Ibid., p. 56).

Assim, a autora constrói seu pensamento teórico sobre a função da linguagem para a memória de uma sociedade, assumindo que “[...] as convenções verbais produzidas em sociedade constituem o quadro ao mesmo tempo mais elementar e mais estável da memória coletiva [...]” (Ibid., p. 55). Com tal pensamento, a autora atribui especificamente às narrativas de memória orais tal função, afirma ainda, que os indivíduos de um grupo social que podem melhor fazê-las são os “velhos”, para eles, a autora confere a qualidade de ter memórias que melhor represente a memória de uma coletividade.

Pois, Bosi (1995) afirma que na velhice as pessoas são a memória de seus grupos sociais e sua função social é lembrar e tais lembranças acabam expressando a memória de determinada coletividade, ao afirmar que:

Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade [...] (BOSI, 1995, p. 63).

A autora argumenta que, nas lembranças de uma pessoa “velha”, retém-se um contexto social bem definido: diferentemente das de um homem adulto que está em plena atividade na sociedade e tem suas atenções mais voltadas ao presente, os “velhos” “já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e definidas; eles já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis” (Ibid., p.60), portanto, “a velhice é a fonte de onde jorra a essência de cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara.” (Ibid., p.18). Daí a especificação que instituímos, de tomarmos apenas os depoimentos de memória dos “velhos”, dada a maior condição de apreendermos a memória do grupo.

Nesse sentido, as narrativas de memória sobre a cidade (centro histórico) ofereceram-se de modo simples, não foi difícil encontrar pessoas idosas dispostas a falar sobre o passado de Laranjeiras^[34]. Estes demonstravam prazer em discorrer sobre “aquela Laranjeiras”, como por vezes a ela referiam-se. Embora, a Laranjeiras de que falavam,

[34] Com autorização dos narradores, os depoimentos foram gravados e transcritos apenas os trechos utilizados.

estivesse distante temporalmente em relação às práticas cotidianas, entendemos que espacialmente ela ainda “vive” encontrando suportes físicos, entre eles as ruínas do conjunto histórico.

O que pudemos perceber com os depoimentos é que a memória compartilhada, entre o grupo do centro histórico, apesar de decorridos aproximadamente 150 anos, remetem-se fortemente ao tempo em que a cidade era um empório comercial no século XIX, através de seus elementos físicos, que depõem a seu favor. Vejamos o que nos disse “Sr. Pedro”^[35] ^[36] (78 anos), residente à rua João Ribeiro, nascido e criado em Laranjeiras:

“[...] por ali por aqueles depósitos lá da frente, lá na beira do rio (referindo-se aos trapiches) é que vinha o açúcar, vinha e saía, naquele tempo aqui era rico, tinha muito comércio, muito comerciante vinha aqui pra comprar, vinha gente até de fora do estado [...] vendia de tudo ali num era só açúcar não, naquele tempo a cidade era outra meu fio, num era isso que é hoje não [...] ah! que ver outra coisa que agente tinha aqui muito boa? [...] aqui atrás passando essa ponte aí (referindo-se a Ponte Nova, de meados do século XIX), era onde matava os boi, agente comprava as carne lá, o povo ia pra lá, era carne viu! hoje se acabou também ta lá caindo aos pedaço, mas também essa época era outra né? [...]” (Sr. Pedro, 2010).

O que pudemos perceber é que o narrador se referiu às edificações dos antigos trapiches, sem fazer referência à Universidade Federal de Sergipe, qual se alojou, como já visto, em todas as estruturas daquele espaço, após recente restauração e reforma de todo aquele conjunto arquitetônico. As lembranças de uma cidade rica foram expostas em ligação a algumas edificações (trapiches) que tiveram toda importância no momento de fausto da cidade. Segundo “Sr. Pedro” as memórias de Laranjeiras, nessas circunstâncias, já não são apenas dele, precisamente assim ele nos diz: “meu pai e minha mãe me contavam como era a cidade no tempo deles, mas algumas coisas que eles diziam, eu ainda peguei”.

Surge então, a primeira recordação evocada para uma ruína, o matadouro público, qual afirma “Sr. Pedro” ser comum a população comprar as carnes que consumiam, nos chama atenção ainda, o fato dessa edificação, estar um pouco afastada da região central do núcleo urbano, ainda que esteja inserida no perímetro tombado do centro histórico, ainda assim, de algum modo, ordenava um fluxo grande de pessoas, segundo “Sr. Pedro”.

[35] Os nomes utilizados são fictícios. Intencionamos preservar a privacidade dos narradores.

[36] Narrativa obtida em 13 de agosto de 2010.

De tal maneira, pensamos em Halbwachs (2006) quando assevera, que nosso pensamento precisa se fixar, “[...] para que essa ou aquela categoria de lembrança reapareça, [...] no espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre tivemos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir [...]” (Ibid., p. 170), talvez resida aí, a explicação para o modo como o “Sr. Pedro” lembrou-se do matadouro. Após algumas lembranças da cidade faustosa, refez alguns caminhos, e provavelmente fixou-se à “Ponte Nova”, no que o levava até ela, assim, chegou ao “Matadouro Público”, lembrando-se do que lá faziam as pessoas; ainda que este se encontre em ruína, como o próprio, narrador ressaltou.

A conversa com “Sr. Pedro” estendeu-se de modo que não pudemos continuar a busca de narrativas de memória naquele mesmo dia, pois, além das memórias narradas, sobre o trapiche, o comércio da cidade e o matadouro. Serviu-nos, também, como um informante, no sentido antropológico, uma vez que nos forneceu o nome e endereço de algumas outras pessoas idosas da cidade, quais ele sabia que haviam nascido e sempre residiram no centro histórico, além das que já havíamos estabelecido contato, em razão da observação descritiva, e através desses constituímos nossos depoimentos.

Quando retomamos as investigações, mais uma vez tivemos um depoimento que ligava um edifício da área próxima a UFS, ao período de glória de Laranjeiras. Desta vez o Mercado Municipal e a Praça Samuel de Oliveira, que à época era apenas a “praça da feira”, como vimos anteriormente. Esses dois elementos de arquitetura, juntamente aos trapiches, compunham o cenário do comércio do século XIX. Pudemos verificar esses elementos, no rápido depoimento de “Dona Maria”^[37] (75 anos), residente à Travessa Prof. Oliveira:

“[...] ói Laranjeiras era diferente demais, [...] o que eu me lembro que vovó dizia é que por lá (apontando na direção dos trapiches) é que chegavam as coisas pra vender, e vendia ali na feira mesmo, a feira ainda é lá, onde tem o mercado, aquele mercado é antigo viu! cê sabe onde é? [...] No meu tempo eu ainda alcancei vendendo ali coisa boa, pouquinho coisa, mas no tempo da minha vó vendia muita coisa lá, vendia de tudo, é porque foi acabando né, mas tinha, tinha muita coisa pra vender lá[...]” (Dona Maria, 2010).

A imagem de uma cidade empório comercial, foi única nas narrativas, apoiadas em alguns outros elementos da arquitetura colonial e da cultura laranjeirense. Nesta, a

[37] Narrativa obtida em 14 de agosto de 2010.

narradora lembrou-se do que sua avó contava a respeito de um tempo opulento da cidade, sobre o local onde circulavam várias mercadorias, depositadas nos trapiches. Fez, ainda, menção às suas lembranças de criança, afirmando que, ainda no “tempo” dela, vendia-se algumas coisas naquele local, que ela mesma teria acompanhado a mãe em compras.

Portanto, ao longo de nossa pesquisa e após alguns depoimentos, nesse momento, pareceu-nos consolidado a percepção da “força de atenção” que recai para a Laranjeiras do século XIX, esta, decorre da forma como foi interrompida a continuidade daquele período, não havendo transições, que pudessem minorizar os efeitos, da perda de uma situação econômica privilegiada e forte efervescia cultural, para uma situação de praticamente estagnação socioeconômica.

Tal pensamente encontra sua reflexão teórica no que afirma Jean Duvignaud (2006), sustentado pelos entendimentos de Halbwachs (2006) sobre memória coletiva, o autor discorre a respeito de que uma “força de atenção” para determinado evento num grupo, é tão maior, quanto a ruptura que tenha ocorrido, ocasionando a alteração no ritmo cotidiano e na continuidade daquele momento na vida do grupo, qual se propaga através da memória compartilhada nesse grupo social.

Assim, mais uma vez, encontramos narrativas de memória, que ligadas a elementos físicos do centro histórico, remetem precisamente àquele período da cidade no século XIX. “Dona Antônia”^[38] (79 anos), moradora da Rua da Cacimba, também compartilha alguns comentários acerca da região dos trapiches, espaço que retém para a narradora forte relação de infância.

“[...] Ah, eu andava muito ali, praquelas banda do rio. Mamãe mandava eu e minhas irmãs lavar as panelas com areia lá. Ficava limpinha, limpinha, só vendo. Aquilo ali era pra guardar açúcar, agora é a universidade, num sei pra que? tá bonito o prédio, mas num sei pra que? Ta vendo esse rio aí, assim sujo, era limpinho, limpinho. Eu não vi, mas o povo de minha época contava que passava barco, e barco grande, viu? pra poder trazer os produtos, aqui era uma cidade grande viu! [...]” (Dona Antonia, 2010).

As memórias de “Dona Antônia” relembram os tempos de “moleque”, da “danação”, como afirma, o rio era o momento de lazer, não muito aceito pelos pais, mas as “moças” não se furtavam à uma visita ao rio Cotinguiba. Os trapiches estão em suas

[38] Narrativa obtida em 14 de agosto de 2010.

memórias com os mesmos propósitos para os quais foram constituídos, pudemos até perceber, uma contida repulsa sobre este aspecto, não conseguimos interpretar com clareza se por causa, da reforma em si, ou por conta da instalação da Universidade.

Damos prosseguimos a apreender a memória compartilhada pelos habitantes do Centro Histórico sobre a cidade. Fazemos uma observação que no tecer da memória coletiva encontramos referências ao patrimônio imaterial da cidade, especialmente, às festas populares. Ao aprofundarmo-nos na investigação, concluímos, que quando a memória quer lembrar-se de uma Laranjeiras de riqueza e imponência, esta se liga as edificações e ruínas de seu centro histórico, e quando quer recordar uma cidade de efervescência cultural associa-se aos bens imateriais.

Em aproximadamente 2 horas de conversa, “Dona Graça”^[39] (70 anos), residente à Praça Possidônia Bragança, foi uma das narradoras que mais contribuiu com suas memórias, à medida em que se lembrava de um acontecimento ou de um aspecto da vida da cidade, uma outra recordação logo lhe surgia. Assim, relembrou muitas festas, e se autodenominou como uma “moça festeira”, dizendo que enfrentou muitas vezes o pai para poder “estar nas festas”.

“[...] Ave Maria, papai? Nossa, fica as voltas com agente. Mas a gente corria por essas ruas (risos). Mas não era como esse povo de hoje não, se tinha muito respeito. Lembro de uma vez que papai foi pegar a gente no rio, ele não gostava não, moça não andava no rio. Mas a gente inventou tanta história, papai não batia não, mas a gente não botava a cara na rua. [...] As festas que eu mais ia era o carnaval, mas era bom demais. Sai ali da praça da matriz, eram dois blocos, o "Minerva" e... (a narradora não se lembrou), mas a gente brincava muito. Era bonito, a gente passando por esses casarões, as ruas estreitas e cheia de areia. [...] não tinha violência nenhuma, todo mundo se conhecia, mas também não era essa pobreza que é hoje não meu filho! [...] É tanta gente pobre aqui em Laranjeiras, você já foi pro lado da Comandaroba? Ave Maria, é uma tristeza só, o povo não tem nem o que comer. Não tem emprego, não tem nada, nada nessa cidade. Laranjeiras já foi uma cidade muito rica, de prestígio, papai ainda pegou uma fase boa, eu um pouquinho, [...] falava que era melhor, mas eu acho que a fase dele é melhor que a nossa, mas já tava ficando pior [...] o São João aqui que era bom, a gente ia na casa de um de outro. [...] Quem quisesse ia ter São João. Meu pai dizia! vai ser aqui em casa! aí a gente arrumava tudo, era tanta comida, aí chegava os cantadores, era umas cantigas bonitas. [...] mas isso tudo se acabou de repente [...]” (Dona Graça, 2010).

[39] Narrativa obtida em 17 de setembro de 2010.

“Dona Graça” fez considerações a respeito dessas festas, tecendo-lhes elogios, afirmando que eram bonitas, alegres, sem violência, que vinham pessoas de todo o estado, porém, afirma que não há mais nenhuma representação dessas festas, em nenhuma das manifestações culturais da cidade atualmente. As festas nas ruas de Laranjeiras, de certo modo, dão a narradora lembranças dos espaços do centro histórico. Portanto, não deixou de comentar a respeito das ruas estreitas e dos casarões, além de ter evocado lembranças de aspectos bem cotidianos da cidade à época, gerais e culturais.

“[...] Laranjeiras sempre foi uma cidade de cultura, a gente sempre escutou isso, escutava muito isso [...] Ali era um teatro (apontando para frente de sua residência), diziam que foi construída pro Rei, quando ele teve aqui. Você sabia que ele teve aqui? É! ele teve aqui e ficou lá na Sant’anhinha, lá na frente na entrada da cidade, tem ainda umas pedra lá do casarão que ele ficou, já viu? [...] Aqui tinha até cinema, ali no calçadão, mas tudo foi se acabando, meu filho. Ninguém sabe como, só sei que tá tudo aí largado, acabado [...]” (Dona Graça, 2010)

Dessa narração de memória de “Dona Graça”, percebemos alguns aspectos importantes. Primeiro ela refere-se ao Teatro São Pedro, qual já vimos anteriormente (ver figura 90 no anexo 08), este, encontra-se em estado de ruína, localizado bem próximo à sua casa, e de algum modo, auxilio-a na evocação de uma lembrança. Depois num misto de dúvida e segurança, afirma lembrar, auxiliada, em certo modo, pela ruína do Teatro São Pedro, que o “Rei” esteve em Laranjeiras, referindo-se a uma suposta visita que o Imperador D. Pedro II, teria feito à cidade em 1860, porém, nessa data a narradora não era nascida.

Assim, podemos perceber traços do entendimento de Halbwachs (2006), sobre a memória, que afirma que nossas memórias individuais, não são resultado apenas de nossas experiências, mas sim, de uma construção pela memória compartilhada em grupo, através das experiências de outros. A Sant’anhinha, a qual se refere, é uma fazenda particular, (nos limites do conjunto histórico tombado), que abriga as ruínas de um antigo casarão (ver figura 94 no anexo 08) onde supostamente teria se hospedado o Imperador, quando de sua visita. Trate-se, assim, de mais um elemento em ruína que auxilia nas suas recordações. O cinema a que se refere, possivelmente é o Cine Teatro-Iris (ver figura 55), que também está em ruínas, sua construção é do final do século XIX e início do século XX (SILVA; NOGUEIRA, 2007, p. 83).

Sabemos que esse momento é cedo para afirmar algo. Porém, já aqui, tivemos a nítida impressão de que a ruína é mesmo o “traço de arquitetura com maior poder de evocação do passado na origem de sua apreciação da transitoriedade dos poderes terrenos e das conquistas humanas” (MENEGUELLO, 2000, p. 93) como assevera Cristina Meneguello.

A narradora, ainda fez ponderações sobre a categorização de “cidade histórica”, que tem Laranjeiras:

“[...] a cidade é velha se você andar por aí vai ver que é. Essa casa aqui do lado mesmo, é velha, muito velha. [...] Era um pessoal rico que morava aí, aí a dona morreu, deixou pra filha, que deixou pra neta, depois deixou aí e foi embora pra Aracaju, nunca mais ouvi falar. [...] Lá em cima, lá! em cima, tinha um hospital, [...] eu num alcancei não, quando eu vi já tava assim (referindo-se ao estado de ruína da edificação), tá como o teatro né? só tem uma parede. [...] a cidade é assim toda velha, só não sei se isso é bom, os turista vem aqui tira foto, e o povo na miséria. [...] (Dona Graça, 2010)

Os relatos de “Dona Graça” alongaram-se, saudosa, relembra as missas aos domingos na companhia da mãe. Relembra alguns fatos, afirmando que muitas pessoas também sabem do que ela está discorrendo. Dentre esses destacamos o que teria ocorrido com Lampião no “Hospital Velho”, por estar diretamente ligado a uma ruína do centro histórico. Assim, brevemente narra o que lembra:

“[...] eu ouvia dizer direto que lampião foi operado lá. (referindo-se às ruínas do Hospital) ele num tinha um olho cego? [...] pois! foi aí que ele operou daquele olho, aí mesmo no hospital velho com o Dr. Bragança. [...] era o melhor hospital da época por aqui, mas também né! todo mundo queria morar em Laranjeiras [...]” (Dona Graça, 2010).

Aqui tivemos mais uma lembrança que foi evocada fixando-se num elemento de arquitetura em ruína, a autora ressaltou que as pessoas de um modo geral conhecem esse evento, provavelmente, por estar fortemente detido na memória da coletividade.

As lembranças de “Sr. Paulo”^[40] (72 anos), residente à Rua Horácio Hora, em certa medida, confirmaram o que nos havia dito “Dona Graça”, e uma similar narração sobre o evento que teria ocorrido com Lampião no “Hospital Velho” repetiu-se.

[40] Narrativa obtida em 28 de setembro de 2010.

“[...] Já teve muita gente importante aqui, aquele... (O narrador interrompe seu relato para tentar lembrar o nome de D. Pedro II, sua neta o relembra) [...] já teve aí, veio por esse rio sujo de barco, aí passava barco grande. [...]. Era muito bonita e rica [Laranjeiras], hoje tá acabada, acabou tudo. [...] tem uma coisa que aconteceu aqui, que todo mundo lembra [...] Lampião aprontou aqui, ele foi se internar né? num sei como é o nome não, lá no Dr. Bragança, lá! no hospital velho. E diz minha mãe que ele foi atendido, passou uma semana na casa dele, [...] só quando foi embora deixou na parede com carvão, dizendo que ele tinha operado Lampião, um negócio assim, dizendo que era lampião, mas isso eu num vi, [...] minha mãe também dizia. Mas é aquela coisa, quando o povo fala... né? [...]” (Sr. Paulo, 2010).

O “Sr. Francisco”^[41] (60 anos) tem sua residência numa travessa que fica ao lado das ruínas do “Hospital Velho”, e enquanto caminhávamos, buscando compreender a estrutura da ruína, fomos abordados por este senhor, desejo em saber o que estávamos fazendo, segundo ele, com o intuito de contribuir. Embora tenha sido o mais jovem entre os narradores que abordamos, teve uma considerável contribuição de narrativas de memória sobre o Hospital Velho.

O “Sr. Francisco” guiou-nos pela ruína, e a todo instante dizia não entender o porquê de não haver um cuidado com a ruína, pois este “achava ela bonita e ninguém cuida”. Afirmou-nos saber que a mesma pertence, ainda, a Família Bragança, e continuava a dizer que não entendia o motivo de algo “tão bonito, com tantas histórias se acabar”. Não demora muito e começa a relatar-nos o evento mais repetido, entre os narradores, a respeito dessa ruína.

“[...] Já ouviu a de Lampião? Todo mundo na cidade sabe disso, todo mundo não, os mais velhos, os novos não querem saber de nada, não tem paciência de conversar com ninguém, eu sei porque conversava muito quando era menino com o povo mais velho, lá na igreja [...] pois é, dizem que Lampião foi operado aí. Dizem que ele chegou e logo o Dr. foi atender. Dizem que foi muito bem cuidado, aí mesmo nesse casarão acabado aí, até ficou se recuperando uma semana na casa de Dr. Bragança, essa do lado. Nessa época a cidade era muito bonita muito rica e esse médico era bom sabe. Mas ele teria feito um acordo com ele. Ele seria tratado, não seria cobrado um tostão, mas deveria dar a palavra de que não ia passar mais em Laranjeiras, que ele nunca viesse aqui. E ele fez assim mesmo. Dizem que ele era um homem de palavra, e nunca mais botou o pé aqui em Laranjeiras, pode perguntar a qualquer um aí se Lampião abusou em Laranjeiras. Dizem que na época o povo aqui nem sabia dele, e nas outras cidades todo mundo já conhecida [...]” (Sr. Francisco, 2010)

[41] Narrativa obtida em 25 de setembro de 2010.

Percebemos que se trata de uma versão um pouco dispare da suposta passagem de Lampião em Laranjeiras pelo “Hospital Velho”. Contudo, notamos haver nexos entre todas as narrativas de memória atribuídas a ruína do hospital, e no que mais nos importa à pesquisa, verificamos haver recorrência na citação desta ruína, em todas as vezes que houve o relato da passagem de Lampião e em boa parte das lembranças que buscaram demonstrar elementos de uma cidade “velha”, ou para demonstrar a riqueza de um tempo.

Sobre a diferenciação nas narrativas, sobre um mesmo fato, Bosi (1995) compreende que há limitações nas narrações, decorrentes da percepção da vida, no presente, pois, cada indivíduo tem suas próprias. De modo que “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as ‘experiências’ do passado” (BOSI, 1995, p. 55).

“Dona Clara” (88 anos)^[42], a moradora mais idosa entre os entrevistados, de certa forma, detém uma espécie de autoridade narrativa, sobre o passado da cidade, atribuída por todos os outros narradores, de certo pela idade. Recebeu-nos com satisfação, pois, afirma que tem prazer em repassar o que viu sobre a cidade, demonstrando interesse em expor suas memórias. Essa atitude nos fez pensar no entendimento de Bosi (1995) acerca da velhice, especificamente, sobre a atribuição de narrar o passado, como função para a sociedade.

“Dona Clara” nos foi capaz de relembrar com bastante lucidez os momentos de sua infância e a cidade está sempre como cenário e mais uma vez, um narrador dedicou parte do seu tempo a narrar o evento ocorrido no Hospital Velho, destacando a Laranjeiras de “outros tempos”: rica e importante.

“[...] quando era pequena, era atendida aí no Hospital Velho. Mamãe me levava [...] era um hospital bom viu! na época Laranjeiras precisava de um hospital daquele, hoje! [...] nunca fui atendida por Dr. Bragança, eu me lembro que ele foi médico de minha mãe por muitos anos [...] o que o povo fala de lampião é verdade, o povo na cidade contava e mamãe dizia também [...] ele operou o olho aí, mas não foi como o povo conta, que foi logo que ele machucou não. [...] ele se machucou pras banda de lá aí se tratou em outro lugar aí, e como sabia que Laranjeiras tinha médico bom e o olho tava inchando, ele bateu aqui. E vou dizer uma coisa viu! foi muito bem tratado, aquele hospital era o melhor daqui de Sergipe, ficou uma semana aí. Aí, só depois que tava bom disse assim pro Dr. Bragança: -sabe quem sou eu? Dr. Bragança num sabia né, porque ele não tava com roupa de cangaceiro e nem

[42] Narrativa obtida em 30 de outubro de 2010.

agente tinha televisão nem essas coisas pra saber, ai ele disse que era Lampião e disse que por causa daquilo ia fazer um acordo com ele, num ia aparecer em Laranjeiras pra roubar, mas quando precisasse voltava, mas ele nunca mais apareceu não [...]” (Dona Clara, 2010).

Vale ressaltar que em todas as narrativas tomadas, que tiveram o “Hospital Velho” como cenário, a condição de cidade empório no passado foi citada, como suposto motivo de Lampião ter ali estado. Vimos tal postura, em expor que a cidade onde nasceram já foi opulenta e imponente, em outras narrativas, utilizando-se, de algum modo, das estruturas arquitetônicas da cidade. Nesse sentido, as ruínas tiveram maior força e tal recorrência dessa postura, nos fez, *priori*, pensar num certo sentimento de pertencimento àquele “lugar” (LEITE, 2007), qual teve nas ruínas, importante auxílio.

“[...] Eu não conheci meu pai, ele era alemão [...] foi embora pra lá e nunca mais tive notícia, me deixou pequena, na época esse povo Europeu andava muito por aqui, eu me lembro quando eu era mocinha ainda aparecia alguns [...] minha avó falava muito do teatro, eu não alcancei não, mas acontecia muita coisa lá que eu sei, é ai na frente, [...] hoje é só as paredes, mas acho que ainda dá pra ver como era bonito. Também! foi construído pra D. Pedro, quando ele veio aqui [...] a ponte nova também [...], por isso que o nome é ponte nova (risos) [...] Laranjeiras era muito rica, pra você ver naquela época aqui já tinha cinema, oh! tempo bom viu [...] a gente vivia bem aqui [...] eu gosto daqui, mesmo do jeito que tá eu me lembro muito daquela época. [...] (Dona Clara, 2010).

Após alguns dias dedicados à captação de narrativas de memória, percebemos haver similaridade de conteúdo do que lembravam os narradores, com alguns pequenos desvios, próprios da ação de narrar lembranças (BOSI, 1995, p. 55). De tal modo, diante deste fato e da considerável quantidade de material que já havíamos obtido, decidimos dar por encerrada esta fase da pesquisa. Nosso trabalho, naquele instante, voltou-se para a transcrição e análise das narrativas que entendemos pertinentes à nossa investigação. Isto feito e, em paralelo, concluída a observação direta descritiva a que nos propomos no início deste capítulo é chegado o momento de numa breve reflexão concluirmos mais esta etapa da pesquisa.

O esforço empreendido no segundo capítulo, de contextualização e apreensão do passado áureo da cidade, e a relação daquele grupo com os elementos físicos, juntamente com a observação descritiva direta e a tomada das narrativas de memória revelaram-nos com nitidez a presença de algumas edificações em ruínas localizadas no centro histórico, dispostas

a auxiliar a evocação de lembranças que remontam ao fausto de Laranjeiras, bem como a continuidade, em certo modo, do pensamento e das práticas sociais.

Conseguimos também apreender os sentidos que a cidade atribui para os moradores. Apesar de estarmos no século XXI, Laranjeiras pouco se distanciou do século XIX, a paisagem da cidade pareceu-nos não ter avançado no tempo, o espaço urbano, ainda tem como práticas, sem sentido, as mesmas do século de ouro, algumas nos mesmos espaços, a cidade a todo instante pareceu-nos querer imputar um retorno no tempo, a seus próprios, e estes, por sua vez, não parecem tão incomodados, exceto pelo fator econômico.

Nas narrativas colhidas observamos episódios acontecidos nas ruínas e mesmo, alguns, ocorridos exteriormente a elas, mas que por elas são evocados. Notadamente, as Ruínas do Teatro São Pedro e do Hospital de Misericórdia São João de Deus (conhecido como Hospital Velho), estas são as ruínas que observamos com maior recorrência nas descrições que aludem ao momento vivido na cidade no século XIX, possibilitando uma maior “força de atenção” (HALBWACHS, 2006) na evocação de lembranças de tal passado. Corroborando com o argumento de Meneguello (2000) sobre a força em evocar o passado das ruínas

Todo este trabalho de observação em campo e as apreciações que aqui se desdobraram, serão objeto de uma análise conclusiva sobre meu problema de pesquisa em minhas considerações finais, quais seguem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trajetória do desenvolvimento de Laranjeiras, o apogeu socioeconômico, que viveu de meados do século XIX ao início do século XX, de certo modo, foi o que a colocou na categorização de cidade histórica. Tendo em seu “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico”, a representação “oficial” daquela época. Porém, para além de tal representação, naquele século (XIX), a cidade já consagrada, era disputada por políticos, intelectuais e homens de posse, não necessariamente por seu conjunto arquitetônico, mas, por ter desenvolvido um modo de vida tipicamente urbano. A cidade consolidava-se, em meados do século XIX, como o maior núcleo urbano de Sergipe, investindo na edificação de algumas dezenas de “equipamentos urbanos de serviços e culturais” (LEFEBVRE, 2002) para organização e atendimento da crescente população, pouco visto, ou não visto em outras cidades à época.

Contudo, no início do século XX a cidade inicia-se num forte declínio econômico, resultado de alguns fatores, que explicitamos no segundo capítulo, e os “ilustres” homens que ali residiam evadiram-se para a recém-criada capital Aracaju, buscando maiores e melhores condições econômicas e sociais. Laranjeiras sentiu profundamente, a maneira abrupta como se declinou. Seu descenso econômico é sentido hodiernamente, refletidos em uma ampla estagnação social.

Aparentemente isto poderia ter um reflexo negativo para a memória do grupo, porém, Jean Duvignaud (2006), no prefácio da obra de Maurice Halbwachs (2006), faz uma reflexão apoiado em seus postulados, afirmando que a quebra abrupta, no ritmo cotidiano e na continuidade de um momento, acaba que por acarretar em uma observação com maior atenção para aquele instante, que se propaga através da memória compartilhada do grupo social pertencente àquele contexto. De tal modo, o processo de rápido declínio vivido em laranjeiras, no início do século XX, tendeu a permitir uma maior “força de atenção”, ligando a memória do grupo àquele momento (HALBWACHS, 2006, p. 38), em nosso caso, pelo patrimônio material.

O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Laranjeiras, de certo modo, resistiu e atravessou incólume pelos solavancos causados pela decadência econômica e social que se abateu à cidade. Portanto, as estruturas arquitetônicas e edificações deste conjunto naturalmente dispuseram-se à representação de um período: para o país, representando o “Brasil Colônia”, numa arquitetura que testemunha a presença da cultura europeia no Brasil,

principais valores que levaram o IPHAN, em 1996, a tombar por completo tal conjunto. E para os habitantes da cidade, auxiliando-os em sua identidade e à sua memória.

Para a memória. No terceiro capítulo deste trabalho, observamos as dinâmicas do grupo social dos moradores do Centro Histórico de Laranjeiras. Percebemos, então que os elementos constitutivos do patrimônio histórico, inclusive suas ruínas, revelaram-se vultosamente presentes no cotidiano de seus habitantes, dando sentido às suas ações. Percebemos ainda, que para além da vida urbana da cidade continuar a ser experienciada naquele espaço, o elemento físico, tal como estão, serve para os habitantes fixar seus pensamentos para evocar lembranças do “quadro social de memória” (HALBWACHS, 2006).

Nesse sentido as discussões apresentadas no primeiro capítulo dessa pesquisa, sobre patrimônio, ruínas e memória social, trouxeram-nos luz à análise do envolvimento do grupo com seu patrimônio arquitetônico em ruína, pelo viés da memória.

O pensamento de Maurice Halbwachs (2006), afirma que a capacidade do indivíduo de evocar lembranças, está estreitamente ligada ao contexto espacial do grupo ao qual o indivíduo se liga. “Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo enquanto membro do grupo, é o grupo em si que, dessa maneira, permanece sujeito à influência da natureza material [...]”, pois, “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (Ibid., p. 163).

No que tange as ruínas, Fortuna (1997) pondera que, apesar do tempo impô-los seus efeitos naturais, lhes ocasionando perdas materiais, quais, *priori*, “pudessem contribuir para a destituição desse patrimônio (sentido) construído sob o efeito do social, fá-lo só parcialmente e não lhe retira, e eventualmente até reforçará, a sua capacidade de funcionar como instrumento a serviço de estratégias simbólicas” e, em nosso entendimento, também de atualização da memória coletiva. O autor afirma que “tal argumento é particularmente aplicável ao caso das ruínas das cidades históricas.” (Id., p. 15)

Diferentemente de outros elementos físicos que constituem o patrimônio material de uma cidade histórica, as ruínas de antigas edificações, imprimem um modo particular de relação com o grupo ao qual se ligam, especialmente, como forma de conhecimento do passado. Segundo Cristina Meneguello (2000), são elas o único elemento físico do patrimônio de uma cidade “que habitam simultaneamente dois tempos, o corrido e o presente.” (Id., p.83), e portanto, a autora afirma que “a ruína tem sido o traço de arquitetura com maior poder de evocação do passado [...]” (Id., p. 93).

Deste modo, tomados por tais premissas, e em apreciação as observações diretas à campo, que nos revelaram uma forte e constante presença dos elementos arquitetônicos do centro histórico, na vida cotidiana dos cidadãos, fomos em busca de uma análise. Naquele espaço continuam a estabelecerem-se, como no século XIX, experiências urbanas similares. Nesse sentido, pensamos em Halbwachs (2006), que afirma que “quando um grupo humano vive por muito tempo em um local adaptado a seus hábitos, não apenas seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens materiais que os objetos exteriores representam para ele” (Id., p. 163).

A tal respeito, Carlos Fortuna (1994) aponta uma sustentação deste argumento, ao brevemente explicitar os contributos de Norbert Elias e Michel Foucault, na consideração da forma como os fatores externos, socioambientais e, seus elementos físicos associam-se às identidades e às memórias:

Devemos aos contributos de ilustres analistas como N. Elias e M. Foucault a compreensão do modo como os fatores externos, de natureza socioambiental, que intervêm na formação das identidades dos sujeitos, tendem a ser interiorizados, fazendo aproximar a sua identidade da sua subjetividade. As identidades passaram a ser entendidas como expressões compósitas de intersubjetividades, em que a fronteira entre fatores intervenientes externos e internos se tornou impossível de decifrar. [...] Desde M. Foucault que se reconhece que os elementos físicos de uma sociedade interferem nas classificações simbólicas da ação social. Ou seja, a cultura material contém um valor simbólico com consequências práticas nas relações sociais e da memória. (FORTUNA, 1994, p. 02)

Desta forma, compreendemos que as edificações do Centro Histórico de Laranjeiras, as quais não sofreram restauro, ou algum tipo de intervenção, que pudessem muito descaracteriza-las, seja fisicamente e/ou pela atribuição de usos bastante distintos dos originais, levando em consideração aqui, que “o local recebe a marca do grupo e inversamente, o local, imprime no grupo seu significado” (HALBWACHS, 2006, p. 159), estas edificações mantêm-se, associadas a uma cidade do século XIX, na memória coletiva daquele grupo, disposição que recai com maior força para as ruínas, por terem maior poder de evocação do passado (MENEGUELLO, 2000). Assim, esses elementos retêm grande parte da composição de identidade e da história imaginada sobre Laranjeiras que partilham seus habitantes.

Portanto, compreendendo que há reverberações na memória coletiva, decorrentes

da interação do grupo, com os elementos de arquitetura, presentes no espaço que integram, e, observando, o que nos apontou o segundo e terceiro capítulo desta pesquisa, no que tange ao modo como o espaço do centro histórico e seus habitantes relacionaram-se em épocas distintas. Vimos então, que há forte ligação do grupo social que constitui o centro histórico da cidade com os elementos físicos do século XIX, com atribuições de sentidos similares em ambas as épocas.

Tudo isto, apoiando-nos nas proposições conceituais sobre a “memória coletiva” (HALBWACHS, 2006) e as “ruínas” (FORTUNA, 1997; MENEGUELLO, 2000), debruçamo-nos a por explicação ao nosso problema de pesquisa, e, portanto, apreender o modo como se entremeia o elemento arquitetônico em ruína na memória do grupo social do centro histórico de Laranjeiras.

Após uma série de exposições e observações, é chegado o momento de findarmos nossa pesquisa. A conclusão a que chegamos vai ao encontro de uma compreensão, que afirma que através das ruínas do centro histórico de Laranjeiras, tal como são, os indivíduos que habitam e experienciam aquele espaço, em menor ou maior grau, recebem os estímulos para apreensão do passado da cidade, decorrente de sua peculiar materialidade. E, entremeados à “memória coletiva” daquele grupo, fixam seus pensamentos individuais com maior força nesses elementos para lembrar-se da cidade áurea, ainda que não tenham vivido aquele tempo.

Por sua vez, a “memória coletiva” do grupo dos habitantes do centro histórico de Laranjeiras, construída em si, frequentemente utiliza-se das ruínas inscritas neste espaço, para por maior “força de atenção” à um tempo honroso da cidade, fortemente representado e imaginariamente compartilhado naquela sociedade.

De tal modo, como contribuição à discussão das políticas de patrimônio no Brasil, especialmente as que empregam o restauro em centros históricos, pois, frequentemente geram distorções em direção a uma história espetacularizada, para o bem restaurado, e pensando numa cidade construída e vivida por seus habitantes, como apregoa as bases da sociologia das cidades, arrazoamos ser pertinente, apreender as possíveis relações que em edificações em ruínas apresentem-se para com o grupo social que as circunscrevem, e só então, revisitá-las à luz dessas relações.

Nesse sentido sinalizamos como proposta, uma observação analítica das ruínas pela memória das cidades, pois, são elementos que se intercalam e estabelecem interseções

em dado momento e, como categorias de análise social da cidade podem auxiliar-nos a compreender o imaginário construído (história imaginada) em torno de determinado espaço.

Dito isto, e parafraseando Henri Lefebvre, com o seu “Direito à Cidade”. Diremos que a cidade e seus habitantes têm o “Direito à Ruína”.

REFERÊNCIAS:

ADORNO, Theodor W; **HORKHEIMER**, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1964.

ALVES, Francisco José. *Sobre os bens sergipanos tombados – nota prévia*. 2010. Disponível em: <<<http://2008.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=1677>>> Acessado em: 05.05.2010.

ARANTES, Antônio A. *Documentos históricos, documentos de cultura*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 22, p. 48-55, 1987.

_____. *A Guerra dos Lugares: fronteiras simbólicas e liminaridade no espaço urbano de São Paulo*. In: Fortuna, Carlos (org.) Cidade, Cultura e Globalização. Ensaios de sociologia. Oeiras, Celta Editora, 1997.

_____. *Patrimônio Cultural e Nação*. Tradução de Andrea Borghi. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (org.). Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira. São Paulo: Scritta, 1997.

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006.

AZEVEDO, Paulo de. (Coord.) *Plano Urbanístico de Laranjeiras. Vol. I, II e III*. Salvador: Grupo de restauração e renovação arquitetônica. FAU-UFBA. Salvador, 1975.

BARRETO, Luiz Antonio. *Laranjeiras, tradição e resistência*. Infonet. 2006.

Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=43221&titulo=Luis_Antonio_Barreto>>

_____. 8 de julho de 1820 (E de Sempre). Infonet. 2004.

Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=24915&titulo=Luis_Antonio_Barreto>>

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Origem do drama barroco alemão*. Tradução Sérgio P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. O Narrador - considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985b.

_____. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. Em: *Obras Escolhidas III*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. A Modernidade. In: *Obras Completas III, Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BIBLIOTECA VIRTUAL DO IBGE. *Documentação Territorial do Brasil*. São Paulo, 1997.

Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/sergipe/laranjeiras.pdf>>. Acesso em: 28.02.2009.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAVALCANTE, M.J.M. *O Jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional*. Fortaleza: [s.n.], 2000.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Vol. 2. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHOAY, François. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação liberdade, 2001.

CURY, Isabelle. Org. *Cartas Patrimoniais*. 3^o. Ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DANTAS, Beatriz Gois. *A Taieira de Sergipe: uma dança folclórica (em português)*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. *Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *Textos para a história de Sergipe*. Con Diana Maria de Faro Leal Diniz, y Felisbelo Freire. Editora Universidade Federal de Sergipe, 1991.

DANTAS, Beatriz Gois. Laranjeiras: Entre o passado e o presente. . In: **NOGUEIRA, Adriana Dantas; SILVA, Eder Donizeti da.** (Org.). *O despertar do conhecimento na colina azulada: a Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras*. 1 ed. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2009.

DURHAM, Eunice. Cultura, patrimônio e preservação. In: **ARANTES, Antonio A.** (org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In: **HALBWACHS, M.** *A memória coletiva*. São. Paulo: Centauro, 2006.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. *Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp*, Campinas, v. 9, p. 101-127, 2003.

EMDAGRO. *Informações Básicas Municipais, Município de Laranjeiras*, Sergipe: ASPLAN, 2008.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo, Studio Nobel, 1995.

_____. *Culturas globais e culturas locais*. In: **FORTUNA, Carlos** (org.). *Cidade, Cultura e Globalização. Ensaios de sociologia*. Oeiras, Celta Editora, 1995.

FERREIRA, Jurandyr Pires. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Vol. XIX – Alagoas e Sergipe*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

FORTUNA, Carlos. *Por entre as Ruínas da cidade: O patrimônio e a memória na construção das identidades sociais*. Coimbra, Oficina do CES - Centro de Estudos Sociais, 1995.

_____. As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Anpocs, ano 12, n. 33, 1997.

_____. *Destradicionalização e Imagem da Cidade: o caso de Évora*. In: **FORTUNA**, C. (org.). *Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras, Celta Editora, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1975.

FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes/Governo de Sergipe, 1977.

GALVÃO, José Raimundo.; **MAGALHÃES**, Martha S. de Farias. Laranjeiras: Entre o passado e o presente. In: **NUNES**, Verônica Maria Meneses.; **NOGUEIRA**, Adriana Dantas. (Org.). *O Despertar do conhecimento na Colina Azulada: a Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras*. São Cristóvão: Edufs, 2007.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou, São Paulo: Centauro. 2006.

HUME, David. *Tratado Da Natureza Humana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico*, 2001.

_____. *Censo Demográfico*, 2010.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Inventário Nacional de Bens Imóveis Sítios Urbanos Tombados Inbi-Su*. Editora: Senado Federal, 2007.

_____. *Área tombada do município de laranjeiras*. 1 planta: color; 1/1000, 2009 (sobre voo de 2003).

_____. *Relatório Anual De Conservação E Manutenção Laranjeiras*. 2009.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte, UFMG, 2002.

LEITE, Rogério P. *Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas*. Sociedade e Cultura, Vol. 8, n 2. 2005.

_____. *Contra-usos da Cidade*. Campinas/São Cristóvão, Ed. UNICAMP/EdUFS, 2007.

_____. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.25 nº. 72, São Paulo, 2010.

LEITE, Rogerio P.; **PEIXOTO**, Paulo. Políticas urbanas de patrimonialização e contrarrevanchismo: o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto. *Cadernos Metrópole* 21 pp. 93-104. 2009.

LIMA, Elaine Ferreira. *Enobrecimento Urbano e Centralidades: A (Re)Invenção do Centro Histórico de Aracaju*, UFS – São Cristóvão, Sergipe, 2008. (Dissertação de Mestrado).

MAIA, Tom; **NASCIMENTO**, José Anderson e **MAIA**, Thereza Regina de Camargo. *Sergipe Del Rey*. São Paulo: Editora Nacional; Rio de Janeiro: EMBRATUR, 1979.

MARCUSE, Herbert - *Eros e Civilização*. Rio de Janeiro. Zahar, 1981.

MATOS, Eloiza Aparecida S. Ávila. *O programa "Aliança para o Progresso": o discurso civilizador na imprensa e a educação profissional no Paraná-Brasil*. In: XI Simposio Internacional Processo Civilizador, 2008, Buenos Aires. XI Simpósio Internacional Processo Civilizador. Buenos Aires : Universidad de Buenos Aires - UBA, 2008.

MENEGUELLO, Cristina. *Da ruína ao edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana*. Unicamp – Campinas. 2000. (Tese de Doutorado).

_____. *A preservação do patrimônio e o tecido urbano*, Parte 1: A reinterpretação do passado histórico (1). Revista Arquitectos, ano 01, ago 2000b.

Disponível em: <<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/01.003/992>>> acessado em 16.10.2011.

_____. *O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos*. Patrimônio - Revista Eletrônica do IPHAN, n. nov-dez, 2005.

MinC, Ministério da Cultura Brasileiro. Programa de Preservação do Patrimônio Histórico urbano. Programa Monumenta. *Regulamento Operativo*. 2006.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do, *A Batalha da fé nos jornais da província de Sergipe*. Aracaju: 2006.

Disponível em: <<http://iaracaju.infonet.com.br/serigysite/ler.asp?id=205&titulo=Artigos_Colaboradores>> acessado em 05.04.2010.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, 1993.

NUNES, Maria Thetis. *História de Sergipe a partir de 1820*. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra; Brasília: INL, 1978.

_____. *Felisbello Freire, O historiador*. In: Caderno de Cultura do Estudante. São Cristóvão, v.4 n. 4, 1987.

_____. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro , 1996.

_____. *Sergipe Colonial I*. 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

_____. *Sergipe Provincial II. 1840/1889*. Sergipe: Editora Tempo Brasileiro, 2006b.

OLIVEIRA, Philadelpho Jonathas de. *Registro de Fatos Históricos de Laranjeiras*. Aracaju: Ávila, 1942.

_____. *História de Laranjeiras*. 2ª ed. Aracaju: Segrase, 1981.

PAES, Jurema Mascarenhas. *Tropas e tropeiros na primeira metade do século XIX no Alto Sertão Baiano*. UFBA, 2001 (Trabalho de Dissertação).

PAIS, José Machado. *Vida Cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo, Cortez, 2003.

PEIXOTO, Paulo, Requalificação urbana, in: **FORTUNA**, Carlos.; **LEITE**, Rogério Proença. (org.), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009.

PORTO, Fernando. *A Cidade de Aracaju – 1855-1865*. Aracaju: Livraria Regina, 1945.

ROCHA, Luciana Machado Ribeiro e.; **SILVA**, Cynara Ramos. TRAPICHE: projeto e obra:. In: **NOGUEIRA**, Adriana Dantas; **SILVA**, Eder Donizeti da. (Org.). *O despertar do conhecimento na colina azulada: a Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras*. 1 ed. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2009.

RUBINO, Silvana. “Gentrification” – *Notas sobre um conceito incômodo*. In **BENFATTI**, D.; **SCHICCHI**, M. C. (Org.). *Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*. Campinas: Puc-Campinas / PROURB, 2003.

SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. *Desruralização versus Urbanização: O Caso de Laranjeiras*. UFS, 2002.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *Memória coletiva & teoria social*. São Paulo: Annablume. 2003.

SANTOS, Fabrícia. de O.. Fundamentos de História do Brasil e de Sergipe e a Museologia: “exercícios do olhar” sobre heranças patrimoniais na cidade de Laranjeiras. In: **NOGUEIRA**, Adriana Dantas; **SILVA**, Eder Donizeti da. (Org.). *O despertar do conhecimento na colina azulada: a Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras*. 1 ed. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2009.

SEMEC, Secretaria Municipal de Educação. *Laranjeiras: sua história, sua cultura, sua gente* / Laranjeiras/SE: Prefeitura Municipal de Laranjeiras, 2000.

SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe (1820-1920)*. Aracaju: Estado de Sergipe, 1920.

SILVA, Eder Donizeti da; **NOGUEIRA**, Adriana. D. . Lançando um olhar sobre o Patrimônio arquitetônico de Laranjeiras. In: **NUNES**, Verônica Maria Meneses.; **NOGUEIRA**, Adriana Dantas. (Org.). *O Despertar do conhecimento na Colina Azulada: a Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras*. São Cristóvão: Edufs, 2007.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida do espírito. In: **FORTUNA**, C. (org.). *Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras, Celta Editora, 1997.

_____. *O indivíduo e a liberdade*. In: **ÖELZE**, Jessé Souza e Berthold (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: UNB, 1998.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. Anos de prosperidade e mudanças: a sociedade do açúcar e a necessidade de uma nova capital sergipana. In: *Temas de História de Sergipe II*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/CESAD, 2010.

ZUKIN, Sharon. *Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder* In: **ARANTES**, Antonio (org.) *O Espaço da Diferença*. Campinas, Papirus, 2000.

_____. *Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano*. In: **ARANTES**, Antonio (org.) *O Espaço da Diferença*. Campinas, Papirus, 2000b.

WIRTH, Louis. *O urbanismo como modo de vida*. In: **VELHO**, Otávio G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 4a. ed., 1987.

SÍTIOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

DICIONÁRIO BIOGRÁFICO DE MÉDICOS DE SERGIPE.

<< linux.alfamaweb.com.br/asm/dicionariomedico/dicionario.php?id=31902>>

Consultado em: 21.05.2011

IPHAN RELAÇÃO E CONSULTA DAS CARTAS PATRIMONIAIS.

<< portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&retorno=paginaLegislacao>>

Consultado em: 07.05.2019

IPHAN E MINC ENTREGAM PRÉDIOS HISTÓRICOS RESTAURADOS À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE.

<< portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=14474&sigla=Noticia>>

Consultado em: 15.07.2009

PNUD/BRASIL

<< www.pnud.org.br/idh>>

Consultado em: 10.09.2010

PROJETO “CASAS DO PATRIMÔNIO”

<< portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15489&retorno=paginaIphan>>

Consultado em: 14.10.2010

PROGRAMA MONUMENTA

<< www.monumenta.gov.br/site>>

Consultado em: 29.06.2010

ENTREVISTAS

Professor e Historiador **Luiz Antonio Barreto**: Em 13.04.2010

OUTRAS FONTES:

AURÉLIO, Dicionário Eletrônico. 2000.

HOUAISS, Dicionário Eletrônico, 2007.

ANEXOS

ANEXO 01:

TRECHOS DE RESOLUÇÕES E DECRETOS AUTORIZANDO A EXECUÇÃO DE OBRAS EM LARANJEIRAS/SE - SÉCULO XIX

Aos 18 de outubro de 1857 a Câmara Municipal representada pelos vereadores – Manoel Pinto Lobão, Presidente, Justino Gomes Ribeiro, José Pedro Meire, Padre Manoel Simões de Souza e Pedro Vieira de Mello propôs ao governo provincial **o projecto de trazer ao centro da população a água do rio Cotinguiba por meio de encanamento. Este projecto caducou.** (OLIVEIRA, 1942, p. 105, grifo nosso).

No dia 11 de fevereiro de mil oitocentos e setenta reuniu-se a Câmara Municipal composta dos Vereadores – Antonio Ribeiro Guimarães, Presidente, Antonio Manoel de Menezes, Domingos Anacleto de Moraes, José da Silva Marques, Joaquim Procópio Freire de Andrade e Pedro Telles enviando um offício ao Presidente da Província pedindo a construção da Igreja do povoado Pintos.

Attendendo tão justos pedidos a Assembleia decretou:

Resol. de 2 de maio de 1870.

Art. 1º Fica o Presidente autorizado a depender as quantias necessárias para reparos e melhores das pontes e fontes de Laranjeiras.

Estrada e rodagem

Resol. de 5 de maio de 1870.

Fica o presidente autorizado a contratar com quem mais vantagens offerecer a construção de Estrada de Rodagem de Laranjeiras até Itabaiana.

Estrada de Ferro

Pela lei de 29 de abril de 1873 a Associação Commercial ficou autorizada a construir uma Estrada de Ferro entre a capital e Laranjeiras e pela Resol. de 2 de abril de 1875 foi concebido o privilegio de 8 de janeiro de 1873 para Eugenio José de Lima construir uma Estrada de Ferro entre Laranjeiras e Simão-Dias.

Mercado e Pontes

Pela Resol. de setembro de 1874 e pela Resol. de 3 maio de 1875 foram celebrados contractos com Francisco Melchiades de Cerqueira para a construção de um Mercado e das pontes de Sacco, Commandaroba e Corneta.

Cadeia

Pela Resol. de setembro de 1875 ficou o Governo autorizado a construir uma casa para o Quartel em Laranjeiras, gastando 4:000\$000.

Todos estes privilégios e contractos caducaram, continuando Laranjeiras sem estes melhoramentos. (Ibid., p. 150-1, grifo nosso).

Pela Resol. de 26 de outubro de 1853 o governo **constructou a iluminação** da capital e das cidades de **Laranjeiras** [grifo meu] e Estância servindo de base 150rs. Por lampeão e pela Resol. de 21 de junho de 1854 a iluminação seria feita por trinta e dois lampeões. (Ibid., p. 105, grifo nosso).

Inauguração do Hospital São João de Deus da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia – 1866 – 29 de abril de 1866. (Ibid., p. 136, grifo nosso).

Inauguração do Cemitério da Misericórdia – 15 de setembro de 1871. (Ibid., p. 153, grifo nosso).

Inauguração da estação do telegrapho nacional em laranjeiras [...] 06 de janeiro de 1880 – aos 6 dias do mês de janeiro de 1880, no paço municipal, de acordo com o conselheiro Capanema e o presidente da província, Dr. Theophilo Fernandes dos Santos, foi inaugurada a Estação de Telegrapho Nacional em Laranjeiras [...] (Ibid., p. 174, grifo nosso).

Matadouro, iluminação Pública e Ponte nova – 1882 – O Dr. Virgílio do Vale Vianna como presidente da câmara iniciou a construção do matadouro, inaugurou a ponte nova e a iluminação publica em 1º de janeiro de 1882, a qual ficou contractada com Sr. Francisco Julião de Lemos. (Ibid., p. 175, grifo nosso).

ANEXO 02:**JORNAIS EDITADOS EM LARANJEIRAS NO SÉCULO XIX**
(por ordem cronológica)

Monarchista Constitucional (1841)

O Monarquista (1843)

Triunfo (1844)

Pedro Segundo (1844)

Constitucional (1846)

O Triunfo (1846)

Guarany (1847)

O Telegrafo (1848)

Observador (1851)

Voz da Razão (1851)

A Coluna do Trono (1864)

O Horizonte (1885)

O Laranjeirense (1887)

O Republicano (1888)

Cotinguiba (1889)

O Município (1900)

Fonte: (NUNES, 2006, p. 25; AZEVEDO, 1975, p. 66)

ANEXO 03:

RECORTES DE JORNAIS DE ÉPOCA DEMONSTRANDO O INTENSO USO DAS IGREJAS DO CENTRO URBANO DE LARANJEIRAS NOS SÉCULOS XIX E XX.

VIDA LARANJEIRENSE Quarta-feira, 6 de Fevereiro de 1935

Programma da Grande Procissão de
hoje nesta cidade

1a. SECÇÃO — Cruz Parochial — Irmandade de S. Benedicto
Irmandade de Sr. do Bomfim.
2a. SECÇÃO — Cartaz Branco — Cruzada Infantil.
3a. SECÇÃO — Cartaz Branco Marron — Estandarte Irmandade de Santa Therezinha de Jesus e Charola de Santa Therezinha de Jesus.
4a. SECÇÃO — Cartaz Lilaz — Estandarte de N. Sra. das Dores Cortejo.
5a. SECÇÃO — Cartaz Azul — Estandarte da Pia União, Irmandade da Pia União das Filhas de Maria, Charola de N. Sra. da Conceição.
6a. SECÇÃO — Cartaz Roseo — Estandarte de N. Sra. Auxiliadora, Os Vereraveis Salezianos.
7a. SECÇÃO — Cartaz Marron — Estandarte de S. Francisco, Ordem 3a. de S. Francisco, Charola de S. Francisco.
8a. SECÇÃO — Cartaz Vermelho — Estandarte do Coração de Jesus, Apostolado do Coração de Jesus.
9a. SECÇÃO — Cartaz Amarello — Bandeira Parochial, Guarda de Honra.
10a. SECÇÃO — Anjos, Charolas do Coração de Jesus.
11a. SECÇÃO — Pallio e Santo Lenho.
12a. SECÇÃO — Clero e Autoridades, MUSICA o Povo, Laranjeiras, 6 de Fevereiro de 1935.

COMISSÃO DO PALLIO:
Intendente Municipal — **Dr. Francisco Bragança**
Juiz de Direito — **Dr. Manoel Dias Lima**
Suplente do Juiz — **João Pinheiro Santos Silva**
Promotor — **Dr. Pedro Sobral**
Presidente do Conselho — **João Sizio da Rocha**
Delegado Regional — **Alente Manoel Ramos**

COMISSÃO
Eufrosina Guimarães
Amalia Oliveira Ribeiro
Hilda Aranha
Ali e Santos

Figura 66: Recorte do jornal “Vida Laranjeirense”. Nº 175, de 06 de fevereiro de 1935. Retratando os vários atos de uma procissão da igreja católica. **Fonte:** BICEN/UFS

Solemnissimo Pontifical

Realiza-se hoje na nossa Matriz solenissimo Pontifical officiado o Exmo. Revmo. Sr. D. José Thomaz Gomes da Silva, d. d. Bispo da Diocese sendo orador o Exmo. Monsenhor Mario Villas Boas, que pela vez primeira fallará em nossa Matriz.

A missa De Angelis, propria de todos os Congressos, será executada por grande còro composto de trinta vozes sob a direcção da eximia maestrina D. Eufrosina Guimarães. A's 14 horas será adminstrado, o Sacramento do Chrismo pelo Sr. Bispo e ás 16 horas sahirá a grandiosa procissão cujo programma acha-se publicado noutro local deste periodico. Ao recolher da procissão falará o orador Revmo. Padre Moytes Ferreira, seguindo-se solenne TE—DEUM.

Figura 67: Recorte do jornal “O Horizonte”. Nº 30, de 06 de fevereiro de 1886. Retratando mais uma solenidade católica. **Fonte:** BICEN/UFS

MES DE MARIA

Continuam regularmente animadas, as homenagens a Nossa Senhora da Conceição. O bello templo da Virgem da Graça, sempre a regorgitar de fieis; caprichosa ornamentação, muitas crianças e muitas flôres. Durante a semana finda serviram de mordomas es D. D. se nhorinhas:

Maria Franco, Maria Santos Silva, Maria Esbilla Oliveira, Maria Vieira, Maria Abrêu, Maria Motta, Mariasinha Fraça Magdalenia Guimarães, Delzuita Figueiredo, Angelina Prudente, Sinhá Menezes e Helena Aguiar Torres, que muito se esmeraram e muito conseguiram, por isso que o vasto Templo esteve sempre transformado n'um sorridente, n'um maravilhoso céu de encanto e de perfumes.

Figura 68: Recorte do jornal “O Horizonte”. Nº 50, de 07 de março de 1887. Retratando outra solenidade católica com grande quantidade de pessoas. **Fonte:** BICEN/UFS

EDIÇÃO ESPECIAL

Commemorativa do Primeiro Centenario da Creação da Paroquia do Coração de Jesus de Laranjeiras

LARANJEIRAS - SEROPE, DE 6 FEVEREIRO DE 1935 — TERCEIRA EPOCA

VIDA LARANJEIRENSE

Semanario Independente, Literario e Noticioso

ANO IV PROPRIETARIO: ANTONIO HENRIQUES
Redacção e Oficinas proprias: Rua do Commercio NUMERO 175

Figura 69: Recorte do cabeçalho do jornal “Vida Laranjeirense”. Nº 175, de 06 de fevereiro de 1935. Em edição especial em celebração aos 100 anos da Igreja Matriz Coração de Jesus, nesta edição são relatados vários momentos de forte envolvimento da população com os atos comemorativos. **Fonte:** BICEN/UFS

ANEXO 04:

RECORTES DE JORNAIS DE ÉPOCA DEMONSTRANDO ANÚNCIOS DE SERVIÇOS E DE LOJAS QUE SE SITUAVAM À “RUA DO COMÉRCIO” LARANJEIRAS/SE NOS SÉCULOS XIX E XX.

LOJA MODELO
RUA DIREITA DO COMMERCIO

Lindo sortimento de fazendas, miudezas, perfumarias, papel para ferro de sala; grande sortimento de velas de cera e espermacete, variação sortimento de feixaduras, bacias, pregos de diversas qualidades e tamanhos, correntes, chapas de ferro, vergalhões, arcos para pipas, dornas, ancoretas e muitos outros artigos.

PHARMACIA AMERICANA
DE
J. MENESES
RUA DO COMMERCIO

PHARMACIA HUMANITARIA
PROFESSORA PARTICULAR RUA DIREITA DO COMMERCIO
RUA DO COMMERCIO
INTERNATO E EXTERNATO

LARANJEIRAS

Figura 70: Recortes do jornal “O Horizonte”, retratando o envolvimento que os serviços oferecidos nos prédios da “rua direita do comercio” mantinham com o cotidiano da cidade. Vários números de 1885 a 1887. **Fonte:** BICEN/UFES

SINGER
Sewing Machine Company

As máquinas de costura SINGER foram, são e continuarão sendo sempre as preferidas em todo o Mundo. Quer familiares, quer para indústrias, SINGER avança sempre em posição invejável. Por isso, preferiam-nos todos os nossos amados produtos. SINGER, SINGER sempre, SINGER em primeiro lugar.

Máquinas, Olas, Agulhas, Olen, Bastidores, Catálogo de Bordar, Peças em geral, Molas, genuinamente SINGER E NÃO SE DEIXAR ILUDIR

Procure portanto V.S. a sua sub-agência nesta cidade, à rua do Comercio, 28, não vá longe quando necessitar de uma MÁCHINA DE COSTURA ou mesmo de pequena peça, pois que as verdadeiras peças SINGER somente existem nas suas sub-agências.

Antes de penetrar qualquer estabelecimento, a procura de qualquer producto SINGER, observar sempre o nosso emblema externo

SINGER
Sewing Machine Company
28 — Rua do Comercio — 28
Lições gratuitas aos nossos dignos freguezes
Vendas em geral. a Dinheiro e a Locação

A LOJA PARIZ
DE
ANTONIO FERREIRA ALVES
Foi, é e ha de ser sempre preferida do povo laranjeirense. Completo sortimento em fazendas nacionais e estrangeiras. Armarinho, Modas, Perfumaria, Calçados, Chapéus etc, etc.
Peços os mais vantajosos.
Delicadeza Presteza e sinceridade
12 — Rua do Comercio — 12
Laranjeiras — Sergipe

José Nunes Filho
1 Tabelião
Oficial do Registro de Imóveis da Comarca, Protesto de Letras e Duplicatas
28 — Rua do Comercio — 28
TELEFONE 19
Laranjeiras — Sergipe

ASTOLPHO DANTAS
AVISA aos seus distintos freguezes e ao Publico, que mudou-se : continuando, porém, a exercer a mesma profissão, podendo ser procurado para concertos em Relógios, etc., à rua do Comercio desta cidade, defronte á Farmacia Confiança.

Figura 71: Recortes do jornal “Vida Laranjeirense”, aproximadamente 40 anos depois retratam o mesmo envolvimento que a “rua direita do comercio” e seus prédios mantêm com o cotidiano da cidade. Vários números de 1930 a 1935. **Fonte:** BICEN/UFES

ANEXO 05:

JORNAL "O HORIZONTE" DISCUTINDO A IMPORTÂNCIA DO PRÉDIO DA
FEIRA PARA A CIDADE DE LARANJEIRAS/SE NO SÉCULO XIX.

O HORIZONTE

ÓRGÃO IMPARCIAL

EDIÇÃO SEMANAL

ASSIGNATURAS:
Na cidade

Por anno . . . 6:000

Semestre . . . 4:000

Trimestre . . . 2:500

ASSIGNATURAS:
Fora da cidade

Por anno . . . 7:000

Semestre . . . 4:000

ANNO, I Sergipe-Laranjeiras, 3 de Julho de 1885 NUM. 5

O HORIZONTE

Caza de mercado.

A factura de uma caza de mercado nesta cidade, alem de ser uma das mais palpitantes necessidades, é uma prova de patriotismo.

O espectáculo que se observa aos sabbados é degradaute para nós, q' gozamos de tam bom conce' em toda provincia.

V. é uma multidão de povo a debater-se n'um local im-mundo, d'onde se exalam mias-mas perniciosos, resultantes da decomposição de materias orga-nicas, exposta as intemperies do tempo, onde exhibe seus pro-ductos para o consumo da popu-lação.

Ahi, neste charco, e nesta es-tação especiatmente, o pobre agricultor soffre o resultado de-zastrozo, pela avaria ou mesmo perda total de sua mercadoria.

Se percorrermos a provincia en-contraremos em todos os pontos, nos grandes e pequenos nucleos de população, um edificio desti-nado para abrigar o povo, n'um dia determinado da semana, on-de expõe o material necessario ás necessidades da vida.

Aqui porem, cidade importan-tissima, habitada por um povo civilisado, vem o estrangeiro tes-tificar uma scena contrastante, um crime de lego

Nossa Edilidade, que nutre os bons desejos de dar-nos alguns melhoramentos, não deve perder de vista este, que reputamos o mais urgente.

E' imperdoavel a exigencia de um tributo, uma vez que não se dispensa ao contribuinte certas regalias.

E' uma iniquidade exigir-se do povo uma contribuição, e não lhe privar dos sacrificios e das funestas consequencias que soffre, especialmente o pobre agri-cultor de cereaes, cuja cauza ad-vogamos, vendo desapparecer d'en-volto com a lama o fructo de seu trabalho.

A politica e o egoismo muito têm contribuido para este estado degradante em que nos achamos.

A questão da sede do edificio tem sido motivo de divergencias, resultando graves prejuizos para todos.

Ante uma cauza tam justa soja o vosso fanal o patriotismo, uni-co sentimento que deve illumi-nar o vosso espirito para delibe-rar neste assumpto de interesse commum, cuj realisação perpe-tuará uma epocha gloriosa, e vossos nomes serão levados a pro-teridade.

Obteve a Edilidade permissoes para contrahir um empréstimo a fim de edificar nesta cidade, uma caza de mercado, que a solução de uma das nos-
gozaremos deste melhoramento em quanto não forem derrocados os preconceitos que dominão cer-tos espiritos, imperrados em the-orias retrogradadas.

Esperamos pois, que a nossa Edilidade, compenetrando-se das scenas que se reproduzem todos os sabbados, promova os meios de levar a effeito tam momento-za idea, legando ao municipio um edificio, onde o povo abri-gue-se nos dias de feira, pa-ra dispor de sua mercadoria, izempto das intemperies do tempo.

J. M.

LITTERATURA

O protestantismo e a sciencia.

III

AS EXIGENCIAS DO PROTESTANTISMO SÃO FILOSOFICAS?

O que é a Verdade?

Foi esta a pergunta que, desde remotissimas epochas, o genero humano fez a si mesmo.

Este grande problema, tão va-lho como a humanidade e tão es-palhado como ella, o é sobre a superficie do globo e que occorra em si a origem e o destino do homem e do universo; a natureza do mal e da salvação; o peccado da dô; da origem, da natureza da gloria, a liberdade e a responsabilidade do homem.

Figura 72: Primeira página do jornal "O Horizonte". Nº 5, de 03 de julho de 1885. Em que retrata como matéria principal a importância da "Caza de Mercado" para a cidade. Fonte: BICEN/UFS

ANEXO 06:

**RECORTES DE JORNAIS DE ÉPOCA DEMONSTRANDO ANÚNCIOS
REFERIDOS A ESPETÁCULOS E APRESENTAÇÕES NO TEATRO SÃO PEDRO E
CINE IRIS NO SÉCULO XIX E XX.**

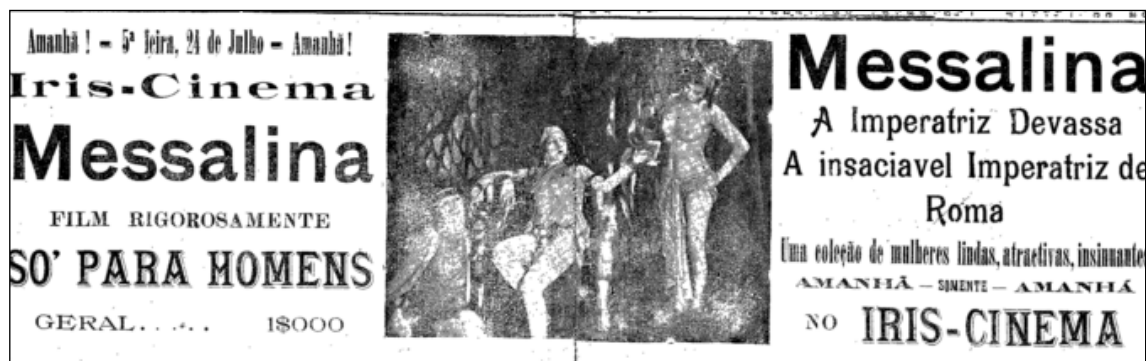


Figura 73: Recorte do jornal “Vida Laranjeirense”, trazendo anúncio de exibição de películas no Iris-Cinema, outro importante prédio na relação com o cotidiano da cidade, já no século XX. N. 02 de 23 de julho de 1930.

Fonte: BICEN/UFS



Figura 74: Recorte do jornal “Vida Laranjeirense” com outro anúncio do Iris-Cinema agora na sessão do jornal dedicada a trazer os entretenimentos comuns na cidade intitulada “Vida Recreativa”. N. 05 de 01 de junho de 1930.

Fonte: BICEN/UFS



Figura 75: Recorte do jornal “Vida Laranjeirense”, com mais um anuncio do Iris-Cinema, atentar que as sessões não eram exibidas somente aos fins de semana como podemos perceber este nos traz sessões as segundas, mais um indício da constante presença desta edificação na rotina da cidade. N. 15 de 10 de agosto de 1930.

Fonte: BICEN/UFS

ANEXO 07:**EDIFICAÇÕES DE CARÁTER RELEVANTE À MEMÓRIA E A IDENTIDADE DA
CIDADE DE LARANJEIRAS SEM TOMBAMENTO OFICIAL INDIVIDUAL.**

Figura 76: 1ª Igreja Presbiteriana de Sergipe (1884).
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 77: Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Pardos (1843/1860).
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

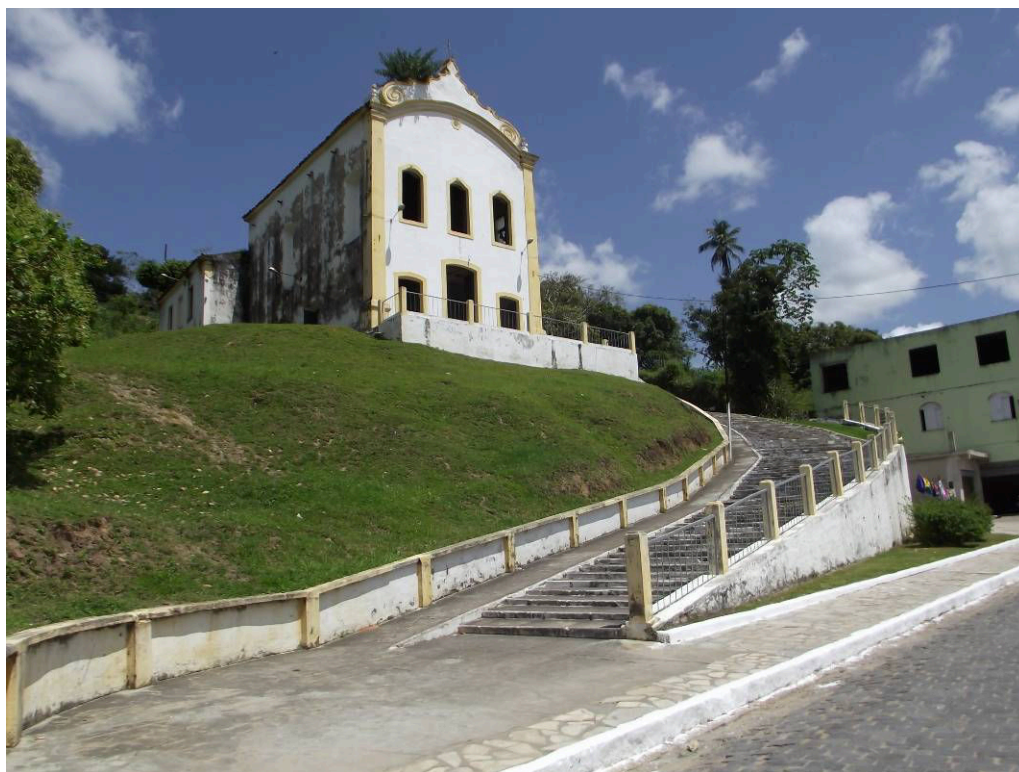


Figura 78: Igreja de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário (séc. XIX).
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 79: Capela de Sant'Aninha (1860).
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 80: Ponte Nova, também conhecida como Ponte do Matadouro (1842).
Foto: Autor desconhecido. **Fonte:** www.skyscrapercity.com/



Figura 81: Edificação que abriga a Casa de Cultura João Ribeiro (1860).
Foto: Autor desconhecido. **Fonte:** www.skyscrapercity.com/



Figura 82: Teatro São Pedro em ruína (séc. XIX).
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 83: Antigo Matadouro Público em ruína (séc. XIX).
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 84: Prédio da delegacia/quartel em arruinamento, datando de 1903.
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 85: “Hospital de caridade São João de Deus” conhecido como “Hospital Velho” em ruína (1866). **Foto:** Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 86: Ao fundo o Mercado Municipal (séc. XIX) e à frente a Praça da feira (1824), hoje Praça Samuel Oliveira. **Foto:** Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 87: Cineteatro Íris em arruinamento (séculos XIX/XX).
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

ANEXO 08:**EDIFICAÇÕES EM ESTADO DE RUÍNA ENCONTRADAS NO CENTRO
HISTÓRICO DE LARANJEIRAS
(fevereiro a julho de 2009)**

Figura 88: Ruínas de um sobrado, situada à Rua José do Prado franco.
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 89: Ruínas de uma residência, situada à Rua João Ribeiro.
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 90: Ruínas do Teatro São Pedro.
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 91: Ruínas de uma residência, situada à Rua José do Prado franco.
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 92: Ruínas de um antigo Trapiche, situada à Avenida Municipal, entrada do centro histórico de Laranjeiras.
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 93: Ruínas de um sobrado, situada à Rua Jackson Figueiredo.
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

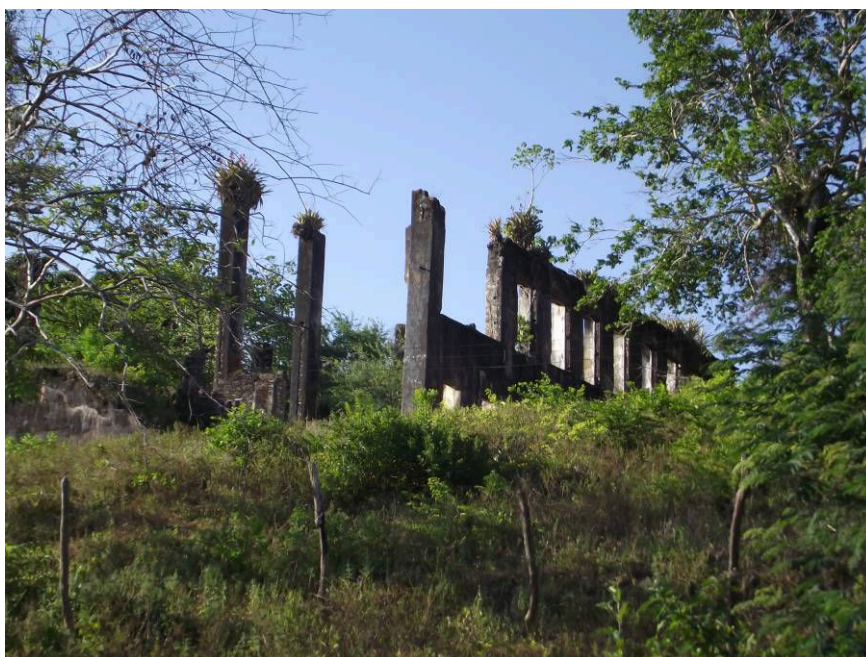


Figura 94: Ruínas de um casarão, situado no Sítio Sant'aninha.
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 95: Ruínas do Matadouro Público, situado á Rua dos Canudos.
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 96: Ruínas do Hospital de caridade São João de Deus, “Hospital Velho”.
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 97: Ruínas de uma residência, situada à Rua José do Prado Franco.
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 98: Ruínas de uma residência, situada à Rua Sagrado Coração de Jesus.
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 99: Ruínas de um sobrado, situado à Rua Tobias Barreto.
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

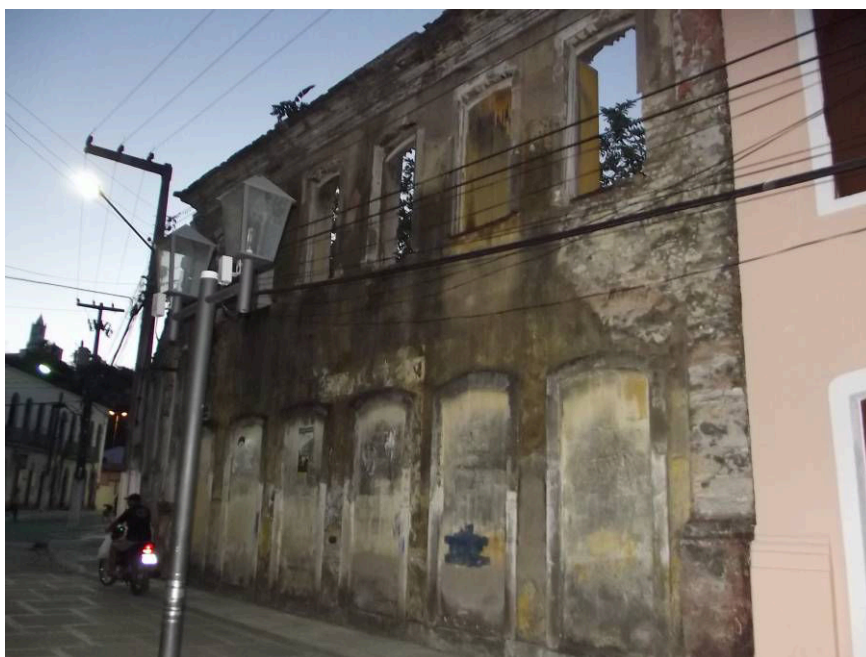


Figura 100: Ruínas de um sobrado, situado no Calçadão Getúlio Vargas.
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 101: Ruínas de uma residência, situada à Praça Marculino Ezequiel.
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

ANEXO 09:

PLACAS INDICATIVAS DE INTERVENÇÕES URBANAS NO PATRIMÔNIO DE LARANJEIRAS DO TIPO “REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS”



Figura 102: Placa indicando obra de requalificação do espaço público da “Rua Sagrado Coração de Jesus”. Foto: Autor. Fonte: Acervo pessoal.



Figura 103: Placa indicando obra de requalificação do espaço público da “Avenida Municipal”. Foto: Autor. Fonte: Acervo pessoal.



Figura 104: Placa indicando obra de requalificação do espaço público da “Praça da República”.
Foto: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.